FUNCEP
REGISTRO PATRIMONIAL
D 02182
INVENTÁRIO 94 ENAP

REVISTA
DO
SERVIÇO PÚBLICO

ORGÃO DE INTERÊSSE DA ADMINISTRAÇÃO

EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

(Decreto-lei n. 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

ANO XXII — JAN./FEV./MARÇO - 1959 — VOL. 82 - N.os 1, 2 e 3

SUMÁRIO

EDITORIAL — Págs.

Reflexões sôbre o parlamentarismo 3

HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Fundamentos Históricos, Sociais e Econômicos da Construção de Brasília — Vicente Ferrer Correia Lima e Tomás de Vilanova Monteiro Lopes 6

O Serviço Civil e a formação da Política-Administrativa — J. E. H'odjetb 11

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Introdução à Administração Pública — Benedicto Silva 27

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Redação Oficial do Treinamento dos Servidores — João Luiz Ney .. 42

Reprodução de Documentos em Bibliotecas — Ada Maria Coaracy 49

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Relatório sôbre a Mesa Redonda de Liége, do Instituto Internacional de Ciências Administrativas 69

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

O desenvolvimento planificado dos Municípios do Continente — Araujo Cavalcanti 78

DOCUMENTÁRIO

O Território de Fernando de Noronha e a Segurança Nacional — Impacto e Repercussões da «Operação Arquipélago» (Projeto nº 3.743-1958 do Deputado Pontes Vieira) 119

DIREITO E JURISPRUDÊNCIA

DOUTRINA

A Matemática no direito de propriedade da União — Nelson Nascimento Santos 169

A enfiteuse no Supremo Tribunal — Alfredo Balthazar da Silveira 175

PARECERES

Consultor Geral da República — Págs.

Pedido de efetivação de Promotor com fundamento no art. 90 da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1950 (lei orgânica do Ministério Público da União) 181

Aplicação da Lei nº 2.752, de 10 de abril de 1956, relativa à dualidade de aposentadorias 181

Provimento de funções e cargos isolados das Autarquias 183

Consultor Jurídico do D.A.S.P.

Regime jurídico do pessoal das Estradas de Ferro Leopoldina e Santos-Judiaí 185

Corretor de Fundos Públicos — Não é cargo público no conceito do Estatuto dos Funcionários 187

Petrobrás. Isenção de impostos. Extensão à taxa de previdência social. Distinção entre taxas e impostos pròpriamente ditos. Conceito doutrinário e conceito legal. Interpretação restritiva. Utilidades alcançadas, na espécie, pelo favor legal 188

ACÓRDÃOS

Supremo Tribunal Federal

Funcionário público, Equiparação de cargos. Nenhuma ofensa à lei federal. Recurso não conhecido 192

Aposentadoria: é regulada conforme a lei vigente ao tempo em que solicitada 193

Candidato aprovado em concurso para provimento de cargos isolados de Professor de Ensino Técnico (Curso Básico e Curso Técnico) da P. D. F. Direito à nomeação. Situação anárquica resultante da sistemática observância das disposições legais relativos ao provimento dos cargos. Defesa baseada na inexistência da vaga, dada a admissão irregular dos interinos.Concessão da segurança 195

Tribunal Regional do Trabalho

A equiparação salarial incide sôbre a existência de funções idênticas, não sendo possível deferí-las em relação a atividades diversas em carreiras desiguais 198

O direito adquirido do servidor estadual, hoje juiz do trabalho, em ver contado o seu tempo de serviço em dôbro, ou em condição de concorrência, não pode ser oposto à União, e a esta obrigar o que é contra texto expresso da lei federal 198

Funcionário que abandona o cargo, ausentando-se do país sem autorização de seus superiores e tão logo caduca a permissão de o fazer, por motivos de férias. Pena de demissão 200

Tribunal de Justiça do D.F.

A prova de requisição de funcionário, a fim de ter exercício em outro setor da administração pública, deve ser feita de modo inequívoco. A exoneração de funcionário extranumerário, antes da vigência da atual Constituição independia do prévio inquérito administrativo 201

Direito de candidato aprovado em concúrso. O despacho administrativo que autoriza o aproveitamento é irrevogável 202

Executivo fiscal. O Banco do Brasil S.A. não está imune dos ônus tributários atribuídos pela Constituição aos Estados, Municípios e Distrito Federal para se sustentarem 203

NOTAS

Índice do ano XXII 206

Colaboram neste número 217

Reflexões Sôbre o Parlamento

328(81)

O mundo inquieto de nossos dias busca solução para os grandes problemas que afligem o homem. Mas a própria volubilidade da alma humana transforma em fontes de novos problemas as soluções que vão sendo encontradas. O que ontem parecia uma idéia destinada a realizar a felicidade dos povos apresenta-se hoje como causa dos males que os atormentam.

Veja-se, por exemplo, o que aconteceu em alguns países com o parlamentarismo. Durante largos anos, o cansaço e as desilusões produzidos pelos regimes de executivo forte desencadearam uma veemente campanha a favor da solução parlamentarista. Pelo princípio de que as revoluções excedem sempre seus verdadeiros objetivos, o próprio presidencialismo do tipo tradicional, embora recomendado pela experiência de algumas nações que o vinham praticando com incontestável êxito, foi duramente combatido, identificando-se nêle a origem de um sem-número de males. Suas virtudes foram propositadamente esquecidas e seus defeitos, calculadamente exagerados.

No primeiro quartel dêste século, diversos povos, sobretudo aquêles que tinham dentro de suas fronteiras as chagas abertas por uma guerra ainda recente, encontraram, nesse processo histórico de revisão das idéias políticas, a oportunidade de formular suas reivindicações. O estudo das cartas constitucionais do após guerra mostra o lugar de destaque que o parlamentarismo ocupou em tais reivindicações. E é curioso observar que mesmo as mais profundas divergências de filosofia política e social não impediram que a solução parlamentarista se expandisse e abrangesse, por igual, países de sólida tradição democrática e nações de provada vocação para os regimes de fôrça.

Talvez nenhuma outra nação tivesse reclamado o parlamentarismo com mais ardor do que a França. O mundo, que se habitua-

ra a considerar a revolução de 1789 como a verdadeira fonte do presidencialismo, viu na campanha parlamentarista da França um nobre gesto de autocrítica e de renúncia. Era com se tivesse diante dos olhos o criador condenando a própria criação, confessando-se disposto a abandoná-la, visto ser ela incapaz de promover a felicidade do povo.

Por uma série de circunstâncias cujo balanço completo ainda está para ser feito, a prática do parlamentarismo na França não produziu os resultados desejados, e a ela se atribui o exasperamento de certos problemas com os quais a grande nação vem lutando há longos anos.

Hoje, o retôrno ao presidencialismo parece constituir insofismável aspiração da maioria do povo francês. Não indicam outra coisa as características pessoais e a filosofia política ilustre do homem público a quem a França confiou seus destinos nesta hora difícil; não autorizam outra suposição as condições em que se processou a investidura do novo govêrno francês. E se tudo isso não bastasse, aí estão os têrmos do projeto de constituição apresentado pelo General DE GAULE *e ratificado no plebiscito de 28 de setembro.*

Nesse notável documento, em que a França e o presidencialismo buscam reconciliar-se de maneira tão dramática, os estudiosos da ciência política encontrarão os reflexos do veredicto com que se encerrou o julgamento do regime parlamentarista pelo povo francês. Graças ao projeto de DE GAULE, *o debate entre o presidencialismo e o parlamentarismo será reaberto em escala universal, e algumas questões até aqui postas em plano afastado receberão tratamento prioritário. Entre essas questões sobressaem a da organização da opinião pública em partidos políticos e a do provimento dos postos de direção dos serviços públicos.*

Hoje parece não haver mais dúvida de que o êxito do regime parlamentarista exige uma organização partidária sólida e estruturada com um definido espírito de unidade, que, sem eliminar as naturais divergências de opinião, assegure a constituição das maiorias independentemente de acôrdos entre partidos diversos. Confirmam tal observação a estabilidade do parlamentarismo nos países em que a opinião pública se acha dividida em dois, ou no máximo três grandes partidos, e a flutuação dos governos tão própria daqueles outros países, onde as maiorias parlamentares emergem de alianças partidárias quase sempre artificiais e, por isso mesmo,

efêmeras. Encaradas as coisas por êsse prisma, tem inteira procedência a observação de que o parlamentarismo é uma forma de disciplina política bastante rígida. A restrição que êle, com tôda disciplina impõe, atinge o regime de plena liberdade de organização partidária dentro do qual as diversas correntes da opinião pública podem constituir-se em partidos políticos autônomos. Parlamentarismo e plena liberdade de organização partidária são coisas que só se conciliam no terreno das abstrações. As tentativas de conciliá-las na prática redundaram sempre em completo fracasso.

Por outro lado, no regime parlamentarista, o princípio da rotatividade dos governos oferece aspectos peculiares, dada a influência dos fatôres extremamente caprichosos que regem a capacidade de sobrevivência das maiorias políticas. Um gabinete pode sustentar-se no poder durante alguns anos ou apenas durante algumas horas.

Daí resulta que no regime parlamentarista é imperiosa a necessidade de se adotar uma regulamentação apropriada para certas funções estatais de caráter permanente e contínuo, como, v.g., o serviço público.

Não se pode encaminhar com clarividência a questão do parlamentarismo sem buscar solução adequada para o problema do provimento dos postos de direção e de chefia dos serviços públicos. A praxe de preencher tais postos pelo critério exclusivo da confiança do govêrno é incompatível com o regime parlamentar. Mantê-la seria abandonar a administração pública à instabilidade política, jungí-la à sorte das maiorias transitórias e, portanto, privá-la, no que ela tem de mais importante que é o seu comando, da firmeza e continuidade necessárias.

Tôdas essas questões, bem como a da fixação do quorum para a apresentação e aprovação dos votos de confiança, constituem hoje os pontos de maior interêsse na prática do parlamentarismo: talvez por isso mesmo venham elas, mais do que os problemas de filosofia política, centralizar o debate que a experiência francesa certamente suscitará.

Fundamentos Históricos, Sociais e Econômicos da Construção de Brasília

35(81)(091)

VICENTE FERRER CORREIA LIMA
e
TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES

A transferência da capital do país para o interior vem ocupando as atenções dos nossos líderes políticos desde 1789. Ainda não haviam decorrido trezentos anos da data do descobrimento já os inconfidentes mineiros e reivindicavam, como parte de seu programa de redenção econômica, política e social do Brasil.

Naqueles tempos tão recuados, a exemplo do que acontece em nossos dias, não eram apenas os brasileiros mais devotados ao bem-estar da Pátria que reconheciam a necessidade de levar-se a sede do Govêrno central para o interior. Também estrangeiros ilustres como WILLIAM PITT comungavam do mesmo pensamento.

E' interessante observar que a idéia da transferência da capital tem adquirido maior vigor nos períodos em que a nacionalidade se vê ante a contingência de fortalecer-se para consolidar sua autonomia ou de preparar-se para enfrentar as dificuldades oriundas de sua evolução econômico-social. Por isso mesmo ela se impôs, com especial entusiasmo, na fase de preparação de nossa independência, ou seja, no período compreendido entre 1789 e 1822.

Nessa fase decisiva para os destinos da nacionalidade tivemos, além do apostolado dos inconfidentes mineiros, as manifestações do Chanceler VELOSO DE OLIVEIRA, o qual, em documento datado de 1810, dizia ao Príncipe Regente:

> "É preciso que a Côrte se não fixe em algum pôrto marítimo, principalmente se êle fôr grande e em boas condições para o comércio. A capital deve fixar-se em lugar são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas".

Essa mesma tese era defendida, no "Correio Brasiliense", em 1813 por HIPÓLITO JOSÉ DE MENDONÇA que foi, ao seu tempo, um dos mais ardorosos e esclarecidos paladinos das grandes causas nacionais.

No côro de vozes que, então, preconizavam como um imperativo de progresso, o afastamento da sede do govêrno para o centro geográfico do País, nenhuma talvez fôsse mais autorizada do que a de JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA, figura que a Nação inteira venera. O Patriarca da Independência sugeria, em 1821, que se levantasse "uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Côrte de Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus..."

Quando, três anos mais tarde, em 1824, os representantes que o Brasil enviara às Côrtes de Lisboa se reuniram para propor os aditamentos através dos quais a Constituição do Reino seria adaptada às condições peculiares do nosso país, da mudança da capital surgiu como uma das reivindicações mais importantes. A sugestão apresentada perante as Côrtes de Lisboa visava à localização da nova capital entre as nascentes do Paraguai e do Amazonas. Foi por essa ocasião que surgiu o nome de Brasília.

Proclamada a independência, durante algum tempo subsistiram dúvidas quanto à organização política do Brasil e a posição que êle guardaria, em relação a Portugal. Nessa fase difícil de nossa história, em que se digladiavam os partidários de tendências opostas, uns propugnando pela definitiva e total separação dos dois países, outros, mais moderados, lutando por uma forma de transição que permitisse consolidar a obra da independência sem maiores abalos, a idéia da mudança da capital para o interior foi o denominador comum das duas tendências em conflito. Isso prova como eram profundas as raízes que aquela idéia conseguira firmar na opinião pública.

Sob o ponto de vista da mudança da capital para o interior não havia diferença essencial entre os exaltados patriotas da Confederação do Equador, que preconizavam a instituição do regime republicano, e os prudentes conservadores que ainda lutavam pela união do Brasil e Portugal sob a mesma coroa.

À medida, porém, que se foi consolidando a situação oriunda da independência, a idéia da transferência da capital passou, do plano político, para os debates na imprensa e nos círculos de estudos. A essa fase pertence o editorial publicado, em 1825, pelo jornal "O Universal", de Ouro Prêto onde vamos encontrar estas palavras que ainda hoje poderiam ser repetidas sem qualquer alteração:

> "Uma importante vantagem é atrair para ali (interior) a população, principalmente a estrangeira. As costas do mar e as beiras dos rios são, em todos os países, mais bem povoadas, pelas facilidades de comunicações que oferecem; ali, portanto, se não necessita de incitamento; êste deve dirigir-se ao interior com preferência".

Entre 1839 e 1877, FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEM, um dos maiores senão o maior historiador do Brasil, desenvolveu intensa campanha pela imprensa a favor da transferência da capital; a êle se aliou outro eminente brasileiro, o senador HOLANDA CAVALCANTI que em 1825 apresentava à Câmara Alta um projeto de lei, mudando a capital do país para o interior.

Já na segunda metade do século XIX eram evidentes os sinais de que uma profunda transformação social, econômica e política viria a verificar-se no Brasil. Como conseqüência dêsse fato, a idéia da mudança da capital recobrou o vigor que sempre teve nas fases culminantes do nosso processo evolutivo. Nesse particular, a queda do Império e a proclamação da República foi assinalada pelo decreto 914-A, de 23 de outubro de 1890, o qual, estabelecendo a Constituição republicana provisória, determinava, expressamente, a mudança da capital.

O princípio prevaleceu na Constituição de 1891 e o Planalto Central, em virtude de emenda apresentada por LAURO MULLER, foi o sítio escolhido para a construção da nova sede do govêrno da República.

Desde então, como preceito constitucional expresso, a mudança da capital do país passou a ser objeto de atos dispersos, entre os quais avultam a nomeação de comissões de estudos e localização (1892 e 1893), e o decreto 4.494 de janeiro de 1922, que dispunha sôbre o lançamento da pedra fundamental da futura capital brasileira como parte integrante das comemorações do centenário da Independência.

Novamente as circunstâncias do nosso desenvolvimento e os fatôres por êle gerados com profundos reflexos na estrutura política, social e econômica do país, vieram acentuar o interêsse pelo problema da mudança da capital federal.

Poucos anos após o impacto da revolução de 1930, quando o Brasil se defrontava com o problema de se reorganizar politicamente para adaptar suas instituições a uma nova etapa de seu desenvolvimento, a Constituição de 1934 ratificava a decisão de transferir para o Planalto Central a capital brasileira.

O nosso país, que ainda ao fim das três primeiras décadas dêste século era uma "nação essencialmente agrícola", empenhou-se com grande energia na conquista de uma posição entre as potências industriais. E de alguns anos a esta parte a velocidade do ritmo de seu desenvolvimento no campo do industrialismo tem sido de tal ordem que se torna quase impossível manter atualizados os registros e as estatísticas de produção. Foi sobretudo no sul e nas proximidades do litoral, onde já havia as indispensáveis condições de progresso, que as indústrias se implantaram e se desenvolveram. Daí resultou certo desequilíbrio na distribuição da renda nacional. Por outro lado, em virtude de uma lei que desde os tempos imemoriais rege a dinâmica das populações, ao longo do eixo em que o industrialismo nascente criou perspectivas de melhor existência, foram-se concentrando grandes massas humanas. A riqueza acumulada no litoral atraía cada vez mais os braços e os recursos com os quais o interior poderia contar para desenvolver-se.

A conseqüência dêsse indisciplinado processo de crescimento aí está na progressiva dificuldade de se incorporar à vida econômica do país, como elemento positivo de progresso, uma vasta extensão do nosso território.

Essa situação afeta de maneira especial as estruturas básicas de nossa economia, pois dificulta a ampliação dos mercados internos tão necessários

para absorver a produção dos centros industriais e assegurar-lhe um alicerce estável. Sob certo aspecto ela explica o fato de alguns ramos incipientes da indústria brasileira já pressentirem diante de si o fantasma da superprodução.

Brasília é a mais importante dentre tôdas as medidas de caráter definitivo que poderiam ser tomadas, no sentido de revitalizar econômicamente o interior do País e permitir a constituição de um vasto mercado interno, para a crescente produção de nosso parque industrial. Vê-se, por aí, o quanto é urgente a sua construção, já que esta pode ser também considerada como um dos mais rápidos processos de amortecer os fatôres de estrangulamento do surto industrial brasileiro, já hoje ameaçado pela estreiteza do mercado de consumo interno.

Levar o progresso para o interior significa abrir estradas, explorar novas fontes de energia, pesquisar e utilizar recursos naturais até aqui ignorados, enfim, criar novos núcleos de civilização e de atividade econômica, mediante os quais se conseguirá atingir o ideal de fixar o homem à terra, em condições que permitam o país desenvolver-se de maneira equilibrada, sem os contrastes chocantes de um interior cada vez mais despovoado e pobre, de um litoral cada vez mais congestionado e rico.

E' de nossos dias a epopéia da colonização do norte do Paraná; e a própria construção de Brasília já está produzindo, em apenas dois anos de trabalho, a formação de vários e florescentes povoados como Terra da Promissão. Alexânia, Cidade Eclética e Brasiliânia, os quais assinalam a presença definitiva do homem numa região em que, até bem pouco, havia apenas solidão e deserto.

Também no ponto de vista dos interêsses da política de unidade continental e das implicações que ela encerra sobretudo no terreno econômico, a construção de Brasília é um empreendimento que denota o espírito de clarividência dos nossos constituintes de 1891, 1934 e 1946.

Situada no Planalto Central, a sede do Govêrno de nosso país fica, geogràficamente, mais perto das nações que com o Brasil compõem o bloco sul-americano e constituem um complexo de interêsses que tendem a integrar-se num mercado comum.

Essa maior aproximação geográfica entre a futura capital do Brasil e os territórios das repúblicas sul-americanas de língua espanhola produzirá seus incalculáveis resultados dentro de alguns anos, quando o intercâmbio comercial que hoje se inicia com a exportação de pequena parcela de nossa produção industrial para aquelas repúblicas houver atingido a fase de pleno desenvolvimento que a instituição do mercado comum determinará.

Não são apenas de ordem econômica as razões que aconselham a imediata construção de Brasília. Tão importante quanto as questões de desenvolvimento da economia nacional é a necessidade de ocupação de imensas áreas territoriais, onde a ausência dos instrumentos efetivos de nossa soberania favorece um sem-número de atividades suspeitas as quais, sob o disfar-

ce do turismo ou dos empreendimentos pioneiros, se estão expandindo perigosamente em certas regiões.

Mas há, ainda, um argumento de particular significado: é o que emerge das pesquisas realizadas pelos órgãos especializados da UNESCO em tôrno do crescimento da população da América Latina. Observados os índices de crescimento demográfico que essas pesquisas indicam para o Brasil, até 1980 deveremos dispor de "espaço vital" para acomodar mais quarenta e sete milhões de habitantes. As melhores áreas de que podemos dispor para solucionar um problema de tal magnitude tem o seu epicentro no planalto Goiano e abrangem uma vasta porção do vale amazônico que é, como se sabe, uma das maiores reservas de recursos naturais do mundo.

O Serviço Civil e a Formação da Política Administrativa (*)

35.35.08

J.E. HODGETTS

(Trad. Mary Cardoso)

PARA viver, temos que praticar ações, que são conseqüências de decisões, e estas, por sua vez, refletem apreciações filosóficas e tôda uma série de pressões contraditórias, oriundas do mundo material. Nas políticas da democracia, as decisões, que significam escolhas, ocorrem contìnuamente, em diferentes níveis da hierarquia e sob variadas condições, na expectativa de que haja na comunidade o discernimento capaz de produzir, ou apoiar, as decisões encaradas pelos seus membros como compreensíveis e toleráveis.

Os estudiosos da ciência política têm, nos últimos anos, orientado suas investigações no sentido do processo eletivo, provàvelmente o exemplo mais significativo de um processo formal de escolha, de que tem o direito de participar a maioria dos membros da comunidade. A manipulação inteligente dos frios algarismos através dos quais tal escolha se exprime começa, agora, a permitir conclusões que se podem traduzir em têrmos qualitativos, tanto quanto nas usuais conotações quantitativas. (1) Estamos aprendendo, cada vez mais, sôbre as razões que levam os eleitores a fazer, em política, as escolhas que fazem e podemos olhar, cheios de confiança, para os intérpretes dêsses resultados, que debruçados sôbre as calculadoras mecânicas que substituem as pedras divinatórias do passado, nos dão esclarecimentos preciosos sôbre essa área em que opera o mecanismo das decisões.

Quando abandonamos as renhidas tribunas, seguidos do eco das exortações dos políticos e do rumor dos passos dos eleitores, a caminho das

---

(*) Estudo apresentado na conferência anual da Associação Canadense de Ciôncia Política em Ottawa, em 13 de junho de 1957.

(1) Há dois estudos, apresentados na reunião anual de 1956, da Associação citada na nota anterior, da autoria de JOHN MEISEL e DENNIS WRONG, que podem ser considerados precursores de uma valiosa série de trabalhos semelhantes, a aparecer nos anos vindouros. Veja-se "Filiação Religiosa e Comportamento Eleitoral — Um estudo de caso, no Canadá", de MEISEL, J., *in* vol. XXII, n.º 4, de novembro de 1956, pp. 481/496, desta Revista, "Revista Canadense de Ciência Política e Economia" e "Eleições Provinciais em Ontário, 1934/1955," de WRONG, D., *in* vol. XXIII, n.º 3, de agôsto de 1957, pp. 395/403, da mesma publicação. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, já há abundante literatura sôbre eleições.

urnas, entramos nos redutos mais resguardados e menos confusos do processamento das escolhas. Em nossas legislaturas, por exemplo, os representantes eleitos tomam decisões que, em última análise, se exprimem através de leis, precisas e positivas, sujeito êsse processo de escolha a rigorosas regras normativas e a cuidadosa — alguns diriam a exagerada — orientação do Gabinete. A literatura formal sôbre ciência política inclui farto material a respeito do processo da escolha, no campo legislativo, fornecendo-nos minuciosas análises do arcabouço processual em que se operam as decisões, bem como da influência dos grupos de pressão, partidos e gabinetes sôbre nossos legisladores. Mas, apesar disso, há ainda muito que fazer, nesse terreno, especialmente pelos canadenses estudiosos de ciência política.

E' uma pena, do ponto de vista da pesquisa científica, que as mais significativas decisões que afetam o bem público devam ser tomadas pelo Gabinete, pois a forma pela qual se chega a tais decisões, ou a base na qual são as mesmas tomadas, têm que se revestir do segrêdo que constitui a tradição de nosso sistema político. Embora disponhamos agora de um secretariado para organizar a documentação, ouvimos sempre dizer que as "atribuições pessoais", que revelariam a opinião individual dos membros do Gabinete, são cuidadosamente eliminadas das minutas. Além disso, a singular reticência — ou, talvez, as deficiências literárias — dos antigos ministros canadenses, membros do Gabinete, tem privado o estudante dos problemas de govêrno dos dados biográficos capazes de fornecer esclarecimentos sôbre os homens que, no tope da hierarquia, têm a seu cargo a tomada das decisões, dados êsses que, ao contrário do que entre nós ocorre, têm facilitado, nos Estados Unidos e na Inglaterra, a tarefa do pesquisador. A essa lacuna temos que acrescentar, ainda, certa falta de senso de perspectiva histórica da parte dos financiadores dos arquivos públicos, graças à qual até muito recentemente, foi retardada a ação entusiasta dos "cacadores de papéis", que poderiam ter salvo dos incineradores espalhados por todo o Canadá muitos documentos pessoais de nossos homens públicos. O pequeno e privilegiado grupo de estudiosos a que se permitiu o manuseio do diário particular do falecido MACKENZIE KING está, provàvelmente, na posição mais indicada para dizer do valor dêsses documentos de caráter íntimo, no estudo dos processos seguidos pelo govêrno para a tomada das decisões. Serão também êsses estudiosos, sem dúvida alguma, os primeiros a reconhecer quanto necessitamos de outros documentos semelhantes, à luz dos quais conferir o que não tem sido, afinal de contas, mais do que o julgamento de um homem isolado.

Descendo dêsse plano de formulação de política — plano elevado, porém secreto — transportamo-nos para a estrutura multicelular da burocracia e hoje ninguém mais se choca ante a informação de que os funcionários públicos também participam dos processos de escolha. A importância cada vez maior assumida pelo serviço civil, no campo da formulação das diretrizes, tem dado margem a violentas diatribes e a apressada reavalização do papel que, numa democracia, deve caber, de fato, aos burocratas. No decorrer dos últimos anos, os estudiosos de administração pública se vêm dedicando à análise dos pro-

blemas que, dentro do serviço civil, levam à tomada de decisões e em tais pesquisas têm sido aplicados, com muito proveito, os instrumentos de análise e as conclusões resultantes dos estudos de outros cientistas sociais, especialmente psicólogos e sociólogos. (2) Assim, os estudos de casos de critérios administrativos que conduziram a decisões fixadoras de política estão surgindo em número cada vez maior e são freqüentemente usados como suplemento ao texto usual dos livros didáticos. (3)

Quando os pesquisadores houverem recolhido um maior número de dados, analisando os processos de escolha nos vários níveis aqui mencionados, poderemos, talvez, esperar que algum dia um cientista social venha a escrever algo de novo sôbre o govêrno democrático, em têrmos dêsse tema, nuclear e difícil. O objetivo do presente ensaio é, necessàriamente, muito mais modesto: apenas examinar o aspecto que tem o processo que conduz à tomada de decisões — ou, se o preferirem — à formulação da política, quando o apreciamos da vantajosa posição do servidor público, de preferência a fazê-lo do ângulo mais proeminente do eleitorado, do Parlamento e do Gabinete. Nesse setor particular tem sido tão pouco o que se fêz no Canadá, que nos parece mais conveniente, a esta altura, tentarmos uma apreciação geral, que possa servir, ao mesmo tempo, como uma agenda preliminar para ulteriores pesquisas, nesse aspecto desafiador do govêrno canadense.

I

Temos que lutar, de início, com um dêsses têrmos que, embora de uso muito comum, mostram ser, de fato, extremamente ambíguos — a palavra "política", aparentemente tão simples. Um de seus significados sugere *política* como gerência ou administração, com base sobretudo num interêsse material ou temporal, em suma, como a atividade que se desenvolve com um objetivo maior e determinado, como quando dizemos "a honestidade é a melhor política". Com risco de revelar um pouco de cinismo, dizemos que essa é uma definição de política que não deixa de ter importância para a presente discussão. Mas a definição que goza, provàvelmente, de aceitação mais universal é a de "uma norma ou um método, definido e estabelecido, que é adotado ou seguido por um órgão do govêrno ou por um de seus funcionários" — definição essa que, não obstante, tem numerosos níveis de referência, que alteram inteiramente seu significado. Falamos, por exemplo, de política fiscal,

(2) O trabalho de R. K. MERTON é, talvez, a contribuição mais importante da parte dos sociólogos. Veja-se o seu estudo "Personalidade e Natureza da Burocracia", cap. V, no outro trabalho de sua autoria "Teoria Social e Estrutura Social", 1949, Illinois. Há ainda, naturalmente, a análise clássica da burocracia oferecida pelo grande sociólogo alemão MAX WEBER. A contribuição da psicologia pode ser prontamente encontrada em qualquer dos muitos livros sôbre administração de pessoal. A obra de HERBERT SIMON "Comportamento Administrativo" (1947, New York) reflete, em alto grau, sua dívida para com psicólogos e sociólogos.

(3) Para exemplo, veja-se o trabalho "Administração Pública e Desenvolvimento de uma Política — Um livro de casos", editado por HAROLD STEIN em 1952, New York. Êsse volume é o resultado de um programa interuniversitário de estudos de casos.

política agrícola, política externa e indiscriminadamente usamos o mesmo têrmo quando nos referimos à política do Ministério da Fazenda sôbre despesas de viagem.

Êsse emprêgo ambíguo e indiscriminado da expressão "política" tem conseqüências importantes, quando consideramos o papel desempenhado pelos servidores civis na formação de diretrizes e é possível que grande parte da grita contra a burocracia, por exemplo, decorra do uso impróprio do têrmo quando nos referimos a *todos* os níveis em que se processa a tomada de decisões. Assim, ao se argüir que os funcionários estão chamando a si a formulação da política, vai implícita nessa afirmação a de que co misso ocorre uma verdadeira usurpação das atribuições específicas de outro órgão do govêrno. E' fato, sem dúvida, que em certos níveis sòmente os funcionários estão em posição de decidir, em grande parte porque outros órgãos nem mesmo têm consciência da necessidade dessas decisões ou, se a têm, não dispõem de informações suficientes para um veredicto. A êsse respeito, não sei de exemplo melhor do que o da grande faixa de decisões coberta pelo que veio a constituir a Lei de Administração Financeira de 1951 que, embora tenha por objetivo ajudar o Parlamento a controlar o erário público, foi, essencialmente, produto da experiência e do minucioso conhecimento do problema, por parte de muitos servidores civis.

Seria de enorme utilidade dedicarem-se os pesquisadores das ciências sociais ao problema de descobrir *quais* os órgãos da administração que, considerados na sua organização, suas capacidades e seus recursos, estão, de fato, equipados para a tomada de decisões e *qual* o tipo de decisão que estão em condições de tomar. E uma vez que nunca foi feita essa lógica distribuição de tal tipo de atividade (nunca se foi além do triunvirato clássico-legislativo, executivo e judicário) (4) e, mais, considerando que são numerosas as decisões que não podem, afinal de contas, ser adiadas indefinidamente, os servidores civis se vêem, freqüentemente, apanhados pelo redemoinho. Não tendo nascido importantes, têm de repente, se assim podemos dizer, importância atirada sôbre suas cabeças, ao terem que tomar decisões — estas nem sempre conciliáveis com a subordinação que tradicionalmente lhes foi reconhecida na hierarquia oficial. (5)

A impossibilidade de uma clara distinção entre os vários níveis pelos quais se distribui a formulação da política pode, então, ensejar a crítica injustificada aos servidores civis, pelo fato de terem que tomar decisões que estejam inteiramente em sua alçada ou às quais não lhes seja possível fugir. Entre as

---

(4) A natureza ilógica da divisão clássica é muito bem demonstrada no trabalho de W.I. JENNINGS "A Lei e a Constituição", no apêndice I, "A Separação dos Podêres", 3.ª ed., 1943, Londres.

(5) Sir FRANCIS FLOUD observou, certa vez, após a 1.ª guerra mundial, que funcionários de categoria secundária tinham sido forçados pela crise a tomar, diàriamente, decisões que antes da guerra teriam constituído matéria para apreciação do Gabinete. Veja-se, sôbre o assunto, "A Esfera do Especialista em Administração Pública", *in* "Administração Pública", vol. I, p. 121, 1923.

várias dificuldades criadas pelo uso ambíguo da expressão, talvez seja suficiente citar apenas mais um exemplo: no Reino Unido, particularmente, onde a experiência com as indústrias nacionalizadas já é maior do que no Canadá, muitos e acesos debates têm sido ocasionados pelo esfôrço no sentido de separar a formulação da política daquilo que se costuma denominar "a administração cotidiana", (6) e a persistência com que as decisões do dia-a dia invadem o domínio das chamadas decisões fixadoras de política mostra que a dicotomia é tão difícil de manter quanto a venerável distinção entre o "judicial" e o "quase judicial". "Palavras, palavras, nada mais que palavras", como disse ELISA para o professor HIGGINS. E, contudo, da alegada distinção espera-se que decorra uma divisão lógica de atribuições entre o Parlamento e os ministros da Coroa, os conselhos diretores e os administradores. Isso seria, antes, uma agradável racionalização do paradoxo inerente à corporação pública: como combinar independência com os requisitos de um govêrno responsável. Em suma, "política" é uma palavra que deve ser usada com cuidado e com plena consciência de seu nível de aplicação.

À proporção que o funcionário civil percorre sua rotina diária de decisões, cabe-lhe olhar em várias direções, de modo a levar em conta influências variáveis e, com diferentes graus de discrição segundo diferentes situações, assumir pessoalmente a responsabilidade das decisões que deva tomar. Enfim, resumindo o problema nos têrmos mais simples, poderíamos dizer que o servidor civil se vê compelido a olhar para cima, para baixo, para fora e para diante e — talvez devêssemos acrescentar — para dentro também.

Ao olhar *para cima*, o funcionário civil tem diante de si uma das características mais significativas de um serviço que busca sua inspiração nas tradições britânicas, ou seja, na firme linha divisória que, em conseqüência do prolongado aperfeiçoamento constitucional, estabelecemos entre o político e o administrador. Tal distinção, que remonta aos famosos "atos locais" do século 18, foi feita primeiro com o objetivo de libertar o Parlamento da ofensiva interferência pessoal dos monarcas, que procuravam guarnecer as hostes legislativas com servidores de sua dependência. No século 19 a linha demarcadora foi olhada como algo indispensável ao desenvolvimento do serviço civil em têrmos de carreira, livre da nefasta interferência dos partidos políticos. Não era apenas a independência do Parlamento, mas antes a pureza, a eficiência, a permanência e a neutralidade do serviço público que então estavam em jôgo. (7) De maneira mais hesitante e enfrentando oposição muito maior

(6) O pequeno relatório do Comitê Especial para as Indústrias Nacionalizadas (publ. n.º 120 da Câmara dos Comuns, 1955) constitui um triste comentário sôbre a inabilidade para se conseguir uma divisão lógica de responsabilidade, baseada na dicotomia entre a política gearl e a administração cotidiana. Tudo aquilo em que o Comitê tocava vinha a cair numa ou mais das quatro áreas expressamente excluídas de sua competência. A propósito, vejam-se os comentários de D. N. CHESTER sôbre o citado relatório, *in* "Administração Pública", vol. XXXIV, primavera de 1956, pp. 93/95.

(7) Excelente resumo histórico dêsse desenvolvimento pode ser encontrado nos memorandos do Redator da Câmara dos Comuns e do Procurador-Geral, anexos ao Relatório do Comitê Especial sôbre Cargos e Funções da Coroa (publ. n.º 120 da Câmara dos Comuns, 1940/1941).

— tão persistentes têm sido as exigências político-partidárias em nosso sistema — seguiu o Canadá a mesma orientação. (8)

Paradoxalmente, enquanto as necessidades de um sistema permanente de carreiras exigiam a fixação dessa linha divisória, a preservação de uma forma responsável de govêrno requeria perfeita integração entre o funcionário nomeado e o político eleito. Poder-se-ia acrescentar que as atividades de bem-estar social, em cujo sentido foi o Estado moderno forçado a orientar-se, levaram também o servidor civil a um contato mais íntimo e direto com o povo em geral. Procuramos resolver nosso paradoxo estabelecendo uma única ponte entre os dois extremos, na forma de um ministro responsável, mas essa ponte, ao que parece, é quase sempre muito frágil para suportar o pesado tráfego que agora passa sôbre ela. Os fatôres que, parece, forçam pêso demasiado sôbre a oscilante estrutura da responsabilidade ministerial são o aumento crescente da atividade do Estado, a moderna tecnologia, agregada à guerra fria e, ainda, aquilo que poderíamos chamar "a situação de domínio unipartidário", que tem caracterizado a política do Canadá.

A maior atividade do Estado tem, naturalmente, dado enorme expansão à burocracia e os últimos vinte anos viram-na mais do que quadruplicar. Em conseqüência a noção, apoiada ainda pela doutrina constitucional, de que um elemento político no tope pode assumir direto e imediato contrôle de todo o pessoal de um departamento, que se conta aos milhares, esgota os limites da resistência humana. Há sintomas de que essa doutrina está sendo interpretada menos rìgidamente quando, por exemplo, os ministros se recusam a arriscar sua carreira política para proteger os funcionários permanentes que com êles colaboram. (9) Além disso, como salientou recentemente Sir EDWARD BRIDGES, em razão de seus contatos mais freqüentes com o público, torna-se cada vez mais difícil para os funcionários esconderem-se por trás de seus ministros — sem embargo de seu desejo de anonimato. (10) Ante a necessidade de explicar ao público a política dos departamentos, o servidor civil pode ir encontrando dificuldade crescente na preservação da velha tradição de mordomo perfeito em relação a seu ministro, segundo a qual lhe cabe o papel de eunuco administrativo, sem opiniões nem políticas. Pode acontecer que alguns servidores públicos, sentindo que estão sendo puxados de traz da cor-

(8) É significativo observar que as leis canadenses, que primeiro visaram a definir os limites entre o político e o administrador, tôdas elas tiveram a epígrafe "Ato legislativo destinado a assegurar a independência do Parlamento". O primeiro dêsses *Atos* recua até os Estatutos da Província do Canadá, de 1844.

(9) O escândalo das rodovias, em Ontário, oferece exemplo ercente, e o Professor SAMUEL FINER examinou pormenorizadamente êsse assunto em seu trabalho "A responsabilidade individual dos ministros", *in* "Administração Pública", vol. XXXIV, número de inverno, 1956, pp. 377/396. Veja-se, também, comentário de HERBERT MORRISON sôbre o episódio de CRICHEL DOWNS, no Reino Unido, na coletânea de 1954 dos Debates da Câmara dos Comuns, pp. 1274/1294.

(10) Veja-se a obra de BRIDGES "As reformas de 1854 em retrospecto", no trabalho "O Serviço Civil na Grã Bretanha e na França", edit. por W.A. ROBSON, pp. 32/33, 1956, Londres.

tina de sua burocracia, reajam com excessivo cuidado ante as funções de relações públicas que se vêem compelidos a desempenhar — e essa observação pode ser especialmente verdadeira em relação aos órgãos como as corporações públicas, nas quais, desprovidos do porta-voz ministerial que os proteja, não sentem êles, de forma bastante realista, a necessidade de se explicarem e de se defenderem diante do público. As exigências da Comissão Fowler quanto à B.B.C. e a recente orientação "intimista" do Banco do Canadá em sua atitude no tocante à política de relações públicas são casos que vem a propósito mencionar.

A doutrina da responsabilidade ministerial sofre, também, a pressão da crescente importância da ciência e da necessidade de permanente preparo para a guerra. O papel emergente do cientista e do especialista tècnicamente treinado serve apenas para reforçar a tensão que sempre existiu entre o técnico e o leigo. Êste último, na pessoa do ministro responsável, é hoje chamado a decidir quanto a distribuição de recursos escassos, a prioridade, a novas pesquisas, tudo isso em áreas tão estranhas a seus próprios interêsses e conhecimentos quanto se possa imaginar. E, contudo, para que subsista a fórmula tradicional, que prevê "o leigo mandando e o técnico executando", terão que caber ao ministro, em última análise, as escolhas decisivas.

Numa situação como essa, será difícil encontrar ministros frustrados ou embaraçados por se verem forçados a decidir equilibrados na estreita base que lhes dá seu conhecimento técnico, bem como especialistas igualmente frustrados por sua inabilidade junto ao leigo que, só êle, pode tomar as decisões importantes?

De forma semelhante, a guerra fria tem trazido administradores civis e militares em constante contato, ao contrário do que ocorria no passado, quando êsse contato apenas se verificava esporàdicamente, em casos excepcionais. Não temos provas, colhidas nos recentes debates conduzidos por militares afastados das fileiras e publicados na imprensa e nos periódicos, de que os técnicos militares consideram a ponte ministerial estreita demais, ou guardada por posições civis em número exagerado? (11) Como pode acontecer que um técnico militar reformado que provàvelmente não só tinha acesso aos mais altos círculos, com postos daqueles a quem competia a tomada das decisões, mas que também participou dessa tomada de decisões, venha agora reclamar, pùblicamente, das autoridades políticas pelas medidas tomadas? A razão dessa explosão de nervos estaria na Comissão de Chefes Militares, em seu presidente, ou na presença de muitos civis na Comissão? Ou será que já não vemos a suspeição do técnico pelo leigo a quem foi dado o direito de pronunciar o veredicto final, ou de levar o assunto à consideração da mais alta côrte política?

---

(11) A discussão travada na Câmara dos Comuns abordou todos êsses temas, de forma bastante esclarecedora. Veja-se "Debates da Câmara dos Comuns", p. 4928 f., 1955, Canadá.

A doutrina da responsabilidade ministerial, finalmente, tem sem dúvida alguma que ser afetada pelo domínio de um único partido, e para exemplo serve a espantosa situação da recente Oposição, em que nenhum dos membros era detentor de um ministério. Chegada a época das interpelações, que poderiam significar seus pedidos de informações além de uma esperançosa pescaria em águas que seria muito fácil para os funcionários tornarem turvas, com respostas que mostrassem apenas a perpétua retidão e presciência de seus chefes políticos? Ao olhar para cima o servidor civil deve, em muitas circunstâncias, sentir-se constrangido, ao considerar a obrigação direta e imediata de dizer "meu ministro, certo ou errado" — enquanto, ao olhar para além do ministro, avista o Parlamento, evadindo-se a suas funções básicas de supervisão. Será que, às vêzes, não sente êle aquela maior responsabilidade, expressa anos atrás por Sir GWILYN GIBBON, de "facilitar o contrôle da política administrativa e a avaliação dos resultados essenciais a um pleno govêrno democrático"? (12) Em suma, se o Parlamento se enfraquece em seu papel de sentinela, graças à dominação de um único partido político, isso impõe aos servidores civis qualquer obrigação maior do que a defesa de seu ministro? O funcionamento eficiente da democracia parlamentar nada lhe pode exigir? Mesmo que o servidor civil não sinta, a êsse respeito, nenhum dever maior, não é também certo que, ainda que seja apenas para proteger sua área de competência, deve êle fazer tudo que estiver em sua alçada para reafirmar ao Parlamento a própria e decisiva soberania? (13)

O domínio de um só partido afeta ainda as relações entre o servidor civil e o ministro de outra maneira importante. E' possível que a linha de separação entre ambos tenha sido corroida, durante anos de permanência dessa situação, na medida em que ministros temporários ou funcionários de alta categoria se hajam deslocado para a área política, ou ocupado em atividades fronteiriças da política, e à proporção em que o período de atuação de um ministério supostamente temporário vai tendendo a acompanhar o do serviço civil permanente? Tal como assinalou CLEMENT ATTLEE, é importante saber, nesse jôgo, as funções de cada um. (14) Num serviço bem organizado, salienta ATTLEE, o ministro decide e o funcionário argumenta, apresentando as causas de objeção, as considerações alternativas de ordem técnica, etc., mas chegamos às vêzes a nos perguntar se, no panorama político do Canadá, nas duas últimas décadas, não se observou uma tendência no

(12) "O Funcionário e sua Autoridade", GIBBON, G., *in* "Administração Pública", vol. IV, n.º I, p. 87, 1926.

(13) Ibidem, p. 93, onde GIBSON observa "enquanto não dispuser o parlamentar de instrumentos de fácil contrôle, sua tendência será para confiar menos no funcionário e sentir-se-á tentado a interferir mesmo em assuntos técnicos... A independência do servidor repousa na segurança e capacidade do parlamentar".

(14) Vejam-se as observações de ATTLEE no trabalho "O Serviço Civil na Inglaterra e na França", cap. II, p. 17, editado por ROBSON. Uma análise original e precisa dêsse tipo de relação pode ser encontrada na obra "Alguns aspectos humanos do Serviço Civil", de DUNHILL, F., cap. VI, 1956, Londres.

sentido da inversão dêsses papéis ou, o que talvez seja ainda mais sério, no sentido da surpressão da sadia tensão que deveria existir entre o ministro e o alto funcionário, de modo que tudo parece reduzido a um jôgo ameno e familiar. Assim como os esposos, que vivendo em plena harmonia pelo espaço de uma geração, acabam ficando parecidos um com outro, assim também poderemos acabar achando essa mesma similitude mental — às vêzes até mesmo física — entre os altos funcionários e seus ministros. Diz-se que o falecido W. C. CLARK costumava doutrinar seus jovens auxiliares, ao ingressarem no serviço público, quanto à necessidade de preservarem a indiferença olímpica que os capacitaria a servir a qualquer partido que subisse ao poder, mas o fato é que, até bem recentemente, nunca foi dado a tais jovens passar por semelhante experiência. Uma das mais interessantes conseqüências das recentes eleições federais será permitir verificar se nossos altos funcionários podem suportar as provas que seu equivalente britânico tem enfrentado com tanto sucesso, ou se teremos que seguir o exemplo americano e fazer a mudança da guarda.

Procurei, até aqui, dar uma idéia dos problemas que surgem nas relações formais entre o servidor civil, investido de funções de formulação de política, e seus superiores, mas será de utilidade também o estudo das estruturas menos formais e das relações correspondentes. Seria, por exemplo, bastante compensador um estudo sociológico das elites, comparando os dados de caráter social, regional, étnico, os antecedentes educacionais e a mobilidade de nossos burocratas e dos chefes políticos. Qual é, assim, o impacto da estrutura burocrática na personalidade? Temos deixado êsse dado quase que exclusivamente a cargo dos colunistas e da impiedosa sátira de numerosos novelistas. A distinção entre a tradição oral e escrita, tão claramente trabalhada por HAROLD A. INNIS, fornecerá uma pista quanto à diferença essencial entre o político leigo e o funcionário permanente? Temos, realmente, diante de nós dois tipos de homem, um acostumado a soldar sentimentos, outro a pesquisar arquivos; um ressumando sensibilidade, como a antena móvel de uma formiga, o outro, raciocínio frio; um consumindo a vida na tradição oral, pois vive a ouvir explicações e críticas verbais, ou a dá-las e fazê-las êle próprio, o outro prisioneiro da tradição escrita, a confiar seus pensamentos ao papel e a extrair suas idéias da leitura de mais e mais papel? Acho que há nesse tema fascinantes possibilidades, mas creio que a dicotomia tenderá a dissolver-se, nos níveis mais altos do serviço civil. Não será verdade que a forma cada vez mais acelerada da ação oficial força, agora, o alto funcionário a adotar muito mais a tradição oral que a escrita, o que o leva a ler e a escrever cada vez menos e a pedir a seus subordinados resumos verbais de longas exposições escritas, que êle não tem mais tempo para ler? Se não vai nisso uma caracterização injusta do fenômeno, podemos afirmar que nos dá provas adicionais de que o processo da tomada de decisões (condicionado pela necessidade de mais decisões em maior número de assuntos, ou pela necessidade de decisões imediatas), tende a assumir aspectos notàvelmente semelhantes, tanto no nível político quanto no das altas esferas do serviço civil.

II

E' uma tentação continuar examinando os problemas com que se defronta o servidor civil, ao olhar para cima, porém, como assinalamos, há ainda outros aspectos aguardando ligeiro comentário. Por exemplo, quando o funcionário olha *para baixo,* buscando assistência para tomar uma diretriz, encontra pelo menos um fenômeno bastante novo para o serviço. Enquanto ainda tem que lidar com indivíduos, ao longo de linhas hierárquicas e tradicionais rigorosas, a assistência, a informação, a documentação que recebe de baixo são, cada vez mais, resultado de trabalho de equipe. A variedade, a complexidade e a interdependência das atividades do Estado deixam pouca oportunidade para a ação de um indivíduo isolado. Hoje ouvimos muito falar no "técnico de organização" e é certo que um de seus terrenos favoritos é entre os escalões intermediários das carreiras do serviço civil, onde a organização da equipe pode ser tão informal quanto um grupo de seminário numa universidade. De fato, a atmosfera de seminário é reproduzida com muita exatidão por algumas chefias de departamento, cujo interêsse principal gira em tôrno de problemas de política administrativa e onde se adota a prática regular das reuniões do pessoal de maior responsabilidade, facilidade que se combina com a localização dos demais membros do grupo de trabalho em salas próximas, às vêzes até intercomunicáveis.

Contudo, a predominância da solução *trabalho de equipe,* para a tomada das decisões fixadoras da política administrativa, é exemplificada, principalmente, pela utilização dos grupos formais, ou comissões, nos quais se é verdade que há uma limitação de liberdade, como alguns observam, há, certamente, um fator de conveniência, na submersão da responsabilidade individual pelas decisões no confortador anonimato dos comitês. JOHN STUART MILL deu o elemento de racionalização dos comitês, ao escrever "um homem só raramente julga certo, mesmo naquilo que é de seu interêsse pessoal, quanto mais no que concerne ao interêsse do público, se utiliza apenas sua própria sabedoria, ou a de algum conselheiro isolado". (15) A verdade é que poucos, hoje em dia, são os que exibem a exuberante autoconfiança que levou CHURCHILL a proclamar: "E' mais fácil dirigir que aconselhar e mais agradável ter o direito de agir, mesmo numa esfera limitada, do que o privilégio de discorrer sôbre muitos assuntos." (16) Estas são palavras de um homem cuja digestão nunca foi perturbada pela necessidade de tomar decisões e apesar daquilo que êle afirma contra "a exaltada preocupação com o trabalho feito pelos outros", arrisco-me a dizer que para muitos mortais a segunda perspectiva é bem mais agradável do que a de enfrentar o chefe empreendedor e decidido. E que outro lugar melhor para as "preocupações", para as prolongadas discussões que vão adiando as decisões difíceis do que as comissões especiais!...

---

(15) "Govêrno Representativo", de MILL, J.S., p. 333, ed. pop.

(16) Citado por D. N. CHESTER no trabalho "Govêrno Britânico desde 1918", editado por Sir GILBERT CAMPION e outros, em 1950, Londres.

O fato de que os comitês têm sido indispensáveis, no processo de tomada de decisão no serviço público, encontra, talvez, sua melhor ilustração na técnica pedagógica que constitui o fundamento do Colégio de Administração de Henley-sobre-o-Tamisa, onde o uso de pequenos "sindicatos" é considerado como o meio mais rápido e direto de familiarização de jovens e capazes administradores com as normas do trabalho em comissões, que virão a encher seus dias, quando estiverem no tôpe da carreira. Não é tanto a substância das discussões que é ressaltada, mas a maneira de conduzí-las e o Prof. K.C. WHEARE, em um de seus últimos livros, (17) considerou essa experiência altamente esclarecedora das atividades inglêsas em matéria de trabalho de equipe. Essa observação é, em parte, sem dúvida alguma, um exercício de auto-análise, visto como o professor WHEARE, mesmo em seu acadêmico isolamento, escreve com a experiência de um homem saturado de comissões. Caberia aqui uma contrapartida canadense a seus estudos nessa matéria e, na realidade, já é tempo de surgir uma série de monografias sôbre os comitês parlamentares, de gabinete, departamentais e interdepartamentais e de aparecere mas análises dos problemas relacionados com o pessoal para êsses comitês e com a condução de seus trabalhos, com referência especial às facilidades centrais ora oferecidas pelo Gabinete do Conselho Privado. É possível que êsses comitês sejam fonte de frustrações, de procrastinações e de aborrecimento, mas ainda assim constituem uma resposta necessária às complexidades da tomada de decisões oficiais, cujo sucesso depende da concentração de talentos especiais e de numerosos pontos de vista de mais de um departamento.

III

Foi GOETHE quem disse que "nada é mais assustador do que a ignorância em ação" e os servidores civis, ao olharem *para fora,* precisam ser muito sensíveis a essa advertência. Um administrador britânico de muita experiência declarou que "o planejamento exige conhecimento, não de natureza final, mas contínuo e progressivo". (18) Admitindo que o Estado moderno exige de seus funcionários a tomada de difíceis decisões, de ordinário dependentes de prognósticos incertos — decisões à base das quais deverão agir êsses funcionários — temos bom conhecimento da forma pela qual são obtidas as informações que conduzem à tomada dessas decisões, bem como das fontes de onde provêm? Em suma, que espécie de "sistema secreto" empregam nossos burocratas? Dependem êles inteiramente de seus próprios grupos de pesquisas, para conseguir a matéria prima para suas escolhas? Ou baseiam-se as mesmas, preponderantemente, em informações filtradas do exterior? Se assim é, quais são os canais de comunicação?

Alguns dos estudos mais úteis e interessantes dos que se fizeram nos Estados Unidos exploraram êsse setor e a admissão franca da existência dos grupos de pressão e do fato de que os mesmos têm, normalmente, acesso fácil

(17) "Govêrno por Comitê", de WHEARE, K.C., 1955, Oxford.

(18) "O Planejamento no Serviço Público em relação às mutações Políticas e Econômica", de MAUD, J.P.R., *in* "Administração Pública", vol. XI, p. 280, 1953.

aos redutos da burocracia, da mesma forma que ao Congresso, simplificou, de muito, o caminho dessa pesquisa. (19) No Canadá, temos estado em posição menos favorável à realização de inquéritos semelhantes, em parte porque há interêsses organizados que não aceitam bem o rótulo de "grupos de pressão" e também porque não é tão fácil, entre nós, o acesso aos órgãos da administração.

São numerosas as possibilidades de pesquisa que êsse problema oferece. Argumenta-se, por exemplo, com boa base, que nos Estados Unidos várias das principais repartições públicas não passam, elas próprias, de poderosos grupos de pressão, que agem no interêsse de uma clientela especial, grandemente responsável pela criação mesma dêsses organismos e que se considera credora dos favores e das simpatias de tais departamentos, sempre que seus interêsses vitais estão em jôgo. Até que ponto isso seria verdadeiro, por exemplo, no caso dos nossos Departamentos de Veteranos de Guerra, do Trabalho ou da Agricultura? Assim, qual seria o impacto da Legião Canadense sôbre o Departamento de Veteranos de Guerra, se a reforçasse uma comissão parlamentar composta inteiramente de ex-combatentes e, ainda, se contasse com pessoal administrativo oriundo da mesma fonte? (20) Quais são as relações entre a Federação Canadense de Agricultura e o Departamento de Agricultura, ou entre as organizações trabalhistas e o Departamento do Trabalho? Até que ponto são as diretrizes de tais departamentos influenciadas pela presença dêsses poderosos interêsses, por elas tão vitalmente afetados? Ou, num setor mais limitado, como o que é abrangido pela Lei de Assistência ao Agricultor, quais são as influências que produzem a complicada fórmula cujo objetivo é levar ao máximo a felicidade do maior número possível de fazendeiros (e eleitores), pela qual verdadeiros agricultores (definidos como residindo no máximo a vinte milhas de distância de uma granja) recebem uma espécie de "seguro de colheita", sempre que a média admitida por acre, dentro de certa área, caia a menos de oito alqueires? (21) Que admirável oportunidade temos aqui, para estudo do caso, em administração e política!

Temos depois o tema inexplorado dos "comitês" técnicos e de sua influência sôbre aquêles a quem cabe a fixação da política. São êles, como já o declararam extra-oficialmente alguns funcionários, meras cortinas de fumaça, concessões feitas às insistentes exigências da democracia? Ou, como já se disse do importante comitê de orientação de política agrícola, poderosas e preciosas influências agindo sôbre os responsáveis pelas diretrizes adminis-

(19) "O Processo Governamental", de TRUMAN, D.B., edit. em 1951, em New York, aplica a expressão "acesso" no sentido em que aqui a usamos. Seu estudo é rico de hipóteses esclarecedoras que merecem ser testadas em relação ao conceito canadense de administração e de política.

(20) Excelente material a êsse respeito pode ser encontrado nos *Registros*, do Comitê de Veteranos, publicado em 1945, em Ottawa. Numa sessão posterior dêsse comitê, em 1951, observou GILLIS: "A atitude do govêrno e dêsse comitê, em relação à legião, tem sido muito boa, através dos anos. Êles nos encaram como seus representantes, não como membros de um partido..." *in Registros*, 1951, p. 186.

(21) Interessantes possibilidades para pesquisas constam dos *Registros* publicados em 1939, em Ottawa, pelo Comitê Permanente de Agricultura e Colonização.

trativas? Ainda, qual é, de fato, o poder dêsses comitês *ad hoc*, de orientação e investigação, que são as comissões reais? Oferecem elas, na realidade, um suplemento necessário às inadequadas fontes de informação de que dispõe a burocracia? Ou o seu valor como agentes informativos tem menos significação do que o papel de "válvulas de segurança", por elas desempenhado?

Outra área se revela quando consideramos os órgãos departamentais e, mais especialmente, os conselhos e tribunais, aos quais foi concedido o poder regulador. Nesses casos, decisões de natureza judicial são tomadas por servidores públicos, geralmente com a observância de determinadas normas regulamentares que estabelecem a exigência de audiências formais, precedendo as decisões. Que sabemos nós sôbre as relações entre tais organismos e as partes interesadas? Até que ponto as decisões dos administradores são afetadas pela necessidade de se manterem em têrmos de permanente e amistoso entendimento com os grupos interessados? E, finalmente, não cabe aqui considerar, mais uma vez, o impacto peculiar de nosso sistema partidário, naquilo em que o mesmo atinge as facilidades de informação do servidor público? No Canadá, como nos Estados Unidos, os partidos não estão precìpuamente interessados na definição da política; são máquinas de mobilização das maiorias através do continente, e de sustentação, no poder, do grupo escolhido. Significará isso que os servidores públicos tendem mais a buscar, fora de seus redutos, a inspiração de que necessitam, em vez de se orientarem no sentido de uma vaga diretiva partidária, deliberadamente planejada para significar muito, para a maioria? A fraqueza de nossa Oposição, num prologado período de dominação unipartidária, tem igualmente forçado o serviço civil a buscar outras fontes — especialmente os grupos trabalhistas organizados — para alternativas, ou para críticas, das políticas cuja administração lhes cabe e das decisões cuja tomada é de sua competência. Que diferença faria para esse serviço se, como resultado das eleições, surgisse uma forte oposição ou — coisa igualmente provável — se não emergisse das preferências do eleitorado nenhum partido claramente majoritário?

Estas observações mostram a riqueza do material e a côrte de preblemas que estão à espera de séria e cuidadosa consideração, por parte dos pesquisadores interessados nos aspectos exteriores do serviço civil.

IV

O Serviço público precisa não só manter um serviço de informações, para coligir e elaborar a matéria-prima exigida para a tomada de decisões, mas também organizar seus "serviços de staff", para que se assegure a execução do planejamento administrativo. Onde, de fato, dentro do serviço público, tem lugar o processo de "olhar para a frente"? A circunstância de têrmos um gabinete, assistido por um departamento do Tesouro, que age de forma tão óbvia com a capacidade de um "staff" de administração geral, pode conduzir à crença de que a função de considerar o futuro se centraliza nesse alto nível da hierarquia. É provàvelmente verdade que muito do trabalho de assessoramento técnico executado no interior dos diferentes departamentos

tem sido inspirado pela necessidade de se prepararem estimativas anuais dos requisitos fiscais do Tesouro ou, mais recentemente, previsões das necessidades de pessoal do Tesouro e da Comissão do erviço Civil. O grau em que a atividade de cada departamento considera o futuro, de forma inteiramente independente dêsse planejamento impôsto pelo centro, precisa porém ser determinado por ampla investigação.

Devemos ficar esperançosos com o recente aparecimento — ou desenvolvimento — de um órgão administrativo que, através do ministro, é diretamente responsável perante o chefe político e que, pelo menos teòricamente, parece composto por pessoal de "staff"? Há muitos anos, quando muito se discutiu a criação de um Conselho Econômico para o Canadá, MACKENZIE KING falou com bastante saudade dos chefes permanentes que todos os seus colegas haviam herdado, enquanto êle, como Primeiro Ministro, não podia contar com tais assessôres. (22) Podemos esperar que a nomeação, através do Gabinete do Conselho Privado, de um conselheiro econômico especial para o Primeiro Ministro represente o primeiro estágio na evolução desse serviço de assistência técnica? Ou devemos partilhar do ponto de vista de CHURCHILL, já antes mencionado, que encara com ceticismo os que nada mais conseguem além de uma "exaltada preocupação com o trabalho feito pelos outros"?

A capacidade do serviço civil de considerar o futuro, na tomada das decisões, depende, em última análise, das oportunidades que sejam proporcionadas aos superiores para maior reflexão sôbre seu trabalho. No momento, muitos dêles parecem colhidos num círculo vicioso: uma vez que o pessoal de maior responsabilidade se vê sobrecarregado, não acha tempo para orientar seus subordinados e, em conseqüência, não os pode preparar para assumir parte dos enormes encargos que têm que enfrentar. Será sempre uma luta, para os altos administradores, envolvidos em situações em que haja necessidade de decisões importantes, defenderem uma nesga de tempo, em seu dia de trabalho, para raciocínio e erflexão. O papel de homens ativos, que são chamados a desempenhar, oferece uma escusa pronta para o fato de considerarem o pensamento especulativo como um luxo inatingível. Seria injusto sugerir que é muito grande o número de altos funcionários que não deseja enfrentar os inconvenientes imediatos da preparação de seus auxiliares, de modo a obterem, como dividendos, folgas preciosas de tempo para reflexão? Eu me sentiria inclinado — apesar das

(22) MACKENZIE KING, falando sôbre o projeto do govêrno conservador, de 1935, que propunha o estabelecimento de um Conselho Econômico, observou: "Acho que é muito necessário que haja, em coordenação com o Gabinete do Primeiro Ministro, maior e mais eficiente assistência técnica a quem quer que esteja à testa do govêrno... Creio que, de um modo geral, não é apreendido, em relação ao Gabinete do Primeiro Ministro, o fato de que êsse é o único pôsto em que um ministro da Coroa se encontra isolado e sem a assistência que pode ser usufruída pelos outros departamentos do govêrno... Há os diretores, na maioria dos casos familiarizados, por anos e anos de trabalho, com a atividade de seus departamentos, há os chefes dos setores mais importantes e há todo o pessoal auxiliar, necessário à execução das tarefas. Mas o Primeiro Ministro assume um cargo onde se encontra sòzinho e dêle se espere que seja capaz de tratar de questões de govêrno que dizem respeito, pràticamente, a todos os departamentos..." *in* "Debates da Câmara dos Comuns", pp. 1.797-1.798, 1935, Canadá.

diferenças atuais, em escala e complexidade — a partilhar da opinião de WALTER BAGEHOT, de que se o chefe de uma grande emprêsa devota muitas horas ao trabalho é porque há, provàvelmente, alguma coias errada na organização dos serviços. Mais ainda, se desejamos um sucesso real para a atual política administrativa que defende o sistema de carreiras para os administradores, os altos funcionários terão, certamente, que estar preparados para dedicar tempo ao programa de treinamento e orientação, vital para o sistema. Devem, também, ser feitos esforços mais sérios no sentido da constituição de uma ampla reserva de pessoal qualificado que, em certo sentido, deveria ser acumulado, de modo a prover número suficiente de extras, disponíveis, quando necessário, para aliviar os encargos dos mais sacrificados dentre os chefes incumbidos das decisões finais. Em suma, ainda é preciso que se considere com muita e cuidadosa atenção o problema de se assegurar aos nossos altos funcionários as necessárias oportunidades para encararem suas obrigações com os olhos no futuro, como o exige o Estado de nossos dias, promotor do bem geral.

V

Finalmente, o servidor civil que tem responsabilidade nas decisões precisa, ainda, olhar *para dentro de si mesmo* e CARL J. FRIEDRICH é um dos mais importantes porta-vozes do grupo daqueles que entendem que uma burocracia só se mantém consciente através de uma rigorosa autodisciplina profissional. (23) Êsse grupo defende a tese de que não é mais possível esperar-se que uma coleção de leigos eleitos, reunidos por acaso numa legislatura, possa manter vigilância efetiva sôbre um serviço civil que se expande sem cessar e que se ocupa com operações cada vez mais compexas e dispendiosas. Temos que depender — afirmam êles na realidade — do servidor civil plenamente consciente, que dentro de si mesmo encontre um homem dedicado ao serviço público e, entre seus colegas, veja homens imbuídos do *espírito de equipe* resultante de um grande orgulho de sua profissão, que possui altos padrões de inteligência e integridade. Êste conceito de responsabilidade burocrática é suplementado pela ênfase que põe FRIEDRICH no fato de que os funcionários públicos devem agir em estreita colaboração com os representantes dos setores organizados do público, com os quais têm que lidar suas respectivas repartições. Ou, em outras palavras, na importância vital de um serviço civil coordenado com o interêsse público.

Para que um tal conceito não pareça fútil, convirá, talvez, comentar as decorrências administrativas do plano nacional de seguro de saúde, recentemente pôsto em vigor. Tal como ponderou o prof. MALCOLM TAYLOR o emprêgo que assim será dado a uma parcela substancial do dinheiro dos contribuintes dependerá de decisões tomadas por membros de várias e determinadas profissões — médicos, administradores hospitalares — nenhum dos

(23) Veja-se "Política de Interêsse Público e Natureza da Responsabilidade Administrativa", de FRIEDRICH, C. J., no trabalho "Política Administrativa", editado pelo autor e por E.S. MASON, em 1940, Mass.

quais pertencente ao serviço civil. (24) Mais ainda, as decisões tomadas por tais pessoas dependerão do bom senso e do contrôle individual do público segurado, considerado de um modo geral. Temos aqui, exatamente, as condições de que fala FRIEDRICH, isto é, a responsabilidade perante o público derivando de um sentimento geral de auto-imposta responsabilidade.

Assim, do mesmo modo que há muito mérito em salientar-se aquilo que denominei a capacidade do funcionário de olhar para dentro de si mesmo, é igualmente certo, como o demonstrou o professor FINER, numa famosa divergência, que isso não basta para assegurar responsabilidade. (25) Se todo aquele que decide, dentro da burocracia, deve ser responsável por suas decisões, não lhe basta olhar para a intimidade de seu grupo profissional e, possìvelmente, para fora dêle, como elemento que é, sujeito aos grupos de pressão. Deve também, como afirmou FINER, ser responsável perante alguma autoridade superior, fora de si mesmo, única maneira de sermos realmente protegidos contra os excessos da burocracia. Assim, em última análise, como já tive ocasião de dizer, temos que exigir de nossos funcionários que olhem *para cima*, para que suas decisões não escapem dos limites, compatíveis com a responsabilidade mais ampla e, via de regra, mais direta, de seus ministros perante o povo.

As escolhas, como assinalei, ocorrem em muitos níveis e sob formas muito diferentes, numa democracia. Quando consideramos o papel especial dos servidores públicos como formadores de política administrativa, é importante ter em mente essa perspectiva mais ampla. Esta peculiar qualidade orgânica do processo da escolha representa, para o estudioso da ciência política, um tema de futuras pesquisas, estimulante e muito compensador.

---

(24) Vejam-se os comentários de sua autoria, *in* Revista Universitária Trimestral, vol. LXIV, n.º 2, verão de 1957, pp. 170-177.

(25) "Responsabilidade Administrativa no Govêrno Democrático", *in* "Revista de Administração Pública," vol. I, 1940-1941, pp. 335-350. Veja-se também, "Burocracia e Democracia" *in* "Serviço Civil na Grã Bretanha e na França", cap. I.

"Introdução à Administração Pública" (*)

35.071

BENEDICTO SILVA

Ausência de literatura sôbre administração na América Latina

O ensino de administração na América Latina tropeça em muitos óbices, o mais evidente dos quais talvez seja a deficiência de fontes de leitura. A maioria dos textos disponíveis sôbre a moderna administração e seus ramos especializados compõe-se de trabalhos em língua estrangeira, escritos principalmente por autores americanos, não traduzidos ou quase intraduzíveis para o português.

Essa deficiência óbvia — ingratamente familiar aos estudiosos, tantas vêzes indigitada por professôres e sentida por alunos — adquiriu evidência maior a partir de agôsto de 1955, com o advento do Relatório Blandford sôbre a administração pública na América Latina. Como sabem os interessados no assunto, o Conselho Econômico e Social Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, resolveu, em 1953, mandar estudar as condições e perspectivas da administração pública neste continente. Designada em 1954 para incumbir-se do estudo, a Missão Blandford partiu de Washington D. C. em julho daquele ano e durante sete meses visitou os países latino-americanos, sem exceção de um só.

Entre presidentes, ministros, professôres universitários, governadores, magistrados, servidores públicos categorizados, jornalistas, cidadãos, homens do povo e estudantes, a Missão entrevistou 779 pessoas. O Relatório Blandford baseia-se no acervo de informações e impressões assim recolhidas. A respeito do ensino de administração pública na América Latina, vale destacar a seguinte passagem do documento em aprêço:

(*) Nota da Redação:

A Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas acaba de publicar a versão portuguêsa do volume I da Obra "Introdução à Administração Pública", de PEDRO MUÑOZ AMATO, Diretor da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Pôrto Rico. O presente trabalho é uma parte, especialmente adaptada para esta Revista, da introdução escrita para a versão portuguêsa pelo inspirador e tradutor da obra, BENEDICTO SILVA, Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública.

No momento em que os interêsses de várias universidades brasileiras se voltam afinal para o ensino de administração, é oportuno divulgar trabalhos como êste, cujos conceitos atualizados ajudam o leitor a iniciar-se na leitura e interpretação dos textos sôbre a matéria, traduzidos e originais, que começam a aparecer em português.

"Aonde quer que fôsse, a Missão ouviu comentários das autoridades, professôres e interessados na administração pública, sôbre a insuficiência dos textos disponíveis. E' tão novo o campo da administração pública na América Latina que, até agora, os professôres universitários produziram apenas alguns textos utilizáveis no ensino da matéria. A maioria dos livros adotados consta de traduções de compêndios americanos e de outras origens, mas mesmo êsses não são suficientes. Os professôres, freqüentemente, manifestaram-se interessados em adotar, desde que os exemplos e ilustrações fôssem colhidos na experiência latino-americana, o "método do caso" (case method) desenvolvido nos Estados Unidos para o ensino e a pesquisa no campo da administração pública. Seja dito, entretanto, que várias entidades, especialmente as escolas de administração pública do Rio (EBAP) e de São José (ESAPAC), estão produzindo novos materiais de leitura".

"Um compêndio fundamental de administração pública em espanhol, baseado em subsídios latino-americanos, foi recentemente elaborado sob os auspícios das Nações Unidas na Universidade de Pôrto Rico" (1)

"Conquanto não seja uma das repúblicas americanas, Pôrto Rico é, no momento, talvez, a mais copiosa fonte de escritos em espanhol sôbre administração pública, a literatura administrativa está igualmente bastante avançada no Brasil, provàvelmente em conseqüência da atividade publicitária do DASP nestes últimos 15 anos. A *Revista do Serviço Público* (DASP — Brasil), cuja coleção contém fartos subsídios especializados, é a única revista de administração pública existente na América Latina".

"Em que pese a essas exceções, pode-se afirmar que, de modo geral, a literatura latino-americana sôbre a administração se caracteriza por um excesso de confiança em traduções: nota-se, por um lado, a freqüente adoção, pura e simples, de critérios e concepções metodológicas da literatura de outras regiões sôbre administração pública; e, por outro lado, a contínua e pesada ênfase no critério tradicional do direito administrativo; sobretudo, uma grande escassez de estudos empíricos das práticas administrativas correntes. Em alguns países não há, a bem dizer, estudos dessa natureza". (2)

LATINIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA ADMINISTRATIVA AMERICANA

Não há que negar: em matéria de administração, os países latino-americanos têm muito que aprender com os Estados Unidos. Os próprios europeus hoje reconhecem — e alguns dêles proclamam (3) — que os america-

---

(1) Refere-se precisamente ao livro que deu origem ao presente artigo: "Introdução à Administração Pública, de PEDRO MUÑOZ AMATO.

(2) Blandford, Jr., John, *Public Administration in Latin America,* (Pan American Union, Washington D. C. 1955) p. 49.

(3) V., por exemplo, as seguintes opiniões, ambas de autor inglês:

"No country has in recente years devoted so much attention to, or published so much material on, public administration as has the United States. The Federal Departaments in Washington are generous in distributing official publications and press

nos do norte conseguiram aperfeiçoar técnicas e métodos administrativos conducentes ao aumento da eficiência do trabalhador e à melhoria das relações humanas no seio das emprêsas.

Os ensinamentos contidos na maioria dos compêndios americanos sôbre temas administrativos não são, entretanto, suscetíveis de aplicação nos países subdesenvolvidos. Embora recheados de casos e exemplos práticos, e escritos por especialistas idôneos, muitos compêndios americanos sôbre administração não satisfazem aos objetivos do estudo dessa disciplina nos países latinos, porque refletem condições e situações peculiares aos Estados Unidos. Como textos de leitura, são por vêzes perplexionantes, e vão ao extremo de parecer obras de ficção nos países subdesenvolvidos. Causam frustrações por igual ao professor e ao estudante; não raro, chegam a ser contraproducentes. Estão saturados de tal maneira do ambiente institucional americano, que dificilmente poderiam ser úteis nos outros países do Continente.

O virtuosismo administrativo americano, rico e variado, sòmente se tornará transplantável para os países latino-americanos, se passar pelo filtro crítico da adaptação. O manual de administração de pessoal da Tennessee Valley Authority, por exemplo, não poderia servir de modêlo para a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nem para a Companhia Hidrelétrica de São Francisco, nem para a Companhia do Vale do Rio Doce. Em outras palavras: a eficiência administrativa americana só servirá de modêlo nos países dêste Continente, se fôr *latinizada*.

O primeiro volume da obra de PEDRO MUÑOZ AMATO, *Introdução à Administração Pública*, além de conter material ilustrativo colhido no Brasil, em Pôrto Rico e em outros países, apresenta concepções mais amplas, — certamente muito menos localistas — do que a maior parte dos livros, folhetos e artigos até agora escritos por tratadistas americanos sôbre o mesmo tema. E' verdade que o autor bebeu longamente em fontes americanas e lastreia a sua obra com citações abundantes de textos americanos. Mas os autores cuja influência se faz sentir mais perceptìvelmente em sua orientação — RAUL APPLEBY, DWIGHT WALDO e MARSHALL DIMOCK, por exemplo — estão entre os que se esforçam por adotar critérios universalísticos.

Nas generalidades, MUÑOZ AMATO filia-se ao grupo que estuda a administração à luz do conceito cultural. Comunga do universalismo pragmático de LEPAWSKI (4) e aceita, até certo ponto, o revisionismo quase matemático

---

statements about their work. Yet how many British civil servants are aware of american methods of dealing administratively with the social problems confronting a vast modern State?"

Warner, Richard, *The Principles of Public Administration — A Study in the Mechanics of Social Action*, (London, Sir Isaac Pitman & Sons, Ltda. 1947), p. 56.

"Even in the United States, where popular recognition of the importance of the subject of management is wider and deeper than in Great Britain ..."

URWICK, L. "Foreword" in *General and Industrial Management*. Tradução inglêsa da obra de HENRI FAYOL, *Administration industrialle ete générale*, (London, Sir Isaac Pitman & Sons, Ltda. 1949) p. 16.

(4) Lepawski, Alfred, *Administration — The Art and Science of Organization and Management* (Nova Iorque, 1949)

de HERBERT SIMON. (5) Complementarmente, perfilha a escola das Relações Humanas, têrmo de sentido ainda incerto em português. Sustenta, em suma, que a administração de cada país é uma expressão da cultura autóctone e, como arte, deve ser praticada em harmonia com os postulados das Relações Humanas. A obra do Prof. MUÑOZ AMATO apresenta, não há dúvida, uma contribuição apreciável para a América Latina. Apreciável *per se*, e apreciável pelo exemplo pioneiro. O maior valor dessa contribuição talvez seja a tentativa de interpretação, em têrmos inteligíveis nos países latinos, das principais técnicas administrativas criadas ou refinadas nos Estados Unidos. Tendo por cenário cultural as normas e práticas gerenciais americanas, tais como têm sido *latinizadas* em Pôrto Rico, constitui um esfôrço para traduzir em têrmos latinos, acessíveis ao nosso entendimento, aspectos do fenômeno a que JAMES BURNHAM chamou de *mana gerial revotion.*

Por estar integrado na American Commonwealth há cêrca de 60 anos, Pôrto Rico é um laboratório ideal para o analista que queira observar, em país de tradições latinas, o comportamento das técnicas administrativas americanas. A circunstância de haver Pôrto Rico conquistado recentemente a categoria *sui generis* de Estado Livre Associado torna ainda mais válido o resultado da observação.

O livro de MUÑOZ AMATO reflete a experiência administrativa americana com adaptações decorrentes do evidente *processo de latinização,* por que passa em Pôrto Rico.

Cometeria injustiça flagrante, porém, quem o classificasse entre os escritores paroquialistas. Cumpre reconhecer-lhe, sem reservas, o esfôrço honesto que faz para elevar a alça de mira, abarcar horizontes mais largos e incluir, em sua teorização, algo do pensamento e da experiência de outros povos.

Política e Administração

O exame a que submete a velha controvérsia sôbre política e administração constitui um avanço da posição teórica a que chegara o assunto, até o advento de sua obra. Sente-se que o Professor MUÑOZ AMATO assimilou a substância haurida nos autores, meditou sôbre os diferentes pontos de vista adotados pelos que o precederam, e conseguiu estabelecer relações mais nítidas, e talvez ampliar os horizontes daquilo a que êle chama *teoria geral de administração pública.*

Ninguém havia postulado, tão ardorosamente quanto êle, a indivisibilidade política e da administração na dinâmica do govêrno. Vários autores, entre êles MARSHALL DIMOCK e PAUL APPLEBY, já haviam indigitado o artificialismo da pretendida diferença entre política e administração, mas coube a MUÑOZ AMATO estabelecer o caráter monolítico do processo político-administrativo que começa nas retortas da opinião pública, reflete-se na ação dos

(5) Simon, Herbert A., *Administrative Behavior;* a Study of *Decision-waking Processes in Administrative Organization* (Nova Iorque, 1947).

Simon, Herbert A., *et al., Public Administration* (Nova Iorque, 1950).

partidos políticos, adquire, pela legislação, o *status* de norma, e termina com a execução administrativa. Trata-se, pois, de uma atividade única, entrelaçada e contínua, que abrange consecutivamente e às vêzes simultâneamente as normas gerais, as diretrizes básicas, e vai especializando-se, vai tornando-se mais limitada e específica, à medida que se avizinha dos níveis inferiores do Poder Executivo. Nesse trasladar de normas legislativas em ações executivas, o processo sofre a influência do coeficiente de discrição pessoal do administrador. Na implementação das diretrizes que recebe dos superiores, cada funcionário dispõe de certa margem de arbítrio. Em vez de designar A para executar determinada tarefa, designa C; em vez de fazer a designação hoje, pode adiá-la para amanhã; em vez de utilizar determinado material de construção ou determinado equipamento de escritório, pode optar por outros; em vez de aplicar êste método de trabalho, aplica aqueloutro; e assim por diante. Ao decidir, dessa maneira, por arbítrio próprio, sôbre a distribuição das tarefas, a escolha dos auxiliares, do momento de agir, do material a ser utilizado, do método de trabalho a ser aplicado, o funcionário executivo é conduzido por sua própria escala de valores morais e profissionais. Esta série de decisões administrativas, que fica a seu cargo, reflete-se na coisa executada — seja uma estrada, um hospital, uma campanha de alfabetização de adultos, ou a arrecadação de impostos.

Embora MUÑOZ AMATO não o admita expressamente, a doutrina que esposa deixa subentendido que, em determinadas circunstâncias, o entrosamento lógico entre legislação e execução pode ser desvirtuado pelo coeficiente de arbítrio do executor.

Entendida como desígnio ou propósito expresso na lei, a política torna-se estática e estéril, nos casos, aliás freqüentes, em que não é canalizada para a ação. Quando isso acontece, o processo se interrompe na fase pós-legislativa, e então a política se fossiliza em fórmula jurídica vazia. Por outro lado, o coeficiente de arbítrio pessoal, fator importante nas atividades administrativas, está sujeito a condicionamento político. De fato, ao cumprir as atribuições de seu cargo, o funcionário executivo pode ser levado por injunções morais, por compromissos sentimentais, por preferências geográficas, por padrões profissionais, mas também por motivos políticos e até partidários. A recíproca é verdadeira: as ações administrativas igualmente repercutem na política. A melhor prova disso, alega MUÑOZ AMATO, está na influência que o Poder Executivo exerce nas decisões dos órgãos legislativos, e, principalmente, no inegável predomínio de que goza nos governos contemporâneos. Amiúde, os êxitos e fracassos do Poder Executivo decidem da sorte de um grupo ou partido político, que pode empolgar o govêrno, permanecer no govêrno, ou ser arrojado ao ostracismo.

O tratamento dado por MUÑOZ AMATO a essa questão teórica reforça o ponto de vista de que legislação e execução, inseparáveis uma da outra, são elementos complementares.

Em resumo, a famosa dicotomia política e administração carece de conteúdo prático. Vista em perspectiva, perde a dualidade, funde-se num processo uno. Decomposta em seus elementos constituintes, aparece como uma cadeia de decisões que marcham do geral para o particular, nascendo como

anseios na opinião pública, articulando-se como diretrizes de ação na fase legislativa, e tornando-se, daí por diante, mais limitadas e específicas, à medida que se aproximam do momento e do local de execução.

O substrato da doutrina de MUÑOZ AMATO encontra-se no seguinte trecho: "Tôda situação administrativa tem seus elementos jurídicos e, viceversa, tôda situação jurídica tem seus elementos administrativos. Tão errôneo é distinguir como identificar absolutamente estas duas qualidades complementares. Cada ato administrativo é baseado, direta ou indiretamente, numa norma jurídica; sua significação completa não emana, porém, dessa base legal, pois a administração consta em grande parte de elementos de discrição ou arbítrio". (6)

Administração e Cultura

Na parte em que discute as relações entre a administração pública e a cultural, MUÑOZ AMATO filia-se à escola sociológica, de que MAX WEBER é um dos paladinos mais citados.

Sabe-se que os meios administrativos de que o homem dispõe para realizar os desígnios governamentais são limitados em número e inelásticos em espécie. Diremos melhor: limitados, fixos e invariáveis. Em todos os países, em tôdas as circunstâncias, em tôdas as latitudes, em todos os momentos históricos, sob tôdas as ideologias, em todos os níveis da escala de desenvolvimento econômico, os meios administrativos conhecidos são bàsicamente os mesmos.

As escalas de valores morais e sociais, os padrões estéticos, os estilos de vida, as preferências e intolerâncias coletivas, as leis, as superstições e até as tradições mudam no seio de uma sociedade politicamente organizada. Cada mudança afeta o modo de utilizar os meios administrativos. O volume dêsses meios varia — diminui, cresce; a qualidade também varia — piora, melhora, pode chegar à perfeição — mas as espécies não mudam jamais.

O professor MUÑOZ AMATO percebe e caracteriza a subordinação dos meios administrativos à cultura de cada povo. Aquêle processo, que nasce no fermento da opinião pública, cristaliza-se na lei e caminha para a ação através do Poder Executivo, — o processo político-administrativo — nada mais é, em cada país, do que um reflexo de estilo de vida da respectiva sociedade.

Uma compreensão nítida dêsse ponto de vista constitui elemento de primeira ordem no equipamento intelectual do estudante de administração pública. Serve para habilitá-lo a compreender a intransplantabilidade de idéias, padrões e métodos administrativos, à revelia dos estágios culturais.

Se o ambiente de um país não oferece, por exemplo, condições favoráveis para que o govêrno seja honesto e eficiente, tornam-se inúteis a reforma

(6) AMATO, PEDRO MUÑOZ, *Introdução à Administração Pública* (EBAP, Rio de Janeiro, 1958) p. 24.

da estrutura formal e a substituição de métodos de trabalho no poder executivo, especialmente quando as modificações abarcam apenas os aspectos mais especializados da administração pública. Se o pistolão político e o nepotismo campeiam, para que servirá uma escala de apuração de merecimento dos funcionários? Se a administração é corrupta, que adianta adotar um bom esquema de classificação de cargos? Se é incompetente, que adianta uma reestruturação dos serviços?

Nos países ou entidades de govêrno, em que se pratica impunemente o subôrno, em que os cidadãos e contribuintes empregam despachantes ou intermediários para tratar com as repartições públicas, em que a malversação de fundos e outras modalidades de corrupção administrativa são comuns, uma de duas: ou não existe ainda, ou já não existe, entre os governados, um sentimento de desaprovação suficientemente articulado para pôr fim a tais abusos e desvios. Pode acontecer até que a atitude dos cidadãos e os líderes em relação ao govêrno e à coisa pública seja de cinismo impenitente. A fórmula *rouba mas faz*, com que certos grupos justificam o mandato de políticos desonestos, exprime essa atitude. Nessa fase da evolução política e democrática de um povo, o govêrno é considerado simplesmente um móvel da luta pelo poder: cada competidor tem por principal objetivo satisfazer as próprias ambições egoísticas. O sistema político ainda não é visto como instrumento para promover o enriquecimento do patrimônio coletivo e distribuir os respectivos benefícios à população, por meio do progresso material e espiritual. A fabulosa potencialidade de servir, inerente ao govêrno, tampouco é percebida. Muito ao contrário: o govêrno é concebido e utilizado como fonte de opressão e instrumento de procrastinação do bem-estar social.

Para situações como a que acabamos de bosquejar, seria ingênuo e perigoso buscar remédio aos órgãos de planejamento, nos organogramas e fluxogramas, nos estudos de tempo e movimento, nos manuais de serviço, nos métodos de trabalho e na institucionalização da chefia executiva.

Diz MUÑOZ AMATO que o problema parece então insolúvel, porque suas raízes penetram até às entranhas da cultura, descem até aos mais recônditos elementos da personalidade. A solução há de vir por meio de mudanças radicais.

Entretanto, o fato de se entender a administração como expressão da cultura de um povo não mata na alma do leitor a esperança de dias melhores para o govêrno dos países subdesenvolvidos.

Embora as reformas administrativas não operem por si sós o milagre de transfigurar governos corruptos em governos puros, nem políticos e administradores inescrupulosos em vestais, podem apresentar um passo para a frente no rumo certo, e funcionar à maneira de foco de inquietação.

O autor atribui grande valor à qualidade dos programas de reforma. Modificar o pano de fundo da cultura de um povo é, evidentemente, processo lento, que se desenvolve através de decênios e até de gerações. Não se chega, por atalhos, à culturação de novas formas de convivência social: faz-se necessário perlustrar o caminho do cultivo prolongado. Mas se é

boa a qualidade dos programas de reforma, a transformação tende a adquirir impulso e produzir resultados encorajadores dentro de períodos relativamente curtos.

Vale a pena transcrever o trecho em que MUÑOZ AMATO ilustra, com o exemplo de Pôrto Rico, a influência imperiosa da cultura nos processos políticos e administrativos do povo:

"A esse respeito, as experiências de Pôrto Rico — tanto em seus êxitos como em seus fracassos — são muito fecundas, principalmente para os demais povos da América Latina. Mostram dramàticamente como um movimento de reforma, implantado por meios pacíficos e democráticos, pode, em pouco tempo, revitalizar cabalmente o estilo de vida de um povo, desde as atitudes fundamentais para com os processos políticos, até as operações cotidianas das repartições governamentais.

Com quatro séculos de colonização, miséria, e a braços com o analfabetismo em sua herança cultural, o povo pôrto-riquenho surgiu na década 1930-40 — época da depressão econômica e pessimismo geral — com um ímpeto renovador, que produziu notáveis frutos: direito ao voto (erradicação da venda do voto), participação intensa do povo nas atividades políticas, eleições sem fraude nem violência, proteção às minorias, planejamento econômico, maior eqüidade na distribuição do patrimônio coletivo, melhores condições de saúde, intensificação e melhoramento do sistema educacional e, em geral, maior bem-estar e dignidade para os cidadãos, em um clima de democracia e otimismo criador. E' interessante advertir que os protagonistas da revolução pacífica daquela década descrevem os acontecimentos como uma passagem da *operação-lamento* para a *operação-mãos à obra.*

O processo teve seus momentos de obsessão com os detalhes e elementos superficiais, porém gradualmente vem adquirindo maturidade. Cada dia se compreende melhor, em Pôrto Rico, a relação entre os fenômenos político-administrativos e as bases da cultura

Inicialmente, na administração pública, quase todo o interêsse se concentrava em criar instituições, reorganizar, implantar novos sistemas de trabalho, ao passo que, hoje, se dá maior importância ao fator humano e se dedica mais atenção aos aspectos de educação e de liderança. O conceito *mecanicista* vai, a pouco e pouco, cedendo terreno ao de *relações humanas.* (7)

Já se vê que as advertências contidas na obra de MUÑOZ AMATO — úteis não apenas aos estudantes de administração pública, mas também aos políticos e legisladores — são divulgadas com oportunidade no Brasil. Desde 1952, está em curso no Congresso Brasileiro e tem sido discutido nos meios políticos, na imprensa, nas universidades e nos círculos oficiais em geral, um projeto de reforma administrativa. Se aprovado, tal como submetido à Câmara dos Deputados pelo então chefe do Poder Executivo, Presidente GETÚLIO VARGAS o projeto aumentaria de 10 para 16 o número de ministérios. O projeto prevê a criação, por desdobramento, dos Ministérios das Comuni-

(7) AMATO, PEDRO MUÑOZ, *op. cit.*, p. 32-3.

cações, da Indústria e Comércio, do Interior, das Minas e Energia, da Previdência Social, e dos Transportes, e também do Conselho de Planejamento e Coordenação, órgão de alto nível, presidido pelo Presidente da República e constituído de todos os Ministérios de Estado e Presidentes dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República. Nas disposições gerais, o projeto encerra verdadeira reforma dos preceitos legais e normas contábeis que presidem ao desembôlso dos dinheiros públicos e à prestação de contas.

Em tôdas as sociedades humanas há indivíduos que evoluem, isoladamente, mais do que outros e chegam às culminâncias da civilização. O progresso de um povo, porém, é expresso pela média da mentalidade de todos os cidadãos, não pelos expoentes isolados. De certo modo, a reforma administrativa ora em andamento no Congresso Brasileiro representa o desejo de indivíduos altamente evoluídos, mas talvez distanciados da média do sentimento coletivo do povo brasileiro. Daí a probabilidade de a reforma administrativa, se votada pelo Congresso, tal como foi proposta, vir apenas modificar as estruturas formais e certos procedimentos técnicos.

Cremos não incorrer em afirmação ôca, se dissermos que, na sociedade brasileira, ainda não existe um caldo de cultura suficientemente apurado e definido para exigir um mecanismo administrativo *sofisticado*. A assimilação e meditação do que MUÑOZ AMATO nos ensina aproveita por igual aos legisladores e administradores do Brasil. Cumpre-nos engrenar as reformas administrativas aos estágios culturais. Cumpre-nos substituir o *critério mecanicista* pelo *critério sociológico*.

Administração e pragmatismo

Na parte intitulada "A Sistematização da Administração Pública", a obra de MUÑOZ AMATO proporciona outro contingente apreciável. Aqui também o autor conseguiu dilatar as fronteiras da doutrina. Descrevendo as tendências atuais da administração pública, indica o caminho do estudante para a compreensão de um dos capítulos mais significativos dessa emergente disciplina, que tem probabilidades de vir a ser, segundo os augúrios do autor, "uma das mais valiosas contribuições do século XX para a felicidade humana". (8) A discussão das várias tendências não chega a ser exaustiva, mas certamente é bastante inclusiva para descortinar todo o panorama. Na seção intitulada "O critério antropológico", volta a elaborar, ampliando-os, os conceitos contidos na seção intitulada "Administração Pública e Cultura", do primeiro capítulo.

Entre as advertências metodológicas formuladas pelo autor, cabe salientar a de que, no estudo da administração pública, o objetivo final é pragmático: *melhorar as práticas administrativas do govêrno para assim melhor servir aos interêsses públicos, aos ideais e às necessidades do povo*. Dir-se-ia: se êsse é o objetivo, por que devota o autor tantas páginas ao de-

(8) AMATO, PEDRO MUÑOZ, *op. cit.*, p. 88.

senvolvimento de uma teoria geral de administração pública? Por que não preferir francamente os estudos descritivos das operações administrativas, tais como estas se desenvolvem no interior das repartições governamentais?

Em passagem anterior do livro, adverte êle que, carecendo de sistematização, os práticos tropeçam nas maiores dificuldades, quando se lhes exige a articulação de sua experiência para fins teóricos ou educativos. Manifestam-se, então, de modo inequívoco, os efeitos prejudiciais do empirismo cego, o qual não só esteriliza possibilidades de difundir idéias e conhecimentos por meio do ensino e de refinamento teórico, senão também injeta muitas falhas na própria rotina.

Apesar de rotineiro e errático — e impotente em face de situações novas — o empirismo cego degenera fàcilmente em preconceito e dogmatismo. Existe, assim, o problema da ligação entre a teoria e a prática. Sem teoria, os práticos não conseguem interpretar suas próprias experiências, menos ainda comunicá-las àqueles que tentam as formulações teóricas. Per contra, os especuladores de cadeira de balanço, órfãos de experiências práticas, só por acaso conseguem elaborar teorias dignas dêste nome. E' nesta parte do livro que MUÑOZ AMATO diligencia encerrar a velha controvérsia tantas vêzes reacendida, sôbre se a administração é ciência ou arte.

Por um lado, conclui êle, e uma vez que há certas experiências administrativas insusceptíveis de sistematização teórica, a administração nem chega a ser *ciência aplicada*, quanto mais *ciência*. Administração é *arte*. Por outro lado, em que pese às suas insuficiências analíticas atuais, a disciplina apresenta-se como *ciência aplicada* em certas manifestações. A magia da palavra *ciência* não basta para fazer o milagre de dar conteúdo científico à disciplina.

Generalistas versus especialistas

A advertência metodológica final aceita, e até preconiza, a unificação dos estudos sociais. E' preciso unificá-los, a fim de que o estudioso possa forjar as armas com que se habilitará a analisar e resolver os problemas da vida social. A corrente das relações humanas, a filosofia política e as melhores expressões do realismo prático representam, na administração pública, os mais prometedores instrumentos de unificação.

Hodiernamente seria temerário duvidar-se da utilidade da especialização. O processo de especialização leva o estudante a concentrar seus recursos intelectuais e interêsses profissionais na análise de problemas específicos e limitados, o que permite um conhecimento funcional dêsses problemas.

A especialização pressupõe aprofundadamente estudo demorado e cuidadoso de casos pertencentes à mesma família, revisão constante de noções assimiladas, aferição rigorosa de conhecimentos, numa palavra, domínio do assunto. "A especialização", — diz URWICK, um europeu — "é a via do progresso nas organizações humanas". Por que? Êle próprio responde: "A especialização habilita-nos a pensar sôbre um assunto ou grupo de assuntos

correlatos, com enorme economia de esfôrço mental. Conseqüentemente, fortalece o poder e aumenta o alcance dos conhecimentos do homem sôbre a respectiva função". (9)

Mas, às vêzes, a especialização empana a perspectiva, obscurece a significação do panorama geral e conduz ao superficialismo. O trato das realidades administrativas reclama a síntese dos recursos que as ciências sociais proporcionam.

Para progredir econômica e socialmente, a América Latina necessita de equipes de profissionais preparadas. Ninguém sabe, porém, que tipo de profissional seria mais útil aos países subdesenvolvidos do *Continente*. O generalista ou o especialista? Parece que ambos nos são indispensáveis. Tanto os que consideram os generalistas mais necessários, quanto os que consideram os especialistas, se baseiam em bons argumentos.

Na América Latina, o generalista é o homem culto, que pode discorrer sôbre os mais variados assuntos: a Arte Moderna, as Cruzadas, o Budismo, Marcel Proust, Aristóteles, o Equilíbrio Molecular, Folclore, o Cinema, Shakespeare, Cícero, as Constelações Austrais, o Livre Arbítrio, Teodora de Bizâncio, etc. Os que são capazes de participar em debates que abrangem desde as catedrais góticas até a desintegração do átomo, freqüentemente pecam por superficialismo. Na maioria dos casos, não conseguem ir além dos rótulos das coisas discutidas.

Por outro lado, o especialista americano, com a tradicional estreiteza de seus horizontes, é visto com grandes reservas na América Latina. Por exemplo: o homem versado em patentes, que conhece tudo sôbre patentes, — a história, a legislação comparada, os aspectos tecnológicos, a significação econômica, as fraudes, — muitas vêzes ignora que a ilha de Pôrto Rico passou da soberania espanhola para a americana em fins do século dezenove, e que a língua oficial do Brasil é o português.

MUÑOZ AMATO não preconiza o generalista que borboleteia na superfície dos assuntos, nem o especialista encerrado no casulo de sua *expertise*. Para êle, o administrador deve familiarizar-se com as ciências sociais, notadamente a antropologia cultural, a psicologia, a economia e a ciência política. Essa posição é prudente e arguta ao mesmo tempo. A duração média da vida não permite ao homem coevo dominar mais do que uma fração insignificante do atual patrimônio científico da humanidade. Hoje os Picos de Mirândolas seriam ridículos. O clima intelectual de nossos tempos asfixia qualquer veleidade enciclopedista. Mas o extremo oposto, isto é, o caso do especialista que conhece tudo, por exemplo, sôbre o nervo ótico do ôlho esquerdo da salamandra, igualmente não merece respeito. NICHOLAS MURRAY BUTLER, antigo presidente da Universidade da Colúmbia, disse certa vez que o *expert is one who knows more and more on less and less*. Segue-se que o generalista é *one who knows less and less on more and more*. Mas há um perigo para ambos: o especialista pode conhecer mais e mais sôbre menos e menos,

(9) URWICK, L., *The Elements of Administration* (Nova Iorque, 1943), p. 48.

até chegar ao ponto de conhecer tudo sôbre nada; e o generalista pode correr o risco de conhecer menos e menos sôbre mais e mais, até chegar a conhecer nada sôbre tudo

Tal como concebido por MUÑOZ AMATO, o administrador situa-se eqüidistantemente entre o especialista estreito e o generalista superficial. Nem o generalista, que conhece algo sôbre tôdas as ciências sociais, porém nada sôbre classificação de cargos ou fluxogramas, nem o especialista, que conhece profundamente departamentalização e planejamento, porém nada sabe de ciência política. Poder-se-ia dizer que êle preconiza o generalista em ciências sociais, especializado em Administração.

O administrador público necessita de visão de conjunto. Cumpre-lhe não se deter, indeciso, nas fronteiras dos departamentos analíticos, tampouco fechar os olhos às questões normativas. Daí a desejabilidade da unificação dos estudos sociais. Essa unificação, segundo MUÑOZ AMATO, de certo modo coíbe os excessos de cientificismo e especialização e dirige as suas interpretações para a solução de problemas práticos, pelo que vem a ser a mais digna aspiração da disciplina.

Planejamento

O terceiro capítulo da obra trata dos aspectos teóricos e práticos do planejamento.

Conforme observamos alhures, o culto da eficiência e a busca incessante do bom êxito (*nothing succeeds more than success*) como que fizeram do americano do norte um povo de administradores (*managers*). Na verdade, a incansável preocupação com a economia de recursos e de tempo, e com a abolição de movimentos inúteis, que caracteriza a concepção americana do trabalho, valorizou de modo extraordinário nos Estados Unidos as técnicas administrativas e o papel do administrador. (10) Quem diz administrador, diz planejador.

Uma das técnicas administrativas mais prestigiosas naquele país é, por isso mesmo, o planejamento. Diz LEWIS MUMFORD que o planejamento implica a coordenação das atividades humanas no tempo e no espaço, à luz de dados conhecidos sôbre o lugar, o trabalho e a população. (11)

Mas especìficamente diremos que o planejamento é o "Abre-te Sésamo!" da eficiência. Seja-nos permitido reproduzir os seguintes conceitos sôbre o planejamento:

"Indicando a ordem em que as operações parciais devem ser executadas, o planejamento orienta e estimula a ação executiva. Predeterminando o agente, o momento e o local de cada operação, o planejamento permite a coordenação geral dos trabalhos da emprêsa. Distribuindo as tarefas e fi-

(10) SILVA, BENEDICTO, *Vocabulário Administrativo*, "Introdução", no prelo.

(1) MUMFORD, LEWIS, *The Culture of Cities* (Nova Iorque, Harcourt, Brace and Co. 1938), pp. 371/374.

xando o ponto de partida, os pontos intermediários e o ponto de chegada para cada trabalhador, o planejamento facilita a verificação do trabalho feito e o contrôle do trabalho em andamento.

"Quando há bom planejamento, é sempre possível confrontar o executado com o planejado e corrigir os desvios, se fôr o caso; acelerar ou retardar o ritmo de ação de cada setor, se necessário; e assim controlar o conjunto geral de atividades da emprêsa. Pode conceber-se planejamento sem coordenação, assim como planejamento sem contrôle. A recíproca, porém, não é verdadeira. Onde não houver plano, a coordenação e o contrôle tornam-se impossíveis.

"Como fase administrativa de qualquer trabalho racionalmente concebido, o planejamento é único, no sentido de insubstituível. Não há inspiração genial que lhe possa fazer as vêzes. Os grandes empreendimentos humanos pronto se transformam em tôrres de Babel, se carecem de planejamento. A ausência de planos gera a confusão, entroniza o desperdício, fomenta a anarquia, conduz ao caos.

O planejamento é, assim, um imperativo categórico de todos os esforços que se associem para realizar grandes desígnios humanos. Indica a divisão do trabalho, orienta a execução das tarefas, permite a coordenação dos esforços, e facilita o contrôle dos resultados". (12)

Transplantada para Pôrto Rico e alí pròpriamente adaptada, a técnica de planejar tem contribuído mais do que qualquer outra para o extraordinário surto de progresso econômico e social, verificado no país nêstes últimos quinze anos, e acelerada nestes últimos cinco. Quem conhece, por exemplo, para citar apenas o caso mais recente, o plano regional para a área metropolitana de San Juan, (13) não poderá deixar de convir em que a técnica de planejar se tem desenvolvido de maneira consistente em Pôrto Rico, onde as suas aplicações práticas, dirigidas pela Junta de Planejamento, assumem a mais alta categoria e gozam de merecido prestígio. Talvez seja por isso que MUÑOZ AMATO, dispondo de um observatório tão rico de experiências, pôde elaborar o capítulo sôbre planejamento. Por outro lado, nêle temos o exemplo documentado da aculturação, em ambiente latino, de uma técnica administrativa de alto prestígio, senão elaborada, pelo menos aperfeiçoada grandemente nos Estados Unidos.

Com efeito, no capítulo sôbre planejamento, talvez o mais harmonioso da obra, MUÑOZ AMATO oferece novas contribuições positivas, não tanto pela originalidade, mas sobretudo pela revisão da doutrina. Aliás, a mais corajosa tentativa de articulação de uma teoria de planejamento, até agora publicada, ao que sabemos, é esta de MUÑOZ AMATO. Ninguém cotejou melhor do que êle os diferentes pontos de vista emitidos pelos autores; particularmente, ninguém

---

(12) SILVA, BENEDICTO, "Planejamento Governamental", capítulo da obra em preparo *Teoria e Prática de Planejamento*.

(13) BARAÑANO, EDUARDO, *Plan Regional del Area Metropolitana de San Juan* (San Juan, Junta de Planejamento de Pôrto Rico, 1956).

se esforçou mais do que êle por construir, com os materiais disponíveis — esparsos, contraditórios, às vêzes confusos — *um esbôço de doutrina* sôbre o planejamento.

Orçamentos

O quarto e último capítulo do primeiro volume desenvolve uma interpretação pessoal, algo heterodoxa, das instituições orçamentárias tradicionais. Não se satisfaz o autor com respigar opiniões sôbre os princípios orçamentários: procura ampliar as bases da matéria.

A contribuição mais estimável do autor, nesse capítulo, talvez haja sido o estabelecimento nítido, que faz, da conexão entre planejamento e orçamento. E' bem sabido que essa conexão existe. MUÑOZ AMATO, porém, indica-a e caracteriza-a magistralmente.

Que é a função de planejar? E' a formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma emprêsa e condiciona os meios de alcançá-los. Em outras palavras: é a programação de trabalho. (14)

Em que consiste um plano? Consiste na definição de objetivos, na ordenação de recursos materiais e humanos, na determinação de métodos e formas de organização, no estabelecimento de medidas de tempo, quantidade e qualidade, na localização de atividades e em outras especificações necessárias para racionalizar os esforços de uma pessoa ou de um grupo.

Que é um orçamento? Um orçamento é, essencialmente, um plano de ação expresso em têrmos monetários. Assim concebido, torna-se claro que constitui uma etapa do planejamento.

Planejar e orçar são, pois, fases distintas do mesmo processo. Ao passo que o planejamento geralmente pode e deve abranger períodos longos, de vários anos, a elaboração orçamentária, segundo a prática universal, cobre apenas um exercício financeiro, isto é, um ano-calendário. Nada obstante, o orçamento é uma etapa adiantada do planejamento: a etapa pré-administrativa, em que os planos de trabalho, em vésperas de execução, se condicionam a um denominador comum — o custo expresso em têrmos de moeda.

Para caracterizar melhor as relações íntimas entre planejamento e elaboração orçamentária, o autor formula e comenta, num e noutro caso, os princípios essenciais pertinentes. No caso do planejamento, formula cinco princípios essenciais, pràticamente os mesmos: o princípio do planejamento, o da universalidade, o da unidade, o da previsão e o da periodicidade.

Ensinando que o planejamento é uma fase vestibular da elaboraçao orçamentária, entende o autor que há comunidade de princípios entre aquêle e esta. Êsses princípios comuns regem todo o processo de elaborar os planos de trabalho e aprestar os meios de ação — homens, conhecimentos, instalações, equipamentos, materiais e serviços.

(14) AMATO, PEDRO MUÑOZ, *op. cit.*, p. 91.

MUÑOZ AMATO não se cinge a versar os princípios teóricos que presidem à tarefa de elaborar o orçamento: estuda, também, na parte em que trata de *Organização e Métodos*, os problemas da participação do Poder Legislativo, da execução orçamentária, da fiscalização interna e outros de menor categoria, como a localização do órgão de orçamento, a sua estrutura, etc. Ilustra a doutrina com os anexos integrantes do capítulo: um excerto do orçamento de Pôrto Rico é um modêlo de conta consolidada.

Vaticinamos que a versão portuguêsa do primeiro volume de *Introdução à Administração Pública* será bem recebida como fonte de consulta por parte dos que, no Brasil, ensinam, praticam e aferem os princípios pertinentes à disciplina.

Redação Oficial no Treinamento dos Servidores

35.082

JOÃO LUIZ NEY

CONSAGRAM-SE os Cursos de Administração do D.A.S.P. à formação e treinamento de servidores, visando capacitá-los a maior rendimento no desempenho de suas funções, no serviço público federal. Com êsse objetivo, vem de ser criado ali mais um curso especializado, para treinamento de Oficiais Administrativos, com aulas, e súmulas gratuitas de Português e Redação Oficial, Direito Administrativo, Constitucional, Civil e Penal, Geografia e Matemática.

O acêrto da iniciativa já se faz sentir, desde logo, não só pelo interêsse despertado nos funcionários daquela classe, mas ainda, e principalmente, pelos frutos que desde já se vão colhendo nas salas de aula, onde o professor de Português e Redação Oficial, por exemplo, com duas lições semanais apenas, tem tido oportunidade de, em três meses de curso, apreciar o satisfatório aproveitamento de grande parte dos alunos, na aquisição dos recursos e qualidades pertinentes à boa linguagem, e de fàcilmente iniciá-los nos cativantes segredos da arte de redigir.

E' dêsses resultados e dessa experiência naquelas turmas que nos propomos tratar.

Não discorremos aqui sôbre teóricos problemas de metodologia. Sustentamos, única e exclusivamente, a eficácia do que, a nosso ver, compete aplicar-se no ensino finalìsticamente pragmático da redação oficial. Temos em mente o aforismo: para boa colheita, melhor semeadura.

Ora, não visa êsse curso à formação de beletristas exímios nem, tampouco, à de meros revisores dos escritos alheios. Quer-se o funcionário capaz de redigir, em linguagem estreme, os documentos oficiais. Intenta-se habilitar as turmas a redigir com correção, clareza, concisão, espontaneidade e elegância, no atendimento das necessidades administrativas.

Para isso, impõe-se, fundamentalmente, o domínio simultâneo de duas técnicas: a da *forma* e a do *conteúdo*. A primeira, policia-a o professor de Português; a segunda, precìpuamente, o professor de Direito, de Organização e de Orçamento. O primeiro objetiva o sistema lingüístico; o segundo, a legitimidade, interêsse e propriedade de ordem administrativa.

E' propósito nosso o estudo dos meios de que se pode servir o primeiro, na concretização do seu escopo: o domínio fácil da técnica de redação, através do conhecimento prático das inapreciáveis riquezas do nosso sistema lingüístico.

Neste ponto, uma pergunta prévia. Que mais importa, no estudo e conhecimento da língua, a quem dela diàriamente se serve em razão de seu ofício? Respondem os filólogos: o ponto essencial é sobretudo a sintaxe. Na contextura sintática é que estão as relações vocabulares.

Assim, dominar a língua é, mormente, conhecer e assimilar-lhe a estrutura, as possibilidades de arranjo dos têrmos oracionais, os processos de dependência e interdependência das orações. E', enfim, fazer *análise sintática*, parte da gramática que José Oiticica, precisamente, define como "o estudo da estrutura de uma língua".

Há, porém, o exagêro e a subestimação da análise sintática, por parte dos professôres, em todos os idiomas. Cumpre reconhecer-lhe a importância, mas evitar-lhe o excesso. Querer transformá-la num fim, quando é meio de adquirir a arte de escrever, será desserviço e procedimento inane nas aulas de português.

Para atender, satisfatòriamente, a sua finalidade, deve o método de análise assentar-se nos fatos lingüísticos e permitr classificar e compreender os múltiplos arranjos e acidentes possíveis do discurso: coordenação, subordinação, braquilogias, antecipações, anacolutos, denotações, ênfases, justaposições, correlações, etc.

Servindo-se dessas noções, poderá o discípulo, a par dos exercícios de análise, iniciar-se na substituição das estruturas e, guiado pela experiência do mestre, lograr o melhor arranjo das orações no texto, e ir-se inteirando, progressivamente, das relações várias entre os têrmos do período e dos períodos entre si. Expediente que muito lhe facilitará a compreensão e assimilação dos arranjos estilísticos. Eis a importância da análise. Ela é que nos permite compreender e realizar êsses arranjos; ela que nos capacita a apurar e corrigir os erros de sintaxe; ela que nos conduz conscientemente às qualidades do estilo.

Lembre-se, de passagem, que essas qualidades, indispensáveis mesmo no estilo simples de nossas atividades cotidianas, consistem: 1.º) na *correção*: observância dos cânones gramaticais ditados pela tradição clássica da língua; 2.º) na *clareza*: expressão cristalina do pensamento, a ponto de fazer-se fàcilmente entendido por todos; 3.º) na *concisão*: economia na expressão do pensamento, mencionando só o estritamente indispensável, ou guardando o maior número de idéias no mínimo possível de palavras; 4.º) na *nobreza*: proscrição dos ditos chulos e expressões plebéias; 5.º) na *harmonia*: boa disposição dos elementos da frase e dos arranjos fraseológicos do período, procurando-se melhor ritmo e mais agradável ajustamento fônico; 6.º) na *precisão*: emprêgo do têrmo próprio e adequado à integral expressão de um pensamento; 7.º) na *originalidade*: ausência do trivial, evitando-se as chapas e repetições.

No estudo dessas qualidades gerais, é de tôda conveniência mencione o professor, com exemplos, os defeitos que lhes são correspondentes: *impureza, obscuridade, prolixidade, aviltamento, desarmonia, impropriedade* e *vulgarismo*.

Seria demais, neste trabalho ligeiro, o exame pormenorizado de cada uma dessas qualidades e defeitos. Vale, porém, a sugestão de fazê-lo, na sala de aula, o professor de português dos Cursos de Administração do D.A.S.P., pelo menos no segundo semestre do Curso de treinamento de oficiais administra-

tivos, quando poderá servir-se dos exercícios de redação dos próprios alunos, na exemplificação dos defeitos e encarecimento das qualidades.

Salientemos tão sòmente, por enquanto, a excelência da análise sintática como roteiro eficaz no estudo daqueles requisitos técnicos caracterizadores do bom estilo.

Como conduzi-la, porém, a tão relevante meta?

Partindo dos mais simples exemplos de estruturas equipolentes, chegará o estudante a desconjuntar parágrafos inteiros, no esfôrço de lhe achar a melhor expressão, a mais clara, a mais concisa, a mais harmônica, a de maior precisão e propriedade.

No estudo das orações substantivas, mister se faz, por exemplo, a comparação de frases como: *Consta que suspenderam dois funcionários* e *Consta a suspensão de dois funcionários.* Duas estruturas para o mesmo pensamento. A primeira, período composto; a segunda, simples. Em ambas, a declaração fundamental é *consta,* cujo sujeito, na primeira, é a oração substantiva: *que suspenderam dois funcionários;* na segunda, o substantivo *suspensão,* seguido do complemento objetivo *de dois funcionários* que, na oração subordinada da primeira estrutura, é objeto direto de *suspenderam.* Surge, no caso, o complemento objetivo em conseqüência da substituição do verbo da subordinada pelo substantivo cognato. (1) Temos, em ambos os períodos, duas declarações; diferenciam-se apenas quanto à forma: uma simples e outra composta.

O mesmo se apontará com respeito às demais substantivas, lembrando-se ainda o recurso de reduzi-las a infinito para obter elegância e sobriedade de estilo.

Um exemplo: o período — *No caso de que sejam respeitados aquêles princípios, importa que sejam intransigentes* — reduz-se, com vontagem, a — *No caso de se respeitarem aquêles princípios, importa sermos intransigentes.* Recorremos ao infinitivo para substituir o modo finito das duas orações substantivas desenvolvidas. Nos melhores autores, não preponderam estas sôbre as reduzidas.

Estilìsticamente, ótimo preceito é evitar as orações subordinadas. Em geral, são elas responsáveis pelo estilo rabilongo, pelos parágrafos de mau gôsto. Do seu abuso, advêm, muitas vêzes, os acumulamentos e a obscuridade do arcabouço fraseológico supinamente deselegante.

Com as orações adjetivas, amiúde, são factíveis as mesmas transformações. No período: "Os amigos *que ouvem êste programa* estão lembrados do *que lhes recomendamos ùltimamente*", às orações adjetivas, grifadas, preferíamos a estrutura simples, pela sua superioridade de concisão sem prejuízo da clareza. Diríamos o mesmo com mais economia e mais adequado arcabouço: "Os amigos *ouvintes dêste programa* estão lembrados *da nossa última recomendação*", ou melhor: "Os amigos ouvintes lembram-se da nossa última recomendação", ou ainda: "Lembram-se os amigos ouvintes da nossa última recomendação".

---

(1) Veja meu *Guia de Análise Sintática,* p. 55.

Releva notar o importantissimo ditame estilístico de transformação das adjetivas, em reduzidas de gerúndio e particípio passado. Seja o exemplo: "publicam os jornais a fotografia do criminoso *que está sendo procurado pela polícia*". Aí, a adjetiva grifada reduz-se a particípio passado, omitindo-se o relativo *que* e os auxiliares *está sendo*. Diríamos: "publicam os jornais a fotografia do criminoso *procurado pela polícia*".

No exame das adjetivas reduzidas de gerúndio, é de tôda conveniência advirta o professor seus discípulos contra o vício freqüente das construções com gerúndio sem sentido progressivo. Corrigirá exemplos como êstes: "Comprei um apartamento *contendo* duas salas e dois quartos"; "Planeje-me uma prova *constando* de vinte questões sôbre o assunto". Emprêgo vicioso do gerúndio fàcilmente substituível, em ambos os casos, pela preposição *com*.

E' mister, no mesmo passo, a observação quanto à viciosa antecipação do sujeito ao verbo, nas adverbiais reduzidas de gerúndio e de particípio passado: "o processo chegando, encaminhe-o à secretária" em vez da construção vernácula: "chegando o processo, encaminhe-o à secretária".

Iríamos longe no encarecimento da análise sintática, se nos dispuséssemos a fazer sentir, através de exemplos, a sua relevância na compreensão dos variadíssimos processos de estruturas periódicas. Não nos faltará oportunidade de fazê-lo em trabalho futuro, mais amplo e especializado, que servirá de subsídio no apuramento da boa linguagem.

Pode-se, no entanto, entrever que precioso instrumento educativo nos fornecerão os bem dosados exercícios de análise, quando aplicados na correção gramatical e estilística de textos alheios, ou no comentário dos trabalhos da classe.

Vejamos um exemplo.

Apresente-se aos discípulos um texto para corrigir, e, depois de lhe identificar e apurar os erros gramaticais, peçamos a eliminação das orações subordinadas.

Tomemos o seguinte texto:

> *"Como Azevedo era muito rico, e que não tinha filhos seus, recebeu em sua casa aquela menina, tratou-a como sua filha, dando-lhe sua assistência e pondo nela seu maior carinho. Muitas vêzes o vi eu mesmo, quando ela estava com febre, dar-lhe os banhos com suas mãos, e acalentá-la nos seus braços. Agora, que sua cabeça está branca e suas pernas estão trôpegas, ela não cuida da sua velhice e é ingrata para seu benfeitor."*

Correção gramatical: na frase — *e que não tinha filhos seus*, assinala-se um *que* intruso, sem qualquer função, inadmissível na contextura do período. Em seguida, vem o emprêgo abusivo e anfibológico do possessivo *seus, sua*.

Façam-se essas correções; elimine-se o *que* e os possessivos dispensáveis, e ter-se-á o texto isento de erros gramaticais, mas achamboado e inçado ainda de impropriedades de estilo, dado o acúmulo das orações subordinadas e o derramamento da ordem direta das frases.

Pede o trecho nova contextura.

Faça-se a eliminação das subordinadas e veja-se a superioridade de concisão e elegância do novo arranjo que aparece.

Poderia, a primeira declaração, estruturar-se assim: *"Rico e sem filhos, recebeu Azevedo aquela menina..."* de notória superioridade, sem dúvida, sôbre a do texto original, que apresenta duas adverbiais causais, iniciadas por *como*, perfeitamente redutíveis a: *rico e sem filhos* — dois meros predicativos do sujeito.

As subseqüentes proposições do período melhor estariam no modo finito, que no gerúndio. Muito aproveitaria até reduzi-las a apenas duas coordenadas assindéticas — *"tratou-a como filha; deu-lhe assistência e todo o carinho"* — sintaxe, por certo, mais simples e mais econômica que a original: *"tratou-a como filha, dando-lhe assistência e pondo nela seu maior carinho"*.

No exemplo, o período seguinte dispensa as orações subordinadas. Diríamos: *"Muitas vêzes, eu mesmo o vi — nas febres da menina, êle próprio dava-lhe os banhos e a acalentava nos braços"*. Temos, depois do travessão, duas coordenadas em função de apôsto do pronome *o*, objeto direto de *vi*.

Veja-se agora o que propomos em substituição ao período final: *"Agora, está êle de cabeça branca e pernas trôpegas, e ela, ingrata, não lhe cuida da velhice"*. Compare-se isto com o que está no texto para corrigir. Qual o melhor? Qual o estilìsticamente preferível? Haverá dúvida quanto à excelência e superioridade desta nova redação sôbre a outra? A diferença está na clareza e na expressão mais concisa.

Eis o texto completo, com novo arcabouço e aliviado do pêso das orações subordinadas:

> *"Rico e sem filhos, recebeu Azevedo aquela menina; tratou-a como filha; deu-lhe assistência e todo o carinho. Muitas vêzes, eu mesmo o vi — nas febres da menina, êle próprio dava-lhe os banhos e a acalentava nos braços . Agora, está êle de cabeça branca e pernas trôpegas, e ela, ingrata, não lhe cuida da velhice"*.

Através dêsses exercícios, vai o aluno adquirindo, conscientemente, a ténica de redação, no esmêro da clareza, da concisão e da elegância.

Vem a propósito, aqui, o parecer de SCHOPENHAUER sôbre a segunda dessa qualidades: "Todo exagêro produz geralmente o contrário do fim previsto. Assim, as palavras servem para tornar as idéias perceptíveis, mas sòmente até certo ponto. Amontoados além da justa conta, escurentam sempre as idéias a comunicar. Missão do estilo e encargo do juízo é parar na risca exata; pois, cada palavra demasiada é contraproducente. VOLTAIRE disse a propósito: "O adjetivo é inimigo do substantivo". Mas, na verdade, muitos escritores buscam esconder, na superabundância das palavras a probreza das idéias. Evite-se, conseqüentemente, tôda prolixidade e todo encrustamento de notículas insignificantes que não pagam a pena de ser lidas. Devemos economizar o tempo, os esforços e a paciência do leitor. Se o fizermos, êle crerá, de boa mente, que mereça leitura atenta o que lhe oferecemos e recompensará nosso trabalho. Vale mais omitir alguma coisa boa que ajuntar algo insignificante. Aplica-se bem, aqui, a frase de HESÍODO: *a metade é preferível ao todo*. Em suma: não dizer

tudo! "O segrêdo do enfaramento é dizer tudo". Logo, sempre que possível ,só a quintessência, só o essencial, nada que o leitor não possa, por si mesmo, repensar. Recorrer a muitas palavras para exprimir poucas idéias é sinal infalível de mediocridade. O do cérebro eminente, ao contrário, é concentrar muitas idéias em poucas palavras". (2)

Mais um exemplo.

Seja eliminar as subordinadas do seguinte texto e torná-lo mais conciso.

> *"O terceiro recebeu quantia igual à soma dos dois primeiros. Portanto, precisamos diminuir à quantia tôda a soma dos dois primeiros, para acharmos quanto tocou ao terceiro. Depois, se divide o que o terceiro recebeu pelo número de dias do mês, para se saber o que êle recebe por dia de trabalho."*

Na expressão *dos dois primeiros* é supérfluo o numeral *dois*. Se há sòmente três, os primeiros são forçosamente dois. Mencionar o implícito é alongar os períodos sem necessidade.

O período iniciado em *Portanto,* constituído de três orações, fácil se reduz a uma só coordenada: *portanto, com a subtração desta ao total, acharemos a parcela do terceiro.* Note-se o encurtamento. Estão aqui doze palavras numa só unidade da cadeia fraseológica, e ali, dezesseis palavras e três unidades, para expressar o mesmo pensamento. Qual o segrêdo? — A eliminação das subordinadas.

Tôdas as idéias do período final, de quatro orações, cabem numa coordenada latente, sem prejuízo da clareza: *e, com a divisão pelos dias do mês, a sua diária.* Aqui reponta a sobreexcelência da concisão. As vinte e cinco palavras do original reduzem-se a onze.

Afeito a expressar o maior número de idéias no mais simples e menor arranjo verbal, terá o discípulo a qualidade de ser conciso em tudo que escreva. Todavia, cumpre não extremá-la para não cair na obscuridade, na falta de clareza.

Eis o texto encurtado e livre das subordinadas:

> *"O terceiro recebeu quantia igual à soma dos primeiros; portanto, com a subtração desta ao total, acharemos a parcela daquele, e, com a divisão pelos dias do mês, a sua diária."*

Agora perguntamos: como explicar os vícios de colocação dos pronomes, de regência, de pontuação, os galicismos e os cruzamentos sintáticos, sem o arrimo das noções de análise? Como evitar o estilo campanudo, sem conhecer as correspondências de estruturas, sem aferir o valor das correlações e justaposições como fator de equilíbrio nos acúmulos de coordenadas e subordinadas?

Reconheçamos. Imprescindível, até no dosar o essencial para o máximo efeito de expressão, é o concurso da análise sintática.

---

(2) SCHOPENHAUER, apud JOSÉ OITICICA, *Manual de Estilo*, p. 39.

Não queremos terminar sem uma observação final.

Ensina-se nos Cursos de Administração do D.A.S.P. a língua padrão, a que serve igualmente a tôda a comunidade lingüística; porém, com finalidade bem definida, que é a de servir às atividades administrativas no serviço público federal. Conveniente seria, pois, dispussem, ali, professôres e alunos, de uma Antologia, não só dos bons modelos de todos os papéis e documenots oficiais, como também de trechos seletos dos melhores autores brasileiros, acompanhados sempre de copioso comentário técnico, gramatical e estilístico, e de amplo vocabulário com rigorosas e esmeradas definições, dentro dos ditames da lógica formal e sem perder de vista os caracteres essenciais e diferenciais do que se pretende definir.

Outro subsídio importante, no estudo da semântica, será o arrolamento dos parônimos, onde se aponte a diferença de acepção, por exemplo, entre *abjeção* (desprêzo, aviltamento, degradação; do latim *abjetione*, de *abjicere*, composto de *ab* e *jacere*: lançar, atirar) e *objeção* (argumento contrário, réplica, refutação; do latim *objectione, de objicere*: expor, lançar em rosto; composto de *ob* e *jacere*); a diferença entre *acelerado* (veloz, apressado, ligeiro; do latim *accelerare*, composto de *ad* e *celerare*, derivado de *celer, celeris, celer*) e *celerado* (criminoso, facínora ;do latim *sceleratus*, de *scelerare*: manchar por crime, profanar). E assim, sucessivamente, se faria o mesmo para *sessão, cessão* e *seção; acidente* e *incidente; aberceber-se* e *perceber; apóstrofe* e *apóstrofo; intemerato* e *intimorato; mal* e *mau; assentamento* e *assentimento; mais* e *mas; percussor* e *precursor; pleito* e *preito; flagrante* e *fragrante; colisão* e *coalizão; prescrever* e *proscrever; avocar* e *invocar; cédula, sédula* e *célula; descrição* e *discrição; retificar* e *ratificar; salubre* e *salobro; concêrto* e *consêrto; bebedor* e *bebedouro; sustar* e *suster; vago* e *vazio; deferir* e *diferir; eminente* e *iminente; incipiente* e *insipiente; vultoso* e *vultuoso, despensa* e *dispensa; estreme* e *estremoso; inerte* e *inerme;* etc.

E' o suficiente como sugestão.

Na mesma Antologia, útil ainda será vasta exemplificação dos galicismos vitandos, principalmente os sintáticos. Com isso, poderá o estudante, em defesa do patrimônio lingüístico, nacional, expurgar do torneio da frase as construções próprias da língua francesa, tão freqüentes na nossa imprensa diária, e, não obstante, das mais nocivas à opulência, originalidade e beleza do idioma nacional.

Finalmente, um capítulo próprio sôbre estilo e sintaxe na redação oficial constituiria excelente fecho ou prólogo da idealizada Antologia.

Tudo isso, porém, nada mais representa, que elementar esfôrço nosso de contribuição nessa obra de alto sentido educativo, em que se empenham os Cursos de Administração do D.A.S.P.

Reprodução de Documentos em Bibliotecas

778.3:02

ADA MARIA COARACY

Nossos dias têm testemunhado um desenvolvimento técnico que assume proporções fantásticas e quase inacreditáveis. E o estado atual da técnica revela que nos encontramos, sob muitos aspectos, diante da mera etapa de desenvolvimento; isto é, os progressos, freqüentes vêzes, indicam que reformas muito mais vastas sobrevirão — como, aliás, já têm sobrevindo — tornando hoje obsoleto o que ainda ontem era revolucionário.

Seria fastidioso enumerar todos os campos de desenvolvimento que interessam aos serviços de biblioteca e à documentação. Vamos nos restringir aqui a um capítulo que, embora só recentemente venha sendo incluído como curso regular em algumas escolas de biblioteconomia, desde o século passado vem preocupando bibliotecários e documentalistas, apresentando-se hoje em proporções capazes de alterar profundamente os tradicionais princípios e hábitos administrativos das bibliotecas. Referimos-nos aos processos de reprodução de documentos.

Reproduzir um documento, isto é, copiar qualquer texto escrito, impresso ou fotografado é, nas bibliotecas, necessidade premente que, em alguns casos, não passa de atividade rotineira. O assunto já vem preocupando os documentalistas desde o século passado, e uma de suas formas, o livro microfotográfico, foi objeto de um estudo de PAUL OTLET e ROBERT GOLDSCHMIDT, em 1906. (1) Em 1936, ROBERT BINKLEY publicou o seu *Manual on Methods of Reproducing Research Materials,* (2) e mais recentemente, a Federação Internacional de Documentação editou a obra básica para o estudo dos métodos de reprodução e seleção de documentos — *Manual on Document Reproduction and Selection* (3) — em publicação desde 1953, e que vem sendo atualizada por meio de suplementos, fàcilmente intercalados nas partes correspondentes, pois a publicação é em fôlhas sôltas. Apesar de todo êsse interêsse, porém, a matéria ainda se apresenta entre nós com uma certa aura de mistério, variando as atitudes dos que lidam com tais problemas desde um entusiasmo irrestrito e fantasioso até um ceticismo derrotista. As técnicas de reprodução de documentos vieram para ficar, e quanto mais depressa nos dispusermos a conhecê-las e aplicá-las, dentro dos limites da lógica e do bom senso, mais cedo teremos bibliotecas e centros de documentação que realmente preencham suas funções junto à pesquisa e ao trabalho intelectual, prestan-

do aos estudiosos uma colaboração acurada, rápida e, tanto quanto possível, completa.

Procuraremos apresentar neste artigo as principais *finalidades* da reprodução de documentos, isto é, por que e de que se fazem cópias, quais os *fatôres* a serem considerados na adoção de um ou mais sistemas de reprodução e, finalmente, alguns dos *processos* atualmente em uso ou que oferecem possibilidade de aplicação na solução dos problemas abordados nos dois primeiros temas. Não caberá aqui uma enumeração total dêstes métodos, em primeiro lugar pela limitação de tempo e de espaço, e, em segundo, pela intensa produtividade das firmas comerciais dedicadas ao ramo, as quais refletem o fluxo constante de novas descobertas e invenções de que aparecem notícias em periódicos especializados não só em biblioteconomia e documentação, como ainda de engenharia, administração de negócios e outros. Aquêles que se interessarem por uma enumeração completa deverão recorrer ao Manual da FID, mencionado acima.

Finalidades da reprodução de documentos

Não é necessária muita imaginação para pensar, num relance, em algumas operações de simples cópia que diàriamente se efetuam nas bibliotecas, desdobramento das fichas de aquisição e de catalogação para adequada representação de uma obra em todos os catálogos, principais e auxiliares, da biblioteca, de suas filiais e dos centros de documentação com que colabora; listas de duplicatas e de permutas; listas de pedidos; listas de novas aquisições, e assim por diante. Poderíamos resumir todos êsses trabalhos como *Operações rotineiras de duplicação.* Além dessas, temos: *Arquivamento de informações e documentos* — Tôda biblioteca bem administrada conserva a sua documentação, isto é, cópia de ofícios, cartas, notificações, pedidos, faturas e outros documentos que digam respeito a uma transação importante, a uma decisão tomada, ou a qualquer problema de vulto, solucionado ou pendente. Ao fim de poucos anos são arquivos e mais arquivos classificados, muitas vêzes com índices, e que ficam juntando poeira e ocupando espaço, até que seu material seja descartado, vindo um belo dia a fazer tremenda falta. *Difusão,* ou *disseminação* — Para que a biblioteca preencha realmente suas finalidades, deve assegurar-se os meios para fazer chegar a seus leitores, à comunidade em geral e a outras bibliotecas, informações pertinentes a seus serviços, a sua atividades e a assuntos de interêsse momentâneo. Para isso, realiza exposições, patrocina programa de rádio e televisão mas, sobretudo, faz uso de impressos, em tiragens variáveis, dependendo do assunto, dos interessados e, acima de tudo, de suas possibilidades financeiras. *Reparação de obra mutilada* — Acidentes ocorrem com as publicações: uma fôlha ou grupo de fôlhas pode ser irreparàvelmente manchada de tinta, queimada, rasgada ou subtraída por um leitor menos escrupuloso. Na maioria dos casos, a melhor solução é substituir a obra por outra

melhor, ou mais recente; às vêzes, porém, a substituição do volume é impossível, embora imprescindível — a solução é obter uma cópia da fôlha ou fôlhas faltantes, para intercalá-las no devido lugar. *Obtenção e preservação de material raro, difícil ou dispendioso* — E' êste, talvez, o aspecto a que as modernas técnicas de reprodução de documentos vêm prestar o maior auxílio. Além da substituição ocasional de uma obra extraviada, bibliotecas crescem e se formam, necessitando incluir em seu acervo certas obras esgotadas, ou suprir falhas em coleções adquiridas ou recebidas em doação; podem ainda as bibliotecas precisar de exemplares de publicações não postas à venda, ou impressas em tiragens reduzidas; podem ainda desejar oferecer aos leitores um catálogo de suas estampas e gravuras, incluindo uma reprodução em miniatura da ilustração respectiva em cada ficha do catálogo; podem finalmente as bibliotecas possuir exemplares de obras raríssimas ou muito preciosas, que não devem ser expostas ao desgaste ou à ruína pelo uso, desejando então pôr à disposição dos leitores cópias fac-similares dêsses textos. *Fornecimento de cópias a pedido ou por empréstimo* — São freqüentes os pedidos, por parte de leitores, da cópia de um trecho, de um artigo, de uma página. Também ao empréstimo interbibliotecário a técnica de reprodução de documentos vem emprestar seu concurso, pois não raro é preferível à biblioteca arcar com o custo de uma copia fac-similar — em tamanho natural ou reduzido — a arrostar os riscos ou a inconveniência da remessa de uma obra a outra instituição. Temos finalmente a *Economia de espaço,* problema que sempre afligiu as bibliotecas. Certas coleções volumosas, embora pouco consultadas, não devem faltar em determinadas bibliotecas. Se conservadas, por exemplo, em forma de microfilme, solucionam o problema de espaço, de conservação, de limpeza e de manejo. Voltaremos a êstes problemas ao tratar da micro-reprodução.

Fatôres a considerar na escolha de um ou mais sistemas de reprodução de documentos

Quando uma biblioteca tem de enfrentar um ou mais dos problemas acima mencionados, há de considerar a possibilidade de mecanizar o trabalho de cópia de algumas de suas funções e serviços. O fator mais crítico sempre será o *custo.* A aquisição de aparelhos e máquinas de reprodução, sua manutenção e operação representam uma inversão constante de capital. Entretanto, se aumentamos por um lado as despesas, por outro teremos uma economia de tempo e de esfôrço, além da possibilidade de oferta de alguns serviços especializados, que só as máquinas podem efetuar. Ora, êstes três aspectos, quando bem proporcionados, podem vir a representar, em última análise, uma grande *economia de tempo e de esfôrço.* Citemos um exemplo: suponhamos uma biblioteca que recebe grande quantidade de pedidos de cópias de trechos impressos variados; se a solução adotada fôr a de fornecer cópias dactilografadas, a biblioteca terá de manter um corpo de

dactilógrafos que estarão constantemente a bater máquina, sendo ainda necessário fazer a revisão do trabalho. Ora, é óbvio que um caso dêsses justifica plenamente a aquisição de uma máquina de fotocópias, que efetua o trabalho com grande rapidez, dispensando qualquer revisão. Ou suponhamos um centro de documentação, cuja função precípua seja o preparo e a divulgação de bibliografias tão atualizadas quanto humanamente possível. Se a forma de divulgação fôr a da impressão tipográfica, ver-se-á a instituição assoberbada com problemas de composição (ou de encomendas e reclamações com a tipografia contratada), de revisão (várias), saindo o texto final muitas vêzes ainda com erros, e sobretudo, atrasados, em relação ao período em que foi elaborada a bibliografia. Com o auxílio de modernas máquinas de cópia, pelo processo chamado de "pseudo-impressão" (*near print*), a instituição poderá distribuir as suas bibliografias prontamente, logo depois de colocada a última ficha bibliográfica no respectivo lugar, simplesmente arrumando as fichas num quadro apropriado (*card aligning device*), tirando um "retrato" do quadro, e usando o negativo como clichê. E' óbvio que a biblioteca que não tem tais problemas a resolver não se preocupará com essas aparelhagens nem com a disponibilidade, no mercado, dos produtos necessários à manutenção e operação das máquinas. Outro fator de grande importância é a reação dos leitores. Além da questão de custo, pois a aparelhagem de microfotografia, bem como os projetores, ou aparelhos de ampliação que permitem a leitura dos textos microscópicos são muito caros, há ainda a considerar a conveniência dos leitores. Em geral, o leitor não se põe a ler um microfilme por prazer; dispõe-se a lê-lo no aparelho quando tem absoluta necessidade de travar conhecimento com o teor de determinado artigo ou tese, e não o encontra em forma "legível"; não podemos esperar proporcionar o deleite espiritual, que é função da biblioteca, levando o leitor desocupado, que veio "fazer hora" folheando algumas publicações, a uma sala cheia de aparelhos, mais se assemelhando a uma fábrica, onde êle não tem a menor possibilidade de satisfazer a curiosidade momentânea, ao ver um título sugestivo na lombada de um livro, ou ao ter diante dos olhos um periódico ilustrado e bem impresso. A micro-reprodução, como fator economia de espaço, é solução apenas para as coleções muito volumosas e antigas, raramente consultadas. *A necessidade de obter textos raros ou difíceis de localizar* é outro fator a considerar na escolha de aparelhos de reprodução de documentos. Se é grande o volume de tais requisições, justifica-se que a biblioteca procure instalar os sistemas de cópia, sob qualquer forma, para pôr os textos à disposição de seus leitores. Mas se tais requisições são raras e esporádicas, é preferível atender a cada caso individual, mandando proceder à cópia, mesmo comercialmente, apesar do preço. Temos ainda a considerar o fator *quantidade* de cópias necessárias. Quando o problema é simplesmente produzir algumas cópias de fichas, de fórmulas ou de algum documento, em tamanho legível, é suficiente um duplicador relativamente barato e simples. Os maquinismos complexos e dispendiosos justificam-se sòmente pela quantidade de produção. (Ao tratarmos dos diferentes proces-

sos e aparelhos de reprodução, procuraremos dar uma idéia da potência e das aplicações de cada tipo de máquina mencionado).

Não podemos deixar de mencionar aqui um aspecto que, embora ainda não constitua um problema entre nós, já tem provocado debates em outros países. Trata-se da relação entre os direitos autorais e a reprodução de documentos. Sendo as cópias por processos fotográficos, "pseudo-impressão" e microcópias uma forma de impressão, não deixam de constituir, teòricamente, uma inflação às leis que protegem os direitos dos autores. Ora, uma interpretação tão literal do texto legal forçosamente prejudica a divulgação de informações, retardando assim o progresso da ciência. As disposições contidas na *"Fair Copying Declaration"*, acôrdo elaborado e publicado pela Royal Society de Londres em 1949, procuraram estender um pouco, além de esclarecer, uma das cláusulas da Lei de Direitos Autorais daquele país, datada de 1911; por essas cláusulas, era permitido aos estudiosos fazerem cópias de trechos de trabalhos cujos direitos autorais estivessem sob reserva, mas não estava claro se era facultado ao bibliotecário fornecer a cópia, por meios mecânicos. O acôrdo da Royal Society, a que até hoje já aderiram mais de cem editôres inglêses de publicações periódicas e seriadas, permite que a cópia seja feita mecânicamente e fornecida ao requisitante mediante as seguintes condições: a) que a cópia seja feita ùnicamente por entidades não lucrativas; b) que o bibliotecário que fornece a cópia receba garantia de que o trabalho realmente servirá para fins de pesquisa ou estudo individual, c) que nunca seja fornecida mais de uma cópia do mesmo trecho ao mesmo requisitante, d) que a cópia fornecida não constitua substancialmente o número completo do periódico, mas que seja restrita a apenas um artigo nêle contido, e) que as cópias não sejam fornecidas a preço superior ao de custo, e f) que o requisitante forneça uma declaração escrita de que a cópia pedida será utilizada sòmente para o fim declarado. (4) COBLANS, em sua *Introdução ao estudo de documentação,* inclui, no Apêndice 7, o texto da *Fair Copy Declaration,* tal como foi adotado pelos editôres inglêses. (5)

Processos de reprodução de documentos

A grande variedade de métodos de reprodução de documentos, e a conjugação de dois ou mais processos para a produção das cópias tornam impossível uma classificação que seja ao mesmo tempo simples, lógica e exata. Para fins de mais fácil compreensão, adotaremos a seguinte divisão arbitrária: *processos fotográficos,* isto é, aquêles que utilizam os princípios da fotografia, com exposição, revelação e produção de negativos, permitindo a feitura de cópias (positivos), de ampliações e de reduções, *processos não fotográficos,* incluindo os que atuam com a interferência de raios luminosos. calor, eletricidade e reações químicas, e *processos mecânicos,* que incluem, de maneira geral, os chamados duplicadores de escritório. Para cada processo, daremos inicialmente uma descrição das técnicas e dos equipamentos empregados, e, em seguida, as aplicações que encontram nas atividades das bibliotecas.

Processos fotográficos

Não cabe aqui uma apreciação sôbre a evolução da fotografia, desde a sua invenção. Os tratados e manuais sôbre a arte fotográfica são as melhores fontes. Nem tampouco nos deteremos na discussão do processo fotográfico tradicional, que, além de extensa, seria, a nosso ver, supérflua, pois o bibliotecário, ao dedicar-se a adquirir qualquer tipo de aparelho, receberá instruções minuciosas sôbre o seu funcionamento. Veremos apenas quais os *tipos* de fotografia que têm aplicação nas bibliotecas.

De maneira geral, a fotografia de um objeto apresenta-o em tamanho natural, ampliado ou reduzido. A fotografia em tamanho natural, ou pouco aumentada ou reduzida, para fins de documentação ou de serviço de bibliotecas, tem aplicação nos casos em que um leitor ou autor deseja uma reprodução da estampa, desenho, gravura, tabela, outra fotografia, manuscrito ou autógrafo, a fim de servir-se dessa reprodução para ilustrar uma obra que esteja elaborando. E' trabalho delicado, que deve ser confiado a profissional, o qual saberá empregar os recursos adequados a fim de assegurar uma reprodução exata e nítida, e que fará a ampliação ou redução do negativo, conforme seja necessário. Em campo mais especializado, temos a fotografia com filtros e raios luminosos especiais que possibilitam maior clareza na leitura, por exemplo, de manuscritos e documentos antigos, em que o desgaste da tinta e a decomposição do papel ou do pergaminho tornam a decifração quase impossível. Também é êste um trabalho que foge às atividades normais das bibliotecas, e que deve ser confiado a profissional para isso qualificado.

Foi a fotografia muito reduzida que trouxe a biblioteconomia e a documentação a uma fase que já foi classificada de "revolucionária": a era da microfotografia. Microfotografia é, por definição, a reprodução fotográfica de um texto em escala tão reduzida que o torne ilegível ao ôlho desarmado, ou mesmo com o auxílio de simples lente de aumento. Não se creia que o advento da micro-reprodução de documentos, entre a segunda e a terceira década dêste século, tenha sido saudado com entusiasmo pelos bibliotecários, documentalistas e leitores. Longe disso. Como sempre, ante a inovação, surgiram críticas acerbas, ou um generalizado ceticismo, e foi só graças aos esforços ousados e incansáveis de bibliotecários, leitores, técnicos e emprêsas comerciais que a novidade passou a atividade generalizada e permanente. E hoje em dia, os progressos da microfotografia apresentam-na talvez antes como mera etapa do que em fase final de realização. O processo e as experiências a êle relacionadas, porém, são ainda vítimas de falta de uma vulgarização adequada, razão pela qual aquêles que mais enfronhados deveriam estar sôbre os recentes desenvolvimentos da microdocumentação nem sempre encontram à mão as fontes, em geral esparsas, a respeito. A êste propósito, a obra de LEWIS e OFFENHAUSER, (6) recentemente aparecida, é a mais completa que, até hoje, apareceu sôbre a matéria.

Quanto à forma física do produto, podemos classificar as micro-reproduções em nove tipos principais, distribuídos em duas categorias gerais, excluídos os tipos utilizados na seleção mecânica, como os do *Rapid selector, Minicard* e *Filmorex*:

- Micro-reproduções (*)
  - Microtransparências
    1. microfilme em rolos
    2. microficha transparente
    3. microfilme em tiras
  - Microcópias (opacas)
    4. microficha opaca
    5. ficha "Micrplex"
    6. microfita
    7. microfôlha
    8. micro-impresso
    9. fac-símile em miniatura

O *microfilme* é um filme fotográfico apresentado em rolos, medindo 30 ou 60 metros de comprimento, por 70, 35 ou 16 milímetros de largura, inteiriço ou perfurado, em uma ou em outras margens. E' a base de quase tôda a microfotografia. De um negativo em microfilme se podem tirar outros negativos, cópias positivas transparentes e opacas, cópias positivas ampliadas transparentes e opacas, e ainda fotocópias, extraídas diretamente da imagem ampliada pelos aparelhos de leitura. A quantidade de imagens contidas varia com o sistema de filmagem (carreira única ou dupla), e com o grau de redução.

A *microficha transparente*, mais usada na Europa do que nos Estados Unidos, é um pedaço de filme contendo carreira de micro-imagens de texto. Apresenta-se nas seguintes dimensões (em milímetros): 75 por 125, 90 por 120, 105 por 148, 105 por 150 e 228 por 152, e a quantidade de fôlhas micro-reproduzidas varia, òbviamente, com o tamanho da ficha e com a razão da redução empregada. A microficha é, em geral, arquivada em gavetas, como fichas de catálogos (Em inglês, êste tipo é denominado "sheet microfilm", ou "microfiche" e em francês, "microfiche").

O *microfilme em tiras* é simplesmente o microfilme comum cortado em tiras de cêrca de 30 centímetros, ou menos, a fim de ser ou conservado em envelopes apropriados — duas fôlhas de papel impermeável ou celofane, de tamanho não superior ao de carta, costuradas ou coladas a intervalos regulares, um pouco mais largos do que o filme, e dentro dos quais são inseridas as tiras — em pastas, ou ainda montado em fichas de vários tipos e tamanhos.

As microcópias opacas, embora originadas sempre de microfilmes, apresentam-se em papel fotográfico (com exceção dos dois últimos tipos); de maneira geral, representam os esforços de emprêsas que se dedicaram à micro-reprodução, razão pela qual, muitas vêzes, são mais conhecidas pelo seu nome comercial.

((*) A terminologia aqui adotada representa uma sugestão, pois ainda estamos muito longe de uma uniformidade no assunto, em qualquer idioma.

A *microficha opaca* é uma fotografia do tamanho padrão das fichas de catálogo (75 por 125 milímetros), contendo carreiras de micro-imagens de texto em número variável entre 50 e 100 páginas; ao alto da ficha transcreve-se, em tamanho normal, a entrada principal da obra a que se refere o texto, número de classificação, título, notas tipográficas, o número de ordem da ficha dentro do grupo que contém tôda a obra e as páginas do original contidas na ficha. A ficha é arquivada em gavetas de fichários comuns, e sua invenção deu origem à exclamação de que as bibliotecas do futuro conteriam imensos fichários e nenhum livro. Criadora e lançadora dêste processo foi a Microcard Foundation, dos Estados Unidos, e daí se origina o têrmo "microcard", inglês, para designar êste tipo de ficha. Essa companhia entrou em entendimentos com vários editôres americanos, e vende hoje numerosas edições "Microcard" de periódicos técnicos e científicos e também alguns populares; além disso, a emprêsa aceita serviços por encomenda, isto é, pode-se solicitar a "microfilmagem", se podemos dizer assim, de qualquer material impresso, sob qualquer forma física que se apresente. A entrada e a catalogação que aparecem ao alto da ficha são feitas de acôrdo com os padrões estabelecidos pelo *Comitê de Microcard da American Library Association,* mas podem ser alteradas a pedido nos casos de encomendas.

A ficha "Microlex", criada pela Microlex Corporation, também americana, representa um melhoramento da "microcard". A ficha é impressa fotogràficamente, mede cêrca de 162 por 232 milímetros, e apresenta até duzentas páginas de texto de cada lado. Outro progresso da Microlex é a forma de preparação: enquanto que para os outros tipos tira-se a cópia do documento em rolos de microfilmes, para depois recortar e montar as micro-imagens a fim de serem copiadas, a Microlex inventou um novo tipo de máquina fotográfica que filma o original diretamente em fôlhas de filme que, reveladas, produzem as fichas. Uma coleção de 100 volumes de tamanho comum, em ficha "Microlex" ocupa o espaço correspondente a 4 dêsses mesmos volumes.

A *microfita* ("microtape" e "microtrip") foi inventada para atender a duas críticas feitas aos processos das emprêsas Microcard e Microprint (ver adiante: micro-impresso): a de que, por aquêles processos, não é econômica a produção de edições mínimas (até dez exemplares, digamos), e a de que os processos e as reproduções, a cargo de um número limitado de fabricantes, restringem sobremodo o material de que se podem obter microfichas opacas. A microfita é simplesmente uma cópia opaca positiva de um microfilme negativo, medindo, portanto, 16 ou 35mm de largura, por cêrca de 30 metros de comprimento, com a diferença de que o verso da imagem contém uma substância adesiva; pode-se, assim, cortar a fita no comprimento desejado e grudar o pedaço em fichas de qualquer tamanho os quais podem receber cabeçalhos u símbolos de calssificação dactilografados. As emprêsas dedicadas ao ramo recebem o negativo do freguês e fornecem as microfitas pedidas.

A *microfôlha* (*"sheet microfilm"*) é uma fôlha de papel fotográfico, medindo mais ou menos 20 por 25 centímetros, contendo de 200 a 300 micro-imagens, arrumadas em carreiras.

O *micro-impresso,* como já foi mencionado acima, não é um produto feito inteiramente pelo processo fotográfico, pois em sua fase final aparece *impresso,* e não fotografado. O micro-impresso é uma ficha de 152 por 228 milímetros, contendo cem micro-imagens de cada lado. Foi inventado por ALBERT BONI, presidente da Readex Microprint Corporation, em 1939, mas a fase de produção só tomou impulso a partir de 1950; é essa emprêsa, por enquanto, o único fabricante dêste tipo de ficha. O espaço utilizado pelos documentos em micro-impresso equivale mais ou menos a 3% do espaço necessário ao original.

O *fac-símile em miniatura* foi incluído arbitràriamente entre as microcópias, pois escapa inteiramente a uma das características destas últimas: é feito para ser lido com a vista desarmada. Entretanto, como em sua fase inicial é fotografado com grande redução (de 4 para 1), está, de certa maneira, relacionado com a micro-reprodução. Por êste processo, pôsto em prática pela Eduards Brothers, de An Harbour, Michigan, fotografa-se um quadro o *"card aligning device"*, que contém até trinta e nove fichas de tamanho padrão, e depois procede-se à impressão do material em forma de páginas de livros, por meio de fotolitografia. Êste sistema de "pseudo-impressão" tem sido amplamente utilizado nos Estados Unidos na compilação de bibliografias, pois além de prático (dispensa a revisão de provas), é rápido e econômico, podendo as fichas, depois de utilizadas, ser conservadas e rearrumadas, por ocasião da preparação de edições acumuladas. E' o processo que está sendo empregado na impressão do muito conhecido Catálogo das fichas impressas da Biblioteca do Congresso, de Washington.

Arrolamos acima, brevemente, os principais tipos de microcópias atualmente em uso em diversas partes do mundo, sobretudo nos Estados Unidos. São tôdas, de maneira geral, baseadas nos microfilmes, os quais são tirados por meio de câmaras fotográficas apropriadas que, além da objetiva, contêm dispositivos para "correr" as fichas dos catálogos, as gravuras ou os livros a serem filmados. As duas principais firmas dedicadas à fabricação dêsses aparelhos para microfilmes são a Recordak e a Diebold, ambas americanas. Existem outras, americanas e européias, cujos produtos são analisados em tabelas muito bem feitas, publicadas na "Enquete de l'Unesco sur l'emploi du microfilm, 1951". (7) Na citada obra de LEWIS e OFFENHAUSER, (6) capítulo V, encontra-se uma excelente apreciação sôbre o equipamento existente. Mas não termina com isto o problema de equipamento para a micro-reprodução de documentos. Uma vez produzida a microcópia que, por definição, é ilegível a olho nu, é preciso assegurar os meios de lê-la. E aqui chegamos a um ponto diante do qual todos os bibliotecários, documentalistas e estudiosos estão de acôrdo: de que ainda não existe um aparelho de leitura que seja satisfatório.

Vimos acima que as microcópias podem ser transparentes e opacas, e que suas dimensões podem variar de 7,5 por 12,5 até 20 por 25 centímetros.

Não é exagêro afirmar que, para cada tipo, existe um aparelho de leitura diferente, o qual, via de regra, não se adapta eficientemente para outros tipos, mesmo parecidos. (8) A explicação do fato, embora simples, não ajuda a solucionar o problema: as microtransparências são aumentadas e iluminadas, por meio de lentes e lâmpadas; as microcópias opacas são projetadas, e a tela que recebe a projeção é iluminada; os aparelhos para leitura de rolos têm dispositivos, em alguns casos automáticos, em que a fita corre de uma carretilha para outra; os aparelhos para leitura de fichas ou fôlha têm uma base, ou suporte de tamanho certo para o documento que vai ser lido, além das caixas de depósito que alimentam a base, e acolhem as fichas depois de lidas. VERNON TATE, no artigo mencionado, (8) entre outras queixas correntes contra os aparelhos de leitura, cita o preço da aparelhagem, o esfôrço excessivo dos olhos e a atitude recalcitrante dos leitores em usar êsse tipo de material de estudo; para o primeiro aspecto, observa que a biblioteca que tenha decidido adotar a microdocumentação deve considerar o custo dos aparelhos e do equipamento como elemento tão indispensável como o mobiliário de que dispõe para o uso conveniente do resto das coleções; para o segundo, que a aparelhagem adequada, utilizada em condições ideais, não causa cansaço maior do que o material impresso tradicional; e para o terceiro, que é uma simples questão de hábito, para o qual muito tem contribuído a difusão dos aparelhos de televisão e onde a nova geração desde cedo se habitua a ler imagens projetadas. (Neste particular, é lamentável que nenhum dos estusiastas ou dos críticos da microleitura tenha se lembrado de promover uma estatística da aceitação dêste método entre diversas categorias de leitores). Em oposição a TATE, é interessante ler a opinião de FUSSLER, outra autoridade na matéria, sôbre os aparelhos de leitura. (9) Os trabalhos da Unesco e de LEWIS e OFFENHAUSER, já citados, trazem também uma tabela de aparelhos de leitura, com suas características e possibilidades, sendo conveniente lembrar aqui que as emprêsas produtoras de equipamentos continuam fazendo experiências e pesquisas sôbre o melhor meio de ler microcópias, e constantemente lançam novos aparelhos no mercado, como o "AO Micro Opaque Reader", da American Optical Company, que permite a leitura, bem como a produção de fotocópia ampliada, de qualquer tipo de ficha opaca contendo micro-informações, e o "Model C Reader", da Readex Corporation, que permite a leitura de qualquer microcópia em ficha, ou fôlha ou tira. (10)

Depois de repassar sumàriamene o eqüipameno necessário à produção e à leitura de microtextos, vejamos as vantagens e as principais aplicações dessa técnica nas bibliotecas.

Como vantagens, temos, de maneira geral: *obtenção rápida e econômica de material inacessível em forma impressa*, como, por exemplo, coleções existentes apenas em bibliotecas de outros países, obras raras e imprescindíveis, relatórios, documentos e teses doutorais publicados em tiragens reduzidas, catálogos de bibliotecas e bibliografias especializadas e qualquer outro material que, para ser consultado, implique numa viagem dispendiosa, demorada e talvez acidentada (para o documento); *preserva-*

ção de obras raras e frágeis, isto é, possuindo a biblioteca uma coleção de material precioso, sujeito à destruição pelo manuseio e insubstituível, é mais seguro oferecer ao leitor eventual a leitura do documento em microformato; *economia de espaço*, pois uma bobina de 30 metros de microfilme de 16 milímetros pode conter cêrca de 7.000 páginas impressas; *substituição do empréstimo*, tanto individual como interbibliotecário, no primeiro caso, com fotocópia ampliada de uma micro-imagem, e, no segundo, às vêzes, com o próprio microtexto; *publicação e republicação*, especialmente no caso de ser a biblioteca a proprietária do texto, ficando assim apta a publicá-lo e a "reeditá-lo" quando a procura o exigir (neste caso, pode-se dizer que a edição nunca se "esgota", pois a qualquer tempo produz-se novo exemplar).

As aplicações variam com a finalidade e com o tipo e custo da microcópia. Transcrevemos a seguir uma tabela preparada por VERNON D. TATE, (8) muito elucidativa, embora não devamos esquecer que foi elaborada tendo em vista o uso corrente nos Estados Unidos. Nessa tabela, as microtécnicas descritas acima ocupam as colunas verticais, e as aplicações, com alguns exemplos, as horizontais. As aplicações apontadas são as seguintes: cópia única, isto é, quando interessa à biblioteca obter uma única cópia do original, seja para incorporar um exemplar a seu acervo, seja para atender a pedido específico; produção mútipla, em geral, representa uma atividade de cooperação, isto é, várias bibliotecas decidem concorrer para o custo da reprodução de certo volume de material, recebendo, cada uma, no final, um exemplar da micro-reprodução, ou uma emprêsa particular decide arcar com as despesas, e vender o produto às instituições interessadas, como o fazem a Microcard Foundation e a Readex; arquivo de negativos é a preservação de negativos de microfilmes ùnicamente com o fim de fornecer cópias positivas, quando pedidas, não sendo, portanto, expostos ao desgaste pela leitura em ampliadores; publicação e republicação implica no uso das microcópias apenas como instrumento de produção gráfica; a economia para produção indica, aproximadamente, quais os tipos que melhor se prestam para a produção de número maior ou menor de cópias:

Da tabela, tiram-se as seguintes conclusões gerais: o microfilme em rôlo tem tôdas as aplicações: a microficha transparente ainda não foi adaptada com eficiência para o trabalho de produção múltipla de jornais e manuscritos (manuais ou dactilografados); o microfilme em tiras e a microfita ainda não encontraram grande aplicação em bibliotecas americanas, apesar de seu uso difundido no comércio e na indústria; a microfôlha, pouco usada nos Estados Unidos, tem tido pequena aplicação, sobretudo em comparação com a Europa, onde seu uso está muito mais difundido; as microtransparências adaptam-se à produção de um número pequeno de cópias, enquanto que as microcópias opacas justificam-se, sòmente, para um grande número de exemplares, pois quanto maior fôr êste último, mais baixo ficará o custo da produção do negativo, e de todo o processo de "impressão".

Não figura na tabela o fac-símile em miniatura, mas é evidente que sendo um processo em parte impresso, só tem aplicação quando se precisa de

EMPREGOS TÍPICOS DAS MICROTÉCNICAS EM BIBLIOTECAS

APLICAÇÕES E USOS EM BIBLIOTECAS		MICROTÉCNICAS						
		MICROTRANSPARÊNCIAS			MICROCÓPIAS OPACAS			
					Fotográficas			Impressas
		Microfilme 16 e 35 mm	Microficha transparente	Microfilme em tiras	Microfita	Microficha opaca e "Microlex"	Microfôlha	Microimpresso
CÓPIA ÚNICA	Trechos, artigos, etc	x	x	x	x	x		
	Manuscritos e material de arquivo	x	x					
	Livros e coleções inteiras..	x	x					
PRODUÇÃO MÚLTIPLA	Impressos, livros, etc.	x	x			x		x
	Manuscritos.....	x				x		x
	Jornais.....	x				x		x
ARQUIVO DE NEGATIVOS	Impressos.....	x	x					
	Manuscritos.....	x						
	Teses.....	x	x					
PUBLICAÇÃO e REPUBLICAÇÃO	Manuscritos.....	x				x		x
	Impressos.....	x	x			x	x	x
ECONOMIA PARA PRODUÇÃO		Pequena: até o máximo de 25 cópias de cada original				Grande, para produção de 100 cópias, ou mais, de cada original		

grande número de cópias, acrescendo a isto que é um sistema de impressão em livro.

Dissemos acima que as aplicações variam com a finalidade do processo empregado, e com o tipo e custo da microcópia. E' preciso também ter em mente que a microfotografia, apesar de suas vantagens, tem também algumas limitações e desvantagens. Já aludimos à relutância dos leitores em lidar com êste tipo de material, não só em aceitar a imagem projetada em lugar do original, como também na dificuldade mecânica de colocar as bobinas em posição e fazer passar a fita pelos diversos cortes e fendas, a fim de pôr o aparelho da leitura em funcionamento. Há ainda dois outros aspectos, mais importantes: o estudioso que precise de fazer comparações de textos, e que encontre êsses textos ùnicamente em microformato, passará a maior parte do tempo a colocar e retirar filmes e microfichas dos aparelhos de leitura, a fim de poder ler o que no momento lhe interessa, além de não poder fazer uma verdadeira comparação (a menos que a biblioteca lhe possa fornecer tantos aparelhos quantos microtextos forem consultados, o que seria utópico). E' óbvio que para um estudo comparativo de textos,

não é o microfilme a solução. Como também não é solução para os estudos de análises bibliográficas, em que o objeto de estudo não é tanto o texto, mas o tipo de papel, tinta, encadernação, marca d'água, etc. (Não esquecendo, porém, que, quando o elemento de estudo é o texto de um documento antigo, a microcópia ampliada não raro oferece maior legibilidade do que o próprio original).

Por maiores e óbvias que sejam as vantagens da micro-reprodução representadas pela economia de espaço e pela acessibilidade que êste tipo de material empresta a documentos que se encontrem geogràficamente fora do alcance do leitor, ou que sejam frágeis demais para o manuseio, a própria natureza da microcópia veio trazer novos problemas ao pesquisador do século XX, que quer todo o material de interêsse a seus estudos, só êsse material, e depressa. Em outras palavras, êsses novos problemas consistem na seleção e na pronta fiscalização e obtenção das informações para uso. (E' êste o grande novo capítulo da documentação moderna, que em inglês se denomina *information selection and retrieval*). Várias têm sido as tentativas para a solução dêstes problemas, das quais as mais conhecidas são o Rapid Selector, inventado por RALPH R. SHAW, o filmorex, de JACQUES SAMAIN, (12) as fichas "Minicards", criadas pela Eastman Kodak Company, (13) e o AMFIS (The Automatic Microfilme Information Service), de EMIK A. AVAKIAN. (14) Os três primeiros procuram atender ao aspecto da seleção automática, isto é, apresentam todos os documentos relacionados a determinado assunto pedido, e o segundo procura solucionar a questão da rapidez, partindo do princípio de que os documentos desejados são conhecidos, bastando "discar" os respectivos números de chamada, para se obter, em questão de segundos, a imagem do texto, bem como a respectiva fotocópia, em telas que podem ser distribuídas, por meio de dispositivos semelhantes à televisão, a diferentes pontos do mesmo edifício, ou até em prédios diferentes. Outra vantagem do AMFIS é trabalhar com tiras de microfilmes montadas em diversos tambores, o que permite fàcilmente a substituição ou a intercalação de textos em determinada parte da coleção, o que não é possível quando se lida com rolos contínuos de microfilmes. Os aparelhos de seleção mecânica nunca serão econômicos quando o número de documentos procurados de cada vez fôr pequeno, ou quando seu emprêgo não fôr freqüente; o AMFIS, ao contrário, é indicado quando se deseja um único texto determinado dentro de uma massa colossal de documentos.

E' êste um aspecto em que estamos em franca fase de desenvolvimento. Os esforços de diversas firmas, no sentido de produzir aparelhos mais eficientes, são intensos e constantes, e é bem provável que em futuro próximo venhamos a ter uma solução satisfatória para os dois casos da pesquisa intelectual: obter mecânicamente tudo que existe sôbre determinado assunto, e, ao mesmo tempo, poder obter instantaneamente um determinado documento conhecido.

Vimos, em linhas gerais, as aplicações, conveniências e inconvenientes dos microfilmes. Dentre êstes últimos, o mais sério é o custo. As dificuldades de importação, as flutuações cambiais e a falta absoluta de matéria-pri-

ma no Brasil tornam êste aspecto pràticamente imprevisível para quem desejar, aqui, instalar um laboratório de microfilmagem para fins puramente culturais. Entretanto, procuraremos dar uma idéia aproximada das despesas que representa a microfilmagem.

O custo abrange: enquipamento para filmagem, matéria-prima (filme), revelação, ampliadores e arquivamento. Não será considerado o custo da seleção mecânica.

Como equipamento, temos, em primeiro lugar, a câmara fotográfica. Em tese, qualquer boa máquina fotográfica que permita a obtenção de chapas nítidas, tenha variação de luminosidade e comporte o rôlo de microfilme presta-se para a operação. Em seguida, é necessária uma instalação apropriada para conter o documento em posição, com boa iluminação e sem reflexos de luz. Como as minúcias de focalização, luminosidade e colocação do objeto em posição são bastante complexas, firmas especializadas têm se dedicado à fabricação de aparelhos que compreendem tôda essa instalação, que vão desde os chamados portáteis, com o preço médio de 750 dólares, às unidades mais complexas, que chegam a 4.000 dólares, aproximadamente.

O filme para microfilmagem tem de permitir o registro minucioso do objeto, (a fim de permitir uma ampliação nítida) e, portanto, tem de conter emulsão de grão fino, isto é, de pelo menos 90 linhas por milímetro (a Eastman fabrica o "Kodagraph Micro-File Film", que dá 180 linhas por milímetro). E', pois, um tipo de filme especial. Êsse filme apresenta-se em três larguras: 16, 35 e 70 milímetros (o primeiro mais empregado nos Estados Unidos, o segundo, na Europa e no Brasil, e o terceiro empregado mais raramente). É lógico que o tamanho do documento original tem influência na escolha da largura do filme; LEWIS e OFFENHAUSER, em sua excelente obra *Microrecording*, (6) indicam, à página 77, a seguinte proporção: a largura máxima prática de um documento, medida em polegadas, determina o emprêgo do filme com igual largura em milímetros (para um documento de 16 polegadas (30cm), usar o filme de 16mm, e assim por diante); por outro lado, sempre é possível aumentar o grau de redução de modo que o filme de 35mm tem aplicação mais universal. Além das variações de largura, o filme pode ser inteiriço ou perfurado (em ambas, ou apenas em uma das margens). As perfurações correspondem a pequenas rodas dentadas existentes nas máquinas fotográficas, sôbre cujas saliências encaixam as perfurações, quando se corre o filme: existem, portanto, máquinas para aquêles três tipos de margens dos filmes. Nunca será possível usar um filme inteiriço em máquina de roda dentada (a menos que tal máquina tenha sobressalentes para resolver o caso), nem é recomendável usar o filme perfurado em máquinas para filmes lisos, pois isto poderá resultar na mutilação da imagem, nos pontos correspondentes à perfuração. Preços médios de filmes nos Estados Unidos: filme de 16mm em rolos de 60 metros: 7 a 8 dólares; o mesmo filme em rolos de 30 metros: 4 dólares; filme de 35mm em rolos de 30 metros, 7 dólares. (Êstes preços incluem a revelação). O rôlo de 30m de filme de 35mm sai por 4,50 dólares mais ou menos.

Quanto à revelação, a prática mais usual é encarregar a firma fornecedora do filme de realizar o trabalho. A revelação "em casa" implica na instalação de laboratório, com câmara escura, água corrente, emprêgo de soluções e equipamento apropriado. O preço de tal equipamento é de cêrca de 800 dólares.

A ampliação da imagem compreende dois aspectos: ampliação para leitura apenas, e fornecimento de cópia ampliada. Os aparelhos de leitura, já comentados, podem, de fato, servir para a produção de fotocópia ampliada, mas o processo não é inteiramente satisfatório, além de muito dispendioso. Quando o número de pedidos de cópias ampliadas de documentos microfilmados é muito grande, o mais indicado é a instalação de laboratório. Os aparelhos de leitura, tal como os de microfilmagem, variam de quase 500 dólares (os maiores e mais completos), aos chamados "portáteis", de cêrca de 250 dólares (Existem ainda umas poderosas lentes, que têm sido denominadas "*pocket reader*", por 25 dólares, mas que não se prestam para uma leitura um pouco demorada).

Finalmente, temos o arquivamento do material microdocumentado, que compreende arquivos especiais para caixas de microfilmes em rôlo, ou para pastas com microfilmes em tiras. Quando a finalidade da microdocumentação é a economia de espaço, torna-se interessante comparar o preço de tais arquivos, mais o preço de metros quadrados de chão por êles ocupados, com o preço das estantes ou arquivos dos documentos originais, mais o dos metros quadrados por êles ocupados. A título de ilustração, citemos um exemplo concreto: 10.000 volumes encadernados, com 400 páginas cada um, ocupam no mínimo 400 metros de prateleiras, ou seja, 40 estantes de 2 metros, com 5 prateleiras. E 10.500 volumes, de 400 páginas cada um, microdocumentos em microfilme de 16mm, ocupam um armário, de 6 gavetas (cada gaveta contendo 100 rolos de microfilmes), medindo 50 centímetros de largura, por 70 de profundidade e 95 de altura. Vejamos outro exemplo, baseado no material distribuído pelo Centro de Expansão Franco-Brasileiro (microfilme de 35 milímetros, em tiras): as tiras, de 10 imagens cada, são conservadas em pastas, com capacidade para 10 tiras, e as pastas são conservadas em fichários de 8 gavetas, cabendo 250 pastas em cada gaveta; temos então, que os 10.000 volumes de 400 páginas ocuparão, por êste processo, 20 gavetas, ou seja, 3 armários (ficando uma sobra de 4 gavetas), que, com as dimensões de 35 centímetros de largura, por 70 de profundidade e 1,34 metros de altura, ocuparão, alinhados, uma extensão de 1,05 metros de largura, por 0,70m de fundo. A Recordak preparou uma fórmula, com a correspondente tabela, indicando o número de imagens que se podem obter em 100 pés do filme (16 ou 35 milímetros), em reduções variáveis, com a sua aparelhagem. A tabela apresenta, na horizontal, os graus de redução, em série consecutiva de 8 a 30, e na vertical, os comprimentos dos documentos originais, em polegadas, em números sucessivos de 4 a 52; como a abertura da objetiva para o uso do filme de 16mm é menor do que para o de 35, aparece ainda na tabela uma linha

quebrada que indica a relação máxima entre comprimento e redução, que se pode obter em filme de 16mm. A fórmula é a seguinte: $\frac{1.200\ R}{L+0,50\ R}$, em que R é o grau de redução e L o comprimento do documento original, em polegadas (0,50 de polegada é o espaço deixado entre as imagens). Assim, por exemplo, empregando um grau de redução igual a 12, e filmando documentos que meçam 10 polegadas de comprimento, podemos, em 100 pés (30 metros) de filme, acomodar 1.358 imagens.

Do exposto, verifica-se claramente que sòmente um vulto muito grande de trabalho justifica a instalação completa de um laboratório de microfilmagem; na maioria dos casos, as bibliotecas se contentam em encomendar os trabalhos de microfilmagem a firmas especializadas, adquirindo apenas aparelhos de leitura e fichários para arquivamento das coleções microdocumentadas. Na obra de LEWIS e OFFENHAUSER, já citada, (6) encontra-se, às páginas 44 e 45, uma tabela preparada pela firma Diebold, Inco, destinada a comparar o custo do arquivamento de documentos sob a forma física e sob a forma de microfilme; levando em conta fatôres tais como equipamento completo (na base de uma amortização em 10 anos), despesas de transporte, de mão-de-obra, de matéria-prima e de aluguel de área para os arquivos, compara o custo do arquivamento de documentos contidos em número variável de gavetas de arquivo formato ofício, durante um número variável de anos, até o máximo de dez anos; do estudo da tabela se conclui que a microfilmagem só se torna econômica para o processamento de documentos contidos no mínimo de 5 anos (US$ 4.054,50, contra US$ 4.207,50 para a guarda dos documentos originais); para 100 gavetas de documentos, num período de 10 anos, chega-se ao seguinte resultado: US$ 23.980,00 para os documentos "físicos", e US$ 14.902,50 para os microfilmados, com o equipamento permanente totalmente amortizado. (E' de se notar aqui que o Departamento de Rendas Internas dos Estados Unidos indica como sendo de 16 anos a duração do equipamento de microfilmagem).

Vejamos quais as possibilidades que nos oferece o mercado do Rio de Janeiro em matéria de microfilmagem. As poucas firmas dedicadas ao ramo são unânimes em dizer que, dadas as atuais condições cambiais, é impossível indicar um preço médio para qualquer dos serviços ou dos aparelhos que oferecem. Quanto aos preços, foram os seguintes os dados obtidos:

Segundo uma das firmas, a instalação completa, atualmente, de um laboratório e equipamento para filmar, revelar, ampliar e imprimir, usando aparelhos de potência média (isto é, não os maiores) fica entre Cr$..... 1.000.000,00 e 1.200.000,00. Analisando o custo vamos ter, aproximadamente, o seguinte: aparelho padrão para microfilmagem, modêlo fixo, cêrca de Cr$ 700.000,00: modêlo "portátil", Cr$ 400.000,00 (Existem aparelhos mais complexos, munidos de diversos dispositivos que simplificam o trabalho do operador e cujos preços, naturalmente, vão muito acima do que aqui vai exemplificado). Rôlo de 30 metros de filme de 35 milímetros: de

Cr$ 700,00 a Cr$ 1.200,00. Aparelhos de leitura: tamanho grande, de mesa, tipo ideal para bibliotecas, de Cr$ 42.500,00 a Cr$ 150.00,00 (permitindo o uso de filme em rôlo ou em tiras, podendo ser usado ainda para projeção em tela); aparelhos "portáteis": Cr$ 22.500,00. Pastas para classificação e arquivamento de 10 a 25 tiras, contendo de 6 a 12 imagens por tira, de Cr$ 17.50 a Cr$ 30,00. Arquivos para as pastas, de 2 a 8 gavetas, de Cr$.. 6.000,00 a Cr$ 13.000,00. Não foram especificados os preços dos aparelhos de revelação e de ampliação; quanto a êste último caso, podemos ainda acrescentar que a fôlha virgem de papel sensibilizado para uma ampliação de microdocumento custa, dadas as atuais dificuldades cambiais, cêrca de Cr$ 9,00, ficando o processo todo de ampliação pelo preço de custo aproximado de Cr$ 20,00 (formato carta). O preço de custo de cada quadro num processo de microfilmagem fica, mais ou menos, de Cr$ 1,20 a Cr$ 2,00; entretanto, a êste preço a biblioteca que tiver decidido montar suas próprias instalações terá de acrescentar o preço de amortização da aparelhagem. Várias emprêsas se encarregam de fazer trabalhos de microfilmagem por encomenda; entretanto, tanto as oscilações cambiais como características técnicas do trabalho a ser executado (isto é, tamanho, qualidade e localização dos documentos originais, e quantidade total do trabalho a ser realizado) impedem-nas de estabelecer um preço básico fixo; a título de ilustração, podemos dizer que êsse preço nunca será inferior a Cr$ 4,00 por página dos documentos originais (na melhor de tôdas as hipóteses), podendo ultrapassar os Cr$ 20,00 e Cr$ 30,00. (A êste preço, a Biblioteca terá de acrescentar o dos aparelhos de leitura bem como os das instalações para arquivamento do microfilme, qualquer que seja a sua forma).

São as seguintes as firmas estabelecidas no Rio de Janeiro que se encarregam de trabalho e de equipamentos de microfilmagem:

Centro de Expansão Franco-Brasileiro CEFBRA, Avenida Calógeras 15, sala 706. Representação de aparelhagem de procedência francesa (THOMSON HOUSTON). Dispõe de todos os aparelhos, de vários tipos, incluindo pastas e arquivos para tiras de microfilme. Encarrega-se de serviços por encomenda, incluindo um sistema de classificação das tiras, o que vale dizer, entrega o serviço pronto para ser consultado.

H.E.R. Bredfledt. Rua da Candelária, 69, 2.º andar. Representante da aparelhagem Kontophot, de fabricação alemã. Dispõe de completo equipamento para instalação de laboratórios e do material fotográfico necessário. Fornece assistência técnica, instruindo os operadores quanto ao manuseio dos aparelhos e quanto a minúcias de perícia fotográfica. Não executa trabalhos por encomenda, mas informa que brevemente a firma *Orgamec* (Rua México, 3, 2.º andar) executará serviços por encomenda, em estreita cooperação com a H.E.R. Bredfledt.

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Avenida General Justo, 171, 3.º e 4.º andares. Instituição oficial, filiada ao Conselho Na-

cional de Pesquisas. Seu laboratório de Reproduções Fotográficas executa trabalhos de microfilmagem por preços mais baixos do que emprêsas comerciais, por ser entidade sem fins lucrativos.

MEIRA — *Materiais de Engenharia, Instrumentos, Reproduções, Ampliações.* Rua da Assembléia, 51. Uma das maiores organizações, dispõe de aparelhagem completa para microfilmagem, além de realizar serviços por encomenda. Ao que estamos informados, brevemente será a representante da Recordak (americana) no Brasil. Dedica-se mais, em geral, a empreendimentos comerciais e industriais.

Microfilme Técnica Limitada. Rua Araujo Pôrto Alegre, 56. Dispõe de aparelhagem e material de consumo de procedência americana, para venda, e executa trabalhos por encomenda. Esta firma, em geral, se dedica mais a tarefas empreendidas por entidades culturais.

São as seguintes as repartições e instituições do Rio de Janeiro que possuem serviços de micro-reprodução, coleções de microfilmes e aparelhos de leitura:

Arquivo Nacional. Gabinete Fotográfico

Praça da República, 26, tel. 22-4441

Biblioteca Nacional. Seção de Microfilmes

Av. Rio Branco, 219-239, tel. 52-3681

Faculdade Nacional de Medicina (Universidade do Brasil). Biblioteca

Av. Pasteur, 458, tel. 46-0351

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Biblioteca

Av. General Justo, 171, 4.º andar, tel. 42-1467

O Serviço de micro-reprodução é executado pelo Laboratório de Reproduções fotográficas.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Biblioteca

Av. Augusto Severo, 4, tel. 22-5266

Não tem aparelho de leitura.

Instituto Osvaldo Cruz, Biblioteca

Av. Brasil, Manguinhos, tel. 30-4003

REFERÊNCIAS

1. OTLET, Paul e GOLDSCHMIDT, Roberto B. — Sur une nouvelle forme du livre: le livre microphotograpric. Bruxelles, Institut International de Bibliographie, 1906.

2. BINKLEY, Robert C. — Manual on Methods of reproducing research materials. A survey made for the Joint Committee on Materials for research

of the Social Sciences Research Council and the American Council on Learned Societies. Ann Arbor (Mich.), Edwards, 1936.

3. Federação Internacional de Documentação — Manual en document reproduction and selection. The Hague, 1953. Part. I, Reproduction, part II, Selection.

4. ASHWORTH, Wilfred, ed. — Handbook of special librarianship and information work. London, Aslib, 1955, p. 39.

5. COBLANS, Herbert — Introdução ao estudo de documentação. Trad. do original inglês por Maria Antonieta Requião Piedade. Rio de Janeiro, D.A.S.P., 1957 (Ensaios de Administração, 8) p. 144.

6. LEWIS, Chester M. e OFFENHAUSER, William H., Jr. — Micrecording; industrial and library aplications. London, New York, Interscience publications (c1956) 456 p. ilust.

A mais completa obra de apreciação aparecida até o presente, de caráter eminentemente prático, sôbre processos, equipamentos, tipos, usos e custo das diferentes formas de microdocumentação. Sumário: Objetivos de um programa de retenção de documentos. Exigências comerciais e legais de conservação de documentos. A seleção de um programa de microdocumentação. O processo de microdocumentação (o filme, formas especializadas de microcópias). Câmaras. O microdocumento inicial. Cópias e reprodução: processamento, projeção, ampliação. Aparelhos de leitura. Classificação e recuperação de informações. Arquivamento. Apêndices. (Contém ainda extensa bibliografia especializada no fim de cada capítulo, ilustrações e tabelas, e numerosos apêndices contendo padrões e recomendações adotados pela American Standards Association)

7. UNESCO — Enquête de l'Unesco sur l'emploi da microfilm. Unesco survey of microfilm use. Paris, Unesco, 1951. 43 p. (Separata do *Bulletin de l'Unesco à l'intention des Bibliothèques*, 4 (2/3), févr.-mars 1952, e 4 (5/6), mai-juin 1952.

8. TATE, Vernon D. — Microreproduction and the acquisitions program. *Library trends*, 3 (4), april 1955, p. 432/447.

9. FUSSLER, Herman H. — Photographic reproduction of research materials. *Library trends*, 4 (2), april 1954, p. 532/544.

10. NEW developments in microreproduction. *Special libraries*, 48 (4), april 1957, p. 148/9.

11. SHAW, Ralph R. — Machines and the bibliographical problems of the twentieth century. *Bibliography in an age of science*. Urbana, University of Illinois press, 1951, p. 37/71.

12. SAMAIN, Jacques — Filmorex. Une nouvelle technique de classement et de sélection des documents et des informations. Paris, Filmorex, 1952.

13. TYLER, A. W., MYERS, W. L. e KUIPERS, J. W. — The application of the Kodak Minicard System to problems of documentation. *American Documentation*, 6 (1), jan. 1955, p. 18/30 (Reproduzido em parte na obra de LEWIS e OFFENHAUSER, citada).

14. AVAKIAN, EMIK e GAREIELD, Eugene — AMFIS, The Automatic Microfilm Information System. Special Libraires, 48 (4), april 1957, p. 145/8. 145/8.

Relatório Sôbre a Mesa Redonda de Liège, do Instituto Internacional de Ciências Administrativas

35.07(049)

Elaborado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas, Seção Nacional Brasileira do Instituto Internacional de Ciências Administrativas.

A reunião anual de 1958, do Instituto Internacional de Ciências Administrativas realizou-se sob a forma de "Mesa Redonda", em Liège, Bélgica, de 27 de junho a 3 de julho.

Foi a mais concorrida Mesa Redonda reunida desde a fundação do I.I.C.A., em 1930. A ela compareceram 210 membros, representando 44 países e 8 organizações internacionais.

O Govêrno Brasileiro fêz-se representar pelo Dr. LUIZ SIMÕES LOPES, Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas e Vice-Presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas. O Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas foi representado pelo Dr. ADROALDO TOURINHO JUNQUEIRA AYRES. O Ministério da Viação e Obras Públicas do Brasil enviou como seu delegado o Dr. A. FONSECA PIMENTEL, Diretor Geral do Departamento de Administração do Ministério.

Três assuntos constituíram o temário da reunião :

a) "A devolução ou transferência de podêres a instituição autônoma" (descentralização administrativa). Foi relator o Prof. BRIAN CHAPMAN, da Universidade de Manchester. A contribuição brasileira foi da autoria do Prof. CAIO TÁCITO;

b) "A automação e seus problemas na Administração Pública". A Secretaria do I.I.C.A. apresentou um relatório geral sôbre êste assunto, baseado em respostas ao questionário enviado aos países participantes. Os debates foram conduzidos, na parte técnica, pelo Sr. M. R. W. STARREVELDT, da Holanda, e na parte relativa a pessoal pelo Prof. LOWELL H. HATTERY, da American University, Washington, D. C., E.U.A.;

c) "Investigações e consultas da Administração", tema relatado pelos Srs. JACQUES DEMBOUR, Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Liège, e JACQUES STASSEN, advogado junto ao Tribunal de Apelação e Professor de Direito Público do Centro de Formação Social de Liège. A

contribuição brasileira foi da autoria da Professôra BEATRIZ M. DE SOUZA WAHRLICH.

Após a sessão inaugural, realizada às 10,30 horas do dia 27 de junho sob a presidência de Sua Excelência FRANTS HVASS, presidente do I.I.C.A. e Embaixador da Dinamarca junto à República Federal da Alemanha, tiveram início as sessões ordinárias, para discussão dos temas, e as Sessões do Conselho de Administração e das Comissões Científica e de Práticas Administrativas do I.I.C.A.

A devolução ou trasferência de podêres a instituições autônomas (descentralização administrativa).

Êste tema — que já havia sido objeto da reunião do ano anterior (Mesa Redonda de Opatija, Iugoslávia) — foi debatido pelo Relator, Professor BRIAN CHAPMAN, e os representantes da Inglaterra, Índia, Iugoslávia, França, Bélgica, Austrália, Holanda, Polônia, República Árabe Unida, Suécia, Vietnam, Portugal, Turquia, Libéria e República Federal da Alemanha.

O Prof. BRIAN CHAPMAN apresentou seu relatório dividido em duas partes: a primeira, contendo um histórico da descentralização administrativa e das razões que a determinaram; a segunda, resumindo dados concretos fornecidos pelos seguintes países: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Iraque, Irã, Itália, Polônia, Pôrto Rico, Portugal, República Árabe Unida, Suécia, Turquia e Uruguai.

Além dêsse relatório, foram distribuídos aos participantes exemplares das contribuições do Brasil, Espanha, França, Itália, Portugal e Suécia.

Os debates foram presididos pelo Sr. V. K. N. MENON, da Índia.

Os principais pontos focalizados foram:

— grau de tutela ou supervisão do Estado sôbre as instituições em foco, especialmente no que se refere à necessidade de tornar compatível a autonomia com o contrôle;

— o processo legal de estabelecimento de tais instituições;

— a distribuição de competência entre o Estado e tais instituições;

— o impacto político da devolução de podêres;

— a tendência, nos países subdesenvolvidos, à proliferação de instituições autônomas no campo econômico.

A automação e seus problemas relevantes na Administração Pública.

Êste tema também já havia sido debatido na Reunão de Opatija, em 1957.

O relatório básico apresentado êste ano pela Secretaria contém, além de considerações sôbre o sentido exato do têrmo "automação" e observações gerais sôbre o assunto, uma série de dados concretos sôbre o progresso da "Automação" na Administração Pública, baseados na resposta ao questionário que, a respeito, fôra enviado aos países participantes.

Assim se resumem tais dados:

Atividades já automatizadas ou em processo de automatização

a) *Financeiras diversas*

Países com automação para êstes fins: Bélgica, França, Irã, Japão e Estados Unidos.

Em projeto: Finlândia e Holanda.

Principais aplicações:

— cálculo e liquidação de vencimentos, salários e pensões;
— contabilização de contas correntes ou depósitos, registros e conferência do respectivo movimento;
— exame e pagamento de cheque;
— cálculos fiscais.

b) *Serviços de correios e telecomunicações*

País com automação para êstes fins: Estados Unidos.

Em projeto: Austrália, Bélgica, França e Holanda.

Principais aplicações:

— levantamento e coleta de taxas;
— pagamento de pessoal;
— administração de almoxarifados;
— administração de serviços de rádio.

c) *Estradas de ferro*

País com automação para êste fim: Itália.

Em projeto: Bélgica e França.

Principais aplicações:

movimento do material rolante;
— contrôle e administração do transporte de mercadorias.

d) *Aviação civil*

País com automação para êste fim: Estados Unidos.
Em projeto: França.

Principais aplicações:

— movimento dos aparelhos em vôo;
— centralização das reservas de passagens;
— administração e contrôle de estoques, peças avulsas e equipamento.

Administração militar

Países com automação para êste fim: Estados Unidos e França.
Em projeto: França e Holanda.

Principais aplicações:

— cálculo e liquidação de vencimentos;
— administração e contrôle de estoques;
— administração e contrôle de peças avulsas.

f) *Ministério da Fazenda*

f[1]) *Impostos diretos*

Países com projeto de automação para êste fim: Bélgica e Pôrto Rico.

Principais aplicações:

— cálculo e registro anual do impôsto territorial;
— cálculo e registro anual do impôsto de renda.

f[2]) *Tesouraria, dívida pública e pensões*

País com automação para êstes fins: Estados Unidos.

Em projeto: Bélgica, França, Japão, Holanda e Pôrto Rico.

Principais aplicações:

— cálculo e pagamento de salários, indenizações e pensões;
— Verificação de contas e operações de contabilidade pública;
— dívida pública ao portador (atrasados e transferências);
— pensões civis, militares e de guerra (ajustamentos a custo de vida, escalas de equalização).

f[3]) *Cadastro*

País com automação para êste fim: Bélgica.

Principais aplicações:

— revisão anual dos documentos de registro da terra (preparação de arquivos de transferência, verificação e transcrição de transferências e verificações, e confecção do livro de registro);
— trabalho diário (entrega de certificados);
— trabalho periódico (renovação dos registros originais);
— trabalho excepcional (aplicação da equalização cadastral).

g) *Ministério da Agricultura*

País com automação em parte realizada e projeto em andamento: Estados Unidos ("Commodity Stabilization Service").

Principais aplicações:

— inventário e contabilidade (cereais e algodão);
— contrôle de estoque.

h) *Seguros nacionalizados*

País com automação já realizada e projeto em andamento: França.

Principais aplicações:

— quitação a têrmo;
— estatística;
— fixação das contribuições;
— atuária;
— administração.

i) *Miscelânea*

i[1]) *Estatística*:

Países com automação para êste fim: Austrália, França, Israel e Estados Unidos.
Em projeto: Iugoslávia.

i[2]) *Pesquisa de funcionamento*

País com automação para êste fim: Estados Unidos.

i[3]) *Censo*:

País com automação: Israel.

i[4]) *Pesquisa científica*

País com automação: Estados Unidos.
Em projeto: França.

i[5]) *Registro Civil*:

País com automação: Itália.

i[6]) Meteorologia (traçado de cartas e conservação de dados anteriores). País com automoção: Estados Unidos.

Ainda do referido relatório se constata que é difícil estabelecer limites para o número de casos tratados abaixo do qual a automação não é econômica. O levantamento demonstra que o número mínimo de casos tratados por ano foi de 400.000 e o máximo de 450.000.000. O número de operações por caso variou de 3 a 24.

Os relatores dos diversos países consideram que, de um modo geral, é mais econômico ter um conjunto eletrônico de grande porte do que vários conjuntos de capacidade média. E' preciso, porém, cuidar do problema da centralização, que daí se origina.

Salienta o relatório que, de um modo geral, a automação não se processa mediante a substituição direta da execução manual do trabalho por um conjunto eletrônico. Ao contrário, a automação é geralmente a fase final de uma adiantada mecanização de serviços, à qual completa ou substitui. Deve, porém, ser salientado que a automação tem possibilidades próprias de aplicação que lhe permitem atingir setores onde a mecanização não convém ou se apresenta pouco recomendável do ponto de vista econômico.

A redução de equipamento resultante da automação é bastante apreciável. O relatório menciona em detalhe o equipamento mecanizado utilizado

na Bélgica, Estados Uunidos e Holanda, cujas atividades foram substituídas, com grande economia, por serviços automatizados.

Ainda do relatório constam informações sôbre os órgãos que geralmente se incumbem dos estudos para instalação de automação, sôbre a duração provável de tais estudos, consultas com firmas fornecedoras do respectivo equipamento, etc., concluindo com os seguintes dados percentuais sôbre as razões que motivaram a automação, baseados na análise de 150 casos em que se deu a sua adoção:

a) aceleração das operações	16,55%
b) eliminação de trabalhos rotineiros	15,17%
c) redução do custo	13,79%
d) obtenção de informações suplementares	11,79%
e) alargamento das possibilidades de ação	11,03%
f) aperfeiçoamento do contrôle interno	9,37%
g) aumento da fidedignidade	8,96%
h) falta de mão-de-obra adequada ou desejo de liberar mão-de-obra especializada, de humanizar o trabalho	7,14%
i) experimentação em automação	
	100%

Além dêsse relatório básico, foram distribuídos aos participantes da Mesa Redonda exemplares dos trabalhos dos relatores do tema (Senhor R. W. STARREVELDT, sôbre a parte técnica, e prof. LOWELL HATTERY, sôbre a parte de pessoal), bem como das Seções Nacionais Italiana e Francesa, e ainda um relatório especial, sôbre "A automação no Serviço de Correios e Telecomunicações da Itália".

Dos debates, presididos pelo Sr. LYONEL WURMSER, da França, participaram os relatores e os representantes da França, Vietnam, Inglaterra, Índia, Bélgica, República Árabe Unida, Holanda, Nações Unidas, Iugoslávia, Brasil e Itália.

Os principais pontos focalizados nos debates foram os seguintes:

— setores de aplicação da automação, assim como as limitações desta;

— tendência à centralização, originada da automação;
o problema de desemprêgo originado da automação (a conclusão foi no sentido de que o período de transição entre a mecanização e a automação é geralmente suficiente para que se efetuem a redistribuição e a readaptação do pessoal existente anteriormente à automação);

— a capacidade da automação para economizar pessoal nos serviços de escritório; (resultados concretos sòmente começarão a aparecer daqui a alguns anos);

— formação de pessoal especializado para automação (a respeito, o Relator prof. HATTERY apresentou sugestões sôbre a denominação, categoria e funções respectivas);

— os riscos de desperdício de dinheiro e pessoal, com a automação;

— o risco de paralisação — por ausência de pessoal, defeitos de máquinas ou sabotagem — de serviços automatizados;

— necessidade de transformação da mentalidade dos quadros dirigentes para adaptá-la à realização dos trabalhos por automação;

— necessidade de audiência de sindicatos para introdução da automação;

— e, finalmente, como deverá o I.I.C.A. proceder, no futuro, relativamente aos estudos sôbre automação. Com referência a êste ponto, sugeriu o Presidente, ao encerrar os debates, que o I.I.C.A. concentrasse seus esforços sôbre: a) os meios de ação necessários ao seu funcionamento como "clearing house" de informações acêrca da automação, e b) os questionários ou contatos diretos destinados à preparação de um estudo dos problemas de pessoal no setor da automação.

INVESTIGAÇÕES E CONSULTAS DA ADMINISTRAÇÃO

O relatório básico, elaborado pelos Srs. JACQUES DEMBOUR e JACQUES STASSEN, da Bélgica, apresentou dados sôbre investigações e consultas procedidas pela Administração com o objetivo de informar-se devidamente antes de adotar uma decisão de caráter geral que afete o interêsse público. Tais dados foram fornecidos pelos seguintes países: Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Índia, Irã, Itália, Holanda, Polônia, Pôrto Rico, Portugal, Inglaterra, República Árabe Unida, Suíça, Turquia e Iugoslávia.

De um modo geral, os referidos países relataram como estão organizados e funcionam os serviços estabelecidos, em caráter permanente ou não, para obter informações concretas, assim como opiniões, sôbre assuntos em estudo pela Administração. No primeiro caso (informações concretas), foram geralmente mencionados serviços tais como de "Estatística" e, no segundo (opiniões), as diversas Comissões Consultivas, internas ou externas, existentes, assim como audiências públicas em que partes interessadas apresentam suas observações a respeito do assunto em foco.

Além dêsse relatório, foram distribuídos aos participantes exemplares das contribuições da Alemanha, Bélgica, Brasil, Espanha, França, Índia, Holanda e Portugal.

Abrindo os debates, sob a presidência do Prof. NIKOLA STJEPANOVIC, da Iugoslávia, lembra o Sr. STASSEN que o tema de reunião constitui um dos fenômenos administrativos mais importantes de nosso tempo. As manifestações da administração consultiva se multiplicam e se traduzem por uma intervenção crescente de pessoas estranhas à Administração chamadas a com ela colaborar. A "consulta" não constitui pròpriamente uma novidade, mas sua atual extensão é extraordinária.

Propôs o relator o debate do assunto tendo em vista os seguintes pontos principais:

— o modo de designação dos membros de comissões consultivas;

— a designação de funcionários para tais comissões;

— a obrigação do fornecimento, por pessoas estranhas à Administração, de informações que lhes forem solicitadas, e as garantias de discrição asseguradas a tais pessoas;

— o recurso à consulta afeta, ou não, a liberdade de ação e a responsabilidade dos órgãos decisórios. Caso afirmativo, como remediar tal inconveniente;

— será a obrigação ou faculdade de uma autoridade administrativa consultar tal ou qual orgão, antes de decidir, um sintoma de "mal interno" ou franqueza de Administração, ou será nada mais que a expressão de uma civilização mais técnica que a de antigamente, e de uma espécie de democratização do Poder Executivo?

Dos debates participaram representantes da França, Bélgica, Inglaterra, Turquia, Holanda, Estados Unidos, Portugal, Irlanda, República Federal da Alemanha, República Árabe Unida, Austrália e Índia.

Resumindo as observações expendidas pelos diversos representantes sôbre as questões que apresentara e outras propostas pelos mesmos, concluiu o Relator com as seguintes observações:

— no que diz respeito à indagação sôbre se a extensão da "Consulta" constitui um mal ou a expressão necessária de uma civilização técnica e a democratização do poder executivo, os oradores emitiram opiniões concordantes: tal extensão é, indubitàvelmente, um sinal de vigor e vitalidade do aparelhamento administrativo;

— o problema da escolha de membros representantes de interêsses privados comporta soluções várias, desde a simples designação pela Administração à eleição ou designação pelos organismos mais representativos, ou à apresentação de uma lista, que constitui talvez a melhor solução, pois que permite harmonizar-se, em tôrno da escolha de determinadas pessoas, as opiniões da Administração e dos organismos a serem representados;

— quanto à participação de funcionários nos órgãos de consulta, a maior parte dos oradores a considera normal e mesmo desejável, especialmente no que se refere a serviços de secretaria. Discordam, entretanto, os oradores sôbre qual o papel atribuível aos funcionários dentro de tais órgãos. Terão êles função deliberativa ou consultiva? Tanto uma como outra solução parece possível, dependendo das circunstâncias. Alguns oradores sugerem a seguinte distinção: que se conceda ação deliberativa aos especialistas chamados em caráter pessoal, e consultiva aos representantes de grupos interessados. Tal problema deve ser focalizado na oportunidade de criação de cada comissão;

— poucas informações foram apresentadas sôbre a "investigação" (enquête). Apenas três delegados abordaram tal questão; o da República Árabe Unida, da Espanha e de Portugal, sendo que êstes,

dois últimos dedicaram especial atenção à audiência pública com processo de investigação;

— alguns oradores consideram que, como as opiniões obtidas através dos órgãos consultivos não prendem a Administração, continua esta com plena liberdade para tomar decisões. Entretanto, quando são ouvidos organismos estranhos, interessados em determinada questão, pode haver o perigo de proporem êles soluções que não correspondam ao interêsse geral, e depois divulgarem sua opinião de maneira a procurar exercer pressão sôbre a Administração.

CONCLUSÕES

Como se verifica, foi das mais proveitosas a Mesa Redonda de Liège.

O tema "automação" foi, talvez, o que maior interêsse despertou, à vista de sua crescente importância para a Administração. Por êste motivo, aliás, é que êste breve relato fornece maiores informações sôbre êste tema do que sôbre os demais.

Na reunião do ano próximo (1959), em que será realizado o Congresso de Administração, em Wiesbaden, Alemanha, os tópicos a serem discutidos incluirão, novamente, a "Automação" e a "Devolução de podêres a instituições autônomas", a par dos seguintes novos assuntos.

"Organização dos Ministérios da Fazenda e Finanças";

"O aumento da eficiência da Administração através da concessão de prêmios e incentivos a funcionários".

O Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas já tomou as providências necessárias à elaboração da contribuição brasileira ao referido Congresso.

O Desenvolvimento Planificado dos Municípios do Continente

352.071

Uma contribuição objetiva à "Operação Pan-Americana"

ARAÚJO CAVALCANTI

O MOVIMENTO MUNICIPALISTA INTERAMERICANO

O Congresso Interamericano de Municípios é, simultâneamente, o órgão deliberativo supremo e o dínamo propulsor do Movimento Municipalista no Continente americano.

As Reuniões do Congresso Interamericano de Municípios estabelecem as diretrizes, bases e princípios gerais de uma Política Continental de cooperação intermunicipal cuja importância não se poderia subestimar. Cada Reunião é uma oportunidade excepcional para o reexame amplo e profundo dos problemas, interêsses e reivindicações fundamentais dos Municípios. Ao mesmo tempo em que estuda e debate um temário adrede preparado, delibera o Congresso durante as mencionadas Reuniões acêrca dos programas de trabalho, a escritura e o funcionamento da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal. Esta, por sua vez, promove a execução das deliberações ou recomendações aprovadas e providências sugeridas, através da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal, — órgão diretor da Organização, — com sede permanente em Havana, Cuba.

Já se realizaram, até agora, as seguintes Reuniões do Congresso Interamericano de Municípios: I — em Havana (Cuba), em 1938; II — em Santiago (Chile), em 1941; III — em Nova Orleans (Estados Unidos), em 1950; IV — em Montevidéu (Uruguai), em 1953; V — em San Juan (Pôrto Rico), em 1954; VI — em Panamá (Panamá), em 1956.

No momento, encontra-se em pleno andamento a VII Reunião (Rio de Janeiro, Brasil, 1958).

Em resumo, os objetivos básicos da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal (Inter-American Municipal Organization) são os seguintes: "... a promoção, o estudo e o desenvolvimento de todos os assuntos ou problemas que dizem respeito ao urbanismo e aos sistemas de administração urbana, assim como aquêles outros que direta ou indiretamente se relacionam com a vida comunal, mantendo e intensificando a cooperação intermu-

nicipal, e as mais estreitas e amistosas relações de vizinhança entre os povos da América, através de seus diversos órgãos de atividade, com exclusão de tôda preocupação de caráter político".

A Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal foi criada em virtude de uma Resolução da VI Conferência das Nações Americanas, realizada em Havana em 1928. Todavia, sòmente em 1938, como resultado do 1.º Congresso Interamericano de Municípios, é que foi estabelecida a Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal, em Havana. As diversas Reuniões do Congresso Interamericano de Municípios constituem uma demonstração da capacidade realizadora da entidade máxima do Municipalismo no Continente. Os esforços e atividades que, a partir de 1938, a Organização vem intensificando no sentido de despertar a consciência municipalista interamericana, são do conhecimento geral. Em quase todos os países estão surgindo associações, entidades ou organismos técnicos que promovem, por sua vez, a realização de Congressos ou reuniões periódicas para exame e discussão dos problemas municipais. Uma vasta e singular literatura especializada adquire, dia a dia, proporções consideráveis exercendo, de maneira benéfica, um papel de extraordinária utilidade e importância no tocante ao exato equacionamento e adequada solução dos referidos problemas. Destacam-se, nesse conjunto de problemas, como preocupação absorvente dos técnicos, das autoridades e das populações — tanto nas aglomerações urbanas, como nos campos e nas zonas rurais do Interior — as questões vinculadas aos métodos de govêrno e administração municipal; planejamento econômico; organização e implantação de Planos Diretores; urbanismo em geral; assistência social; desenvolvimento cultural. São êstes os problemas que têm sido objeto dos mais amplos estudos e debates em tôdas as Reuniões do Congresso Interamericano de Municípios até agora efetuados. Todavia, no interregno das Reuniões ficam por assim dizer amortecidas, ou reduzidas às mínimas proporções, as atividades da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal. A produtividade dos Organismos integrantes do Movimento Municipalista interamericano fica dràsticamente reduzida à simples divulgação das declarações, recomendações ou resoluções aprovadas por ocasião dos grandes conclaves nacionais ou internacionais.

O fenômeno é geral: — tanto no *plano continental* dos Organismos interamericanos, como no *plano nacional* das Associações de Municípios e, até mesmo, dentro de cada País, no âmbito das Entidades regionais ou locais, observa-se, — encerrados os Congressos e Reuniões, — uma verdadeira "paralisação" das atividades Municipalistas. Alega-se, à guisa de explicação do fenômeno, a falta de recursos financeiros suficientes para assegurar a perenidade, plena expansão ou, pelo menos, a manutenção dos coeficientes de produtividade do Movimento Municipalista em um nível razoável de eficiência. Até certo ponto, semelhante ponto de vista corresponde à realidade dos fatos. Cumpre, no entanto, anular essa "fraqueza" congênita do Movimento Municipalista vinculando-o a finalidades mais concretas. Urge proporcionar um conteúdo mais objetivo ao Municipalismo Interamericano; imprimir-lhe sentido mais prático e uma atuação mais dinâmica; acelerar o seu ritmo, de

maneira a que se transforme, em cada uma das Repúblicas do Continente, em uma fôrça poderosa, a serviço do progresso, do bem-estar e da cultura.

O Municipalismo como fator positivo do desenvolvimento planificado das Comunas e melhoria das condições de vida de seus habitantes: eis uma grande tarefa para a Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal e demais Entidades associadas do Movimento Municipalista Interamericano; um legítimo desafio à capacidade dos seus líderes.

A VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios é a oportunidade ideal para se dar renovado alento a uma nova substância ao Municipalismo; a hora exata em que se deve superar a fase das declarações tradicionais excessivamente teóricas, ou das recomendações brilhantes, porém, divorciadas das realidades de cada país.

Chegou o momento em que a VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios poderá imprimir, de fato, novos rumos e perspectivas ao Movimento Municipalista do Continente, incorporando a mobilização contra o subdesenvolvimento e a luta contra o pauperismo ao elenco das suas finalidades primordiais. Não se trata, apenas, de enquadrar os referidos problemas no campo das metas preferenciais do Municipalismo mas, simultâneamente, deixar de lado as cogitações puramente teóricas; abandonar o excesso de doutrinas e romantismo que têm caracterizado o Movimento Municipalista. Em seguida torna-se imperativo passar à ação prática estimulando quaisquer esforços que se fizerem neste sentido. Em síntese:

a) promover com energia uma vasta mobilização contra o subdesenvolvimento dos Municípios e o pauperismo das massas rurais;

b) incorporar, destarte, ao Movimento Municipalista — nos diversos países do Continente, — como uma de suas responsabilidades prioritárias, a *Operação Pan-Americana,* colaborando na sua implantação e progressivo aperfeiçoamento.

Divorciado das realidades políticas, econômicas, financeiras e sociais, o Municipalismo corre o perigo de perder substância e se transformar em uma abstração cultural em tôrno da qual se reúnem periòdicamente alguns intelectuais do Continente para o esnobismo dos debates amenos e das sugestivas excursões turísticas. Esta hipótese não pode, contudo, prevalecer. E' preciso, desde já, reagir contra a deturpação dos objetivos do Movimento cujo destino é o da luta aguerrida e petrinaz contra os fatôres do atraso, do subdesenvolvimento e da miséria. Por todos êstes motivos é que julgamos conveniente submeter à deliberação da VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios o presente trabalho. Nêle se contêm propostas concretas mediante as quais pretendemos colaborar com a Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal no sentido da renovação e do fortalecimento do Movimento Municipalista Continental.

A fim de atingir êsse alto objetivo que, de resto, se justifica por si mesmo, sugerimos a criação de um Grupo de Trabalho com atribuições específicas dentre as quais merecem relêvo:

a) as que se referem à implantação e aperfeiçoamento da *Operação Pan-Americana;* e

b) as que se ligam ao Desenvolvimento Planificado dos Municípios do Continente.

O próprio texto da Indicação a seguir transcrita elucida a natureza e o alcance das propostas que temos a satisfação de formular por intermédio da Associação Brasileira de Municípios perante as egrégias Delegações presentes à VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios.

INDICAÇÃO À VII REUNIÃO DO CONGRESSO INTERAMERICANO DE MUNICÍPIOS

Engajamento do Movimento Municipalista na luta contra o subdesenvolvimento. Erradicação e pauperismo. Enquadramento da Operação Pan-Americana no conjunto dos objetivos primordiais da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicpal (Inter-American Municipal Organization). Criação de um Grupo de Trabalho.

Desnecessário se torna enumerar as razões de ser que justificam a criação de um *Grupo de Trabalho* especìficamente dedicado ao estudo e à formulação de soluçõs objetivas a respeito dos problemas fundamentais dos Municípios do Continente em função das suas realidades políticas, econômicas, financeiras, administrativas, técnicas e sociais. O conteúdo, alcance e significado da Proposta de Resolução que temos a honra e o dever de apresentar aos líderes do Municipalismo interamericano, ora reunidos no Rio de Janeiro, constituem a sua melhor justificação. E' o seguinte o texto da referida Proposta:

Indicação à VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios.

— A VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios resolve:

1.º) Fica constituído, na estrutura da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal (Inter-American Municipal Organization), um *Grupo de Trabalho* especialmente destinado ao estudo e aperfeiçoamento da *Operação Pan-Americana.*

2.º) *Ao Grupo de Trabalho* instituído nos têrmos da presente Resolução compete realizar pesquisas e estudos especiais, elaborar projetos, formular recomendações ou sugestões concretas, tendo em vista o advento da *Operação Pan-Americana,* sua implantação progressiva e satisfatória.

3.º) Fica a Associação Brasileira de Municípios expressamente autorizada pela Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal a promover a imediata constituição do *Grupo de Trabalho* a que se refere esta Resolução o qual deverá ser integrado por engenheiros, economistas, técnicos de administração e professôres catedráticos das escolas superiores especializados em assuntos de planejamento econômico, urbanismo e administração municipal.

Neste sentido deverá a Associação Brasileira de Municípios entrar em entendimentos com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e com a Organização dos Estados Americanos (O.E.A.) tendo em vista a completa execução dos objetivos colimados pelo *Grupo de Trabalho* ora estabelecido.

4.º) *O Grupo de Trabalho* será constituído de quinze membros, no máximo, podendo subdividir-se em tantos Setores Técnicos quantos forem jul-

gados necessários ao rendimento dos trabalhos e plena eficiência de suas atividades.

5.º) Os estudos, projetos, contribuições especializadas ou sugestões, do *Grupo de Trabalho* ora criado, para investigação técnico-científica, aceleração do ritmo de execução e perene aprimoramento da *Operação Pan-Americana* deverão ser encaminhados:

a) à Organização dos Estados Americanos (O.E.A.) e respectivos órgãos técnicos;

b) aos Governos das 21 Repúblicas integrantes da O.E.A. e respectivas Chancelarias;

c) aos Parlamentos nacionais, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais e Prefeituras de todos os Países do Continente;

d) às Entidades ou Associações Nacionais e Regionais de Municípios, existentes no Continente americano.

6.º) *O Grupo de Trabalho* coordenará, publicará, encaminhará e distribuirá os seus estudos, projetos ou recomendações, por intermédio da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal — com sede permanente em Havana, Cuba.

7.º) *O Grupo de Trabalho* funcionará no Rio de Janeiro, Brasil, devendo encerrar as suas atividades ao ensejo da próxima VIII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios. Nessa oportunidade poderá o referido *Grupo de Trabalho* ser incorporado à estrutura permanente da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal — devidamente reorganizado e transformado em órgão técnico de pesquisa, consulta e assistência multifuncional.

8.º) Na hipótese em que o *Grupo de Trabalho* venha a se transformar em Setor permanente da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal (Inter American Municipal Organization) deverá o mesmo incumbir-se — além das suas atribuições específicas — de formular estudos e projetos relativos:

a) ao desenvolvimento planificado dos Municípios;

b) à erradicação do subdesenvolvimento e do pauperismo nos Municípios do Continente.

9.º) *O Grupo de Trabalho* dará início às suas atividades tomando como ponto de partida de seus estudos o Sistema da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais, com a finalidade de aperfeiçoar e incorporar o referido Sistema ao quadro geral dos objetivos básicos da *Operação Pan-Americana*. *O Grupo de Trabalho* examinará, igualmente, as experiências de desenvolvimento planificado em andamento nos diversos países do Continente, tendo em vista:

a) obras, empreendimentos e serviços de desenvolvimento econômico-social;

b) Planos Diretores das Cidades;

c) modernização administrativa;

d) atos complementares.

10.º) Na sua primeira reunião o *Grupo de Trabalho* elaborará o seu Regimento Interno. Os casos omissos serão resolvidos no *Grupo* por maioria absoluta de votos.

11.º) *O Grupo de Trabalho* reunir-se-á pelo menos uma vez por semana a partir da data de sua instalação solene sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores, da Associação Brasileira de Municípios e dos representantes oficiais da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal.

12.º) *O Grupo de Trabalho* organizará, em sua primeira reunião, a Secretaria Executiva incumbida de resolver os seguintes problemas:

a) financiamento ou custeio dos trabalhos, encargos e serviços do *Grupo;*
b) execução material das tarefas;
c) relatórios e administração, em geral.

13.º) O Regimento Interno estabelecerá os dispositivos referentes à estrutura, funcionamento e demais problemas do *Grupo de Trabalho.*

Introdução ao Estudo da Operação Pan-Americana, suas dimensões e perspectivas. — A "declaração conjunta" de Washington: — Comunicado da reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Não pretendemos, — nem seria esta a ocasião oportuna, — fazer uma análise da *Operação Pan-Americana.* Por êste motivo permanecemos adstritos ao simples enunciado do seu conteúdo, indicando de maneira sucinta os problemas que a consubstanciam, suas dimensões e perspectivas, em função dos interêsses fundamentais dos Municípios do Continente. De fato não poderia o Movimento Municipalista interamericano ignorá-la ou permanecer à margem de tão significativo episódio das relações continentais.

A *Operação Pan-Americana* revigorou e deu um novo significado ao panamericanismo tradicional, — demasiado sentimental e romântico, — procurando orientá-lo no roteiro dos empreendimentos concretos, das soluções de envergadura, das iniciativas práticas e decisivas. E', portanto, um fator positivo que tem de ser levado em consideração, estimulado e aperfeiçoado pela Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal.

Independentemente dos seus valores intrínsecos, a *Operação Pan-Americana* tem as suas origens remotas nesse precioso manancial de soluções arrojadas. originais e práticas que é o Sistema da *Operação Município* com suas Projeções Regionais e Locais. A proposta do Govêrno brasileiro às 21 Repúblicas americanas foi inspirada, em suas linhas gerais, no singular conjunto de projetos, iniciativas e contribuições técnicas consubstanciadas e resumidas na *Operação Município.* E' suficiente examinar os documentos básicos da *Operação Município* a partir do IV Congresso Nacional de Municípios realizado em maio de 1954 em São Lourenço, Minas Gerais, até o presente momento — para que se verifique a extraordinária semelhança no que se refere aos conceitos, objetivos e terminologia, entre a *Operação Pan-Americana* e o Sistema da *Operação Município,* com suas Projeções Regionais e Locais. São movimentos de ampla envergadura técnica, com diferentes aspectos políticos, econômicos, sociais e administrativos mas, fundamentalmente identificados pela

mesma *"idéia-fôrça"* que os anima, ou seja, o "leit-motiv" comum da mobilização contra o subdesenvolvimento e a erradicação do pauperismo.

Pretende-se com a *Operação Pan-Americana*, no *plano continental*, executar uma política de emancipação global e desenvolvimento progressivo, mediante uma ação conjunta e fraternal das 21 Repúblicas integradas na Organização dos Estados Americanos (O.E.A.). E esta é exatamente a característica predominante da *Operação Município*, com suas Projeções Regionais e Locais isto é, levar a efeito, no *âmbito da Federação brasileira*, idêntica política, tendo em vista o desenvolvimento planificado das 2.500 Comunas que a constituem, no momento. Justifica-se, por conseguinte, a integração e aproveitamento da *Operação Município* no quadro mais amplo dos objetivos fundamentais da *Operação Pan-Americana* sendo de se desejar a ela se incorporem, da mesma forma, as experiências semelhantes porventura em andamento ou cogitação nas Repúblicas irmãs do Continente.

A "Operação Pan-Americana" — Uma ofensiva de largas proporções

O Govêrno brasileiro promoveu a realização de um amplo movimento continental denominado *"Operação Pan-Americana"* cujas finalidades podem ser resumidas em três metas preferenciais:

1.º) reformulação e reorientação do pan-americanismo em bases mais objetivas;

2.º) mobilização contra o subdesenvolvimento e luta, sem tréguas, contra o pauperismo;

3.º) participação mais efetiva da América Latina nas decisões políticas de repercussão internacional.

Por ocasião da Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, recentemente levada a efeito em Washington, de 22 a 24 de setembro de 1958, o Govêrno brasileiro encaminhou às diversas Delegações então presentes um Memorial, em que preconiza uma revolução integral no âmbito das relações interamericanas.

O Memorial brasileiro acentua que o subdesenvolvimento se coloca no primeiro lugar dos "graves problemas que fazem da América Latina uma das regiões mais vulneráveis do Mundo" e propõe diversas soluções para enfrentar êsse problema.

Destacam-se no Memorial brasileiro os seguintes pontos principais tais como resumidos pelas agências telegráficas internacionais:

— "Obtenção, até 1960, de uma renda mínima por cabeça de habitante, no total de 480 dólares, por um aumento da produção bruta da comunidade latino-americana, a fim de criar desta maneira as condições necessárias a um desenvolvimento autônomo dos países dessa região".

— "Definição, visando sua eliminação, dos principais "impasses" (setores de entrangulamento), onde estão empenhadas as economias respectivas dos países do continente americano. A crise dos meios de importação deve ser dominada. A cooperação na expansão dos mercados internacionais. A cooperação para o estabelecimento de um mercado regional. A criação de institutos

financeiros destinados a mobilizar e facilitar as transferências intra-regionais. A estabilização dos mercados de produtos de base. A instalação e o desenvolvimento das indústrias de substituição. Deficiência crônica dos sistemas de produção de energia, de comunicações, de educação, assim como as constantes dos domínios agrícola e industrial."

— "Definição das possibilidades de ação oferecidas à América Latina para assegurar a manutenção do ritmo de desenvolvimento, que terá sido adotado como objetivo primordial da *Operação Pan-Americana.* Sob êste aspecto, o memorial brasileiro recorda o apoio econômico e financeiro concedido pelos Estados Unidos à Europa, no fim da segunda guerra mundial."

— "A América Latina, declara o memorial brasileiro, esperava que a liderança dos Estados Unidos se manifestasse em um esfôrço comum para melhorar as condições gerais e para esboçar um processo de desenvolvimento econômico e social, esfôrço que tivesse representado a contrapartida, em um plano regional, da ação oportuna e metódica desenvolvida por êsse país com relação à Europa".

Afirmando que os Estados Unidos e as grandes potências ocidentais não poderiam considerar o restabelecimento econômico da Europa como o objetivo final de seus esforços, o memorial brasileiro submetido à conferência dos Chanceleres pelo Embaixador NEGRÃO DE LIMA, acrescenta:

— "Os acontecimentos mundiais não deixam subsistir nenhuma dúvida sôbre o fato de que, se se pretende salvar a paz, essas responsabilidades precisamente aumentaram, após a realização das tarefas mais imediatas empreendidas sob o signo da reconstrução e da defesa".

A repercussão continental das sugestões formuladas pelo Govêrno brasileiro foi a melhor possível.

Assim é que, durante a mencionada Conferência dos Ministros, por ocasião da discussão geral dos problemas econômicos que afetam o Continente Americano, o Secretário de Estado FOSTER DULLES manifestou, em nome do Govêrno Norte-Americano, "o seu total e entusiástico apoio à *Operação Pan-Americana* sugerida pelo Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK", e que corresponde aos anteriores pronunciamentos favoráveis de numerosos estadistas latino-americanos".

A "declaração conjunta" de Washington.

Comunicado da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Washington, 24 (FP) — E' êste o texto do comunicado conjunto, publicado ao término da reunião dos Ministros das Relações Exteriores das vinte e uma Repúblicas Americanas, realizada nesta capital ontem e hoje:

"Os ministros das Relações Exteriores das Repúblicas da América reuniram-se nesta capital, a convite do secretário de Estado dos Estados Unidos, em 23 e 24 de setembro corrente, de modo informal, e discutiram os assuntos de relevante atualidade, que lhes interessa em comum, em três sessões. Os ministros das Relações Exteriores trocaram impressões no que concerne às relações e problemas interamericanos, especialmente quanto aos assuntos de

caráter econômico, tendo também procedido a exame do panorama internacional."

"Reconhecem os ministros que na história do mundo a solidariedade dos Estados Americanos tem tido grande importância e que no atual momento adquire especial significação. Por isso mesmo, reafirmam essa solidariedade que é fundada nos princípios da Carta da Organização. No atual período de evolutiva transformação da estrutura política, econômica e social da Comunidade, é requerida a renovada consagração aos ideais interamericanos de independência, liberdade política e progresso econômico e cultural, impondo a reafirmação da fé que têm as nações americanas em sua capacidade de atuar com dinamismo para a realização dêsses supremos ideais".

Intercâmbio de opiniões

"Confiam os ministros em que o intercâmbio de opiniões e das conversações informais, entre si, será proveitoso. Estão igualmente concordes quanto a conveniência de ser promovida a celebração mais freqüente de idênticas tantes ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, para que estudem a conveniência de ser promovida a celebração mais freqüente de idênticas reuniões informais de ministros das Relações e de outros altos representantes dos governos."

"Consideram os ministros que, em consonância com as aspirações e exigências dos povos da América, manifestadas em reiteradas oportunidades, é indispensável seja intensificada a ação para promover o maior desenvolvimento econômico do continente. Estão os ministros convencidos de que um esfôrço conjunto, harmonioso e cuidadosamente preparado para essa finalidade, contribuirá poderosamente para o fortalecimento da solidariedade do Hemisfério e para o bem-estar do homem americano".

Aceitação da O.P.A.

"Reconhecem os Chanceleres americanos, com profunda satisfação, a afirmação que lhes fêz o presidente EISENHOWER, no sentido de que o govêrno dos Estados Unidos está disposto a prestar a sua mais decidida cooperação para conseguir resultados concretos, no esfôrço comum para fomentar o desenvolvimento econômico dos países americanos, pois considera que a paz, a prosperidade e a segurança são amplamente indivisíveis."

"Consideram que é êste o mais oportuno momento para ser examinada e revigorada a cooperação interamericana, no campo econômico, segundo foi sugerido pelo presidente KUBITSCHEK e de conformidade com as iniciativas de vários governos americanos. Sugerem os ministros que no próximo período, antes da Undécima Conferência Interamericana, se dê especial atenção à formulação de novas medidas de cooperação econômica, tomando-se como ponto de partida os seus temas propostos pelo govêrno do Brasil, em seu memorando de 9 de agôsto de 1958, concernentes à iniciativa apresentada sob a denominação de *"Operação Pan-Americana"*, os quais, com outros temas específicos, que os demais governos das Repúblicas do Continente desejam manter em relação com o referido tema geral, estão ligados com o fomento do desenvol-

vimento econômico e com o seguinte tema, proposto pelo ministro argentino das Relações Exteriores: elaboração e desenvolvimento imediato de amplo programa continental de formação de técnicos, para o desenvolvimento econômico, principalmente em engenharia, agronomia, engenharia industrial economia, administração pública e administração de negócios".

"Com êste propósito, e para facilitar outras consultas extra-oficiais, opinam os ministros seria conveniente que o Conselho da Organização dos Estados Americanos estabeleça comissão especial, do Conselho, na qual estariam representados os governos das vinte e uma Repúblicas americanas. À medida que essa Comissão chegue a conclusões sôbre as providências que possam ser tomadas, deverá apresentar suas informações ao Conselho da Organização. Então, poderá ser empreendida a ação necessária, para se pôr em execução tais projetos, ou medidas, por meio dos órgãos da Organização, ou diretamente pelos governos, segundo se considere mais apropriado."

Medida Prática

"Além disso, opinam os ministros sejam por ora tomadas medidas práticas, a respeito de alguns projetos específicos, como sejam:

1.º) O estabelecimento de uma Instituição Interamericana, de fomento econômico, da qual participarão todos os países interamericanos. Para isso, convirá que o Conselho Interamericano Econômico e Social convoque o mais breve possível uma comissão especializada, de representantes governamentais, segundo foi recomendado na resolução dezoito da Conferência Econômica de Buenos Aires. Conviria que essa Comissão se reunisse em sessão permanente, até terminar a redação do projeto dos artigos do Convênio, para a instituição que se propõe, convênio que será firmado mais tarde".

2.º) Intensificação dos esforços para estabelecer mercados regionais na América Latina. E' de desejar que os governos e as organizações internacionais, diretamente interessados, principalmente a Organização dos Estados Americanos, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Organização dos Estados Centro-Americanos apressem seus estudos e medidas concretas, encaminhados para o estabelecimento de mercados regionais na América Central e na América do Sul. Sugerem os ministros que, o mais tardar na XI Conferência Interamericana, seja apresentada informação aos membros da Organização dos Estados Americanos, sôbre o progresso realizado nesse importante projeto. Em relação com êste assunto, registram os ministros que o govêrno dos Estados Unidos fêz saber que está preparado para ajudar economicamente a estabelecer indústrias solventes, por meio dos organismos apropriados, em têrmos convenientes, com o fim de estimular a realização das vantagens dos mercados regionais, mediante a inversão de capital público e privado".

Problemas de Mercados

"Reiteram os ministros a sua constante preocupação quanto aos problemas dos mercados dos produtos básicos. Estão de acôrdo em que a estrutura econômica da maioria das Repúblicas Americanas exige que se procurem soluções,

de modo urgente, para êsses problemas, para o que devem ser realizadas consultas, tanto entre os Estados interessados, da Organização dos Estados Americanos, sôbre bases bilaterais e multilaterais, como também com os países produtores e consumidores, de outras áreas geográficas".

"Terminando êste comunicado, expressam os ministros que prevaleceu nesta reunião uma atmosfera de franqueza, sinceridade e compreensão, o que contribuiu para estabelecer um sentimento de confiança no sentido do bom prosseguimento das importantes tarefas que neste momento se iniciam".

(24 de setembro de 1958 — Washington)

O roteiro da prosperidade para os Municípios — Uma política de emancipação global e desenvolvimento planificado. Dimensões, conteúdo e perspectivas do Sistema Geral da Operação Município, suas projeções regionais e locais.

Exeqüibilidade Técnica, Política, Econômica, Financeira e Administrativa da *Operação Município*. Mobilização de Recursos. Investimentos Selecionados. Descentralização Administrativa. Cooperação Intergovernamental.

Encontram-se, no momento, em pleno andamento, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas dos Estados e em grande número de Câmaras Municipais, os Projetos de Lei indispensáveis ao advento e implantação do Sistema Geral da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais. Acontecimento sumamente auspicioso é a execução antecipada das Projeções Locais independentemente da aprovação das medidas preliminares da alçada dos Podêres Executivo e Legislativo da União e dos Estados, em alguns Municípios mais progressistas. Assim é que, em Timbaúba, no Estado de Pernambuco — um dos dez Municípios brasileiros de maior progresso — o dinâmico Prefeito FERREIRA LIMA FILHO promoveu a execução da *Operação Timbaúba* com êxito invulgar e impressionante apoio da população. No Estado do Rio, o ilustre Prefeito JOÃO DE MORAES CARDOSO JÚNIOR procedeu de maneira idêntica com a *Operação Nilópolis*. O fato é que, da Amazônia ao Rio Grande do Sul ultimam-se os delineamentos básicos do Sistema, o que demonstra a indiscutível e completa exeqüibilidade política, econômica, financeira, administrativa e técnica da *Operação Município*. Está, portanto, integralmente esboçado o quadro de um planejamento nacional de amplas proporções que pode se desenrolar *simultânea, sucessiva ou isoladamente* nos três níveis de govêrno: União, Estados e Municípios.

Trata-se de um Sistema integrado de planificação descentralizada, coordenação de investimentos selecionados, racionalização administrativa e prestação de assistência técnica.

Sistema destinado a dirigir e acelerar o desenvolvimento econômico-social dos Municípios e dar conteúdo objetivo à autonomia municipal. E', como se depreende do exame de todo o Conjunto, uma política de emancipação global orientada no sentido de despertar as energias adormecidas e a capacidade empreendedora de cada Comuna. Uma experiência de valorização total das Unidades elementares da Federação, — cêrca de 2.500 Municípios.

Mas, em que consiste, precisamente, a substância dessa arrojada e singular experiência? Quais as suas dimensões e perspectivas, em uma Federação heterogênea e complexa como é o Brasil?

A resposta à indagação encontra-se no texto dos projetos integrantes da *Operação Município*: *a*) os que foram apresentados no Congresso Nacional e dizem respeito ao *Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais* (projetos de ns. 4.614-54, do Senador JARBAS MARANHÃO; 3.112-58, do Deputado ANTUNES DE OLIVEIRA; 3.702-58, do Deputado CELSO PEÇANHA; na *"Lei Pró-Município"*, de TEIXEIRA DE FREITAS, encaminhada pelo Deputado ROCHA LOURES; e seus diversos substitutivos); *b*) os que estão sendo examinados pelas Assembléias Legislativas dos Estados e se referem às *Projeções Regionais* do Sistema. (Entre outros, a *Operação Pernambuco*, a *Operação Alagoas*, a *Operação Espírito Santo*, a *Operação Rio de Janeiro*, a *Operação Amazônia*, a *Operação Rio Grande do Sul*, e assim sucessivamente); c) os que foram votados ou estão em fase de tramitação nas Câmaras de Vereadores — as denominadas *Projeções Municipais ou Locais*. (Neste caso é simplesmente impressionante o número dos projetos apresentados em todo o Brasil, a maioria dos quais em andamento regimental, inúmeros ainda dependendo de encaminhamento legal pelas Prefeituras e alguns já em execução. Na impossibilidade de enumerá-los todos, mencionaremos os mais conhecidos: a *Operação Cabo Frio*, a *Operação Barra do Piraí*, a *Operação Nilópolis*, a *Operação Rio Bonito*, a *Operação Guaxupé*, a *Operação Timbaúba*, a *Operação Buíque*, e assim por diante); *d*) os projetos concernentes ao Distrito Federal (*Operação Guanabara*) e aos Territórios Federais (por exemplo, a *Operação Arquipélago*, para Fernando de Noronha; a *Operação Roraima*, para o Território do Rio Branco, etc.); *e*) finalmente, as medidas legislativas *complementares* do Sistema. (Citaremos, apenas, a fim de não alongar esta Exposição, a proposta de Resolução 103, do Deputado Federal PONTES VIEIRA, que dispõe sôbre a "Comissão dos Municípios", a colaboração do Congresso Nacional na solução dos problemas fundamentais dos Municípios; o "Concurso Teixeira de Freitas", projeto n.º 4.227-58, do Deputado Federal SOUTO MAIOR; o "Manual dos Prefeitos e Vereadores", projeto n.º 4.294-58, do ex-Ministro do Trabalho Deputado NELSON OMEGNA; os projetos relativos à Lei de "Descentralização Administrativa", "Máquinas e Equipamentos para os Municípios" (Deputado Federal UNÍRIO MACHADO, etc.).

Como é óbvio, sendo a Federação brasileira, na realidade, um verdadeiro Continente — em virtude de suas vastas proporções geográficas; sendo, além disso, uma Nação caracterizada pela extrema heterogeneidade demográfica, política e social de suas variadas regiões e sub-regiões geo-econômicas, é claro que o Sistema da *Operação Município* teria de sofrer o impacto dessas realidades. Daí a sua natural complexidade e essa tem sido, via de regra, uma das críticas freqüentemente formuladas contra o Sistema. Poder-se-ia, contudo, fulminar os críticos — geralmente amigos das soluções simplistas, dos esquemas e organogramas bem proporcionados — com o simples argumento de que a *Operação Município* seria inviável se por acaso deixasse de refletir, em seus delineamentos gerais, a heterogeneidade e complexidade da Federação brasileira. Os planos de desenvolvimento devem ser concebidos e realizados em

função dos dados concretos da experiência; nem seria possível ignorar ou "passar uma esponja" nos fatôres estruturais e conjunturais de um País como o Brasil: os fatos e os números é que devem prevalecer. Uma das vantagens da *Operação Município* — possìvelmente o segrêdo de sua espetacular receptividade — consiste nessa subordinação às exigências e peculiaridades da Federação. Por êsse motivo é que o Sistema se tem revelado flexível, sem qualquer índice de rigidez, fàcilmente susceptível de correções, ajustamentos e adaptabilidade às condições brasileiras. Ainda em resposta às perguntas formuladas, relembramos que a Resolução aprovada em São Lourenço resumiu o Sistema em dois artigos de meridiana clareza: 1.º — organização e estabelecimento de um plano nacional de obras e serviços municipais, com fundo financeiro próprio e administração especial, aprovado em prévio acôrdo interpartidário específico, para ser executado mediante convênio, devendo os governos municipais, estaduais e federal se entenderem para o fim colimado nessa Recomendação; 2.º — enquanto não fôr elaborada e incorporada ao Orçamento da União a *Operação Município*, os prefeitos e vereadores do Brasil reunidos no Congresso de São Lourenço, reivindicam um programa de emergência na ordem de Cr$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), anuais, como antecipação do investimento total da *Operação*, solicitando ao Govêrno Federal a abertura do crédito especial competente.

A Operação Município (Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais) pretende levar a efeito uma decisiva mobilização de recursos tendo em vista acelerar o desenvolvimento econômico-social dos Estados (Projeções Regionais), simultâneamente com o desenvolvimento planificado de cada uma das Comunas que os integram (Projeções Locais). Constitui, portanto, o Plano Nacional (*Operação Município*) um legítimo "Sistema" de planejamento, a ser executado nas três órbitas da Federação em regime de descentralização, mediante processos de colaboração intergovernamental, tais como acôrdos, convênios e contratos multilaterais. Em virtude da participação majoritária da União na formação da receita do fundo financeiro previsto e dos investimentos preliminares, o papel do Govêrno Federal é naturalmente decisivo; cabe-lhe, sobretudo, além da coordenação do Sistema, estimular, por todos os meios, a transformação dos Municípios em fatôres operantes do desenvolvimento nacional e unidades de sustentação do progresso geral. De que maneira?... Canalizando investimentos de vulto para os Municípios; fazendo aplicações substanciais de capital nos setores do planejamento econômico, da reorganização agrária e rural, do urbanismo, da racionalização administrativa e assim por diante; promovendo a supervisão técnica e verificando os coeficientes de produtividade das Projeções Regionais e Locais; em resumo, participando da execução do Sistema através do Orçamento Geral e dos Orçamentos Cambiais da União sempre em função dos interêsses nacionais. Nem poderia ser de outra forma, porque a emancipação global dos Municípios pressupõe — vale insistir — uma mobilização bem articulada de fôrças políticas, recursos financeiros e assistencia técnica.

À margem das Projeções Regionais e Locais — Diretrizes, Conteúdo e Bases do Sistema

Recuperar, expandir e fortalecer a capacidade tributária, financeira, econômica, administrativa, social e técnica dos Estados e Municípios são as diretrizes preliminares das Projeções Locais e Regionais — base e ponto de partida de todo o Sistema. A orientação predominante é de estimular por todos os meios a crescente industrialização nos Estados e respectivos Municípios, ampliá-la e coordená-la com a dinamização gradual dos demais setores estruturais da economia nacional. Com a aplicação concentrada e progressiva dos recursos financeiros e humanos, sob a coordenação e assistência técnica da União, dos Estados ou Consórcios Intermunicipais, — conforme o caso — encaminhar-se-ão os equacionamentos exatos e as soluções práticas dos problemas fundamentais segundo ordens de urgência ou prioridades cientìficamente preestabelecidas. E' o que se denomina na terminologia das Projeções Regionais e Locais, as *metas preferenciais da Operação Município,* tais como: aproveitamento científico, expansão e defesa dos recursos naturais; — eletrificação; — iniciativas pioneiras de energia atômica; — industrialização intensiva e descentralizada; — incremento, expansão e defesa da produção agropecuária, da pesca e do reflorestamento; — conservação dos solos; — reorganização agrária; — aproveitamento de áreas improdutivas; — ampliação e modernização dos sistemas de transportes e comunicações; — saneamento e planos diretores; — urbanismo; — habitações populares; — hospitais; — melhoria das condições de vida e níveis culturais da população; — exploração industrial do turismo; — estudos, levantamentos, pesquisas, investigações científicas e tecnológicas; — formação técnico-profissional; — racionalização do aparelhamento governamental e administrativo dos Municípios e dos Estados mediante reformas de estrutura, descentralização, simplificação e modernização; — mecanização e automação gradual — sempre que possível — dos serviços governamentais e da Administração Pública. Haverá, além disso, os "Comandos de Produtividade", em regime de ampla cooperação com a iniciativa privada, destinados a acompanhar e fiscalizar a execução dos planos e projetos, bem como implantar técnicas e métodos de organização científica do trabalho, verificar a produtividade das Metas Preferenciais.

Outro aspecto interessante, no que se refere à sistemática da execução da iniciativa, é o estabelecimento dos Setores operacionais descentralizados. Para melhor coordenação técnica, supervisão e flexibilidade de administração, êsses setores serão aglutinados em zonas operacionais, em função das peculiaridades geo-econômicas de cada Estado (Consórcios Intermunicipais). O conjunto todo da *Operação* constituirá um anexo especial dos orçamentos aos quais serão também ncorporados os auxílios e subvenções destinados às Prefeituras (grants-in-aid). As fontes de receita, despesas de custeio e os investimentos serão regulados, em tôdas as suas modalidades, em Leis Financeiras especiais e pelo Sistema de Atos Complementares.

Esquema Financeiro

A Operação Município em seu conjunto foi estimada em Cr$ 18 (dezoito) bilhões de cruzeiros, em sua primeira fase, que corresponde à média anual de 3,6 bilhões de cruzeiros, aproximadamente, no qüinqüênio 1959/1964.

O esquema financeiro do magno empreendimento foi formulado após o levantamento da capacidade tributária e das possibilidades orçamentárias da União, dos Estados e dos Municípios. Examinou-se, por outro lado, o quadro das probalidades e disponibilidades do mercado de capitais. Foram adotados, ainda, critérios que asseguram a crescente participação do Govêrno Federal, (Orçamento Geral e Orçamentos Cambiais da União), além de tornar exeqüível uma ampla participação.

São várias as fontes de receita propostas para cobertura dos investimentos e despesas previstas: dotações orçamentárias; produtos de operações de crédito; contribuições de melhoria; revisão do sistema tributário; regulamentação do impôsto territoria rural e do excesso da arrecadação estadual; vinculação de adicionais; taxas, cotas da União, emissão de apólices, revisão tarifária e de custos governamentais, entre outras.

Acresce salientar que os investimentos maciços em projetos geradores de riqueza deverão assegurar, antes mesmo do encerramento da primeira fase, em 1964, o caráter de plano autofinanciável. As obras, empreendimentos e serviços, devem ser de natureza reprodutiva, proporcionando renda industrial permanente. *A Operação* poderá apresentar, de imediato, resultados, lucros e rendimentos proporcionais ao volume e ritmo de sua exeoução, em decorrência do aumento da produção em todos os municípios, do crescimento da arrecadação, do fortalecimento do mercado interno, do aumento dos índices de produtividade, etc.

Os principais Congressos de Municípios que se têm realizado — nacionais ou regionais, — aprovaram as seguintes recomendações referentes à *Operação Município*: 1.º — Que os Podêres Executivos tomem tôdas as providências no sentido de encaminhar a *Operação Município* à apreciação das Assembléias Legislativas, acompanhada de pareceres contendo os estudos e contribuições técnicas das diversas Secretarias de Estado; 2.º — Que as Assembléias Legislativas Estaduais organizem uma Comissão Especial para estudar os problemas dos municípios, em função do seu desenvolvimento planificado, devendo os referidos estudos começar pelo exame antecipado das Projeções Regionais e Locais do Sistema; 3.º — Que as conclusões, resultados, recomendações ou reivindicações dos Congressos de Municípios sejam incorporados aos projetos da *Operação Município;* 4.º — Que as Prefeituras e Câmaras Municipais promovam, desde já, as iniciativas ou providências referentes à sua participação no Sistema da *Operação Município,* suas Projeções Regionais ou Locais, tendo em vista sua implantação e aperfeiçoamento; 5.º — *Que a Operação Município* passe a constituir um patrimônio das Câmaras Municipais, Prefeituras, Associações Rurais, Cooperativas, Sindicatos e demais instituições representativas

das Comunas, — o denominador comum de suas necessidades, problemas e aspirações, — enfim, um autêntico *Roteiro da Prosperidade.* (*)

Fortalecimento Econômico-Financeiro à priori como condição de uma Autonomia Municipal Efetiva.

A *Operação Município,* com suas Projeções Regionais e Locais, consubstancia um sistema revolucionário e objetivo de administração planificada. Ela significa, na prática, a aplicação concentrada e maciça de recursos financeiros, técnicos e humanos, em obras, empreendimentos e serviços, mediante convênios com os Estados e a União.

As primeiras estimativas dêsses recursos demonstram que os investimentos do Sistema Geral da *Operação Município* atingirão, no primeiro qüinqüênio de sua execução, cêrca de Cr$ 18.000.000.000,00 (dezoito bilhões de cruzeiros): portanto, uma soma várias vêzes superior à projetada discriminação de rendas, na hipótese do advento de uma Reforma Constitucional de envergadura.

Trata-se, pois, conforme acentuou o Professor J. GUILHERME DE ARAGÃO — atual Diretor Geral do D.A.S.P. — de "uma providência preliminar e heróica. A *Operação Município* promoverá o imediato soerguimento do padrão de vida das populações locais. Com a *Operação Município* atingirá o Interior do País sua máxima expressão social, econômica e política. Expressão social pelo imediato soerguimento do standard de vida das populações municipais; plena expressão econômica, em virtude dos benefícios proporcionados pelos investimentos da *Operação;* enfim, expressão política, porque, afinal, a autonomia municipal vai adquirir mais nítida consciência de si mesma, podendo conduzir as administrações locais a um desenvolvimento maciço que, em última análise, reverte num regime de progresso nacional em todos os sentidos e em tôdas as direções". ("Diário Carioca" — Rio, 26 de agôsto de 1954 e "Diário de Notícias", 16-9-54; *in* "O Dia", Curitiba, 14-2-55).

O Desenvolvimento Planificado dos Municípios: Tema Fundamental do Movimento Municipalista. Aperfeiçoamento e Dinamização do Federalismo. Novos Rumos de Govêrno e Administração para as Comunas Brasileiras.

O IV Congresso Nacional de Municípios — levado a efeito no Rio de Janeiro, de 27 de abril a 5 de maio de 1957 — teve oportunidade de examinar com o mais profundo interêsse uma surpreendente quantidade de teses, indicações, projetos e estudos diversos sôbre a discutida Seção II do Temário do

(*) O Conselheiro ARAÚJO CAVALCANTI, representante do Território do Rio Branco, encaminhou aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Conselho Deliberativo e do Conselho Diretor da ABM, — respectivamente os eminentes Vereador SILVIO FORTUNATO e CELSO MELLO DE AZEVEDO, digno Prefeito de Belo Horizonte e Presidente da ABM, uma Exposição de Motivos relativas ao Sistema Geral da *Operação Município,* solicitando providências para acelerar a implantação do referido Sistema. A Segunda Parte dêste trabalho é um resumo da mencionada Exposição. Deixamos, deliberadamente, de transcrever gráficos, tabelas e estatísticas. (ofício n.º 70/57).

Magno Conclave, isto é, a *Operação Município,* suas Projeções Regionais e Locais (Aspectos Políticos, Econômicos, Financeiros, Administrativos, Técnicos e Culturais).

Coube à 2.ª Comissão Técnica do Congresso do Rio de Janeiro a responsabilidade de examinar os referidos trabalhos e contribuições. Os exaustivos e veementes debates travados no seio da 2.ª Comissão vieram confirmar os prognósticos de alguns técnicos e analistas dos problemas de Govêrno e Administração Municipal no sentido de que, mais cedo do que se presume, o Movimento Municipalista brasileiro passará a girar em tôrno do Sistema Geral da *Operação Município.* O Vereador ALBERTO ANDRÉ, da Câmara Municipal de Pôrto Alegre e um dos líderes da Delegação Gaúcha, escreveu no "Correio do Povo", em um dos seus notáveis depoimentos sôbre as conclusões, resultados e tendências do IV Congresso de Municípios (referindo-se à *Operação Município* e substitutivos que lhe foram apresentados):

"... E' um trabalho de fôlego e que contempla, em seu bôjo, a realidade dos problemas municipais, observado o Brasil num plano de conjunto. O assunto, pela magnitude, voltará ao debate oportunamente quando fôr conhecido o resultado dos trabalhos da Comissão Especial e, mais pròpriamente, no V Congresso Nacional de Municípios, quando será o tema principal uma vez que o da discriminação de rendas, cumprido ou não pelo Govêrno, tem um sentido definitivo". ("Correio do Povo", Pôrto Alegre, 25 de maio de 1957).

Prefeitos, vereadores, técnicos, estudiosos e autoridades de todos o Brasil aguardam com justificada ansiedade as providências dos Governos — nas três órbitas da Federação — e da Associação Brasileira de Municípios a respeito das Recomendações do IV Congresso Nacional de Municípios no que se refere ao singular conjunto de iniciativas, empreendimentos, atividades e projetos integrantes da *Operação Município.*

Dentre as Recomendações aprovadas pelo IV Congresso de Municípios merece relêvo a proposta da Segunda Comissão Técnica formulada nos seguintes têrmos:

"Organização de uma Comissão Especial integrada por uma equipe de engenheiros especializados (urbanismo e planejamento econômico); economistas; técnicos de administração; agrônomos; representantes da Associação Brasileira de Municípios para debaterem, dentro de 60 dias, o Sistema Geral da *Operação Município,* suas Projeções Regionais e Locais, em reunião a ser realizada em São Paulo. Deverá ser dada prioridade à participação nessa Comissão, de professôres catedráticos das escolas superiores do País. A Comissão debaterá o problema em 3 dias não podendo o seu número exceder a 15". (Do Relatório Geral dos Trabalhos da 2.ª Comissão Técnica).

Cresceram, portanto, as responsabilidades da ABM em face dêsse encargo adicional. A organização de uma Comissão Especial para os fins e nos têrmos da Recomendação aprovada apresenta, de início, os seguintes problemas:

a) escolha das personalidades a serem convidadas e que deverão integrar a mencionada Comissão;

b) designação de um Grupo de Trabalho para organização preliminar do dossiê destinado à Comissão e preparo dos indispensáveis "documentos de trabalho";

c) estabelecimento de prazos, metas, local, data e horário das reuniões e demais providências, inclusive a divulgação dos resultados obtidos;

d) as personalidades dos diversos Estados convidados à Reunião de São Paulo — escolhidas, de preferência, entre professôres de nível superior e técnicos de projeção deverão estudar, prèviamente, a seguinte Agenda:

1.º) Conceituação do Sistema Geral da *Operação Município,* suas Projeções Regionais e Locais, Doutrina e Técnica de Descentralização.

2.º) Aspectos políticos, econômicos, financeiros, administrativos, técnicos e culturais. A Exeqüibilidade do Sistema.

3.º) A *Operação Município* e a Autonomia Municipal. Competência específica e ação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios. Análise jurídica do problema. O Equilíbrio da Federação brasileira. Um novo Federalismo.

4.º) Fundamentos e Perspectivas do Sistema Geral da *Operação Município.* A Participação dos Municípios no Orçamento Geral e nos Orçamentos Cambiais da União. Sistematização dos Acôrdos e Convênios.

5.º) A *Operação Município* e a Política de Consórcios Municipais. Investimentos Prioritários e Produtividade. Novas Tendências de Planejamento Regional.

Evidentemente, grandes são as dificuldades que se antepõem à plena execução da imperiosa Recomendação. E' de acentuar-se, todavia, que o funcionamento de uma Comissão Especial de alta expressão técnica, cultural e política, contribuirá para reforçar de maneira decisiva o prestígio da ABM, além de consolidar as bases e acelerar o advento da *Operação Município.*

A trajetória do arrojado Sistema que tem como objetivo básico acelerar o desenvolvimento econômico-social dos Municípios, devidamente coordenado com os interêsses dos Estados e da União, teve início em 1954. Desde então, a *Operação Município* adquiriu as proporções de um Movimento de âmbito nacional, com fisionomia e características próprias. Movimento orientado no sentido de uma Política Nacional de Investimentos selecionados, geradores de riqueza. Investimentos substanciais vinculados à execução de melhoramentos municipais prioritários; ou seja, na terminologia da *Operação Município,* o desenvolvimento planificado das Comunas através das Projeções Regionais ou Locais do original Sistema.

Panorama da situação — A trajetória da Operação Município.

Em fevereiro de 1954, simultâneamente com a elaboração da Proposta Orçamentária da União, promoveu o D.A.S.P. a realização de um Inquérito de âmbito nacional destinado a investigar e sistematizar a participação dos Municípios no Orçamento Geral da União (Auxílios, contribuições, subvenções.

Acôrdos e Convênios). — Os levantamentos foram iniciados em 5 de fevereiro de 1954 com a expedição de uma Circular para tôdas as Prefeituras e Câmaras Municipais do País. Os Municípios, em sua quase totalidade, atenderam às solicitações constantes da Circular. Centenas de relatórios ou ofícios foram encaminhados ao D.A.S.P., contendo as reivindicações de cada Município quanto a obras, empreendimentos e serviços, afora uma grande massa de dados estatísticos e informações de maior utilidade.

Os resultados dêsse vasto Inquérito tornaram possível o planejamento das bases, diretrizes, metas e delineamentos gerais da *Operação Município*. Coube-me a honra dessa iniciativa em virtude da circunstância puramente eventual de exercer, ao mesmo tempo, o cargo de Diretor de Orçamento e Organização do D.A.S.P. e mandato de Secretário-Geral da A.B.M.

Realizou-se em São Lourenço, de 15 a 22 de maio de 1954, o III Congresso Nacional de Municípios. A *Operação Município* foi submetida ao exame das Comissões Técnicas e do Plenário do referido Congresso. Os Prefeitos, Vereadores e técnicos, então reunidos, aprovaram o Projeto de Recomendação sôbre o assunto, elaborado pelo Dr. LUCIANO MESQUITA, Presidente da Assessoria Técnica e Assessor da Comissão de Finanças do Senado Federal. A *Operação Município* monopolizou, por completo, o Congresso de São Lourenço. Apesar de tempestuosos debates, obteve-se a aprovação, por unanimidade, do resumo elaborado, isto é, os dois famosos artigos que passaram a integrar a Carta dos Municípios como uma Recomendação Especial.

O Senador JARBAS MARANHÃO (então Deputado Federal) transforma a Recomendação Especial de São Lourenço no Projeto de Lei n.º 4.614, de 1954. A *Operação Município* surge, destarte, na Câmara Federal, a 24 de junho de 1954, como iniciativa do Poder Legislativo tendo em vista a transformação dos Municípios brasileiros em unidades de sustentação do progresso nacional. A *Operação Município* resume, nos têrmos do Projeto 4.614/54, as reivindicações fundamentais das Comunas brasileiras, principalmente no tocante às necessidades de modernização e capacitação econômica, financeira, administrativa e técnica.

O Secretário-Geral da ABM promove a realização de uma Campanha sem paralelo nos anais do Movimento Municipalista, em tôrno da *Operação Município*. As Prefeituras e Câmaras Municipais em resposta a uma nova Circular sôbre o assunto, começam a se movimentar. Milhares de telegramas oriundos da quase totalidade dos Municípios são dirigidos ao Presidente da República, ao Presidente do Congresso Nacional e aos líderes dos Partidos, ao Ministro da Fazenda, ao Diretor Geral do D.A.S.P. e aos Diretores dos principais jornais do País, manifestando apoio à Recomendação do Congresso de São Lourenço consubstanciada no Projeto n.º 4.614-54 (*Operação Município*).

Reúnem-se os dirigentes do Movimento Municipalista em Curitiba, Paraná, durante os dias 5, 6 e 7 de novembro de 1954. Como principal resultado dessa Reunião divulga-se o Documento que tomou o nome de "Declaração de Curitiba" cujo texto reafirma a linha política e técnica da A.B.M. e reitera aos Podêres Legislativo e Executivo da União a conveniência de apressar o andamento da *Operação Município*. A "Declaração de

Curitiba" acentua os aspectos mais importantes da *Operação Município* e estabelece a sua inclusão como um dos itens básicos do Temário do IV Congresso de Municípios.

O Secretário-Geral da A.B.M., por intermédio da Seção Brasileira do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, publica, em 1955, os documentos essenciais da *Operação Município* em sua primeira fase. Na reunião de Guarujá, São Paulo, em maio de 1955, são apresentados e divulgados com êxito excepcional os três volumes contendo os referidos Documentos:

I — A *Operação Município* — Fundamentos do Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais — pelo Professor FRANCELINO DE ARAÚJO GOMES;

II — Diretrizes e Bases da *Operação Município* — pelo Dr. LUCIANO MESQUITA;

III — A Crise Brasileira e a *Operação Município* — pelo Professor FRANCISCO BURKINSKI.

A A.B.M. dando cumprimento à Resolução de seus Conselhos ao ensejo da Reunião de Guarujá, em maio de 1955, transmite aos Srs. candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, a Carta dos Municípios e a *Operação Município* — isto é, a magnífica síntese dos princípios, direitos e reivindicações que constituem a própria razão de ser do Movimento Municipalista brasileiro. O pronunciamento oficial da A.B.M. sôbre o assunto, em face das eleições presidenciais, acentuou: "Qualquer que seja a grave decisão das Urnas, em outubro, cumpre fortalecer o patriótico Movimento Municipalista. Votar bem é antecipar a vitória da nobre causa, dos princípios e das aspirações que nela se consubstanciam". Neste sentido, interpretando legítimos interêsses e anseios de quase 2.500 Comunas, a Associação Brasileira de Municípios, ao mesmo tempo em que reafirma a plena liberdade de pronunciamento de seus Membros — eximindo-os de qualquer compromisso, tem a honra de se dirigir aos Eminentes patrícios, Doutores ADEMAR DE BARROS, JUSCELINO KUBITSCHEK, PLÍNIO SALGADO, General JUAREZ TÁVORA e respectivos companheiros de chapa, para encaminhar os documentos básicos que equacionam e resumem os problemas e reivindicações dos Municípios brasileiros: 1 — A Carta dos Municípios — admirável roteiro da Campanha pela recuperação e desenvolvimento das nossas Comunas e palavra de ordem do Homem do Interior; — 2 — a *Operação Município,* autêntica aspiração nacional e ponto fundamental de qualquer programa de Govêrno e Administração para o Brasil. (Declaração de Guarujá, São Paulo, maio de 1955).

O Deputado CELSO PEÇANHA pronuncia, a 8 de outubro de 1955, um discurso de grande repercussão, estabelecendo o enquadramento do Sistema Geral da *Operação Município* nos Planos de Desenvolvimento Nacional e apresenta o primeiro substitutivo ao Projeto n.º 4.614-54. O Discurso do Deputado fluminense desenvolve a teoria geral da *Operação Município,* define os seus objetivos a curto e a longo prazo e sugere aperfeiçoamentos e providências complementares.

Reúne-se em Niterói, a 17 de agôsto de 1955, o I Congresso dos Municípios Fluminenses; surge, nessa oportunidade, a primeira Projeção Regional da *Operação Município — A Operação Rio de Janeiro.* (Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Fluminenses) A *Operação Rio de Janeiro* à aprovada pela unanimidade das Prefeituras e Câmaras Fluminenses reunidas no Congresso de Niterói.

O Deputado TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, apresenta a 13 de outubro de 1955, na Assembléia do Estado de Alagoas, o Projeto n.º 196/55, a segunda Projeção Regional da *Operação Município,* denominada *Operação Alagoas.* (Dispõe sôbre as Diretrizes e Bases do Plano de Obras, Empreendimentos e Serviços e dá outras providências. Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Alagoanos. Mobilização contra o Subdesenvolvimento).

Centenas de cartas e telegramas solicitando esclarecimentos e formulando sugestões são dirigidas a oSecretário-Geral da A.B.M. Em face da impossibilidade material de responder diretamente aos pedidos de informações que, de todos os pontos do País e em volume surpreendente lhe são encaminhados delibera o Secretário-Geral organizar, publicar e expedir o Boletim Técnico da *Operação Município* cujo primeiro número saiu a 1.º de fevereiro de 1956. Não dispondo a ABM de recursos materiais para impressão de um Tablóide moderno de grande tiragem e circulação conseguiu o Secretário-Geral, todavia, resolver o problema, financiando pessoalmente a edição e distribuição dos nove primeiros números do Boletim. A iniciativa foi coroada de êxito, constituindo um autêntico sucesso. A Boletim da *Operação Município* está contribuindo para dar ao Movimento Municipalista um novo sentido e inesperado vigor.

Na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo o Deputado JOSÉ CUPERTINO DE ALMEIDA apresenta a 15 de julho de 1956, em Vitória, a terceira Projeção Regional da *Operação Município* — a *Operação Espírito Santo* (Projeto n.º 91/56 — Dispõe sôbre o Desenvolvimento Planificado dos Municípios do Espírito Santo e dá outras providências).

Realiza-se em Manaus, de 26 a 31 de agôsto de 1956, sob os auspícios do Govêrno do Estado, o I Congresso de Municípios da Amazônia. Nessa oportunidade, o Secretário da Fazenda, Dr. DESIRÉ GUARANI E SILVA, submete ao Congresso a *Operação Amazônia,* aprovada por unanimidade, como uma nova Projeção Regional da *Operação Município.*

Surge, no Estado do Rio, em agôsto de 1955, ao ensejo da Reunião dos Municípios da Zona de Cantagalo a primeira projeção local da *Operação Município* denominada *Operação Cabo Frio.* O II Congresso dos Municípios Fluminenses, realizado posteriormente em Cabo Frio, de 8 a 11 de novembro de 1956, aprovou por unanimidade a *Operação Cabo Frio.* Dispõe o projeto sôbre o desenvolvimento planificado da sede e dos distritos. A *Operação Cabo Frio* pode servir de exemplo à administração dos municípios, com as devidas adaptações às de respectivas peculiaridades fisiográficas e geo-econômicas.

O I Congresso de Reivindicações do Povo Carioca, em março de 1956, aprova, por unanimidade, a *Operação Guanabara*: Projeção Regional em que se incorporam com êxito os princípios que caracterizam a *Operação Município*

e se formulam, com objetividade, soluções para o Rio de Janeiro em face do advento da Nova Capital em Brasília. A *Operação Guanabara* equaciona e resume os problemas do Distrito Federal e traça os delineamentos da política mais conveniente aos interêsses nacionais em função da mudança da Capital Federal para Brasília.

Em nome de Pernambuco, o Deputado Federal PONTES VIEIRA submete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 1.627/56 que dispõe sôbre a Reorganização Administrativa e o Desenvolvimento Planificado do Território de Fernando de Noronha (*Operação Arquipélago*). Essa Projeção Territorial da *Operação Município* marca o início, a 26 de julho de 1956, de um novo ciclo de estudos e iniciativas referentes aos Territórios Federais.

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS elabora a *Lei Pró-Município,* como substitutivo à *Operação Município.* O Criador do Sistema geográfico, estatístico e censitário do Brasil (IBGE) dedicou os últimos meses de sua vida ao exame, ampliação e aperfeiçoamento da *Operação Município,* realizando, com a Lei *Pró-Município,* um trabalho monumental.

O Deputado ROCHA LOURES em discurso pronunciado na Câmara Federal a 31 de julho de 1956 solicita a transcrição nos Anais da *Lei Pró-Município,* de A.M. TEIXEIRA DE FREITAS o qual, antes de falecer, entregou-a à A.B.M.

Na Câmara Federal são apresentados dois Projetos vinculados ao conjunto de Leis Complementares da *Operação Município*:

a) o Projeto 1.495-56 de 22 de julho de 1956, do Deputado UNÍRIO MACHADO, que dispõe sôbre a Aquisição de Máquinas e Equipamentos para os Municípios;

b) o Projeto de Resolução n.º 103, de 1956, do Deputado PONTES VIEIRA (cria a Comissão dos Municípios — órgão técnico de estudos, pesquisas e colaboração do Poder Legislativo com as Comunas brasileiras. Intervenção Direta do Congresso Nacional na Solução dos Problemas Municipais. Modernização e Aperfeiçoamento do Poder Legislativo). 15-12-56

Realiza-se no Rio de Janeiro o IV Congresso Nacional de Municípios, de 27 de abril a 5 de maio de 1957. A *Operação Rio Bonito* é submetida à apreciação dos Prefeitos e Vereadores do Brasil como a segunda Projeção Local da *Operação Município.* A apresentação é feita pelos Delegados do Estado do Rio como uma Mensagem fluminense aos Prefeitos e Vereadores do Brasil. O "Jornal de Rio Bonito" dedica uma edição especial à *Operação Rio Bonito.*

Simultâneamente com a *Operação Rio Bonito,* o IV Congresso aprova inúmeras indicações, moções e contribuições técnicas sôbre o Sistema Geral da *Operação Município.* Dentre as Recomendações aprovadas destacam-se, pela sua importância, as que se referem à *Lei Pró-Município* e à *Operação Arquipélago.* Esta última condensa as reivindicações, problemas e necessidades de Fernando de Noronha, indicando as soluções concretas a serem tomadas para reorganização e desenvolvimento planificado dêsse Território. Merecem, ainda, referência especial, as Recomendações que mandam estender as Projeções Regionais e Locais da *Operação Município* a todos os Territórios, Es-

tados e Municípios do Brasil a fim de que fique configurado, em sua plenitude, o Sistema Geral da *Operação Município.* O IV Congresso recomendou, outrossim, que os Governos estaduais e as Assembléias Legislativas dos Estados elaborem, com as devidas adaptações, planos idênticos aos das Projeções Regionais da *Operação Município.* Foi aprovada idêntica Recomendação no sentido de que as Prefeituras e Câmaras Municipais formulem, tendo em vista suas peculiaridades geo-econômicas, projetos similares aos das Projeções Locais, servindo os estudos até hoje divulgados sôbre as referidas Projeções, como subsídio ao preparo de projetos de lei.

Encerrado o IV Congresso de Municípios, o Deputado CLODOMIR MORAIS, em obediência às Recomendações aprovadas, submeteu à Assembléia Legislativa de Pernambuco, ao regressar ao Recife, Projeto de Lei dispondo sôbre a *Operação Pernambuco,* a mais recente Projeção Regional da *Operação Município.* (Projeto n.º 107/57 — Autoriza o Poder Executivo Estadual a Organizar a *Operação Pernambuco* — 27 de maio de 1957).

Ainda em obediência a uma Resolução Especial do IV Congresso, o Deputado ANTUNES DE OLIVEIRA apresenta, na Câmara Federal, a 31 de agôsto de 1957, o Projeto de Lei n.º 3.112. (Institui Bases e Diretrizes para a organização do Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais). Essa é a mais recente contribuição técnica no sentido de ampliar, aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Geral da *Operação Município.*

Em Pernambuco, o Prefeito FERREIRA LIMA FILHO encaminha Mensagem à Câmara Municipal acêrca da *Operação Timbaúba* (Projeto de Lei n.º 15, de 8 de setembro de 1957, que dispõe sôbre o Desenvolvimento Planificado do Município de Timbaúba e seu Enquadramento no Sistema Geral da *Operação Município*: I — Obras, Empreendimentos e Serviços de Desenvolvimento Econômico e Social; II — Plano Diretor da Cidade; III — Reorganização Administrativa; IV — Atos Complementares).

Aguardando oportunidade favorável deverão ser apresentadas outras Projeções Regionais e Locais. *Operação Mato Grosso, Operação Piauí, Operação Caruaru, Operação Roraima, Operação Buique,* e assim sucessivamente.

Em diversas Unidades da Federação os líderes mais esclarecidos e dinâmicos do Movimento Municipalista brasileiro estão procurando encontrar fórmulas práticas de aplicação dos objetivos e princípios fundamentais do Sistema Geral da *Operação Município,* adaptando-os às peculiaridades e imperativos das condições regionais e locais. Neste sentido, o Deputado RAUL PEREIRA elaborou, com a cooperação do Dr. MACHADO VILLA, Assessor Técnico da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o "Plano Estadual de Expansão Administrativa", visando ao desenvolvimento econômico, social, cultural e administrativo dos Municípios gaúchos, na base de iniciativas e acôrdos intergovernamentais. Completa-se, desta forma, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, o ciclo pioneiro das Projeções Regionais da *Operação Município.* (29 de dezembro de 1957).

Dando prosseguimento e consolidando o ciclo surgiram, recentemente, em Minas Gerais e Pernambuco, duas novas Projeções Locais do Sistema: — a

Operação Guaxupé (Projeto n.º 4.257-58, iniciativa conjunta do Deputado STARLING SOARES, do Prefeito SÁLVIO CALLICCHIO e do Dr. WILTON M. CORAGEM) e, finalmente, a *Operação Buíque* — um extraordinário conjunto de empreendimentos multifuncionais tendo em vista a recuperação e o desenvolvimento planificado dêsse Município. A *Operação Buíque*, de concepção verdadeiramente revolucionária e prática, modificará, por completo, a fisionomia do sertão pernambucano acelerando o ritmo do desenvolvimento e promovendo o bem-estar das populações sertanejas no quadro de um Consórcio Intermunicipal interessando os Municípios Associados de Buíque, Arcoverde, Pedra, Inajá e Águas Belas. (Projeto de iniciativa do Vereador HUMBERTO DE ARAUJO CAVALCANTI destinado à mais ampla e profunda repercussão durante o próximo V Congresso Nacional de Municípios, em 1959, na cidade do Recife).

A Operação Município e mMarcha, Impacto e Repercussões do Sistema.

As repercussões do Sistema Geral da *Operação Município*, com suas Projeções Regionais e Locais, têm sido expressivas. Pronunciamentos e comentários favoráveis estão surgindo nas publicações especializadas de alguns organismos internacionais interessados nos problemas de govêrno e administração municipal. São engenheiros, professôres de direito administrativo, economistas, ou simples estudiosos, cujas manifestações traduzem, via de regra, sentimentos de simpatia e confiança no advento da *Operação Município*, justamente considerada como a mais arrojada e original contribuição técnica do Municipalismo brasileiro. Vários documentos básicos do referido Sistema, diretamente vinculados à solução dos problemas do desenvolvimento econômico e da reorganização administrativa, estão sendo divulgados em inglês, francês e espanhol. Citaremos, apenas, alguns exemplos:

1.º) "The Cabo Frio Operation Project is a Daring and Dynamic Scheme. The Economic and Social Development of the County" — transcrito nos Anais do Congresso Nacional juntamente com o Projeto de Lei número 3.622-57 (*Operação Cabo Frio*);

2.º) "Le Developpément Social et Économique de Rio Bonito. Message aux Prefêts et Conseillers Municipaux du Brésil". — texto, em francês, da *Operação Rio Bonito*, elaborado pelo prof. ALEXIS MAURIN e publicado pelo Diário do Congresso Nacional conjuntamente com o Projeto de Lei número 3.581-57 (*Operação Rio Bonito*);

3.º) "*L'Opération Archipel.* Réorganisation Administrative et Planification du Developpément de Fernando de Noronha" — texto, em francês, da *Operação Arquipélago* de autoria do Prof. ALEXIS MAURIN, igualmente incorporado aos Anais do Congresso Nacional com o Projeto n.º 3.743-58.

4.º) "Meaning and Importance of the Rio de Janeiro Operation: New Style Municipalism" — Conferência de ARAÚJO CAVALCANTI traduzida e publicada, na íntegra, pela Inter-American Municipal Review, Quarterly of the Inter-American Municipal Organization (Nums. 3 e 4, junho, 1956. Essa conferência foi também divulgada em espanhol pela mesma Revista.

5.º) "Transforming Municipalities into Units for the Furtherance of National Progres. The Operation Municipio Project 4.614-54 — Senator JARBAS MARANHÃO. (Bulletin of the V Inter-American Congress of Municipalities — San Juan, Puerto Rico — USA — December 5, 1954).

Os ensaios, artigos, traduções, etc., publicados em inglês, francês, espanhol e italiano, estão sendo reunidos em um volume especial para distribuição aos Prefeitos e Vereadores durante o V Congresso Nacional de Municípios que deverá ser realizado no Recife, em princípios de 1959. Aliás, o D.A.S.P. e a Seção Brasileira do Instituto Internacional de Ciências Administrativas estão executando um Programa Conjunto de publicações no qual se destacam, exatamente, os volumes relacionados com a *Operação Município*. Neste sentido, além dos três trabalhos mencionados nesta exposição, foram publicados no corrente ano, com repercussão e êxito surpreendentes, os seguintes: 1 — "Problemas de Govêrno e Administração do Espírito Santo" (*Operação Espírito Santo*) — pelo Deputado Estadual JOSÉ CUPERTINO DE ALMEIDA. 2 — "Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha" (*Operação Arquipélago*) — pelo Deputado Federal PONTES VIEIRA. 3 — "Integração do Piauí nos Planos de Desenvolvimento Nacional" — pelo Técnico de Administração FENELON SILVA. 4 — "Mobilização Contra o Subdesenvolvimento" (*Operação Alagoas*) pelo Deputado Estadual TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA. 5 — "O Sistema Geral da *Operação Município* e seu Enquadramento nos Planos de Desenvolvimento Nacional" — pelo Deputado Federal CELSO PEÇANHA. 6 — "O Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais. Ruralismo e Municipalismo" — pelo Senador JARBAS MARANHÃO.

Encontram-se no prelo, integrando a série organizada pelo D.A.S.P. em colaboração com o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas, outros volumes da mesma coleção. Êsse notável empreendimento educativo, de reconhecida substância técnico-cultural, tem recebido entusiásticos aplausos das Prefeituras e Câmaras Municipais. Algumas Prefeituras mais progressistas resolveram, por sua vez, cooperar com êsse sadio movimento de racionalização administrativa e desenvolvimento planificado publicando, diretamente, as respectivas contribuições técnicas. Assim é que, no Estado do Rio, e Prefeito JOÃO DE MORAIS CARDOSO JÚNIOR acaba de publicar a *"Operação Nilópolis"* e, em Pernambuco, o Prefeito FERREIRA LIMA FILHO por ocasião do XI Congresso dos Jornais do Interior divulgou a *Operação Timbaúba*, através de uma primorosa edição especial do Timbaúba-Jornal — um dos melhores e mais tradicionais órgãos da imprensa do interior nordestino (Março, 1958). Não seria possível enumerar, nos limites prefixados desta exposição a bibliografia da *Operação Município* a qual, até o presente, abrange — além dos trabalhos já mencionados — cêrca de 400 artigos publicados nos principais jornais de todo o Brasil. Essa é uma tarefa de que se incumbirá brevemente o I.B.B.D. (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), órgão do Conselho Nacional de Pesquisas para tal fim expressamente autorizado nos têrmos do Projeto de Lei de autoria do Ex-Ministro do Trabalho, Deputado NELSON OMEGNA, ora em andamento no Congresso Nacional. (Projeto de Lei número 4.294-58 — Autoriza o Conselho Nacional de Pesquisas a organizar, por in-

termédio do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o "Manual dos Prefeitos e Vereadores", com a participação do D.A.S.P. e da Associação Brasileira de Municípios — Deputado NELSON OMEGNA).

O impacto e as repercussões do Sistema Geral da *Operação Município* no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas dos Estados e nas Câmaras Municipais, demonstram que êsse novo tipo de Municipalismo está se transformando em uma incoercível *idéia-fôrça* da nacionalidade. Êste é um aspecto da maior importância para as Prefeituras, Câmaras Municipais, e autoridades em geral. Para que se tenha uma noção aproximada do impacto da referida *idéia-fôrça* enumeramos, a seguir, algumas proposições legislativas em andamento nas duas Casas do Parlamento brasileiro assim como algumas Leis sancionadas pelo Poder Executivo que dizem respeito aos problemas, necessidades e reivindicações fundamentais dos Municípios:

1.°) Projeto n.° 3.112-57 — Institui Bases e Diretrizes para a Organização do Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais;

2.°) Projeto n.° 3.386-57 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$..... 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para, em colaboração com o Govêrno do Estado de Pernambuco, participar do esquema de financiamento misto da *Operação Timbaúba* (Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco);

3.°) Projeto n.° 3.581-57 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) como contribuição do Govêrno Federal à realização da *Operação Rio Bonito* (Desenvolvimento Planificado do Município: I — Obras, Empreendimentos e Serviços de Desenvolvimento Econômico e Social; II — Plano Diretor da Cidade; III — Reorganização Administrativa; IV — Atos Complementares);

4.°) Projeto n.° 3.508-57 — Dispõe sôbre a participação da Associação dos Municípios de Pernambuco (AMP) no Orçamento Geral da União; estabelece um Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica e dá outras providências;

5.°) Projeto n.° 3.622-57 — Dispõe sôbre a Contribuição do Govêrno Federal à execução da *Operação Cabo Frio* (Desenvolvimento Planificado do Município: I — Obras, Empreendimentos e Serviços de Desenvolvimento Econômico e Social; II — Plano Diretor; III — Reorganização Administrativa; IV — Atos Complementares);

6.°) Projeto n.° 3.692-58 — Dispõe sôbre a participação da Federação de Prefeitos, Vereadores e Municipalistas Fluminenses no Orçamento Geral da União, estabelece um Convênio Especial de Colaboração e Assistência técnica e dá outras providências;

7.°) Projeto n.° 3.693-58 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) como contribuição do Govêrno Federal à realização da *Operação Ni-*

lópolis (Desenvolvimento Planificado do Município; I — Obras, Empreendimentos e Serviços de Desenvolvimento Econômico Social; II — Plano Diretor da Cidade; III — Reorganização Administrativa; IV — Atos Complementares);

8.º) Projeto n.º 3.702-58 — Dispõe sôbre a Instituição do Plano de Recuperação e Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros — *Operação Município* — e dá outras providências;

9.º) Projeto n.º 3.708-58 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas de realização do XI Confresso de Jornalistas do Interior. (Os Congressos de Jornais e Rádioemissoras do Interior estão incluindo, nos respectivos Temários como um de seus objetivos básicos, o Desenvolvimento Planificado dos Municípios através das Projeções da *Operação Município*);

10.º) Projeto n.º 3.709-58 — Dispõe sôbre a participação da Associação Brasileiar de Municípios (A.B.M.) no Orçamento Geral da União, estabelece um Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica e dá outras providências;

11.º) Projeto n.º 3.736-58 —Dispõe sôbre a Contribuição do Govêrno Federal à realização da *Operação Barra do Piraí* (Desenvolvimento Planificado do Município: I — Obras, Empreendimentos e Serviços de Desenvolvimento Econômico e Social; II — Atos Complementares; III — Plano Diretor da Cidade);

12.º) Projeto n.º 3.743-58 — Dispõe sôbre as Obras, Empreendimentos e Serviços da *Operação Arquipélago* — Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha; autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial e dá outras providências;

13.º) Projeto n.º 3.777-58 — Dispõe sôbre o preparo e realização da I Conferência de Diretores e Chefes do Setor de Finanças das Prefeituras:

14.º) Projeto n.º 3.869-58 — Dispõe sôbre o preparo e realização da I Conferência de Diretores e Chefes do Setor de Agricultura das Prefeituras;

15.º) Projeto n.º 4.894-58 — Dispõe sôbre a criação, no Departamento do Interior e Justiça do M.J.N.I., da Divisão de Assistência aos Municípios, e dá outras providências;

16.º) Projeto n.º 3.898-58 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas de realização do V Congresso Nacional de Municípios, a ser realizado em Recife, Estado de Pernambuco, em janeiro de 1959;

17.º) Projeto n.º 4.111-58 — Determina a inclusão anual no Orçamento da União, de auxílio destinado ao Instituto de Administração Municipal (IBAM);

18.º) Projeto n.º 4.122-58 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial pelo M.E.C., para ocorrer às despesas de organização e realização do I Congresso da Imprensa do Interior Nordestino, em Pesqueira;

19.º) Projeto n.º 4.176-58 — Determina a inclusão no Orçamento Geral da União de dotações destinadas à Confederação Nacional de Prefeitos, Vereadores e Municipalistas; estabelece um Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica e dá outras providências;

20.º) Projeto n.º 4.195-58 — Dispõe sôbre o prosseguimento da ligação ferroviária Garanhuns-Brejo-Bom Conselho, Estado de Pernambuco (incluímos êste Projeto como sintomático do sentido prático do verdadeiro municipalismo. À semelhança dêste estão em andamento, no Congresso Nacional, cêrca de 300 projetos contendo reivindicações econômicas);

21.º) Projeto n.º 4.227-58 — Dispõe sôbre a Instituição e Organização do *"Concurso Teixeira de Freitas"*; estabelece as Bases da participação do IBGE, do DASP, do Ministério da Educação e Cultura e da Associação Brasileira de Municípios na realização conjunta do referido Concurso; autoriza a abertura de crédito e dá outras providências;

22.º) Projeto de Resolução n.º 103 da Câmara dos Deputados — Cria a Comissão dos Municípios, órgão técnico de estudos, pesquisas e colaboração do Poder Legislativo com as Comunas brasileiras. Modernização e Aperfeiçoamento do Poder Legislativo. Colaboração com as Câmaras Municipais;

23.º) Projeto n.º 4.614-54 — Dispõe sôbre as Bases e Diretrizes para a Organização do Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais (*Operação Município*);

24.º) Projeto n.º 1.495-56 — Dispõe sôbre a aquisição de máquinas e equipamentos para as Prefeituras Municipais. (Projeto Complementar da *Operação Município*: regula a aplicação do art. 8.º, inciso III, da Lei n.º 2.145, de 29-12-53 — as importações de máquinas, motores, aparelhos, conjuntos mecanizados, implementos diversos).

25.º) Decreto n.º 43.824-58 — Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n.º 41.097-57, sôbre a importação de máquinas rodoviárias.

26.º) Projeto n.º 4.257-58 — *Operação Guaxupé*. (Estabelece a participação do Govêrno Federal no esquema de financiamento misto das Obras, Empreendimentos e Serviços integrantes do Plano de Desenvolvimento do Município de Guaxupé).

Êste é, em resumo, o panorama da situação. Os acontecimentos estão corroborando as advertências e prognósticos dos que vaticinaram a plena exeqüibilidade política, econômica, técnica, financeira e administrativa do Sistema Geral da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais.

Trata-se de um conjunto de empreendimentos de envergadura, apenas delineado, mas que, auspiciosamente, vai se impondo à aceitação geral em virtude do conteúdo objetivo, do rigor técnico e do senso prático que presidiram à sua concepção. E' certo que o referido Sistema não pretende, porém,

ser obra perfeita e definitiva. Ao contrário, cada nova Projeção Regional ou Local aduz inovações, sugere avanços e conquistas no roteiro da crescente objetividade e gradual aperfeiçoamento do Sistema.

De qualquer forma, parece-me que já se pode dar como encerrada a fase preliminar de preparação psicológica de tôda a Nação — Congresso Nacional, Assembléias Legislativas dos Estados, Câmaras Municipais, Prefeituras, Jornais, Sindicatos, Associações Rurais e Comerciais, — destinada a preparar o advento do Sistema. A Campanha de esclarecimento da opinião Pública está prosseguindo com êxito invulgar.

Os trabalhos até agora efetuados criaram excepcionais condições de receptividade e facilitam o advento da *Operação Município.*

Chegou a hora de se dar início à última e mais importante fase da Campanha: "la mise-en-marche" de todo o Sistema, a ofensiva geral do Movimento Municipalista no sentido de realização concreta da *Operação Município.* A hora da mobilização política e das decisões práticas.

Chegou o momento das providências objetivas a êsse respeito, isto é, exposições de motivos, ofícios, telegramas, contatos pessoais com os líderes, conferências e mesas-redondas, entrevistas pelos jornais e rádioemissoras tendo em vista acelerar o andamento dos Projetos no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas dos Estados e nas Câmaras Municipais. Tanto maiores são as responsabildades dos Governos e da Associação Brasileira de Municípios quanto é certo que a *Operação Município* é uma Recomendação Especial da Carta dos Municípios e, desde o Congresso de São Lourenço, se afirma como o mais arrojado e nobre compromisso da A.B.M. perante o Povo brasileiro em geral, as Prefeituras e Câmaras Municipais, em particular. Ela é, a esta altura, a responsabilidade primordial do Movimento Municipalista exigindo dos seus líderes uma atuação enérgica e dinâmica.

A execução de um conjunto de providências bem planejadas e sincronizadas apressará, sem dúvida, o êxito da Campanha auspiciosamente iniciada e eficientemente desenvolvida. As vicissitudes do Movimento exigem atos positivos; urge mobilizar esforços e recursos para uma ação inteligente e sinérgica em que a A.B.M., por intermédio de seus Grupos de Trabalho, ofereça uma demonstração concreta de sua capacidade de servir à Nação e ao Povo.

Tática e Estratégia da Operação Município

As providências que, em linhas gerais, devem ser tomadas pela A.B.M. são primordialmente de natureza política, abrangendo decisões e pronunciamentos da Entidade. Além disso, enquanto o Congresso Nacional examina o Projeto n.º 4.614-54, que estabelece as bases e diretrizes da *Operação Município* e os substitutivos apresentados — inclusive a Lei Pró-Município — a Associação Brasileira de Municípios, por intermédio da Assessoria Técnica, deverá providenciar:

a) inquéritos, levantamentos, estudos especiais, subsídios e anteprojetos relativos ao Fundo Financeiro constituído de recursos vinculados às obras,

serviços e demais empreendimentos do Sistema, suas Projeções Regionais e Locais;

b) a formulação técnica do Sistema (Lei de Programa) acompanhada das Tabelas Discriminativas das obras, serviços, empreendimentos;

c) os estudos e projetos sôbre a Administração descentralizada da *Operação Município;*

d) a esquematização dos Convênios Especiais previstos;

e) as Projeções Locais (Desenvolvimento Planificado dos Municípios);

f) as Projeções Regionais (Desenvolvimento Econômico e Social dos Estados);

g) elaboração das leis complementares, medidas legislativas e todo o expediente necessário;

h) as sondagens e demarches iniciais para estabelecimento, em amplas e democráticas bases, do Acôrdo Interpartidário Específico que deverá assegurar à *Operação Município* perenidade, continuidade, absoluta isenção partidária e rigorosas características técnicas;

i) prosseguimento, em todo o País, de uma ampla campanha de sentido técnico e cultural. Essa campanha foi, aliás, objeto de Recomendação especial da Reunião dos Conselhos da A.B.M. em Guarujá.

São estas as providências que tenho a honra de propor e que, em síntese, configuram as linhas de ação, a estratégia e tática da *Operação Município*. Neste sentido, torna-se imperativo que a A.B.M. através de Circulares especiais a serem remetidas em ondas sucessivas, faça as seguintes Recomendações especiais:

Recomendação n.º 1

I — Aos Partidos Políticos Nacionais a fim de que promovam e assinem um Acôrdo Interpartidário Específico, destinado a comprometer os seus associados no estabelecimento do Sistema Geral da *Operação Município.* As obras, empreendimentos e serviços integrantes do Sistema devem ficar acima das naturais e necessárias lutas partidárias em tôrno dos problemas nacionais, regionais e locais.

Recomendação n.º 2

II — Às Prefeituras e Câmaras Municipais, face ao assentado no referido Acôrdo, que nomeiem, numa demonstração uníssona da unidade do Movimento Municipalista e da fôrça de seus Congressos, Comissões Técnicas com a atribuição de elaborar as Projeções Locais do Sistema. (Desenvolvimento Planificado dos Municípios).

Recomendação n.º 3

III — Aos Governadores e às Assembléias Legislativas dos Estados, a fim de que, concomitantemente, promovam o estabelecimento dos programas prioritários dos melhoramentos comunais e intermunicipais necessários à formulação do Plano Estadual — as Projeções Regionais do Sistema. (Desenvolvimento Econômico e Social dos Estados).

Recomendação n.º 4

IV — Às Câmaras de Vereadores, às Assembléias Legislativas e ao Congresso Nacional, que propiciem aos Prefeitos, aos Governadores e ao Presidente da República, os recursos financeiros, técnicos e humanos indispensáveis aos trabalhos das Comissões incumbidas de elaborarem o Sistema em sua diversas fases e níveis; que votem as leis especiais e os Convênios necessários à sua plena execução.

Recomendação n.º 5

V — Com relação à própria A.B.M. e às Associações Regionais cumpre:

a) fazer pressão sôbre os Podêres Públicos no sentido de que êles dêem execução à *Operação Município;*

b) promover reuniões regionais descentralizadas para discussão especial e exclusiva da *Operação Município,* em todos os seus pormenores.

Considerando, finalmente, que o desenvolvimento econômico-social das Comunas brasileiras deve ser atingido sem sacrificar ou prejudicar a União ou os Estados, em face das limtações, concorrência, escassez ou precariedade dos recursos disponíveis;

Considerando que é necessário disciplinar o complexo das relações entre a União, os Estados e os Municípios, em função dos interêsses nacionais;

Considerando que o Sistema Geral da *Operação Município* com suas Projeções Regionais ou Locais, é uma fórmula técnica de descentralização administrativa e colaboração intergovernamental;

Considerando que sem planificação justa e científica das disponibilidades em recursos financeiros, técnicos e humanos, entram em conflito os interêsses da União, dos Estados e dos Municípios;

Considerando que as providências, iniciativas, projetos, atividades e leis complementares integrantes do istema Geral da *Operação Município* eliminam os perigos de concorrência, desajustamentos e conflitos de interêsses que ameaçam o funcionamento harmonioso da Federação brasileira, corrigindo as injustiças de que são vítimas as unidades elementares da Federação, ou seja, os Municípios;

Considerando que a execução dos planos ou programas de desenvolvimento de cada órbita da Federação, principalmente no que se refere a obras, empreendimentos ou serviços a serem realizados, exige a sistematização dos investimentos em que êles se traduzem, tal como objetivado pela *Operação Município;*

Considerando que urge dar integral cumprimento às Recomendações do IV Congresso Nacional de Municípios no sentido da implantação e aperfeiçoamento do Sistema Geral da *Operação Município,* suas Projeções Regionais e Locais, tenho a honra de submeter à alta consideração dos Conselhos Deliberativo, Diretor e Fiscal da A.B.M., a presente Exposição requerendo, por intermédio de Vossa Excelência, sejam tomadas as providências nela consubstanciadas. — ARAÚJO CAVALCANTI — Conselheiro, Território Federal do Rio Branco.

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

A "Operação Pan-Americana"

(Nota da Chancelaria do Govêrno Brasileiro)

Êste é o texto da nota da chancelaria brasileira, que acompanha o "aide-mémoire" sôbre a *Operação Pan-Americana,* distribuída aos embaixadores das repúblicas continentais no dia 14 de agôsto de 1958:

O "aide-mémoire" submetido às Missões diplomáticas das Repúblicas americanas foi acompanhado da seguinte nota:

"O govêrno brasileiro tem a profunda convicção de que o movimento pan-americanista ora iniciado sòmente alcançará resultados tangíveis e concretos se contar com o decidido apoio de tôdas as Repúblicas americanas, mediante a mais ampla e irrestrita troca de pontos de vista sôbre assuntos de fundamental interêsse para a causa da fraternidade continental.

O govêrno brasileiro consulta agora os governos das Repúblicas irmãs do Hemisfério sôbre se estariam de acôrdo com que se efetuassem contatos informais e entendimentos preliminares em Washington, através das Missões diplomáticas acreditadas junto ao govêrno dos Estados Unidos da América, com vistas, a um primeiro exame e análise do problema do subdesenvolvimento na América Latina. Êsses entendimentos em Washington, dos quais também participariam as Missões acreditadas à Organização dos Estados Americanos, poderiam eventualmente assumir uma forma e uma articulação mais coordenada se se constituísse um Comitê de 21, destinado a assentar as bases de acôrdo a serem consagradas em uma reunião final. A questão do nível, local e data detal reunião sòmente seria definida e resolvida à luz dos progressos realizados no seio do referido Comitê de 21.

No incluso "aide-mémoire" sugere o govêrno brasileiro que os primeiros contatos em Washington poderiam realizar-se na segunda quinzena de setembro ou na primeira quinzena de outubro, caso êsse prazo fôsse julgado adequado para o necessário e indispensável trabalho prévio de documentação e levantamento de problemas de desenvolvimento econômico. O govêrno brasileiro concebe a *Operação Pan-Americana* como um movimento de caráter multilateral e não apenas como um entrelaçamento ou justaposição de operações bilaterais. Por outro lado, o govêrno brasileiro é o primeiro a reconhecer que cada país americano apresenta características próprias e peculiaríssimas de que sòmente o govêrno, os estadistas e os técnicos dêsse mesmo país podem ajuizar com segurança e com autoridade. Ao mesmo tempo, será indispensável que cada República americana exponha o seu ponto de vista individual sôbre a maneira mais adequada e mais prática de consideração do problema multilateral.

Ao formular a presente proposta, o govêrno brasileiro exprime o seu firme pensamento de que a luta pela democracia do Hemisfério se confunde com a própria luta contra o subdesenvolvimento econômico. E essa luta não poderá ser levada a bom têrmo sem o esfôrço conjugado de tôdas as Repúblicas Ame-

ricanas, mediante a mais ampla utilização do sistema de consultas mútuas em tôrno de problemas que são comuns a nossos povos e a nossas nacionalidades.

No "aide-mémoire" se contém, outrossim, um anteprojeto de Agenda básica para os entendimentos informais de Washington. Essa Agenda seria modificada ou ampliada de acôrdo com os pontos de vista expressos pelas diferentes Repúblicas Americanas e constitui tão sòmente uma primeira tentativa para o ordenamento e bom encaminhamento dos trabalhos".

AIDE-MÉMOIRE

Operação Pan-Americana

I — Definição e Objetivos

O govêrno brasileiro considera necessária uma definição mais clara dos propósitos da *Operação Pan-Americana,* a fim de que não se desvirtue, nem perca o seu impacto, um movimento iniciado em hora justa e sob os melhores auspícios.

a) *Definição geral.* A *Operação Pan-Americana* não é uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos a prazo curto, mas uma reorientação da política continental, com o fim de colocar a América Latina, mediante um processo de valorização total, em condições de participar mais eficazmente na defesa do Ocidente, através de um sentido crescente de vitalidade e um maior desenvolvimento de suas possibilidades. A *Operação Pan-Americana* não é, assim, um simples programa, mas tôda uma política.

b) *Conceito político estratégico* — A *Operação Pan-Americana* deve ser compreendida como um corolário da estratégia geral do Ocidente, dentre cujos objetivos fundamentais sobressaem os seguintes: preservação do regime democrático, baseado na liberdade política e religiosa e no respeito à propriedade privada e à livre emprêsa; defesa de tôdas as áreas que interessam à segurança do mundo livre. Por causa da sua importância intrínseca, política, econômica, social, estratégica e porque "uma ameaça à paz em qualquer parte do mundo é agora uma ameaça à paz do mundo inteiro", é oportuno rever, com o objetivo de fortificá-la, a contribuição do poderio do mundo livre que pode ser dada pelas nações signatárias do Tratado do Rio de Janeiro.

c) *Conceito econômico* — O desenvolvimento mais rápido do poder econômico da América Latina se traduzirá num sentido crescente de vitalidade e possibilitará o aumento da sua contribuição para a defesa do Ocidente.

II — Características

a) *Ação conjugada multilateral* — A *Operação Pan-Americana* é idealizada sob a forma de uma ação conjunaa das vinte-e-uma Repúblicas do Continente, sendo imprescindível que conserve a sua índole nìtidamente multilateral. As questões de caráter bilateral prosseguirão pelas vias normalmente utilizadas, sem entrelaçamento com a referida Operação.

b) *Luta pela democracia* — No quadro da *Operação Pan-Americana* a luta pela democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subde-

senvolvimento. O subdesenvolvimento reinante neste Hemisfério compromete moral e materialmente a causa que defendemos. Zonas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração da ideologia antidemocrática. A batalha do Ocidente é, sob muitos aspectos e em tôdas as suas implicações, a luta pelo desenvolvimento. As ideologias materialistas se alimentam da penúria e da miséria de onde se originaram; o combate a estas constitui o único caminho seguro para o efetivo combate àquelas. Onde houver misérias a nossa causa estará sempre em perigo. E' ilusório esperar atuação convicta, em prol de uma causa que abrange aspectos tão complexos, de povos cujo exílio nos rigores do pauperismo os impede de pensar e sentir fora do âmbito restrito de suas prementes necessidades de sobrevivência.

c) *Participação da América Latina na política mundial* — Na conceituação brasileira, a *Operação Pan-Americana* traduz a necessidade de que os países latino-americanos participem e colaborem, de maneira mais viva e mais atuante na política internacional, e revela, por parte dêsses países, uma plena consciência de sua importância moral, política e demográfica. A contribuição da América Latina poderá assumir um valor muito significativo na conquista de um equilíbrio de fôrças.

III — A Política Ocidental no Após-Guerra

a) *Reorientação política interamericana* — O govêrno brasileiro estima ter chegado o momento para uma revisão da política interamericana, com vistas ao fortalecimento da unidade continental, diante do crescente perigo comum. Torna-se urgente, neste momento, uma iniciativa mais forte, mais corajosa, criadora e dinâmica do Hemisfério ocidental. E' imperativo tornar cada vez mais viva no Ocidente a consciência de sua missão no mundo moderno. Esta missão consiste precìpuamente em defender e aperfeiçoar as conquistas espirituais e morais do homem. São as fôrças espirituais e morais que devem orientar e ordenar um mundo aumentado e profundamente transformado pela técnica. Isto é o que importa ao Ocidente e é a sua própria Causa.

b) *Reorientação econômica do Pan-Americanismo* — O fenômeno do subdesenvolvimento obedece a razões numerosas e complexas. Não se poderia de boa fé particularizar responsabilidades pela anemia crônica da América Latina e conseqüente enfraquecimento orgânico do pan-americanismo. Conquanto se entenda que a prioridade dos esforços pelo desenvolvimento econômico incumbe a cada um dos países em particular, agora está compreendido, melhor do que nunca, que deve haver cooperação em bases internacionais.

IV — Processo da Operação

a) *Preparo prévio* — O govêrno brasileiro deseja esclarecer que nunca estêve nas suas intenções e nos seus planos a realização de uma Conferência de chefes de Estado americanos, sem que a mesma fôsse precedida da mais cuidadosa preparação. Por outro lado, não se prende o govêrno brasileiro a quaisquer planos rígidos na execução da Operação em aprêço e julga que, sòmente após uma série de contatos e consultas recíprocas entre os países da

nossa comunidade, será possível fixar definitivamente os melhores métodos para atingir o objetivo comum.

b) *Sondagens preliminares* — O govêrno brasileiro estaria disposto a tomar, desde já, a seu cargo, a realização de sondagens diplomáticas para a elaboração de uma agenda básica, bem como para apurar se os governos americanos concordariam com a idéia de se efetuarem em Washington, através das Embaixadas acreditadas junto ao govêrno dos Estados Unidos, os entendimentos informais e as negociações preliminares.

c) *Início da operação* — Os trabalhos preparatórios poderiam realizar-se em nível diplomático ou técnico, ficando também prevista a conveniência da participação de membros das Delegações acreditadas junto à Organização dos Estados Americanos. Êsses entendimentos informais assumiriam aspecto mais definido e com melhor articulação se fôsse criado um Comitê de 21. Não deseja o Brasil propor nenhuma data, o que não o impede, porém, de declarar que estaria pronto a iniciar sua colaboração no referido Comitê, na segunda quinzena de setembro.

d) *Reunião de alto nível* — Uma vez assentadas as bases de um acôrdo e concertados resultados significativos que pudessem ser considerados como um progresso substancial, seria então examinada, através dos competentes órgãos da Organização dos Estados Americanos, a idéia de uma reunião de alto nível entre as Repúblicas do Hemisfério, para aprovar e firmar o conjunto de Resoluções e Proclamações que viessem constituir os planos de batalha pela unidade pan-americana, nos quais se inclui, com grande relêvo, a elaboração de um programa dinâmico e progressivo, visando à luta contra o subdesenvolvimento, o que constituiria o coroamento da *Operação Pan-Americana.*

V — *Objetivos básicos da Operação*

Poderão constituir objetivos básicos da Operação os seguintes pontos:

1.°) Reafirmação dos princípios da solidariedade continental.

2.°) Definição do subdesenvolvimento como um problema de interêsse comum.

3.°) Adaptação de órgãos e agências interamericanas, se necessário, às exigências de um maior dinamismo que promoverá a luta contra o subdesenvolvimento.

4.°) Assistência técnica objetivando a melhoria da produtividade.

5.°) Medidas para estabilizar o mercado de produtos básicos.

6.°) Atualização e ampliação dos recursos dos organismos financeiros internacionais.

7.°) Reafirmação de iniciativa privada na luta pelo desenvolvimento.

8.°) Revisão, onde fôr necessária, de parte de cada país, da política fiscal e econômica, com o objetivo de assegurar medidas que promovam o desenvolvimento econômico.

VI — Agenda para as reuniões preparatórias

Em anexo ao presente documento, figuram, a título exemplificativo alguns temas que poderiam ser analisados nas sondagens, consultas e reuniões preparatórias.

Deve ser aproveitada, no máximo de seu rendimento, a contribuição dos órgãos internacionais de pesquisa ligados à economia latino-americana (Conselho interamericano e Social, e Comissão Econômica para a América Latina), como também as agências e organizações privadas que estejam em posição de efetuar contribuições técnicas apreciáveis.

ANEXO

Temas a que se refere o Capítulo VI do Aide-Mémoire

1.º) Estudo e adoção de medidas que favoreçam a aplicação do capital privado dos países industrializados em áreas subdesenvolvidas ou semidesenvolvidas; e mobilização e utilização mais efetiva do capital privado disponível para as economias subdesenvolvidas;

2.º) Aumento de volume e facilitação das condições dos empréstimos das entidades internacionais de crédito público, ou criação no plano interamericano de órgãos de financiamento, visando ao mesmo objetivo;

3.º) Estudo e execução de outras medidas tendentes a esclarecer as economias internas, principalmente pelo combate à inflação, o estímulo à poupança e aos investimentos;

4.º) Estudo e execução de medidas que permitam disciplinar eqüitativamente o mercado dos produtos de base;

5.º) Estudo das medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentar os problemas suscitados pela formação de grandes blocos econômicos, tais como o do chamado "mercado comum europeu"; estudos e medidas conducentes ao estabelecimento de mercados regionais no Continente;

6.º) Ampliação e diversificação dos programas de assistência técnica, com a utilização de todos os recursos disponíveis nesse campo.

MÉTODOS REVOLUCIONÁRIOS DE GOVÊRNO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Prof. CESAR RORAIMA

O trágico e inesperado desaparecimento do Presidente GETÚLIO VARGAS constituiu um rude golpe no desenvolvimento da campanha pelo advento do Sistema Geral da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais. O eminente estadista estimulava, com a sua lúcida compreensão dos problemas nacionais, simpatia e apoio concreto, os esforços do sercretário-geral da Associação Brasileira de Municípios no sentido de levar a efeito essa verdadeira revolução nos métodos de govêrno e administração municipal.

No mesmo dia do falecimento do grande brasileiro que foi o Presidente VARGAS, exonerou-se o Dr. ARAÚJO CAVALCANTI das funções que vinha exer-

cendo como Diretor do D.A.S.P., incumbido de coordenar a elaboração do Orçamento da União. Ficou, destarte, o Secretário-Geral da A.B.M. inteiramente desprovido de meios materiais para levar adiante a nobre Campanha. A Equipe de engenheiros, economistas, técnicos de administração e especialistas no campo das ciências sociais que estava sendo penosamente organizada foi compelida a se dispersar. O destino interrompeu, de repente, o Inquérito que estava sendo realizado pela Divisão de Orçamento e Organização do D.A.S.P. Inquérito de extraordinárias proporções visando equacionar com rigor científico, rigorosa objetividade e espírito prático, os problemas econômico-financeiros dos Municípios; os auxílios, subvenções e contribuições da União; o conjunto dos acôrdos e convênios entre o Govêrno Federal, os Estados e Municípios; os problemas técnicos e financeiros dos investimentos governamentais — em resumo, o Inquérito fundamental cujos resultados serviram de base à formulação do Sistema Geral da *Operação Município* e elaboração dos respectivos Programas de participação dos Municípios no Orçamento Geral e nos Orçamentos Cambiais da União. Para que se possa ter uma idéia do sentido e valor dêsse extraordinário empreendimento, basta acentuar o que êle significa, na prática: a *Operação Município*, com suas Projeções Regionais e Locais representa um sistema revolucionário de administração planificada consubstanciado na aplicação concentrada e maciça de recursos financeiros em empreendimentos, obras e serviços geradores de riqueza, mediante convênios ou acôrdos entre a União, os Estados e os Municípios. As primeiras estimativas dêsses recursos, tais como reveladas pelo mencionado Inquérito, — demonstram que os investimentos do Sistema Geral da *Operação Município* atingirão, no primeiro qüinqüênio, cêrca de Cr$.... 18.000.000.000,00 (dezoito bilhões de cruzeiros), ou seja, uma quantia várias vêzes superior à nova discriminação de rendas da projetada Reforma Constitucional.

Simultâneamente com o aperfeiçoamento e a desobstrução do Orçamento da República, a renovação das técnicas orçamentárias, o planejamento das inversões reprodutivas vinculadas ao desenvolvimento econômico e social das Comunas, a *Operação Município* — uma vez implantada em regime de ampla, total e eficiente descentralização administrativa — será um dínamo propulsor do progresso do País, através do desenvolvimento planificado dos Municípios que o integram. Contribuindo para expandir e fortalecer o mercado interno, elevar os coeficientes da capacidade econômica, tributária e financeira das Comunas, o Sistema se caracteriza pela sua articulação e pleno entrosamento com os planos ou programas regionais e nacionais de desenvolvimento econômico-social. Não obstante as imensas dificuldades que o falecimento do Presidente GETÚLIO VARGAS contribuiu para tornar quase insuperáveis, o Doutor ARAÚJO CAVALCANTI não desanimou.

Embora sem o apoio oficial dos órgãos governamentais, o Secretário-Geral da A.B.M. prosseguiu na realização dos estudos complementares que se faziam mister e deliberou não interormper a Campanha tão auspiciosamente iniciada. Não dispondo de meios materiais apelou o Dr. ARAÚJO CAVALCANTI para o patriotismo e a comprovada capacidade de seus amigos e colaboradores. Os trabalhos prosseguiram e os magníficos resultados são do conhecimento

de tôda a Nação: livros, ensaios, projetos e estudos dentre os quais se destacam pela sua envergadura, e incontestável valor científico, os notáveis trabalhos dessa plêiade de eminentes brasileiros que são os senhores CELSO PEÇANHA, FRANCISCO BURKINSKI, LUCIANO MESQUITA, FRANCELINO DE ARAÚJO GOMES, TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, JOSÉ CUPERTINO DE ALMEIDA, PONTES VIEIRA, OCÉLIO DE MEDEIROS, JARBAS MARANHÃO, TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES, FENELON SILVA, JOSÉ PATRÍCIO FRANCO, AMÉRICO BARREIRA, SYLVIO AVELAR, NÉA LOPES MONTEIRO, WILSON KLEBER, JOSÉ CARLOS PEIXOTO, JOÃO DE MORAIS CARDOSO JÚNIOR, FERREIRA LIMA FILHO, ALMANY SAMPAIO, OSWALDO LIMA FILHO, CLODOMIR MORAIS, IGUATIMOZY CATALDI DE SOUZA, DESIRÉ GUARANI SILVA, ERASMO MARTINS PEDRO, RAUL PEREIRA, BARRETO GUIMARÃES, MACHADO VILLA, WILTON CORAGEM, ANTUNES DE OLIVEIRA, SOUTO MAIOR, NELSON OMEGNA e tantos outros.

O Sistema está sendo aperfeiçoado: estão surgindo as Projeções Regionais e Locais características do sentido altamente descentralizador e prático da *Operação Município.* Prossegue a publicação de livros, estudos, ensaios diversos, de natureza predominantemente técnica.

Na Câmara dos Deputados dois notáveis substitutivos foram apresentados ao primeiro projeto do Senhor JARBAS MARANHÃO; o primeiro, de autoria do Deputado CELSO PEÇANHA contendo inovações dignas de exame, dentre as quais a mais importante é a que atribui ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico o encargo de financiar as obras, empreendimentos e serviços da *Operação Município;* o segundo é a *Lei Pró-Município,* encaminhada pelo Deputado ANTUNES OLIVEIRA. *A Lei Pró-Município* é uma contribuição de TEIXEIRA DE FREITAS — o insigne brasileiro que dedicou os últimos meses de sua nobre existência ao estudo da *Operação Município.* Efetivamente, a sorte está lançada. Os substitutivos apresentados fazem parte do plano geral de racionalização da campanha pelo advento da *Operação Município.* Campanha que acaba de receber vigoroso impulso com a apresentação do Projeto de Resolução n.º 103, do Deputado PONTES VIEIRA. (Modernização e Aperfeiçoamento do Poder Legislativo. Intervenção direta do Congresso Nacional na solução dos Problemas Municipais. Cria a Comissão dos Municípios — órgão técnico de estudos, pesquisas e colaboração do Poder Legislativo com as Comunas brasileiras). Enquanto isso, o Dr. ARAÚJO CAVALCANTI articula a organização de uma Equipe Técnica incumbida de elaborar as contribuições definitivas e demais estudos que estão faltando para completar o conjunto de projetos integrantes da *Operação Município* dentre os quais cumpre mencionar a Lei de Descentralização Administrativa. A elaboração dos aludidos projetos e a campanha constituem uma etapa preliminar, mas, indispensável, para o bom êxito dos empreendimentos. O certo é que encontramo-nos em face de um Sistema que representa uma verdadeira revolução não sòmente no que se refere aos métodos de govêrno e administração municipal, mas, sobretudo, no que diz respeito ao funcionamento do Regime através da atuação sincronizada dos organismos econômicos, financeiros e administrativos das três órbitas da Federação. Uma revolução vinculada à colaboração intergovernamental e interadministrativa que vem proporcionar novas fórmulas ao que se deno-

mina na técnica preconizada pela *Operação Município* como conjunto de acôrdos, convênios e contratos multilaterais. A implantação do Sistema Geral da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais, vem colocar o Brasil na vanguarda dos países realmente progressistas em assuntos de administração, tais como os Estados Unidos e a Rússia Soviética, os quais desenvolveram e aperfeiçoaram a prática dos "Grants-in-aid" dentro dos critérios limitados pelas necessidades nacionais mas, sempre, com a preocupação de estimular as entidaes de govêrno local e as instituições que precisam de financiamentos mistos, de recursos adicionais, de legislação específica, em síntese, de tudo aquilo que se contém nos ideais da *Operação Município*. Trata-se, portanto, de uma modificação total dos processos de administração em uso no Brasil, de uma reforma fundamental introduzida em nossa terra, a planificação técnico-científica da administração, a simplificação objetiva dos métodos de trabalho, a supressão das etapas interlocutórias, a preocupação da produtividade e do rendimento, a mobilização de recursos técnicos, financeiros e humanos contra o subdesenvolvimento e o pauperismo. A formulação de semelhante política de investimentos representa, na prática, a aplicação de recursos concentrados de forma planificada e convergente, em empreendimentos geradores de riqueza; isto é, a instituição de nova e arrojada política de administração municipal planificada; a empolgante batalha contra o subdesenvolvimento do Interior e o pauperismo das massas rurais brasileiras.

Não resta dúvida que só há um caminho a seguir: lutar com tôdas as fôrças com renovado entusiasmo e crescente energia, pela implantação e progressivo aperfeiçoamento do Sistema Geral da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais. Realizar uma revolução nos métodos de govêrno e administração municipal: êsse é o autêntico Roteiro da Prosperidade que os nossos Municípios estão exigindo, a expressão objetiva de um Municipalismo original e prático. (*)

> 3 — *Uma recomendação especial do IV Congresso dos Municípios Brasileiros. Mobilização Nacional para Aperfeiçoamento e Implantação do Sistema da Operação Município, suas Projeções Regionais e Locais.*

A Associação Brasileira de Municípios deverá realizar — antes ou durante o próximo V Congresso Nacional de Municípios, em 1959, no Recife, uma Reunião Especial para o estudo da *Operação Município*. Nessa oportunidade serão tomadas providências definitivas sôbre o magno empreendimento. A essa Reunião deverão comparecer personalidades de diversos Estados, especialmente convidadas — escolhidas, de preferência, entre professôres de nível superior, administradores e técnicos de projeção. Está se esboçando, desde já, um movimento nacional de envergadura a fim de que a projetada Reunião obtenha o êxito que merece, por se tratar de uma das principais Recomen-

(*) Prof. CESAR RORAIMA — "Jornal de Rio Bonito", Edição Especial de 27 de abril de 1957. Transcrito no "Diário do Congresso Nacional" de 8 de fevereiro de 1958, conjuntamente com o Projeto de Lei n.º 3.693/58 (*Operação Nilópolis*).

dações do IV Congresso Nacional de Municípios. E' a seguinte a Agenda da Reunião:

1.º) Conceituação do Sistema Geral da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais. Doutrina e Técnica da Descentralização.

2.º) Aspectos políticos, econômicos, financeiros, administrativos, técnicos e culturais. A exeqüibilidade do Sistema.

3.º) *A Operação Município* e a Autonomia Municipal. Competência Específica e Ação Conjunta da União, dos Estados e dos Municípios. Análise jurídica do problema. O Equilíbrio da Federação brasileira. Um Novo Federalismo.

4.º) Fundamentos e Perspectivas do Sistema Geral da *Operação Município*. A Participação dos Municípios no Orçamento Geral e nos Orçamentos Cambiais da União. Sistematização dos Acôrdos e Convênios.

5.º) *A Operação Município* e a Política de Consórcios Municipais. Investimentos Prioritários e Produtividade. Novas Tendências de Planejamento Regional. (*)

Observação Final — A segunda Parte do presente trabalho — "O Roteiro da Prosperidade para os Municípios" — é apenas uma Síntese, mas suficiente para justificar a nossa proposta de enquadramento do Sistema da *Operação Município* no quadro mais amplo dos objetivos de um pan-americanismo renovado e dinâmico, tal como o preconizado pela *Operação Pan-Americana*. Nesta oportunidade é de justiça mencionar os nomes ilustres dos Drs. LOURIVAL BATISTA, ANTÔNIO PEZZOLO, JORGE ARBIX, OSMAR CUNHA e YVES DE OLIVEIRA, entre outros, sem os quais não teria sido possível a vitória da *Operação Município* ao ensejo do IV Congresso dos Municípios em São Lourenço, MG. O Dr. LOURIVAL BATISTA — então Prefeito de São Cristóvão, Sergipe, foi o comandante da verdadeira batalha travada no Plenário de São Lourenço para aprovação da *Operação Município*. Sob a hábil, enérgica e corajosa liderança de Sergipe, obteve o Movimento Municipalista uma conquista decisiva. Papel igualmente importante coube aos dois insignes Líderes da Delegação de São Paulo — a mais eficiente e combativa Delegação, superiormente conduzida pelo Dr. ANIZ BADRA. O Engenheiro ANTÔNIO PEZZOLO, Vice-Prefeito de Santo André e figura exponencial do Municipalismo bandeirante, obteve e garantiu, nas Comissões Técnicas, com o seu prestígio de Técnico, de professor e de autêntico Líder, a aprovação da Recomendação relativa à *Operação Município*. Quanto ao Eminente Prefeito de Americana, SP, Dr. JORGE ARBIX, foi decisiva para os destinos do verdadeiro Municipalismo a sua intrépida e eficiente atuação — tanto nas Comissões Técnicas como no Plenário. Graças à capacidade e patriotismo dêsses dois bandeirantes de real valor é que se pode considerar a *Operação Município* como a máxima contribuição de São Paulo ao desenvolvimento planificado dos Municípios brasileiros: a *Operação Município* é, neste sentido, um legítimo *"Ultimatum"* de São Paulo ao

(*) Recomendação Especial do IV Congresso Nacional de Municípios.

Govêrno Federal. Cumpre relembrar, também, o nome do Prefeito de Florianópolis, Dr. OSMAR CUNHA, em defesa do magno Projeto destinado à modernização e definitva emancipação dos Municípios. De tal forma se conduziu, em São Lourenço, o honrado Prefeito de Florianópolis que o Brasil inteiro — então representado pelos seus Municípios, — resolveu elegê-lo Presidente da A.B.M., mandato que o Dr. OSMAR CUNHA soube desempenhar com inexcedível patriotismo, dignidade e cavalheirismo. Sôbre a personalidade do Dr. YVES DE OLIVEIRA, não precisamos aduzir nenhum comentário: o País inteiro reconhece a sua capacidade, o seu valor pessoal e profunda dedicação aos ideais do Municipalismo. A obra do Dr. YVES DE OLIVEIRA é reconhecida dentro e fora das nossas fronteiras, projetando a Bahia, de maneira invulgar, no âmbito do Movimento Municipalista.

O Território de Fernando de Noronha e a Segurança Nacional - Impacto e Repercussões da "Operação Arquipélago"

352:355.02

PONTES VIEIRA
Deputado Federal

A Revista do Serviço Público, *simultâneamente com o seu esfôrço permanente de pesquisa sistemática e divulgação metódica no campo das ciências sociais em geral, e das ciências administrativas, em particular, promove, também, empreendimentos editoriais da maior importância para o equacionamento exato e solução objetiva dos problemas fundamentais do País, notadamente os que estão situados no âmbito da Administração Pública. Nêste conjunto de problemas, adquirem relêvo especial e significado predominante os problemas sumamente complexos e vinculados à segurança nacional, ao desenvolvimento econômico das Unidades da Federação, à modernização administrativa, ao equilíbrio e aprfeiçoamento dos orçamentos públicos, à saúde, cultura e bem-estar do Povo Brasileiro, para mencionar, apenas, algumas questões fundamentais que estão exigindo soluções* de envergadura, *práticas e arrojadas. E' de justiça acentuar que os denominados "problemas de base" do Brasil, têm sido objeto de uma preocupação absorvente da Direção da* Revista do Serviço Público, *em cujas páginas as autoridades, os tecnicos, o educadores, os sociólogos — em resumo, todos os analistas e estudiosos das nossas realidades — encontram, sempre, contribuições técnicas, estudos, ensaios, traduções e informações autorizadas e úteis. Sem ter a pretensão de realizar um trabalho perfeito, imune de senões, nos domínios da investigação técnico-científica e da formação cultural, manda a verdade que se diga, no entanto, que a* Revista do Serviço Público *tem desempenhado a cotendo, desde o seu aparecimento, um papel decisivo no tocante ao esclarecimento, debate e busca das melhores soluções para os referidos problemas cuja solução é fator condicionante de progresso nacional e da própria sobrevivência da Federação. As coleções da*

Revista do Serviço Público *aí estão para os que desejarem corroborar a veracidade da assertiva. Dando prosseguimento a essa tradição jamais interrompida, é que a Direção da Revista submete, nesta oportunidade, à meditação dos seus milhares de leitores espalhados por todo o Brasil, o trabalho do eminente Deputado Federal* PONTES VIEIRA, *consubstanciado no Projeto de Lei n.º 3.743-58 em fase de tramitação regimental nas Comissões Técnicas do Congresso Nacional* — "O Território de Fernando de Noronha e a Segurança Nacional. Impacto e Repercussões da Operação Arquipélago". *Trata-se, na verdade, de um documento de valor permanente no que se refere aos seus objetivos, à sua substância técnica, à originalidade e amplitude de proporções das soluções preconizadas pelo conhecido parlamentar pernambucano para os problemas da reorganização administrativa e do desenvolvimento planificado do estratégico Arquipélago. Por outro lado, reune o Projeto n.º 3.743-58 preciosas informações sôbre o longínquo Território, inteiramente desconhecido da grande maioria dos brasileiros mas que, em virtude da conjuntura internacional e do ajuste Brasileiro-Norte-americano de 1957 — quando o Govêrno decidiu instalar no Arquipélago um Pôsto de Observação e Contrôle de Projéteis Teleguiados — transformou-se, de um momento para outro, em um dos problemas nevrálgicos da segurança nacional. Desde então o Território de Fernando de Noronha passou a constituir uma das maiores preocupações dos parlamentares e homens de govêrno, no sentido de superar e jugular as vulnerabilidades nacionais. O Arquipélago é, no momento, alvo de sérios e permanentes estudos, na Escola Superior de Guerra, no Estado Maior do Exército, no Conselho de Segurança Nacional, nos Gabinetes Ministeriais, nos Centros de Cultura Superior do País e nas Comissões Técnicas do Congresso Nacional, como se depreende da simples leitura do oportuno e valioso trabalho do Deputado* PONTES VIEIRA (*Nota da Redação*).

PROJETO N.º 3.743 — 1958

Dispõe sôbre as Obras, Empreendimentos e Serviços da Operação Arquipélago — Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha; autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, e dá outras providências.

(Do Sr. PONTES VIEIRA)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União consignará, anualmente, ao Govêrno do Território de Fernando de Noronha, durante cinco exercícios con-

secutivos (Anexo do Ministério da Guerra) os recursos financeiros necessários ao início, prosseguimento e conclusão das obras, empreendimentos e serviços do conjunto integrado de Projetos em que se consubstancia a Operação Arquipélago. (Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha).

Art. 2.º Para os fins previstos na presente Lei consideram-se obras, empreendimentos e serviços prioritários as Metas Preferenciais da Operação Arquipélago, como tais entendidas em sua primeira fase:

I — Acôrdos ou Convênios relativos aos estudos e início da construção da Base Aeronaval de Fernando de Noronha.

II — organização de uma "Missão Científica" para o levantamento global das realidades, condições e perspectivas do Arquipélago, estabelecimento das metas e projeções numéricas de seu desenvolvimento a médio e longo prazo;

III — pesquisas científicas e tecnológicas; estudos e instalações pioneiras para o aproveitamento da energia solar;

IV — estudos, providências e instalações referentes à observação e contrôle do projéteis teledirigidos;

V — investigações oceanográficas;

VI — construção de Barragem do Xareu, de dois açudes e cinco poços tubulares;

VII — Organização de uma sociedade de economia Mista com o Estado de Pernambuco tendo em vista a exploração técnica e industrial das jazidas de fosfato do Território; navegação e comércio; abastecimento de peixe ao Recife e cidades consumidoras do Nordeste e do País (expansão industrial da pesca e derivados).

VIII — frigorífico, instalações industriais destinadas à pesca oceânica e aquisição de 3 barcos modernos para a Frota Pesqueira do Território;

IX — construção de um Hotel de Turismo;

X — construção de residências para engenheiros, operários, administradores e técnicos em serviço no Território.

Art. 3.º O Ministério da Guerra acompanhará o andamento da Operação Arquipélago participando de seu planejamento em tôdas as fases e fiscalizando a execução dos respectivos Projetos.

Art. 4.º O Govêrno do Território divulgará relatórios trimestrais do andamento dos trabalhos realizados independentemente das inspeções locais que venham a ser efetuadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo Ministério da Guerra.

Parágrafo único. A divulgação e fiscalização das realizações levadas a efeito não abrangem os assuntos relativos às pesquisas científicas, tecnológicas ou quaisquer oustros considerados pela sua natureza sigilosos, ou vinculados à segurança nacional.

Art. 5.º O Poder Executivo fica autorizado a abrir o crédito especial de Cr$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) pelo Ministério da Guerra para, em colaboração com o Conselho de Segurança Nacional, os Governos do Território de Fernando de Noronha e do Estado de Pernambuco, participar do esquema de financiamento misto da Operação Arquipélago.

Art. 6.º O crédito de que trata esta Lei será automàticamente registrado no Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional e pôsto à disposição do Govêrno do Território de Fernando de Noronha que o depositará no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em conta especial vinculada à execução dos Projetos integrantes da Operação Arquipélago (Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado do Território).

Art. 7.º A aplicação do crédito a que se refere o art. 5.º será efetuada, progressivamente, nas obras, empreendimentos e serviços prioritários que forem objetos dos Acôrdos ou Convênios de primeira urgência, firmados entre o Govêrno do Território, os Ministérios ou quaisquer órgãos do Govêrno Federal e do Estado de Pernambuco, devendo o beneficiário prestar contas das quantias aplicadas, na forma da Lei.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 1958. — PONTES VIEIRA.

Justificação

Senhor Presidente.

1. A 19 de julho de 1956 tive oportunidade de pronunciar um discurso sôbre o Território de Fernando de Noronha, suas peculiaridades, problemas e reivindicações fundamentais.

Discutia-se, então, o Veto Presidencial ao Projeto do Eminente Deputado Monsenhor ARRUDA CÂMARA estabelecendo uma indenização ao Estado de Pernambuco pelo desmembramento de seu reduzido território por fôrça do Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942. (Como é do conhecimento geral, o referido Decreto-lei criou o Território de Fernando de Noronha, transferiu à União bens, impostos e taxas pertencentes ao Estado e dispôs que a administração do novo Território seria regulada em lei especial).

A rejeição do Veto Presidencial, depois dos memoráveis debates travados sôbre a matéria, foi levada a efeito pela quase unanimidade do Parlamento brasileiro. O decisivo pronunciamento do Congresso Nacional a respeito dos direitos de Pernambuco ao longínquo Arquipélago contribuiu para colocar em evidência alguns aspectos do Território de Fernando de Noronha, notadamente as suas características estratégicas, econômicas e históricas. Neste sentido fiz um esfôrço submetendo ao exame do Congresso e à Opinião Pública uma contribuição que, embora sucinta teve o mérito de configurar com objetividade e clareza, as condições atuais, a inestimável

importância, as possibilidades e perspectivas do desenvolvimento dessas Ilhas Oceânicas. E fiz questão de acentuar, em meu singelo depoimento, a impressionante significação do Arquipélago no tocante à segurança nacional; o determinismo do seu aproveitamento em futuro não muito remoto, — aproveitamento inevitável, diga-se de passagem, das tendências e da vocação do Arquipélago como base aeronaval, pôsto de lançamento, observação e contrôle de projéteis teleguiados, sítio ideal para pesquisas científicas e tecnológicas, centro de irradiação de uma importante indústria de pesca, navegação e turismo.

Ao mesmo tempo em que defendia os interêsses de Pernambuco procurei delinear as características do Arquipélago de Fernando de Noronha. constituído de 6 ilhas e 15 rochedos, e situado a cêrca de 300 milhas marítimas do Pôrto de Recife e a cêrca de 240 milhas do Pôrto de Natal. Convém recordar que a Ilha de Fernando de Noronha mede, aproximadamente, 9.300 metros de comprimento, por 3.300 metros de largura. A área do Arquipélago está calculada em 27 quilômetros quadrados, incluídos os rochedos São Pedro e São Paulo e o atol das Rocas.

Descoberta em 1501 pelo navegador português FERNÃO DE NORONHA, a Ilha foi, em 1629, ocupada pelos holandeses, de lá expulsos em 1620. Em 1736 os franceses dela se apoderaram, dando-lhe a denominação de "Isle Delphine", sendo compelidos a abandoná-la no ano seguinte. Data dessa época a construção de seu primeiro sistema defensivo, constante de nove fortins do quais o principal é a Fortaleza dos Remédios, todos hoje em ruínas.

Ao ensejo de recenseamento de 1950 a maioria da população econômicamente ativa era constituída de pessoas incluídas no ramo de defesa nacional e segurança pública, todas residindo na ilha principal.

Existiam, na época, 129 domicílios dos quais 127 com iluminação elétrica e 61 com água encanada; o número de habitantes do Arquipélago era de, aproximadamente, 600 pessoas. Mas, durante os anos da segunda guerra mundial Fernando de Noronha chegou a ter mais de 2.000 habitantes. As estimativas da capacidade demográfica do Arquipélago admitem uma população permanente da ordem de 8.000 se porventura exploradas de maneira racional as suas reais possibilidades.

2. Posteriormente, Sr. Presidente, — a 26 de julho de 1956 — coube-me a honra de submeter à alta deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 1.627 dispondo sôbre a Reorganização Administrativa e o Desenvolvimento Planificado do Território de Fernando de Noronha (*Operação Arquipélago*). Desobriguei-me, destarte, do compromisso assumido na sessão legislativa de 19 de julho de 1956 resumindo, no referido Projeto de Lei n.º 1.627, um conjunto de soluções de envergadura traçadas com arrôjo e senso prático, tendo em vista encerrar de uma vez por tôdas o empirismo, as protelações, as meias-medidas e paliativos característicos da nossa administração pública — notadamente no tocante aos Territórios Federais. Daí a orientação algo revolucionária da *Operação Arquipélago* — como se de-

preende da simples leitura do seu texto estabelecendo entre suas providências mais importantes, todo um sistema integrado de obras e empreendimentos e serviços geradores de riqueza, iniciativas concretas no campo das pesquisas científicas e tecnológicas, investigações oceanográficas, industrialização, pesca, desenvolvimento econômico-social e modernização administrativa. Em resumo, uma mobilização de recursos financeiros, técnicos e humanos para aplicação concentrada em projetos específicos do máximo interêsse para a segurança nacional, como por exemplo, a Base Aeronaval de Fernando de Noronha. Não se limitou, portanto, Pernambuco a promover a rejeição do Mencionado Veto Presidencial; foi mais adiante, e, numa alta demonstração de espírito de cooperação e visão objetiva dos problemas indicou à Nação o roteiro a seguir quanto à valorização e adequado aproveitamento das múltiplas potencialidades de Fernando de Noronha, sempre em função dos interêsses nacionais. Decorridos alguns meses da apresentação do Projeto de Lei n.º 1.627-56, verifica-se que a sua importância cresce à medida que o tempo passa; é que, na verdade, a *Operação Arquipélago* surgiu como uma solução cem por cento brasileira nos domínios do planejamento regional e da defesa nacional. Uma solução vinculada principalmente aos interêsses e à sobrevivência do Nordeste. E não convém esquecer que o Nordeste é, nos dias de hoje, — depois que a Potência Soviética iniciou com os "Sputiniks" a era dos Satélites artificiais, dos projéteis balísticos intercontinentais e do prelúdio das explorações cósmicas — a verdadeira fronteira do Brasil, viva e extremamente vulnerável.

O aparecimento da *Operação Arquipélago* colocou por outro lado, em evidência, os problemas de reorganização administrativa e desenvolvimento planificado dos demais Territórios Federais.

A partir de 1943, os Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco, Rondônia, Iguaçu e Ponta Porã (êstes dois últimos extintos e reincorporados às áreas dos Estados de onde foram desmembrados). Vem obtendo no Orçamento Geral da União dotações substanciais. Dotações orçamentárias cada vez mais volumosas por fôrça dos aumentos de vencimentos do funcionalismo civil e militar.

Presume-se que a União despenderá no próximo exercício financeiro de 1958 importância superior a 1 bilhão de cruzeiros (Cr$ 1.000.000.000,00) com os Territórios Federais. São recursos consideráveis infelizmente aplicados, em sua quase totalidade, no pagamento de quadros de pessoal cada vez mais numerosos e inflacionados.

Quase nada sobra para inversões reprodutivas, criação de riqueza e bem-estar do povo. Queixas e reclamações de tôda a ordem indicam um mal-estar generalizado com relação aos Territórios, cujas populações — com a possível exceção do Amapá — se sentem frustadas e ludibriadas.

Durante muito tempo teremos na ordem do dia os problemas de reorganização administrativa e desenvolvimento planificado dos Territórios Federais impondo-se, por todos os motivos, um reexame dêsses problemas e a necessidade de uma política, algo revolucionária e dinâmica, capaz de harmonizar e equilibrar recursos, necessidades e programas concretos de desenvol-

vimento, sempre de acôrdo com os superiores interêsses da Nação Brasileira. O Projeto de Lei número 1.627-56 (*Operação Arquipélago*) constitui excelente indicação a respeito das profundas modificações que se devem fazer nos demais Territórios Federais, os quais diferentes uns dos outros, podem, contudo, constituir poderosos núcleos de irradiação de riqueza e prosperidade e não apenas sorvedouros de dotações orçamentárias.

3. Acontecimentos posteriores de grande repercussão internacional vieram confirmar o acêrto, a indispensabilidade e o valor da *Operação Arquipélago.*

Refiro-me, Senhor Presidente, aos entendimentos e ocorrências que, alguns meses depois, culminaram com a troca de Notas de 21 de janeiro de 1957, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte e assinatura de um Ajuste de transcendental significação ("ex-vi" do art. I, § 1.º "in-fine", de acôrdo de Assistência Militar firmado entre os dois Países, em 15 de março de 1952, e relativo, no caso, às instalações que ambos se propõem a realizar no Norte e Nordeste brasileiro). O Senhor Presidente da República assinou Decreto, logo a seguir, dispondo sôbre a execução do Ajuste Brasileiro Norte-americano a respeito da utilização de Fernando de Noronha. (Por quanto um pôsto de Observação e Contrôle de Foguetes Teledirigdos). Pelo referido Decreto ficou o Exército incumbido, provisòriamente, dos estudos e planos decorrentes da execução de Ajuste de Fernando de Noronha; dispõe ainda que as relações com as autoridades norte-americanas serão efetuadas através do Estado-Maior do Exército, enquanto, para solução dos problemas de natureza regional e efetivação de tôdas as providências criou Comissão integrada pelos Comandantes do IV Exército, do 3.º Distrito Naval e da 2.ª Zona Aérea. Sob a presidência do primeiro. O impacto do Ajuste de Fernando de Noronha e providências correlatas, sôbre a opinião pública, foi surpreendente. Ainda se encontra a memória de todos a onda imprevista das manifestações populares; os pronunciamentos de líderes políticos de todos os partidos; as reuniões ministeriais para exame do problema e das suas conseqüências; as exaustivas discussões sôbre o assunto pela imprensa e pelas radioemissões em sua totalidade. O povo brasileiro foi, de um momento para outro, colocado diante da realidade impressionante de Fernando de Noronha que a Operação Arquipélago, no entanto, desde 26 de julho de 1956 já havia plenamente configurado em seus delineamentos gerais. A Nota do Govêrno Brasileiro e o Decreto Executivo sôbre o mencionado Ajuste são documentos de tal ordem, Senhor Presidente, que faço questão de transcrevê-los na íntegra como subsídio do mais alto valor para o exato conhecimento das características de uma determinada fase da nossa administração, da época em que vivemos, e dos respectivos problemas. E' o seguinte o texto da Nota Brasileira, solenemente entregue pelo Embaixador MACEDO SOARES, Ministro das Relações Exteriores ao embaixador norte-americano ELLIE BRIGS, no Palácio Itamarati a 21 de janeiro de 1957:

"Senhor Embaixador:

O Govêrno dos Estados Unidos do Brasil, cônscio dos deveres que lhe cabem, e que se estendem, igualmente ao govêrno dos Estados Unidos da Amé-

rica, no tocante à defesa mútua dos dois países e à defesa do Continente, em virtude de atos diplomáticos anteriormente assinados, especialmente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1947, completado pelo Acôrdo de Assistência Militar, celebrado nesta Capital pelos dois governos, a 15 de março de 1952, um e outro devidamente aprovados pelo Poder Legislativo do Brasil, está disposto a concluir o seguinte Ajuste, resultante, particularmente, do artigo 1.º, do parágrafo 1.º, "in-fine", do citado Acôrdo:

1º.) Os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, tendo em vista a defesa do território brasileiro e do Continente americano, ajustam a construção, na Ilha de Fernando de Noronha, de instalações especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projéteis teleguiados;

2.º) Essas instalações serão construídas por especialistas e técnicos brasileiros;

3.º) As referidas instalações ficarão sob comando de oficial brasileiro e na Ilha de Fernando de Noronha continuará a ser hasteado exclusivamente o pavilhão nacional brasileiro;

4.º) A operação das referidas instalações técnicas ficará sob a responsabilidade de técnicos norte-americanos assistidos por técnicos e militares brasileiros;

5.º) Os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América concordam em que técnicos norte-americanos sejam gradativamente substituídos por técnicos brasileiros, segundo condições a serem estipuladas de comum acôrdo;

6.º) O govêrno dos Estados Unidos da América, tendo em vista que o govêrno do Brasil considera acrescidas suas responsabilidades com o estabelecimento de instalações para acompanhamento de projéteis teleguiados na Ilha de Fernando de Noronha, concorda em realizar imediatamente com o govêrno brasileiro um exame da extensão das responsabilidades daí decorrentes.

7.º) As construções e bem-feitorias feitas na Ilha de Fernando de Noronha em função das instalações técnicas a que se refere êste Ajuste, ficarão incorporadas ao patrimônio do Brasil, sem qualquer indenização, na ocasião do término dêste Ajuste ou de término de qualquer prorrogação;

8.º) Esta nota e a resposta de Vossa Excelência constituirão, entre os nossos dois governos, um Ajuste que vigorará *pelo prazo de cinco anos*, a partir desta data, e sòmente poderá ser prorrogado mediante condições e prazos a serem fixados de comum acôrdo. Havendo prorrogação, o ajuste poderá ser denunciado por qualquer dos dois govêrnos mediante aviso prévio de um ano.

Logo após a assinatura do Ajuste de Fernando de Noronha expediu o Govêrno Federal um Decreto redigido nos seguintes têrmos:

"O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição Federal, com propósito de facilitar as ligações entre as autoridades nacionais e norte-americanas, participantes da execução do Ajuste estabelecido com a troca de Notas de 21 de janeiro de 1957 — *ex-vi* do Artigo I, parágrafo 1.º *in fine*, do Acôrdo de Assistência Militar firmado entre os dois países em 15 de março de 1952, relativo, no caso, às instalações que ambos se propõem realizar no Norte-Nordeste do Brasil; e considerando:

— que as instalações em aprêço se localizarão em área sob jurisdição militar do IV Exército, do 3.º Distrito Naval e da 2.ª Zona Aérea;

— que o Arquipélago de Fernando de Noronha, *ex-vi* do Decreto Lei n.º 4.102 de 9 de fevereiro de 1942, constitui Território Federal sob jurisdição do Exército;

— que não se acham ainda organizados os Comandos das Zonas de Defesa Norte e Atlântica — instituídos pela Lei n.º 1.956, de 26 de agôsto de 1953, através dos quais estaria o Estado-Maior das Fôrças Armadas capacitado para coordenar a ação das três Fôrças nas áreas em aprêço;

— que, finalmente, o Comandante do IV Exército constitui a mais alta autoridade militar existente naquelas áreas, decreta:

"Art. 1.º Ficam centralizados no Exército, provisòriamente, os estudos, planos e providências decorrentes da execução do Ajuste a que se refere o presente decreto, cabendo-lhe, outrossim a fiscalização e coordenação das medidas convenientes para um perfeito entrosamento da ação das autoridades brasileiras, propondo quando fôr o caso, as que se impuseram para a boa execução da tarefa em aprêço.

§ 1.º As relações com as autoridades nacionais e norte-americanas, para perfeita execução do Ajuste em causa, serão realizadas por intermédio do Estado-Maior do Exército a par de suas funções precípuas de planejamento e dentro de sua subordinação estabelecidas em leis e regulamentos.

§ 2.º Para a solução de tôdas as questões de caráter regional e a execução de tôdas as medidas e providências que lhe forem prescritas fica constituída, desde logo uma Comissão presidida pelo Comandante do IV Exército integrada pelos Comandantes do 3.º Distrito Naval e da 2.ª Zona Aérea, com sede na cidade do Recife — Pernambuco.

Art. 2.º Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário".

Ao ensejo da abertura da Sessão Legislativa a 15 de março de 1957 o Senhor Presidente da República em sua Mensagem ao Congresso Nacional referiu-se novamente a Fernando de Noronha para anunciar a remessa de uma mensagem especial sôbre o Território: "Apresenta o Território de Fernando de Noronha características que o distinguem dos demais. "A exigüidade de sua área, 27km2 —, a escassez de recursos econômicos e as condições geográficas, que o situam como zona de importância estratégica para

o País e o continente, conferem à sua administração regime diverso do que prevalece para as outras unidades territoriais, subordinando-o ao contrôle direto do Ministério da Guerra. "Já se encontra em andamento no Congresso Projeto de Lei dispondo sôbre a Reorganização Administrativa e Desenvolvimento do Território. "Sôbre o assunto, deverá o Govêrno enviar Mensagem ao Congresso em face da execução do Ajuste de 19 de janeiro último, que firmou o estabelecimento, em Fernando de Noronha, de um Pôsto para Observação de projéteis teleguiados e pesquisas técnico-científicas.

A opinião pública aguarda, portanto, a nova Mensagem do Poder Executivo enquanto prosseguem, em ritmo normal, os trabalhos de instalações do Pôsto de Operação e Contrôle de Teleguiados. O povo brasileiro em geral e o Nordeste, em especial, aguardam, Senhor Presidente, as providências concretas do Govêrno da República no sentido de realizar, quanto antes, a Operação Arquipélago — condição preliminar de segurança e fator de tranquilidade para os milhões de brasileiros que, do Maranhão à Bahia, serão os primeiros a sofrerem o impacto da destruição atômica na eventualidade de um possível conflito mundial.

4. Talvez por êsses motivos, o fato de que a Operação Arquipélago foi recebida com extraordinário interêsse e profunda simpatia pelo IV Congresso Nacional de Municípios realizados no Rio de Janeiro de 27 de abril a 5 de maio de 1957. Os Prefeitos e Vereadores do Brasil então reunidos examinaram os problemas de Fernando de Noronha cuja Delegação, chefiada pelo próprio Governador do Território, Major ABELARDO DE ALVARENGA MAFRA teve uma atuação dinâmica e eficiente, levando ao debate nas Comissões Técnicas e do Plenário, diversas teses e indicações relativas ao Território, tôdas elas, aliás, aprovadas pelo referido Congresso. Transcrevo, a seguir, o sumário dos pronunciamentos sôbre Fernando de Noronha aprovados pelo IV Congresso e que na realidade representam uma consagradora manifestação de apoio do Povo brasileiro à Operação Arquipélago. As Prefeituras e Câmaras Municipais representadas no Congresso do Rio de Janeiro deixaram bem claro, com as recomendações votadas, que a opinião pública brasileira tem plena consciência do papel a ser desempenhado por Fernando de Noronha, não apenas como instrumento básico da segurança nacional e da defesa do continente mas, como ponderável fator de desenvolvimento regional; o IV Congresso Nacional de Municípios reclamou urgência para as providências destinadas a concretizarem êsses objetivos e que estão consubstanciadas no projeto 1.627-56.

São os seguintes os pronunciamentos do IV Congresso Nacional de Municípios sôbre Fernando de Noronha: "Recomendações dos Prefeitos e Vereadores do Brasil em Defesa das reivindicações do Território".

— Urgência para a "Operação Arquipélago" e participação de Fernando de Noronha no orçamento geral da União.

— As Comissões Técnicas e o Plenário do IV Congresso Nacional de Municípios aprovaram, entre outras, as seguintes indicações e providências relativas ao Território de Fernando de Noronha:

1) "Operação Arquipélago";

2) Participação no Orçamento Geral da União;

3) Exploração Industrial da Pesca (Organização de uma Sociedade de Economia Mista);

4) Mensagem ao Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK sôbre o Território e seus problemas;

5) Criação e Instalação do Município da Capital do Território.

E' o seguinte o texto das providências aprovadas a respeito das necessidades e problemas de Fernando de Noronha:

PROJETO DE LEI N.º 1.627-56

OPERAÇÃO ARQUIPÉLAGO

"Considerando que se encontra em andamento no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 1.627-56, denominado Operação Arquipélago, que dispõe sôbre a Reorganização Administrativa e o Desenvolvimento Planificado do Território Federal de Fernando de Noronha;

"Considerando que êsse Projeto atende em grande parte aos anseios dos habitantes do Arquipélago de Fernando de Noronha;

"Considerando que o Território não possui organização administrativa prevista no artigo 25 da Constituição Federal;

"Considerando que para a sua administração dispõe apenas de Governador e Secretário, sendo êste cargo em comissão e aquêle exercido pelo Comandante da Guarnição Militar do Território;

Indicamos ao Plenário do IV Congresso Nacional de Municípios que envie sugestão ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de que o Projeto n.º 1.627 ou o substitutivo que venha a ser apresentado, tenha a sua tramitação, discussão e aprovação, em regime de urgência.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1957. — Major ABELARDO DE ALVARENGA MAFRA, Governador e Chefe da Delegação; Dr. ARAÚJO CAVALCANTI, Delegado do Território; Dr. EUDES CAMPOMIZZI, Secretário Geral; Prof. FRANCELINO DE A. GOMES, Assessor Técnico e centenas de outras assinaturas.

2) Participação no Orçamento Geral da União

"Considerando que o Território Federal de Fernando de Noronha é o único Território Federal que não figura no Orçamento da União com dotação orçamentária própria;

"Considerando que essa excepcionalidade o priva dos recursos básicos e indispensáveis ao seu funcionamento político-administrativo;

"Considerando que se torna necessário expandir técnica, financeira, econômica e socialmente no sentido de assegurar o desenvolvimento gradual do Território Federal de Fernando de Noronha;

"Considerando que a nacionalidade assim o exige:

Indicamos ao Plenário do IV Congresso de Municípios que reitere sugestões ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de fazer figurar no Orçamento da União para o ano de 1958, dotações orçamentárias próprias para aquela unidade da Federação.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1957. — Major ABELARDO DE ALVARENGA MAFRA, Governador e Chefe da Delegação; Dr. ARAÚJO CAVALCANTI, Delegado do Território; Dr. EUDES CAMPOMIZZI, Secretário Geral; Prof. FRANCELINO DE A. GOMES, Assessor Técnico e centenas de outras assinaturas.

3) Sociedade de Economia Mista para Exploração Industrial da Pesca

"Considerando que o Território de Fernando de Noronha figura como baricentro de pescado no Nordeste do Brasil;

"Considerando que diversos projetos abordando organização e instalação da pesca no Território ainda estão na fase de estudos;

"Considerando que a pesca no Nordeste continua até o presente momento no seu estado mais primitivo;

"Considerando, mercê das condições anteriores, que o preço de custo e venda do pescado está além do rendimento individual das populações nordestinas;

"Considerando que constitui necessidade primária alterar o balanço alimentício das populações no que tange com as proteínas e hidratos;

"Considerando no que se refere à indústria do pescado, pesca, colônia de pesca, enlatados e adubos, — o Território de Fernando de Noronha está capacitado a suprir parcela significativa do pescado em níveis de preços reduzidos e simultâneamente iniciar exploração racional com fundamento na utilização de mão-de-obra especializada;

Indicamos ao Plenário do IV Congresso Nacional de Municípios que sugira ao Poder Executivo a criação da Indústria de Pesca do Território de Fernando de Noronha.

A Indústria de Pesca do Território Federal de Fernando de Noronha será constituída nos seguintes têrmos:

A) 1 — Pesca;

2 — Colônia de Pesca;

3 — Indústria de Enlatados;

4 — Indústria de Adubos.

B) Para êsse fim deve ser providenciada a imediata organização de uma Sociedade de Economia Mista e, ao mesmo tempo, a constituição de uma Comissão Técnica de cinco (5) membros para dentro de trinta (30) dias elaborar e entregar ao Govêrno do Território o projeto da referida Sociedade de Economia Mista a ser encaminhado ao Senhor Presidente da República.

C) A referida Comissão fica desde já constituída pelos próprios delegados e assessôres técnicos do Território Federal de Fernando de Noronha ao presente Conclave.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1957. — Major ABELARDO DE ALVARENGA MAFRA, Governador e Chefe da Delegação; Dr. ARAÚJO CAVALCANTI, Delegado do Território; Dr. EUDES CAMPOMIZZI, Secretário Geral; Prof. FRANCELINO DE A. GOMES, Assessor Técnico e centenas de outras assinaturas.

4) O Presidente Juscelino Kubitschek e o Território

"Considerando que Sua Excelência o Senhor Presidente da República Dr. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, foi o primeiro Presidente Constitucional a se interessar pelo Território de Fernando de Noronha, constando de sua Mensagem ao Congresso Nacional no corrente ano (P. 352) o seu empenho pela reorganização administrativa e desenvolvimento econômico do Território;

"Considerando que sem o interêsse direto do Exmo. Sr. Presidente da República, torna-se difícil o desenvolvimento no fator tempo daquela Unidade da Federação.

Indicamos ao Plenário do IV Congresso Nacional de Municípios que envie Mensagem de congratulações ao Exmo. Sr. Presidente da República apresentar ainda a S. Ex.ª sugestão no sentido de enviar, com urgência, Mensagem ao Congresso Nacional com o anteprojeto de lei de que fala, dispondo sôbre a reorganização administrativa e desenvolvimento econômico do Território de Fernando de Noronha.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1957. — Major ABELARDO DE ALVARENGA MAFRA, Governador e Chefe da Delegação; Dr. ARAÚJO CAVALCANTI, Delegado do Território; Dr. EUDES CAMPOMIZZI, Secretário Geral; Prof. FRANCELINO DE A. GOMES, Assessor Técnico e centenas de outras assinaturas.

5) Criação do Município da Capital é livre Escolha do Prefeito

"Considerando que o Território Federal de Fernando de Noronha, criado pelo Decreto-Lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, no interêsse da defesa nacional é o mais antigo Território Federal, depois do Acre;

"Considerando que o mesmo Território Federal não possui ainda definido seu quadro territorial;

"Considerando que o caráter fundamental de organização política brasileira é o Município e suas subdivisões em Distritos;

"Considerando que a população do Arquipélago anseia pela criação do Município;

"Considerando que o Município é fator de progresso social-econômico.

Iniciamos ao Plenário do IV Congresso Nacional de Municípios que envie sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no sentido de ser

imediatamente criado e instalado no Território Federal de Fernando de Noronha, o Município de Nossa Senhora dos Remédios, Capital daquela unidade da Federação, cujo Prefeito será de livre escolha e nomeação do Governador e cuja Câmara Municipal será eleita 60 dias após a instalação do Município.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1957. — Major ABELARDO DE ALVARENGA MAFRA, Governador e Chefe da Delegação; Dr. ARAÚJO CAVALCANTI, Delegado do Território; Dr. EUDES CAMPOMIZZI, Secretário Geral; Prof. FRANCELINO DE A. GOMES, Assessor Técnico e centenas de outras assinaturas.

5. A repercussão do Projeto 1.627 *Operação Arquipélago* foi excepcional. Neste sentido, Senhor Presidente, basta acentuar os pronunciamentos favoráveis que recebeu relativamente à originalidade, arrôjo e senso político que informaram o seu delineamento como uma solução cem por cento brasileira para os problemas de aproveitamento e valorização das nossas ilhas Oceânicas dentre as quais o Arquipélago de Fernando de Noronha se destaca pela sua excepcional importância e cujas possibilidades sòmente agora estão sendo integralmente apreciadas.

Os entendimentos efetuados com o Govêrno dos Estados Unidos para estabelecimento de um Pôsto de Observação e Contrôle de Teleguiados contribuiram para despertar a atenção do povo Brasileiro a respeito de Fernando de Noronha; com a assinatura do Ajuste, os jornais e radioemissoras encontram pretextos para uma verdadeira ofensiva de publicidade acêrca de um grupo de ilhas e rochedos que, via de regra ,jamais foram objeto de quaisquer iniciativas governamentais ou privadas. Os raríssimos comentários da nossa imprensa sôbre o assunto sempre ficaram adstritos a concepção obsoleta de notícias vagas acêrca da utilização do Arquipélago como penitenciária destinada aos criminosos comuns e prêsos políticos, local privilegiado para exílio ou degrêdo dos inimigos do regime. Aliás a própria tradição do Ministério da Justiça sempre foi no sentido da utilização do Território para êsses objetivos totalmente superados.

Uma das maiores vantagens da Operação Arquipélago consiste exatamente no fato de ter encerrado em definitivo essa mentalidade rotineira e primária, indicando o verdadeiro caminho a ser palmilhado pelo Govêrno do Território com objetividade e formulando, em têrmos concretos as diretrizes e bases de seu aproveitamento em benefício da Nação.

Outra demonstração concreta do interêsse despertado pela Operação Arquipélago entre os técnicos e estudiosos dos problemas brasileiros consiste no fato de ter sido traduzida para o francês devendo ser também brevemente divulgada em inglês.

A êste respeito tenho a honra de encaminhar ao Congresso Nacional a versão francesa do Projeto número 1.627. Dentro em breve, Senhor Presidente, a Operação Arquipélago estará sendo divulgada nas publicações técnicas e documentos oficiais de vários países, graças à tradução levada a efeito pelo Professor ALEXIS MAURIN, cuja publicação solicito a Vossa Excelência se dignar mandar divulgar para conhecimento dos representantes do Povo (Documentação Anexa. Documento n.º 2).

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência mandar consignar nos Anais o nosso profundo reconhecimento ao ilustre Professor ALEXIS MAURIN, pelo seu trabalho. Faço questão de estender idênticas congratulações e agradecimentos ao Embaixador da França, Sua Excia. o Sr. BERNARD HARDION, e à Mme. GABRIELLE MINEUR, dos Serviços Culturais da Embaixada dêsse País amigo, pelo interêsse em divulgar a Operação Arquipélago nos centros técnicos e culturais da França. Essa é, na verdade, uma contribuição da maior importância, porquanto tornará possível o conhecimento exato, no exterior, dos nobres e pacíficos intuitos do Brasil, interessado, tão somente, em fortalecer a sua defesa e aproveitar os seus recursos naturais, reafirmando as suas tradições de solidariedade continental, e colaboração com todos os Povos do mundo. E a Operação Arquipélago não tem outros intuitos que não os de consolidar as bases da defesa nacional e contribuir para a aceleração do ritmo de desenvolvimento geral do Nordeste. A simples leitura do Projeto n.º 1.627-56, elucida suas finalidades pacíficas e profundamente brasileiras.

6. E', portanto, com a maior satisfação que, mais uma vez, submeto à alta deliberação do Congresso Nacional Projeto de Lei relativo aos problemas específicos de Fernando de Noronha, os quais, em virtude das condições, peculiaridades e perspectivas do Arquipélago são, antes de tudo, problemas de mais profundo e legítimo interêsse nacional. O significado estratégico de Fernando de Noronha vem crescendo de vulto, adquirindo imprevistas proporções, à medida em que se aceleram, nos Estados Unidos, na Rússia Soviética, o progresso das pesquisas científicas e tecnológicas, o desenvolvimento dos teleguiados, projéteis balísticos intercontinentais, satélites artificiais, armas secretas de tôda a espécie, e, finalmente, as extraordinárias conquistas no âmbito de energia nuclear. Cumpro, Senhor Presidente, o meu dever de brasileiro, muito especialmente como representante de um Estado do Nordeste que tem a obrigação de permanecer vigilante em tudo que se refere à segurança do País, nesta hora de graves apreensões para a manutenção do equilíbrio e de paz nas relações internacionais, de vez em quando ameaçadas pela ocorrência de sobressaltos, conflitos de interêsses, divergências políticas, lutas hegemônicas; em resumo, as ameaças contidas nas bruscas oscilações da conjuntura internacional de que os imperialismos, o colonianismo, ou os simples entrechoques econômicos e comerciais são apenas, um reflexo significativo. Entendem as Bancadas do Nordeste, com inteira razão, que os problemas de Fernando de Noronha exigem rigoroso estudo, soluções urgentes e de envergadura, em face dos imprevistos de essencialidade e tratamento prioritário que devem merecer tôdas as questões direta ou indiretamente vinculadas à defesa nacional. São problemas de sobrevivência, principalmente para os Estados do Nordeste, com os seus quase 20 milhões de habitantes concentrados em adensamentos demográficos e zonas urbanas próximas do litoral atlântico. Ninguém ignora que o "saliente nordestino" cuja extrema vulnerabilidade foi exaustivamente demonstrada nas duas últimas conflagrações mundiais, — em virtude da evolução dos armamentos atômicos modernos, do universal encurtamento das distâncias por fôrça dos progressos no domínio dos

transportes e comunicações, — é a nossa autêntica fronteira, a região mais exposta aos ataques fulminantes e inesperados na hipótese — queira Deus improvável — de uma nova guerra mundial. A Operação Arquipélago, entre outros aspectos é, para o Nordeste, uma apólice de seguro contra os riscos e possibilidades de um conflito de conseqüências inenarráveis. A simples leitura do Projeto de Lei que tenho a honra de submeter à apreciação dos eminentes Representantes do Povo brasileiro nesta Casa, torna desnecessário aduzir novas considerações. O Nordeste confia em que o Congresso Nacional não permanecerá omisso, inerte ou indiferente em face dos problemas de Fernando de Noronha, e, no momento oportuno, aprovará as medidas que tenho a honra de propor que são de interêsse nacional. — PONTES VIEIRA, Deputado Federal.

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

DOCUMENTO N.º 1

Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas (International Institute of Administrative Sciences — Brazilian Section).

Projeções Regionais da Operação Município "Operação Arquipélago".

PROJETO DE LEI N.º 1.627-56

Reorganiza a Administração do Território Federal de Fernando de Noronha, estabelece as Diretrizes e Bases de seu Desenvolvimento Planificado e dá outras providências).

Deputado Federal PONTES VIEIRA.

SUMÁRIO:

I — Projeto de Lei n.º 1.627-56.

II — Discurso de Apresentação (Dep. Fed. PONTES VIEIRA).

III — Justificação (Dep. Fed. PONTES VIEIRA).

IV — Anexo — "Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado do Território de Fernando de Noronha — ARAÚJO CAVALCANTI.

Documentos da Secretaria Geral:

Documento n.º 12 — Deputado Federal PONTES VIEIRA — Projeto de Lei n.º 1.627-56 — "Operação Arquipélago". (Transcrito no Diário do Congresso Nacional de 26-7-56).

"OPERAÇÃO ARQUIPÉLAGO" PROJETO DE LEI N.º 1.627-56

Reorganiza a Administração do Território Federal de Fernando de Noronha, estabelece as Diretrizes e Bases do seu Desenvolvimento Planificado e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica instituída e organizada a "Operação Arquipélago", destinada a promover e acelerar o desenvolvimento planificado do Território Federal de Fernando de Noronha.

Parágrafo único. A Operação Arquipélago compreende: I — a Organização Administrativa do Território; II — O Plano de Obras, Empreendimentos e Serviços; III — o Sistema de Atos Complementares.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2.º A Organização Administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha é constituída dos seguintes órgãos:

I — Governador.

II — Secretaria Geral.

III — Comissão de Desenvolvimento.

Art. 3.º Ao Governador, de livre nomeação do Presidente da República, compete o exercício das atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Govêrno Federal, notadamente:

a) praticar todos os atos necessários à Administração e representação do Território, à Guarda da Constituição e das Leis;

b) orientar, dirigir e fiscalizar a Administração do Território expedindo para êsse fim decretos, regulamentos e instruções.

Parágrafo único. O Governador tomará posse perante o Ministro de Estado do Negócios da Guerra e será auxiliado por um Secretário Geral de nomeação do Presidente da República, que o substituirá em seus impedimentos eventuais.

SECRETARIA GERAL

Art. 4.º A Secretaria Geral tem a seu cargo o assessoramento do Governador do Território no planejamento, contrôle e coordenação das atividades governamentais e administrativas.

Parágrafo único. São atribuições específicas da Secretaria Geral:

a) assistência ao Governador no estudo e decisão dos assuntos relativos às atividades da Administração Territorial realizadas por intermédio da Comissão de Desenvolvimento e Setores que a integram;

b) preparo de todos os Atos decorrentes das iniciativas e decisões do Governador;

c) apreciação dos assuntos de natureza jurídica, econômica, financeira e administrativa;

d) divulgação dos Atos e das informações que interessarem ao Território;

e) relações com autoridades civis e militares;

f) segurança e representação do Governador do Território

Art. 5.º A Secretaria Geral compreende:

a) Serviço de Administração;

b) "Agência Modêlo" de Geografia e Estatística;

c) Serviço de Segurança.

Art. 6.º São atribuições do Serviço de Administração: — orientar executar, fiscalizar e coordenar tôdas as atividades de administração geral do Govêrno do Território no que se refere a pessoal, orçamento, material, contabilidade, tesouraria, comunicações, documentação e relações públicas.

Art. 7.º Funcionará no Território de Fernando de Noronha uma "Agência Modêlo" de Geografia e Estatística — mediante acôrdo com o I.B.G.E. — incumbida de proceder à coleta, crítica, apuração, elaboração, análise e divulgação dos dados estatísticos e geográficos de interêsse para o Arquipélago.

Art. 8.º O Serviço de Segurança, constituído pela Guarda Territorial, teem por finalidade manter a ordem e a tranqüilidade públicas e cooperar na execução do Plano de Obras, Serviço e Empreendimentos da administração Territorial.

Parágrafo único. O Governador do Território expedirá em Decreto prèviamente submetido ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra a organização da Guarda Territorial imprimindo-lhe, por intermédio de seções ou grupos de trabalho, o caráter de corporação civil.

PLANO DE OBRAS, EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS

Art. 9.º A fim de dar pleno cumprimento aos objetivos gerais e especiais da Operação Arquipélago, a Comissão de Desenvolvimento promoverá a elaboração e execução do Plano Qüinqüenal de Obras, Empreendimentos e Serviços do Território Federal de Fernando de Noronha.

Parágrafo único. O referido Plano selecionará os projetos e discriminará as metas numéricas preferenciais (quilowats, toneladas, metros cúbicos, quilômetros, etc.) a serem atingidas; fixará os prazos e estabelecerá a localização adequada de cada uma das obras, empreendimentos ou serviços integrantes da Operação Arquipélago.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO

Art. 10 A Comissão de Desenvolvimento do Território Federal de Fernando de Noronha tem a seu cargo os estudos, o planejamento técnico e a execução das iniciativas, providências, obras, empreendimentos e serviços tendo em vista o desenvolvimento progressivo do Arquipélago, o apro-

veitamento dos seus recursos naturais, a melhoria das condições de vida de seus habitantes e a segurança nacional.

Art. 11 A estrutura da Comissão de Desenvolvimento compreende os seguintes Setores principais:

a) S.1 — Setor de Pesquisas e Levantamentos;
b) S.2 — Setor de Transportes e Comunicações;
c) S.3 — Setor de Energia;
d) S.4 — Setor de Produção;
e) S.5 — Setor de Industrialização (Sociedade de Economia Mista com participação do Govêrno Federal, do Govêrno do Estado de Pernambuco e Emprêsas Privadas, para exploração industrial da pesca e aproveitamento dos recursos naturais do Território);
f) S.6 — Setor de Turismo;
g) S.7 — Plano Diretor de Fernando de Noronha (concentração dos adensamentos demográficos do Arquipélago na Capital do Território, Urbanismo, Abastecimento d'água e rêdes de esgotos sanitários, Reflorestamento, "Cinturão Verde", Saúde, Educação e Assistência Social).

Art. 12. Além dos Setores referidos no artigo anterior o Governador do Território poderá instituir, mediante Decreto, prèviamente aprovado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, outros órgãos ou Serviços industriais, de interêsse para o Arquipélago e para o País, cuja exploração não possa no momento ser entregue a emprêsas privadas.

Art. 13. O Setor de Pesquisas e Levantamentos (S.1) tem a seu cargo promover as investigações e estudos indispensáveis ao pleno conhecimento do Arquipélago na multiplicidade de seus aspectos tendo em vista o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento planificado do Território.

Parágrafo único. O Govêrno do Território promoverá a realização de Convênios especiais com as Universidades do Recife e de São Paulo, o Conselho Nacional de Pesquisas, o Instituto Nacional de Tecnologia, os Departamentos Nacionais da Produção Mineral e Animal do Ministério da Agricultura e outros órgãos no sentido da organização de uma Missão Científica de pesquisadores e cientistas para investigação conjunta das condições geofísicas, hidrológicas, meteorológicas, econógicas, oceanográficas e demais aspectos do Arquipélago.

Art. 14. Os levantamentos e pesquisas científicas ou tecnológicas efetuadas pelos grupos de pesquisadores da Missão Científica deverão ser orientados no sentido concreto do aproveitamento racional dos recursos naturais do Arquipélago e adjacências.

§ 1.º Na realização da 1.ª fase do mencionado programa de pesquisas terão prioridade as investigações oceanográficas e a exploração industrial da pesca oceânica.

§ 2.º A Missão Científica promoverá, outrossim, estudos preliminares e indicará as medidas destinadas às pesquisas técnico-científicas, experiências e instalações pioneiras de aproveitamento da energia solar.

Art. 15. O Setor de Transportes e Comunicações (S.2) tem a seu cargo planejar, executar e manter em perfeitas condições de funcionamento os serviços de transportes e comunicações do Território.

Art. 16. O Setor de Energia (S.3) tem a seu cargo planejar, executar e manter em perfeitas condições de funcionamento as instalações e equipamentos destinados a produção e distribuição de energia elétrica no Arquipélago.

Art. 17. O Setor de Produção (S.4) tem a seu cargo planejar e executar o aproveitamento dos recursos naturais do Arquipélago visando sua defesa, exploração e desenvolvimento; orientar e fomentar as atividades produtivas pelo auxílio técnico e material às iniciativas privadas; assegurar o abastecimento local e a exportação dos excedentes produzidos — animais, vegetais ou minerais — para os mercados consumidores do Continente.

Art. 18. O Setor de Industrialização (S.5) tem a seu cargo planejar, organizar e manter em perfeito funcionamento uma Sociedade de Economia Mista destinada a explorar tôdas as possibilidades econômicas do Território, e estimular o seu desenvolvimento.

Parágrafo único. O Govêrno do Território expedirá, em Decreto prèviamente submetido ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, a organização da referida Sociedade regulamentando as suas funções básicas no que se refere à navegação e exploração industrial da pesca.

Art. 19. O Setor de Turismo (S.6) tem a seu cargo planejar, construir e manter em perfeito funcionamento um moderno Hotel de Turismo destinado a explorar as possibilidades do Território a êste respeito.

Art. 20. Os projetos elaborados pela Comissão de Desenvolvimento e integrantes do Plano de Obras, Empreendimentos e Serviços, deverão ter caráter autofinanciável em virtude das condições favoráveis do Arquipélago, principalmente no tocante à exploração industrial da pesca de alto mar, das jazidas de fosfato da Ilha Rata e do Turismo.

Art. 21 O Plano Diretor de Fernando de Noronha (S.7) constitui um conjunto integrado de melhoramentos a serem atingidos progressivamente mediante aplicação concentrada de recursos financeiros e assistência técnica.

Parágrafo único. As obras, empreendimentos e serviços de primeira urgência e alta prioridade do Plano Diretor de Fernando de Noronha deverão obedecer às mais modernas técnicas de urbanismo a fim de que a Capital do Território, constituída pela concentração dos agrupamentos demográficos que a circundam, possa constituir, por sua vez, motivo de atração turística e bem-estar;

Art. 22. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores tomará providências imediatas relativas à elevação da Vila dos Remédios à categoria de Município sede da Capital do Território de Fernando de Noronha.

Parágrafo único. A atual Vila dos Remédios passa a denominar-se "Generalíssimo Deodoro" em homenagem ao Chefe do Govêrno Provisório

da República, MANOEL DEODORO DA FONSECA pela expedição do Decreto número 1.371, de 14 de fevereiro de 1891.

Art. 23. A subestrutura, competência e regulamentação dos Setores, Orgãos ou Serviços a que se referem os artigos 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19 e 21 da presente Lei, serão fixados pelo Governador do Território em Decreto prèviamente submetido ao Ministério da Guerra.

SISTEMA DE ATOS COMPLEMENTARES

Art. 24. Fica instituído o Sistema de Atos Complementares (item III, parágrafo único do art. 1.º) destinado a fortalecer e apressar a realização dos programas, projetos, obras, serviços e empreendimentos integrantes do Desenvolvimento Planificado do Arquipélago.

Art. 25. O Sistema de Atos Complementares compreende principalmente: I — Conjunto de Acôrdos e Convênios multilaterais; II — Comando de Produtividade.

Art. 26. Na elaboração dos referidos Acôrdos e Convênios Multilaterais com os Ministérios, o Govêrno do Estado de Pernambuco, as Entidades Paraestatais e Autárquicas, o Conselho Nacional de Pesquisas, as Universidades do Recife e São Paulo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil, a Caixa de Crédito da Pesca, a Caixa Econômica Federal e outras instituições governamentais bem como Bancos particulares e emprêsas privadas idôneas, deverá a Comissão de Desenvolvimento do Território Federal de Fernando de Noronha fixar diretrizes técnicas de planejamento tendo em vista o estabelecimento de critérios prioritários, discriminação de metas preferenciais, prefixação de prazos e localização adequada.

§ 1.º Ficam incluídas entre as Metas Preferenciais da Operação Arquipélago, em sua primeira fase, a elaboração dos Acôrdos e Convênios relativos à construção da Barragem do Xaréu; dois (2) açudes e cinco (5) tinadas à pesca oceânica; exploração das jazidas de fosfato do Território; poços tubulares para alimentação do gado e irrigação das lavouras; aquisição construção do Hotel de Turismo; investigações oceanográficas e início das da Frota Pesqueira do Território; Frigorífico e Instalações industriais des-

§ 2.º Os Acôrdos e Convênios especificarão em têrmos numéricos as providências cabíveis, prazos e recursos a serem atribuídos a cada empreendimento.

COMANDOS DE PRODUTIVIDADE

Art. 27. O Comando de Produtividade pelo Sistema de Atos Complementares visa acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Qüinqüenal de Obras, Empreendimentos e Serviços do Território e o funcionamento da Administração Territorial.

Parágrafo único. Além de outros objetivos que lhes venham a ser atribuídos, deverá o Comando de Produtividade implantar técnicas e métodos

racionais detrabalho tendo e mvista elevar os coeficientes de economia e eficiência; apurar irregularidades, omissões, atrasos na execução do Plano e promover a punição dos responsáveis.

Art. 28. O Sistema de Atos Complementares abrangerá propostas, medidas legislativas, providências ou quaisquer iniciativas destinadas à plena execução da Operação Arquipélago e rendimento satisfatório da Administração Territorial.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS — DIVISAS

Art. 29. O Orçamento Geral da União consignará, anualmente, dotações orçamentárias específicas para custeio e financiamento dos investimentos reprodutivos integrantes do Desenvolvimento Planificado do Território, independentemente das dotações orçamentárias normais com as despesas da Administração Territorial.

Art. 30. Os orçamentos cambiais da União consignarão obrigatòriamente, durante três (3) anos consecutivos, quota especificada no montante nunca inferior a 0,5% das disponibilidades existentes destinadas às importações para o Território efetuadas no interêsse da defesa nacional. (Base Aeronaval de Fernando de Noronha).

§ 1.º Terão prioridade as importações relativas a máquinas, motores, aparelhos, conjuntos mecanizados, equipamentos científicos e implementos diversos especialmente destinados a construções, instalações elétricas, exploração industrial da pesca, fomento agropecuário, embarcações e material flutuante, investigações oceanográficas, pesquisas científicas e teconlógicas.

§ 2.º A cota de Reserva de Câmbio a que se refere o artigo anterior não poderá ser desviada, sob qualquer pretexto, para outros fins, destinando-se exclusivamente ao Território que, para os fins previstos neste artigo, encaminhará seus pedidos ao órgão competente do Banco do Brasil por intermédio do Ministro da Guerra.

§ 3.º Os equipamentos ou materiais importados nos têrmos da exceção ora estabelecida para o Território de Fernando de Noronha uma vez utilizados ou, quando não mais forem necessários, reverterão ao Ministério da Guerra.

BASE AERONAVAL DE FERNANDO DE NORONHA

Art. 31. O Govêrno Federal por intermédio do Ministério da Guerra, do Ministério da Aeronáutica e do Ministério da Marinha, tomará providências no sentido de promover o estudo imediato e o início das obras de construção e equipamento da Base Aeronaval de Fernando de Noronha.

Parágrafo único. O Decreto que fôr expedido pela Presidência da República estabelecendo as providências e detalhes técnicos da construção da Base Aeronaval de Fernando de Noronha fixará o regime das relações e entrosamento entre a referida Base Aeronaval e a Administração do Território.

Art. 32. Fica incluída no Anexo 4.15 do Orçamento Geral da União para 1957 — Ministério da Guerra — Despesa de Capital — Verba 3.0.00 — Consignação 2.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento — Subconsignação 3.1.05 — Território Federal de Fernando de Noronha, a dotação de Cr$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros) para custeio das obras, empreendimentos e serviços relativos ao desenvolvimento planificado do Território, de acôrdo com o Plano a ser encaminhado pelo Governador do Território ao Ministério da Guerra dentro de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. O Orçamento de inversões do Território (Operação Arquipélago) anualmente consignará até 50% de seu total aos estudos, projetos e início da construção da Base Aeronaval .

Art. 33. Aplica-se ao Território Federal de Fernando de Noronha, no que couber e sem prejuízo da presente lei, a Legislação vigente para os demais Territórios Federais da União notadamente os disponíveis referentes à competência e atribuições dos respectivos Governadores.

Art. 34. O Ministério da Guerra promoverá o enquadramento da Operação Arquipélago no Sistema Geral da Operação Município de âmbito nacional como uma de suas projeções regionais descentralizadas.

Art. 35. Fica o Presidente da República autorizado a baixar Decretos Executivos necessários à complementação e plena execução das providências relativas ao Desenvolvimento Planificado do Território Federal de Fernando de Noronha. (Operação Arquipélago).

Art. 36. Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para atender no corrente exercício às despesas com a execução da presente Lei.

Parágrafo único. O referido crédito será automàticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 37. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de julho de 1956. — PONTES VIEIRA.

(*** Diário do Congresso Nacional — 26-7-56 — pp. 6.120-6.123).

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

SECRETARIA GERAL

Documento n.º 12: — "Operação Arquipélago" — (Reorganiza a Administração do Território Federal de Fernando de Noronha, estabelece as Diretrizes e Bases do seu Desenvolvimento Planificado e dá outras providências).

Projeto de lei n.º 1.627-56 — Câmara dos Deputados.

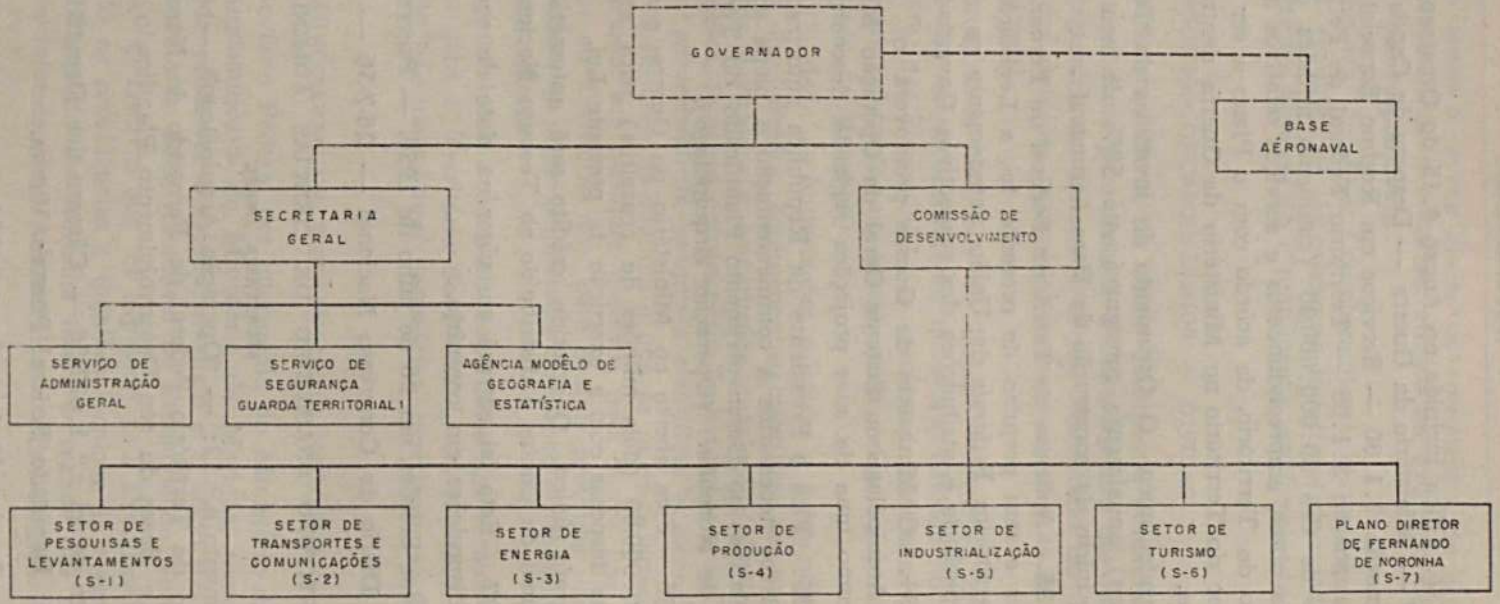
Autor: Deputado Federal PONTES VIEIRA.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1956.

OPERAÇÃO ARQUIPÉLAGO

(*) - PROJETO DE LEI Nº 1.627/56

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DESENVOLVIMENTO PLANIFICADO DO TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA



(*) PROJETO DE LEI Nº 1.627/56 REORGANIZA A ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA, ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DO SEU DESENVOLVIMENTO PLANIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPERAÇÃO ARQUIPÉLAGO

PROJETO DE LEI N.º 1.627-56

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Cumpro o dever de encaminhar à alta deliberação do Congresso Nacional um Projeto de Lei que dispõe sôbre a reorganização administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha, estabelece as diretrizes e bases de seu desenvolvimento planificado e dá outras providências. (Operação Arquipélago).

Desobrigo-me, assim, do compromisso que assumi ao ensejo dos memoráveis debates travados nesta Casa a 19 de junho de 1956 sôbre o Veto presidencial à indenização de Cr$ 50.000.000,00 para o Estado de Pernambuco pelo desmembramento de sua área, em virtude da criação do Território de Fernando de Noronha nos têrmos do Decreto-Lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942.

Parece-me desnecessário alongar-me sôbre as razões de ser do Projeto de Lei que tenho a honra de submeter ao exame, julgamento e aprovação das Comissões desta Câmara.

O Parlamento brasileiro já se encontra perfeitamente esclarecido com relação aos problemas decorrentes da mutilação do meu Estado que, de resto, jamais pretendeu "negociar" ou tirar proveito dêsse desmembramento levado a efeito no ano de 1942 em nome dos altos interêsses da defesa nacional.

A indenização de Cr$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros) não exprime absolutamente o valor ou a significação em têrmos pecuniários do Arquipélago de Fernando de Noronha.

Pernambuco repele essa interpretação mesquinha, subalterna e inverídica: — sòmente os que desconhecem a geografia, a história, a importância econômica e estratégica dessas longínquas ilhas oceânicas poderiam considerar a referida indenização como uma "cobrança", "pagamento" ou "preço" da mutilação territorial sofrida pelo meu Estado.

Tive oportunidade de acentuar em meu discurso de 19 de junho que o Território Federal de Fernando de Noronha é o único "porta-aviões" de que o Brasil dispõe: — "Um gigantesco porta-aviões ancorado pela Providência Divina em pleno Oceano Atlântico para controlar e garantir o acesso aos céus e às terras do Brasil". Sob êste aspecto, Fernando de Noronha é a Ilha de Malta Brasileira, a nossa Gibraltar, a Heligoland nacional e, como tal, não tem preço, não pode ser avaliada em têrmos monetários.

E' o pôsto avançado por excelência da nossa defesa, a chave estratégica da segurança nacional e do Hemisfério Sul.

Deixo, também, de pormenorizar a significação econômica do Arquipélago como base de uma futura indústria pesqueira e turística de grandes proporções. Que os nossos geógrafos, economistas, técnicos de administração,

oficiais superiores das Fôrças Armadas e estadistas investiguem e debatam êsse aspecto do problema.

No que me diz respeito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, cabe-me, apenas, equacionar e propor soluções concretas para o problema fundamental do aproveitamento das possibilidades do magnífico Arquipélago cuja reduzida área territorial pode, todavia, induzir os observadores superficiais e apressados a conclusões errôneas quanto ao seu valor efetivo, real e suas autênticas potencialidades.

Com a operação Arquipélago, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Pernambuco reafirma solenemente, perante a Nação, os seus altos e notórios intuitos de colaboração com o Govêrno Federal, a sua tradicional atitude de cooperação com os Podêres Constituídos da República no sentido de promover e acelerar o desenvolvimento econômico-social do País.

A Operação Arquipélago demonstra que Pernambuco está vigilante na defesa dos superiores interêsses da Pátria comum e, ao mesmo tempo, contribui com idéias novas, sugestões progressistas e objetivas, para a prosperidade e bem-estar geral do Povo brasileiro.

Sôbre o Projeto de Lei que tenho a honra de apresentar (Operação Arquipélago) solicitei a pronunciamento das autoridades, estudiosos e técnicos em geral. Oportunamente darei conhecimento à Casa dos pareceres, contribuições e estudos diversos que já estou recebendo de geógrafos, economistas e técnicos — trabalhos êsses que vêm confirmar o acêrto, cunho prático, sentido progressista e a inegável oportunidade do conjunto de iniciativas, providências, obras, empreendimentos e serviços que denominei Operação Arquipélago e cuja publicação solicito a Vossa Excelência, Senhor Presidente, se digne providenciar. (*) — Deputado Federal PONTES VIEIRA.

OPERAÇÃO ARQUIPÉLAGO

PROJETO DE LEI N.º 1.627-56

Deputado Federal PONTES VIEIRA.

Justificação

Apresento, como justificação do projeto, o discurso que tive oportunidade de pronunciar, no Congresso Nacional, a 19 de julho de 1956:

Senhor Presidente:

E' do conhecimento de tôda a Nação que o Congresso Nacional aprovou projeto, de iniciativa do ilustre Deputado Monsenhor ARRUDA CÂMARA estabelecendo uma indenização de Cr$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros) ao Estado de Pernambuco pela mutilação e desmembramento

(*) Publicada a Operação Arquipélago no *Diário do Congresso Nacional* de 26 de julho de 1956. Republicada posteriormente por ter saído com incorreção.

de seu território, por fôrça do Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942.

O referido Decreto-lei criou no interêsse da defesa nacional, o Território de Fernando de Noronha, constituído pelo respectivo arquipélago; transferiu à União bens, impostos e taxas pertencentes ao Estado de Pernambuco e dispôs que a administração do Território seria regulada em lei especial.

Todavia foi o projeto vetado pelo Sr. Presidente da República.

Embora correligionário de Sua Excelência, sinto-me no dever de propor a rejeição do Veto em aprêço.

Com a lealdade característica dos verdadeiros amigos, entendo, Senhor Presidente, que não devemos apenas aplaudir providências, iniciativas ou atitudes bem avisadas e justas do Poder Executivo mas, quando necessário, cumpre nos discordar, criticar, corrigir ou combater eerros, desacertos, equívocos ou injustiças, muitas vêzes involuntàriamente cometidos.

Nem seria possível o funcionamento normal das instituições e do regime democrático se o Congresso Nacional abrisse mão de suas altas prerrogativas no processo da elaboração legislativa e abdicasse do direito de criticar ou rejeitar atos do Poder Executivo.

No quadro da experiência histórica brasileira nada mais natural e sintomático das condições de vitalidade e aperfeiçoamento das instituições do que essa forma de colaboração entre os podêres constituídos da República.

A rejeição de um veto não implica, absolutamente, em desaprêço ou ofensa ao Poder Executivo. E' uma técnica de aprimoramento do processo constitucional e da elaboração legislativa uma demonstração de amadurecimento, capacidade e independência do Poder Legislativo no pleno exercício de uma fórmula superior de cooperação.

E como tal deve ser apreciada: tôdas as vêzes que, na plenitude dessa prerrogativa, o Congresso brasileiro exerce o seu direito de rejeitar vetos, êle está contribuindo, na verdade, para o fortalecimento do Poder Executivo, pela correção de excessos, omissões ou deficiência e, sobretudo, pela indicação das providências aconselháveis.

Quanto mais dinâmica e complexa é a administração, tanto mais freqüentes são as oportunidades de ocorrência de Vetos no âmbito das relações entre os Podêres constituídos.

Trata-se de um episódio natural e freqüente, um sistema de que a nossa democracia busca realizar-se e funcionar com maior eficiência.

Mas, Senhor Presidente, o Veto que está sendo apreciado, neste momento, pelos meus nobres colegas não se encontra justificado como devera. Alega-se, simplesmente. o domínio da União sôbre o longínquo arquipélago. Assim, foi passada uma esponja no passado: a história, a geografia e a própria legislação — que, sem nenhuma contestação, já consagraram, desde os tempos coloniais, os direitos de Pernambuco à jurisdição e domínio daquelas ilhas oceânicas, foram sumàriamente ignoradas.

Mas, senhor Presidente, que os Mestres e Expoentes do Direito, da Administração, da História, da Geografia, da Economia — felizmente bem numerosos no Parlamento brasileiro — apreciem e julguem êsses aspectos do problema suscitado pelas razões do Veto ora discutidos.

De mim, peço vênia para examinar o problema sob outro aspecto, como um brasileiro que considera a indenização proposta e aprovada pelo Congresso — ou seja Cr$ 50.000.000,00 — uma transação irrisória para o Estado de Pernambuco, cujo povo, aliás, sempre encarou com as maiores reservas a criação do Território Federal de Fernando de Noronha, nos têrmos em que foi levada a efeito. Os pernambucanos receberam o Decreto-lei, que criou o original Território de pouco mais de 20km2 e pouco mais de mil habitantes, como um acontecimento vinculado à conjuntura bélica da época, uma transitória solução de emergência, em face dos altos impositivos de defesa nacional invocados no aludido Decreto-lei n.º 4.102-42.

Nem poderiam os pernambucanos criar quaisquer obstáculos à defesa nacional, naquela fase perigosa da nossa existência como Nação independente.

Porque, na verdade, seja-me permitido afirmá-lo com tôda ênfase, Senhores Parlamentares — o Arquipélago de Fernando de Noronha não tem preço, nem jamais estêve à venda. Ou melhor, o valor dêsse arquipélago de tão reduzidas proporções, situado a 360 quilômetros da costa litorânea brasileira, na altura do Cabo de São Roque e a 425 quilômetros de Recife — é inapreciável em têrmos de dinheiro.

A indenização constante do Projeto do nobre Monsenhor ARRUDA CÂMARA é simbólica. Sua Excelência ao formular o seu Projeto aprovado pelas duas Casas do Congresso não estava pensando em têrmos de negócio ou "transação comercial" — todos fazemos justiça a Sua Excelência, que pensara, isto sim, em contribuir para aliviar uma situação difícil para o Estado de Pernambuco — um dos menores da Federação, atentem Vossas Excelências para êsse fato — de área inferior a 100.000km2, 2/3 dos quais, no entanto, situados no Polígono das Sêcas — o olvidado e desservido sertão pernambucano periòdicamente assolado pela calamidade climática e seu trágico cotejo de misérias.

Dizia, porém, Senhor Presidente, que o Arquipélago de Fernando de Noronha é inapreciável. De fato, êle pode ser considerado como o nosso único "porta-aviões" — um gigantesco porta-aviões ancorado pela Providência Divina em pleno Oceano Atlântico para controlar e garantir o acesso aos céus e às terras do Brasil.

O Conselho de Segurança Nacional, o Estado Maior das Fôrças Armadas têm, certamente, planos bem urdidos no sentido da transformação do referido arquipélago na mais importante base aeronaval do Hemisfério Sul. Êste não é o momento para discutir a transcendental importância estratégica de Fernando de Noronha — vanguarda e ponta-de-lança da segurança nacional. Êsse papel fundamental do Arquipélago desmembrado de Pernambuco cresce dia a dia de importância e significação, em face da conjuntura

política e militar do mundo moderno, oscilando entre 2 ou 3 superpotências rivais.

Tão importante quanto a privilegiada posição estratégica de Fernando de Noronha — sua significação militar na defesa do País e contrôle das rotas marítimas do Atlântico Sul — é sua predestinação como futuro núcleo de industrialização da pesca. A impressionante abundância e variedade de peixes nas águas costeiras de Fernando de Noronha — a par de várias condições favoráveis de aproveitamento da riqueza marinha, marca a vocação industrial do longínquo Território no dia em que sua administração fôr orientada no sentido do aproveitamento dos recursos naturais. A pesca mais cedo do que se presume terá um grande desenvolvimento nessa região oceânica.

Não devem ser esquecidas as jazidas de fosfato e carbonato de cálcio, já estimadas em 1881 pelo Relatório do grande geólogo americano ORVILLE DERBY, em cêrca de um milhão de toneladas métricas. Os conhecedores da bibliografia sôbre essas ilhas oceânicas — desde os estudos geológicos de BRANNER em 1876 e as informações geográficas e econômicas de F. A. PEREIRA DA COSTA em 1887 aos estudos e pesquisas mais recentes — sabem perfeitamente que Fernando de Noronha é um patrimônio da maior significação para o País no momento em que fôr levada a efeito, ao invés de uma política de escolas correcionais e penitenciárias, uma outra política de investimentos geradores de riqueza e iniciativas concretas de desenvolvimento econômico.

No entanto, Senhor Presidente, era de se esperar que, com a criação do referido Território, êsses problemas fôssem atacados de frente, equacionados com exatidão e solucionados de maneira satisfatória; mas a realidade tem sido diversa. A experiência de funcionamento do Território, desde a sua criação até o momento presente, como uma simples guarnição na dependência da Região Militar sediada no Nordeste, vem demonstrando a necessidade de uma radical transformação no sistema vigente. Os Relatórios elaborados pelos seus Governadores, principalmente preparado pelo Major JOSÉ FRANCISCO COSTA sôbre as atividades de sua administração nos anos de 1952 e 1953, têm demonstrado a conveniência de uma nova atitude e da adoção de providências enérgicas, de vez que, a muitos respeitos, o Território tem regredido à míngua de recursos financeiros e assistência técnica.

(Art. 25. A organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios regular-se-ão por lei federal, observando o disposto no art. 124) — o Território de Fernando de Noronha continua sem uma organização administrativa adequada às suas exigências e peculiaridades. Apesar dos seus 14 anos de existência e muito embora sua criação haja antecedido a dos demais territórios do Amapá, Guaporé, Rio Branco e Rondônia, o Território de Fernando de Noronha continua com uma administração precária, inteiramente desatualizada, motivo pelo qual não foi possível até agora dar solução conveniente e objetiva aos sérios problemas locais, dentre os quais avultam o abastecimento d'água, os transportes marítimos e a ligação com o continente, a alimentação dos habitantes, a construção de cais de atra-

cação, reprêsas e obras públicas diversas. Sem essas providências urgentes ter-se-á sempre a utilização superada e obsoleta do Arquipélago como simples colonia penal.

Urge, portanto, estabelecer uma melhor articulação do Território de Fernando de Noronha com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e elevá-lo ao mesmo plano dos demais Territórios Federais, inclusive para os fins de, à semelhança dêstes, figurar no Orçamento Geral da União com dotações próprias.

Deve ser mantido o seu enquadramento no âmbito da jurisdição do Ministério da Guerra, em virtude das peculiaridades que o caracterizam, mas ao mesmo tempo, urge integrá-lo simultâneamente no sistema da administração territorial adotado pela União. A êste respeito pretendo apresentar um projeto de Lei destinado a reorganizar e aperfeiçoar a administração do Território, modernizar a legislação obsoleta que o rege e possibilitar a aplicação de investimentos reprodutivos em projetos de alta prioridade.

Cabe aplicar novos métodos de Govêrno e Administração em tôda a área do Arquipélago a fim de que o Território de Fernando de Noronha deixe de ser, como nos tempos coloniais, uma curiosidade geográfica vinculada ao determinismo de utilização exclusiva para fins de degrêdo, exílio ou prisão.

A reorganização administrativa de par com a realização de programas bem elaborados de obras e equipamentos transformarão dentro de pouco tempo a fisionomia das ilhas oceânicas. O Projeto de Lei a que me refiro prevê, também, a execução de um sistema multilateral de acôrdos e convênios entre o Território, o Govêrno do Estado de Pernambuco os Ministérios e órgãos diversos do Sistema administrativo da União, tendo em vista entre outros problemas essenciais:

— a organização de uma pequena frota pesqueira constituída de 4 barcos modernos para fornecimento de peixe aos mercados consumidores do Recife, Maceió, Rio e principais cidades necessitadas de abastecimentos;

— a organização e instalação de Laboratório Frigorífico, e demais serviços técnicos indispensáveis ao fomento e expansão da pesca e derivados industriais;

— pesquisas oceanográficas, tecnológicas e científicas;

— estudos e instalações pioneiras de aproveitamento da energia solar mediante Convênio especial com o Conselho Nacional de Pesquisas, as Escolas Politécnicas ou de Engenharia das Universidades do Recife e São Paulo;

— aproveitamento industrial das jazidas de fosfato do Território;

— exploração racional do turismo;

— organização e funcionamento de uma Sociedade de Economia Mista com o Estado de Pernambuco e outras entidades interessadas para orientar e fomentar o desenvolvimento planificado do Território, comércio, navegação e exploração dos seus recursos naturais;

— instalações, equipamentos mecanizados e aparelhamento material adequado à plena execução de um programa objetivo e progressista de desenvolvimento.

As obras, serviços, empreendimentos, iniciativas e projetos diversos integrantes da nova administração Territorial preconizada para Fernando de Noronha absorveriam recursos financeiros estimados em Cr$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) a serem incluídos no Anexo 4.15 do Orçamento Geral da União para 1957 — Ministério da Guerra — Despesa de Capital — Verba 3.0.00, Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamentos — Consig. 3.1.05 — Território Federal de Fernando de Noronha. Ficaria destarte o Território de Fernando de Noronha dispondo de um Orçamento de Inversões especiais várias vêzes superior ao reduzido e, na verdade, insignificante, orçamento atual de simples custeio de sua organização administrativa.

Diga-se de passagem, Senhor Presidente, que os investimentos necessários ao pleno aproveitamento das possibilidades e recursos naturais do Território são, na realidade, insignificantes quando comparados com as dotações orçamentárias consignadas aos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Rondônia e Acre — Territórios sob a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para os quais a Proposta Orçamentária recentemente encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo para o exercício de 1957 consignou Cr$ 718.973.000,00 (setecentos e dezoito milhões, novecentos e setenta e três mil cruzeiros) assim discriminados: Rio Branco: Cr$ 124.042.200,00; Rondônia: Cr$ 139.287.400,00; Amapá: Cr$ ..... 206.754.300,00; Acre: Cr$ 223.589.100,00.

Há ainda a considerar o fato sumamente importante de que os investimentos pleiteados para Fernando de Noronha foram orientados no sentido de proporcionar à Administração do Território amplas possibilidades de recuperação a curto prazo, tendo em vista o caráter autofinanciável da quase totalidade dos projetos selecionados. Vale a pena acentuar, além disso, as vantagens excepcionais decorrentes da experimentação de novas fórmulas e tipos de Administração Territorial mais dinâmica, mais eficiente e mais responsável.

Em conclusão, Senhor Presidente, sòmente na hipótese configurada pelo Projeto de Lei a que me referi — isto é, a transformação econômica, financeira e administrativa do Território de Fernando de Noronha no sentido de seu pleno desenvolvimento, mediante investimentos geradores de riquezas — é que poderia admitir a sobrevivência do Arquipélago como Território Federal, nos têrmos do citado Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942. Se, por motivo qualquer, não fôr possível levar a efeito essa radical transformação destinada a fazer do Território de Fernando de Noronha um poderoso centro de irradiação civilizadora e fator de progresso, uma nova fôrça a serviço do bem-estar geral e da prosperidade do País, melhor será que o Congresso Nacional promova a revogação pura e sumária do mencionado Decreto-lei anulando destarte os seus efeitos jurídicos e fazendo reverter à jurisdição e

domínio do Estado de Pernambuco os 20km2 do Arquipélago desmembrado de seu incontestável Patrimônio.

Quanto ao Veto do Poder Executivo, outra atitude não poderia ser esperada de minha parte, que não a de radical discordância. Sou, portanto pela sua integral rejeição. Sem pretender alongar-me quanto aos motivos determinados de minha posição contrária ao Veto, limito-me a transcrever um documento histórico para o qual chamo atenção dos nobres colegas, ilustres representantes do Povo. Documento que resume o meu ponto-de-vista sôbre a questão e que certamente é do conhecimento de Vossas Excelências. Refiro-me ao Decreto n.º 1.371, de 14 de fevereiro de 1891, baixado pelo Govêrno Provisório da República, a 11 de fevereiro do mesmo ano, e subscrito pelo Generalíssimo MANUEL DEODORO DA FONSECA, sendo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça o BARÃO DE LUCENA.

E' o seguinte o têxto do notável Documento:

"Decreto n.º 1.371, de 14 de fevereiro de 1891.

Declara que o Arquipélago de Fernando de Noronha continua a pertencer ao Estado de Pernambuco.

O generalíssimo MANUEL DEODORO DA FONSECA, Chefe do Govêrno Provisório, tendo ouvido o Ministério da Justiça e considerando:

que o arquipélago de Fernando de Noronha recebeu de Pernambuco os primeiros povoadores, nos primeiros anos do século XVII;

que o govêrno da capitania de Pernambuco por duas vêzes, em 1639 a 1654, expulsou os holandeses que se haviam apossado da principal das mesmas ilhas primitivamente denominadas São João por seu descobridor FERNANDO DE NORONHA;

que foi por iniciativa do governador e capitão general de Pernambuco CAETANO DE MELO E CASTRO e com auxílio da Câmara Municipal do Recife que a carta régia de 7 de setembro de 1696 tomou as primeiras providências para o povoamento e fortificação da ilha principal;

que a carta régia de 24 de setembro de 1700 determinou que a ilha de Fernando de Noronha ficaria pertencendo à capitania de Pernambuco;

que foi o governador dessa capitania HENRIQUE LUÍS PEREIRA FREIRE quem defendeu o mesmo arquipélago contra a invasão da companhia oriental francesa que se havia apoderado em 1736 de ilha de Fernando de Noronha, à qual dera o nome de Isle Delphine, sendo desalojados os franceses e construídos os fortes dos Remédios, Santo Antônio e Conceição, além de iniciados os trabalhos agrícolas pela expedição que o dito governador mandou em 1737 sob o comando do tenente-coronel JOÃO LOBO DE LACERDA;

que durante todo o regime colonial o arquipélago de Fernando de Noro- e econômico da ilha desde então designada — Presídio de Fernando de Noronha;

que durante todo o regime colonial o arquipélago de Fernando de Noronha continuou sujeito ao govêrno de Pernambuco;

que proclamada a independência do Brasil foi o presidente de Pernambuco quem nomeou o comandante do presídio e expediu as instruções de 5 de fevereiro de 1824 para a administração local;

que a única lei pátria que autorizou cumprimento de pena na ilha de Fernando de Noronha, a 3 de outubro de 1833, arts. 8.º e 9.º, designando-a para degrêdo dos fabricantes e introdutores de moeda falsa e falsificadores de notas, cautelas, cédulas e mais papéis fiduciários da nação ou de banco assim como os Decretos ns. 196, de 1.º de fevereiro, e n.º 802-A, de 4 de outubro de 1890, na parte em que mandam ali recolher além dos moedeiros falsos os contrabandistas, já estão implìcitamente revogados pelo art. 43 do novo Código Penal que não admitiu a pena de degrêdo e nas disposições do título VI, capítulos 1.º e 2.º e título VII do livro 2.º do mesmo Código que punem tais criminosos com a prisão celular;

que em virtude do art. 3.º, parágrafo único, n.º 2 da Lei n.º 3.792, de 20 de utubro de 1877, deixou de ser a ilha de Fernando de Noronha um presídio militar, reconhecendo o legislador a desnecessidade de continuar a prática aliás não autorizada por lei de mandar para ali os réus de crimes militares condenados a galés ou trabalhos forçados, visto não prosseguirem as obras de fortificações em que dantes eram empregados, já está revogado o Decreto n.º 3.412, de 11 de fevereiro de 1865;

que abolidas as penas de galés e degrêdo, e não havendo lei alguma vigente que designe Fernando de Noronha para cumprimento de penas, cessaram os motivos pelos quais em 1877 foi pôsto êsse estabelecimento sob a administração do Ministério da Justiça não podendo prevalecer os decretos do Poder Executivo que, por conveniências transitórias, autorizam a transferência para aquêle presídio de outras classes de criminosos mencionados nos Decretos ns. 2.735, de 5 março de 1859, e 9.356, de 10 de janeiro de 1895 em vários avisos e ordens provisórias;

que, com o sistema federativo e pôsto em execução o Código Penal, nenhum Estado ou o Distrito Federal pode ter o direito ou obrigação de condenar os criminosos a degrêdo em territórios de outros Estados, só ao Congresso competindo designar uma certa parte do território para estabelecimento da União;

que o arquipélago de Fernando de Noronha pertence a Pernambuco, desde 1700, e sempre estêve sob a jurisdição das autoridades do Recife;

que o Decreto n.º 854, de 13 de outubro de 1890, cuja Exposição de Motivos, na parte em que afirma ser o arquipélago pertencente à União Brasileira, só significa que êle constitui território do Brasil, como o de todos os Estados, não estando discriminado por lei qualquer fração territorial que deva pertencer à União, e na parte que sugeria a conveniência de ficar o arquipélago sujeito a autoridade e justiça federal se fundava na legislação, atualmente revogada, que impunha pena de degrêdo para a ilha de Fernando de Noronha, deve ser entendido e executado, de acôrdo com o disposto no art. 224 do Decreto número 1.030, de 14 de novembro de 1890, que de-

clarou pertencer a justiça ali constituída ao Estado de Pernambuco, reconhecendo assim, o seu direito e jurisdição no território do arquipélago:

Decreta:

Art. 1.º O território do arquipélago de Fernando de Noronha continua a pertencer ao Estado de Pernambuco.

Art. 2.º As atribuições conferidas ao Ministério da Justiça, em relação ao mesmo arquipélago, passarão a ser exercidas pelo Governador do Estado de Pernambuco, desde que êste se organizar e enquanto de outra forma não determinar o seu poder legislativo, guardas as disposições da Constituição Federal e leis do Congresso Nacional.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Govêrno Provisório, 11 de fevereiro de 1891. 3.º da República — MANUEL DEODORO DA FONSECA — BARÃO DE LUCENA.

Não quero entretanto, deixar passar a oportunidade de chamar a atenção do Congresso Nacional e do Govêrno da República para a necessidade imperiosa e inadiável de se possibilitar o desenvolvimento econômico do arquipélago de Fernando de Noronha que lhe permite oferecer contribuição apreciável para a prosperidade do Brasil.

Deputado Federal PONTES VIEIRA.

OPERAÇÃO ARQUIPÉLAGO

Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado do Território de Fernando de Noronha.

ARAÚJO CAVALCANTI

O Projeto de Lei n.º 1.527-56, apresentado pelo Deputado PONTES VIEIRA, estabelece novos rumos e medidas concretas para o aproveitamento das possibilidades econômicas do Território de Fernando de Noronha. E' a "Operação Arquipélago" projeto destinado a larga repercussão em virtude da originalidade, amplitude de proporção e do senso prático que o caracteriza. Assim é que, as providências sugeridas pelo conhecido Parlamentar da Bancada de Pernambuco compreendem, entre outros aspectos igualmente importantes, medidas concretas sôbre a reorganização administrativa do Território; o estabelecimento de um Plano de Obras, Empreendimentos e Serviços — cujas metas preferenciais deverão absorver em sua primenra fase Cr$ .... 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros); — um sistema de acôrdos e convênios multilaterais destinados a promover e acelerar o desenvolvimento planificado do Território; medidas preliminares relativas à construção da Base Aéronaval de Fernando de Noronha, além de diversas outras iniciativas integrantes de um conjunto de Atos Complementares. Merecem destaque os dispositivos especiais referentes à exploração industrial da pesca oceânica; aquisição da frota pesqueira do Território; frigorífico e instalações industriais

(*) Transcrito do "Diário do Congresso Nacional (Seção I) de 26 de julho de 1956.

exigidas pela pesca de alto mar; exploração das jazidas de fosfato da Ilha Rata; construção da barragem do Xaréu, dos Açudes Atalaia e Caieira; cinco poços tubulares para alimentação do gado, reflorestamento, "cinturão verde" e irrigação das lavouras locais; construção de um Hotel de Turismo; investigações oceanográficas e todo um conjunto de pesquisas científicas e tecnológicas.

Uma Sociedade de Economia Mista coordenará e executará os projetos autofinonciáveis de pesca, fosfato, navegação, comércio e turismo.

Uma das características principais do Projeto de Lei 1.627, que o Deputado PONTES VIEIRA denominou "Operação Arquipélago" é o sentido autofinanciável da maioria das iniciativas, providências, obras, empreendimentos e serviços que a integram. Efetivamente, a "Operação Arquipélago" é constituída de um agregado de investimentos bem selecionados, diretamente vinculados a projetos geradores de riqueza. Mobilizando recursos financeiros governamentais e privados, e assistência técnica para aplicação concentrada, no quadro de um planejamento rigorosamente objetivo, a "Operação Arquipélago" é de natureza essencialmente reprodutiva. Ela representa, na verdade, o marco inicial das grandes reformas que se fazem mister na administração dos Territórios Federais da União, os quais, — com a única e notável exceção do Amapá, — ao invés de produzirem receita para o Erário Federal têm constituído, até agora, um alarmante sorvedouro de verbas orçamentárias. Basta acentuar que a Proposta Orçamentária da União para 1957, já em discussão no Congresso Nacional, consignou para os quatro Territórios sob jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá) — Cr$ 718.973.000,00 (setecentos e dezcito milhões, novecentos e setenta e três mil cruzeiros).

O fato é que de 1943 até a presente data (26-7-56), as despesas efetuadas pela União com os novos Territórios Federais — inclusive os Territórios extintos de Iguaçu e Ponta Porã — atingem importância superior a 2,5 bilhões de cruzeiros (Dois e meio bilhões, note-se bem, sem a inclusão, nesse total, das despesas do velho e estagnado Território do Acre).

Neste sentido a Operação Arquipélago representa uma transformação radical e atuará como verdadeiro impacto sôbre a Administração dos Territórios Federais, indicando-lhes a conveniência da implantação de novos métodos de govêrno. Principalmente no tocante à seleção dos investimentos, aplicação concentrada de recursos em projetos geradores de riqueza, colaboração com as emprêsas privadas e aperfeiçoamento da administração territorial. Porque nada impede que os Territórios Federais, ao contrário do que ocorre no momento, passem a constituir um sistema nacional de empreendimentos autofinanciáveis. A "Operação Arquipélago" é um excelente modêlo a ser examinado pelos demais Territórios de vez que foi concebida com um sentido de empreendimento industrial e de reação contra os obstáculos da burocracia: — ela preenche tôdas as condições para servir como ponto de partida à difícil e inadiável tarefa de reorganização administrativa e desenvolvimento planificado dos Territórios Federais.

Por outro lado, o deputado pernambucano teve a feliz inspiração de enquadrar o seu Projeto de Lei no Sistema Geral das Projeções Regionais e Locais da Operação Município — conjunto de medidas legislativas e iniciativas bem coordenadas em função dos imperativos da descentralização administrativa e da aplicação sincronizada de investimentos rigorosamente bem selecionados. (Projeto de Lei n.º 4.614-54, do Senador JARBAS MARANHÃO).

Uma das maiores vantagens decorrentes do enquadramento no Sistema da Operação Município consiste na participação de iniciativa particular e dos capitais privados. E' de acentuar-se o sentido renovador e progressista da Operação Arquipélago fixando novos rumos para o discutido e original Território de Fernando de Noronha, o qual, não obstante a sua reduzida área geográfica, representa um ponto estratégico de fundamental importância para a Federação brasileira, sem falar nas suas possibilidades quanto à pesca, turismo e local de valor inapreciável para investigações científicas de tôda a ordem, notadamente pesquisas relativas à oceanografia em geral; flora, fauna e correntes marinhas; regime de ventos; instalações pioneiras, experimentação e ensaios de aproveitamento da energia solar, marítima, e eólia; e assim por diante.

A "Operação Arquipélago" é uma demonstração insofismável de que nunca o Govêrno efetuou transação melhor e mais vantajosa do que a incorporação das referidas ilhas oceânicas ao Patrimônio da União. Foi o melhor "negócio" jamais efetuado pelo Govêrno Federal anexando ao seu domínio um patrimônio realmente inapreciável em função de suas múltiplas potencialidades. — ARAÚJO CAVALCANTI, Secretário Geral da Associação Brasileira de Municípios e do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. Ex-Membro do Conselho Nacional de Pesquisas. Ex-Diretor do D.A.S.P. (Divisão de Orçamento e Serviços de Documentação).

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

DOCUMENTO Nº .2

OPÉRATION ARCHIPEL

PROJETO DE LEI N.º 1.627-56

(*Ce Projet réorganise l'Administration du Territoire Féderal de Fernando de Noronha, fixe les Bases et les Lignes les principales de son Programme de Développement et envisage diverses autres mesures*).

Député Fédéral PONTES VIEIRA.

Sommaire

I — Discours de présentation.

(Député Fédéral PONTES VIEIRA).

II — Projet de Loi n. 1.627-56.

III — Annexe — "Réorganisation Administrative et Programme de Développement du Territoire de Fernando de Noronha".

(ARAÚJO CAVALCANTI)

OPÉRATION ARCHIPEL

PROJETO DE LEI N.º 1.627-56

Discours de présentation de l'"Opération Archipel"

Député Fédéral PONTES VIEIRA).

Monsieur le Présidente, Messieurs les Députés.

Il m'incombe la tâche de présenter au Congrès National un Projet de Loi qui réglemente la réorganisation administrative du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha, fixe les bases et les lignes principales de son Programme de Développement et envisage diverses autres mesures. (Opération Archipel).

Je m' acquitte ainsi de l' engagement pris, à l' occasion des débats mémorables enganés dans cette Chambre le 19 Juin 1956 (au sujet du Veto présidentiel relatif à une indemnisation de l'Etat de Pernambuco, indemnisation de 50.000.000,00 de Cruzeiros pour l'amputation de son territoire, subie par suite de la création du Territoire de Fernando de Noronha aux termes du Décret Loi n.º 4.102 du 9 Février 1942.

Il ne me semble pas nécessaire de m' étendre sur les raisons d'être du Projet de Loi que j'ai l'honneur de soumettre à l'examen, au jugement et à l'approbation des Comissions Tecniques et au Conseil Plénier de cette Chambre.

Le Parlement brésilien est déjà parfaitement au courant des problèmes résultant de la mutilation de mon Etat qui, lu reste, n'a jamais prétendu tirer profit de cette amputation effetuée au cours de l'année 1942, au nom des intérêts supérieurs de la défense nationale.

L'indemnisation de 50.000.000,00 de Crs (Cinquante millions de cruzeiros) ne traduit absolument pas la valeur de tout ce que représente l'Archipel de Fernando de Noronha.

Pernambuco rejette cette interprétation mesquine, basse, et fausse; seuls, ceux qui ne connaissent pas l'histoire, la géographie, l'importance économique et stratégique de ces îles océaniques lointaines, peuvent considérer cette indemnisation comme une "recette", um "paiement" ou le "prix" de la mutilation territoriale subie par mon Etat.

Dans mon discours du 19 juin j'ai eu l'occasion de mettre l'accent sur le fait que le Territoire Fédéral de Fernando de Noronha est l'unique "porte-avions" dont le Brésil dispose: — "un gigantesque porte-avions, ancré par la Providence Divine en plein Océan Atlantique, pour contrôler et garantir l'accés du ciel et des terres du Brésil". Sous cet aspect, Fernando de Noronha est l'Ille de Malte brésilienne, notre Gibraltar, l'Heliagoland nationale, et comme teile cette île nespas de prix, sa valeeur ne peut étre exprimée en termes monétaires.

C'est par excellence, le poste avancé de notre défense, la clé stratégique de la sécurité du Brésil et de l'Hémisphère Sud.

Je m'abstiens également, d'exposer en détail toute la valeur économique de l'Archipel comme base d'une industrie de la pêche et du tourisme pouvant prendre de grandes proportions. Que nos géographes, nos économistes, nos techniciens de l'administration, nos officiers supérieus des Forces Armées fassent des recherches et débattent cet aspect du problême.

En ce qui me concerne, Monsieur le Président et Messieur les Députes, je dois seulement poser le problème de l'utilisation des ressources de ce magnifique Archipel et proposer des solutions concrètes. Son étendue territoriale déduite peut, en effet, induire en erreur des observateurs superficiels et pressés, et les conduire a des conclusions erronées quant à sa valeur effective et à ses authentiques possibilités.

Avec *l'Opération Archipel*, Monsieur le Président et Messieurs les Députés, Pernambuco réafirme solennellement devant la Nation, ses intentions sincères et profondes de collaboration avec le Gouvernement Féderal, ainsi que sa traditionnele attitude de coopération avec les Pouvoirs Constitués de la République dans le but de provoquer et d'accélérer le développement économique et social de tout le Pays.

L'Opération Archipel démontre que Pernambuco reste vigilant pour la défense des intérêts supérieurs de la Patrie commune, et que, en même temps il contribue par des idées neuves des suggestions objectives et empreintes de progrès à la prospérité et au bien être général du Peuple brêsilien.

Sur le Projet de Loi que j'ai l'honneur de présenter (*Opération Archpel*) j'ai sollicité l'avis des autorités, des chercheurs e des techniciens en général. En temps opportun, je donnerai connaissance à la Chambre des opinions des études et contributions diverses que je reçois déjà des géographes, économistes et de techniciens. Ces travaux viennent confirmer la sagesse, l'aspect pratique, l'esprit novateur et l'opportunité de l'ensemble d'initiatives, de mesures, d'oeuvres d'entreprises et de services que j'ai appelé *Opération Archipel*, et pour la publication duquel j'ai solicité de Votre Excellence, Monsieur le Président, la bienveillante attention. — Député PONTES VIEIRA.

OPÉRATION ARCHIPEL

PROJET DE LOI N.º 1.627-56

Texte du Projet de Loi Présenté à la Chambre Fédérale par le Député PONTES VIEIRA.

Buts de l'Opération Archipel.

1 — Réorganisation Administrative. Administration Modèle.
2 — Planification Objective. Projets à base d'autofinancement sur la Navigation, la Pêche et le Tourisme.

L'Operation Archipel a été publié au Journal du Congrès National du 26-VII-56, et republée postèrieurement por la Section Brésiliene de l'Institut International des Sciences Administratives.

3 — Ensemble des Oeuvres, Entreprises et Services.

4 — Commission de Développement Société D'Economie Mixte, Plan Directeur de Fernando de Noronha.

5 — Système des Actes Complémentaires Accords et Conventions Multilatéraux.

6 — Commandos de Productivité.

7 — Ressources Budgétaires. Devises.

8 — Base Aéro-Navale.

9 — Recherches Scientifiques et Technologiques.

OPÉRATION ARCHIPEL

PROJET DE LOI N.° 1.627-56

(Réorganise l'Administration du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha, fixe les bases et les lignes principales de son Programme de Développement et ennisage diverses autres mesures).

Le Congrès National Décrète:

Art. 1.° Est créé et organisée l'"Opération Archipel", destinée à provoquer et à accélérer le développement du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha.

§ unique L'opération Archipel comprend: I — l'Organisation Administrative du Territoire; II — le Plan des Oeuvres, des Entreprises et des Services; III — le Système des Actes Complémentaires.

ORGANISATION ADMINISTRATIVE

Art. 2.° L'Organisation Administrative du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha est la suivante.

I — Gouverneur.

II — Secrétariat Général.

III — Commission de Développement.

Art. 3.° Le Gouverneur, nommé par le Président de la Republique, assume les fonctions qui lui sont attribuées par le Gouvernement Fédéral, notamment:

a) accomplir tous les actes du Territoire, à sa représentation, à la garde de la Constitution et des Lois.

b) orienter, dirigir et contrôler l'Administration du Territoire, expédiant dans ce but décrets, règlements et instructions.

§ unique Le Gouverneur prendra possession de ses pouvoirs devant le Ministre de la Guerre et sera assisté par un Secrétaire Général, nommé par le Président de la République, et qui le remplacera en cas d'empêchement.

SECRETARIAT GENERAL

Art. 4.º Le Secrétariat Général est chargé d'assistir le Gouverneur du Territoire dans la planification, le contrôle et la coordination des activités gouvernementales et administratives.

§ unique Sont des attributions specifiques du Secrétariat Général:

a) l'assistance au Gouverneur relatives aux questions touchant aux activités de l'Administration Territoriale, activités s'exerçant par l'intermédiaire de la Commission de Développement et des Secteurs qui en font partie;

b) la préparation des Actes nécessités par les initiatives et les décisions du Gouverneur;

c) l'appréciation des questions de nature juridique, économique, financière et administrative;

d) la divulgation des Actes et des informations qui intéressent le Territoire;

e) les relations avec les autorités civiles et militaires;

f) la sécurité et la représentation du Gouverneur du Territoire.

Art. 5.º Le Secrétariat Général comprend:

a) un Service d'Administration;

b) une "Agence Modèle" de Géographie et Statistique;

c) un Service de Sécurité.

Art. 6.º Sont des attributions du Service d'Administration: — l'orientation, l'exécution, le contrôle et la coordination de toutes les activités de l'administration générale du Gouvernement du Territoire en ce qui concerne le personnel, le budget, le matériel; la comptabilité, la trésorerie, les communications publiques.

Art. 7.º Une "Agence Modèle" de Géographie et de Statistique fonctionera sur le Territoire de Fernando de Noronha, après accord avec l'I.B.G.E.; elle sera chargée de procéder à la recherche, à la critique, à la sélection, à l'élaboration, à l'analyse et à la divulgation des données satistique et géographiques présentant un intérêt pour l'Archipel.

Art. 8.º Le Service de Sécurité constitué par la Garde Territoriale a pour but de maintenir l'ordre et la tranquilité publics et de participer à l'exécution du Plan des Oeuvres, des Services et des Entreprises de l'Administration Territoriale.

§ unique Le Gouverneur du Territoire réglementera, par un Décret soumis préalablement au Ministre d'Etat de la Guerre, l'organisation de la Garde Territoriale, lui donnant, par l'intermédiaire de sections ou de groupes de travail, le caractère de corporation civile.

PLAN DES OEUVRES, ENTREPRISES ET SERVICES

Art. 9.º Afin d'obtenir la pleine réalisation des objetifs généraux et spéciaux de l'Opération Archipel, la Commission de Développement devra provoquer l'élaboration et l'exécution du Plan Quinquennal des Oeuvres, des entreprises et des Services du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha.

§ unique Le Plan cité selectionnera les projets et fixera les différentes quantités à obtenir (nombre de kilowats, de tonnes. de mètres cubes, de kilomètres, etc. . . .) ainsi que l'ordre de priorité; il fixera également les délais et établira la localisation adéquate de chacune des oeuvres et entreprises, de chacum des services qui font partie de l'Opération Archipel.

COMMISSION DE DÉVELOPPEMENT

Art. 10 La Commission de Développement du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha est chargée des études, de la planification technique et de l'exécution des initiatives, des mesures, des oeuvres, des entreprises et des services ayant pour but le dévelloppement progressif de l'Archipel, l'utilisation de ses ressources naturelles, l'amélioration des conditions de vie de ses habitants et la sécurité nationale.

Art. II — La structure de la Commission de Développement est la suivante:

a) S. 1 — Secteur des Recherches et des Relevés.
b) S. 2 — Secteur des Transports et des Communications.
c) S. 3 — Secteur de l'Energie.
d) S. 4 — Secteur de la Production.
e) S. 5 — Secteur de l'Industrialisation Societé d'économie mixte avec participation du Gouvernement Fédéral, du Gouvernment de l'Etat de Pernambuco et des Entreprises Privées, pour l'exploitation industrielle de la pêche et l'utilisation des ressources naturelles du Territoire).
f) S. 6 — Secteur du Tourisme.
g) S. 7 — Plan Directeur de Fernando de Noronha (Concentration démographique dans la Capitale du Territoire, Urbanisme, Aduction d'éau Réseau des égouts sanitaires, reboisement, "Ceinture Verte", Santé, Education et Assistance Sociale).

Art. 12 En plus des Secteurs cités dans l'article précédent, le Gouverneur du Territoire pourra instituer, par Décret préalablement approuvé par le Ministre d'Etat de la Guerre, d'autres organismes ou Services Industriels, présentant un intérêt pour l'Archipel et pour le Pays, et dont l'exploitation ne peut, au moment utile être confiée à des entreprises privées.

Art. 13 Le Secteur des Recherches et Relevés (S.I) est chargé d'organiser les investigations et les études indispensables à une connaissence complète de l'Archipel sous ses multiples aspects, en ayant en vue l'utilisation des ressources naturelles et le développement planifié du Territoire.

§ unique Le Gouvernement du Territoire devra provoquer la signature de Conventions spéciales avec les Univesités de Récife et de São Paulo, Le Conseil National des Recherches, l'Institut National de Technologie, les Départements Minérale et Animale du Ministère de l'Agriculture et avec d'autres organes techniques ou institutions scientifiques, dan le but d'organiser une Mission Scientifique de chercheurs et de savants destinée à l'investigation d'ensemble des conditions géophysiques, hydrologiques, météorologiques, ecologiques, océanographiques, ainsi que des autres aspects de l'Archipel.

Art. 14 *Les Relevés et les Recherches scientifiques et technologiques* effectués par les groupes de chercheurs de la Mission Scintifique devront être orientés vers une utilisation rationnelle des ressources naturelles de l'Archipel et des contrées voisines.

§ 1.º Dans la première phase de ce programme de recherche les investigations océanographiques et l'exploitation industrielle de la pêche océanique auront priorité.

§ 2.º La Mission Scientifique organisera, en outre, des études préliminaires et indiquera les mesures destinées aux recherches technologiques et scientifique, aux expériences et installations pilotes d'utilisation de l'énergie solaire.

Art. 15 Le Secteur des Transports et des Communications (S. 2) est chargé de planifier, d'organiser et de maintenir en parfaites conditions de fonctionnement les services de transports et de communications du Territoire.

Art. 16 Le Secteur de l'Energie (S. 3) est chargé de planifer, d'exécuter et de maintenir en parfaites conditions de fonctionnement les installations et les équipements destinés à la production et à la distribution de l'énergie électrique dans l'Archipel.

Art. 17 Le Secteur de la Production (S4) est chargé de planifier et d'organiser l'utilisation des ressources naturelles de l'Archipel dans le but d'assurer sa défense, son exploitation et son développement; d'encourager et d'orienter les activités productives au moyen de l'aide technique et matérielle aux initiatives privées; d'assurer l'approvisionnement local et l'exportation des excédents produits — animaux, végétaux ou mineraux — vers les marchés de consommation du Continent.

Art. 18 Le Secteur de l'Industrialisation (S. 5) est chargé de planifier, d'organiser et de maintenir en parfait fonctionnement une Societé déEconomie Mixte destinée à exploiter toutes les possibilités économiques du Territoire et à simuler son développement.

§ unique Le Gouvernement du Territoire réglementera, par Décret préalablement soumis au Ministre d'etat de la Guerre, l'organisation de cette Societé et ses fonctions principales en ce qui concerne la navigation et l'exploitation industrielle de la pêche.

Art. 19 Le Secteur du Tourisme (S. 6) est chargé de planifier, de construire et de maintenir en parfait fonctionnemente un Hôtel moderne de Tourisme destiné à exploiter les possibilités du Territoire à cet égard.

Art. 20 Les projets élaborés par la Comission de Développement et faisant partie du Plan des Oeuvres, des Entreprises et des Services, devront être à base d'autofinancement par suite des conditions favorables présentées par l'Archipel, principalement ceux qui concernent l'exploitation industrielle de la pêche en haut mer, les pisements de phosphate de l'île Rata et le Tourisme.

Ar. 21 Le Plan Directeur de Fernando de Noronha (S. 7) constitue un ensemble d'améliorations à atteindre progressivement à l'aide d'une utilisation efficace des ressources financières et de l'assistance technique.

§ unique Les oeuvres, les entreprises et les services de première urgence et de grande priorité du Plan Directeur de Fernando de Noronha devront obéir aux plus modernes techniques de l'urbanisme, afin que la Capitale du Territoire, constituée par la concentration des groupes démographiques qui l'environnent, puisse représenter, pour se part, un motif d'attraction touristique et de bien être.

Art. 22 Le Ministère de la Justice et des Affaires Intérieures prendra des mesures immédiates relativement à la promotion de la "Vila dos Remédios" au rang de Municipe siège de la Capitale du Territoire de Fernando de Noronha.

§ unique L'actuelle "Vila dos Remédios" est appelée "Généralissimo Deodoro" en hommage au Chefe du Gouvernement Provisoire de la République, Manoel Deodoro da Fonseca, conformément au Décret n.º 1.271 du 14 Février 1891.

Art. 23 La structure interne, la compétence et la réglementation des Secteur, des Organes ou des Services auxquels se refèrent les articles 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19 et 21 de la présente Loi, seront fixées par le Gouverneur du Territoire, por Décret préalablement soumis au Ministère de la Guerre.

SYSTÈME DES ACTES COMPLEMENTAIRES

Art. 24 Est institué le Système des Actes Complémentaires (item III, § unique de l'art. 1.º) destiné à renforcer et accélérer la réalisation des programmes. des projets, des oeuvres, des entreprises et des services qui font partie du Programme Développement de l'Archipel.

Art. 25 Le Système des Actes Complementaires comprend principalament:

I — Un ensemble de Conventions et d'Accords Multilatéraux;

II — Un Commando de Productivité.

Art. 26 Au cours de l'élaboration des Conventions et des Accords Multilatéraux cités réalisés avec les Ministères, le Gouvernement de l'Etat de Pernambuco, les Autarchies, le Conseil National des Recherches, les Universités de Récife et de São Paulo, la Banque Nationale de Développement Economique, la Banque du Brésil, la Caisse de Crédit de la Pêche, la Caisse Economique Fédérale et les autres Institutions gouvernamentales ainsi que les Banques et les entreprises privées idoines, la Commission de Développement du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha devra de la planification en ayant en vue la détermination de critères de priorité, la discrimination des buts préférentiels, la fixation des délais et la localisations adéquate.

§ 1.º Sont inclus dans les objectifs préférentiels de l'Operation Archipel: l'élaboration des Conventions et des Accords relatifs à la construction du Barrage du Varéu, de deux (2) écluses et de cinq (5) puits tubulaires pour l'alimentation du bétail et l'irrigation des cultures, d'un Frigorifique et des Instalations Industrielles destinées à la pêche océanique, l'exploitation des phosphates du Territoire, la construction d'un Hôtel de Touris-

me, les investigations océaniques et le début des oeuvres de la Base Aéro-Navale de Fernando de Noronha.

§ 2.º Les Accords et Conventions fixeront, en termes numériques, les délais, les ressources ainsi que les mesures opportunes destinées à chaque entreprise.

COMMANDO DE PRODUCTIVITÉ

Art. 27 Le Commando de Productivité institué par le Systéme des Actes Complémentaires a pour but de suivre et de contrôler l'exécution du Plan Quinquennal des Oeuvres des Entreprise et des Services du Territoire et le fonctionnement de l'Administration Territoriale.

§ unique En plus des autres objectifs qui pourront lui être attribués, le Commando le Productivité devra implanter des techniques et des méthodes de travail visant à élever les coefficients d'économie et d'efficacite, à dénoncer les irrégularités, les omissions, les retards dans l'exécution du Plan et provoquer la punition des responsables.

Art. 28. Le Système des Actes Complémentaires embrassera les propositions, les mesures législatives ou autres et d'une façon générale toutes les iniciatives destinées a la pleine exécution de l'Opération Archipel et à un rendement satisfaisant de l'Administration Territoriale.

RESSOURCES BUDGÉTAIRES — DIVISES

Art. 29 Le Budget Général de l'Union consignera annuellement, des dotations budgétaires specifiques pour les frais et le financement des investissements faisant partie du Programme de Développement du Territoire, indépendamment des dotations budgétaires normales pour les dépenses de l'Administration Territoriale.

Art. 30 Les budgets des changes de l'Union consigneront, obligatoirement, durant trois (3) années consecutives, une quantié spécifique d'un montant jamais inférieur à 0,5% des disponibilités existant pour ler importations effectuées par le Territoire dans l'intérêt de la défense nationale. (Base Aéro-Navale de Fernando de Noronha).

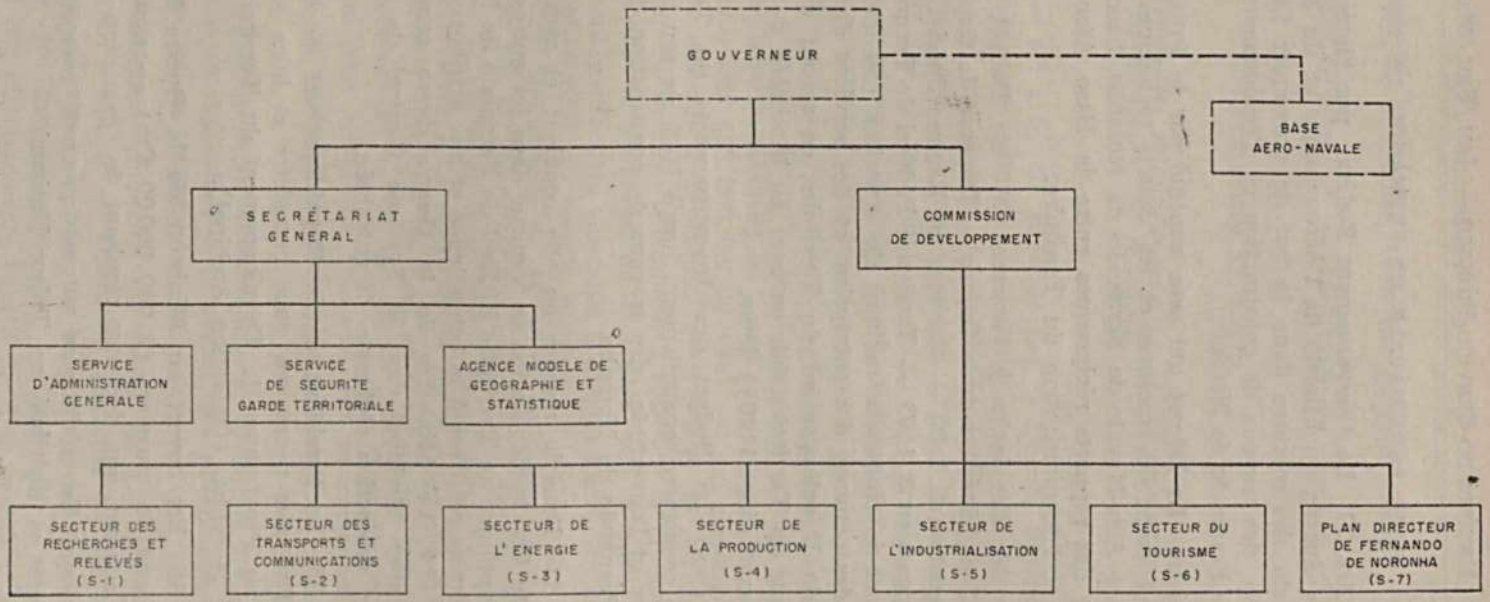
§ 1.º Auront priorité les importations relatives aux machines, aux moteurs, aux appareils, aux ensembles mécaniques, aux équipements scientifiques, et aux fournitures diverses, spécialement celles destinés à la construction, aux installations életriques, à l'exploitation industrielle de la pêche, au développement de l'agriculture et de l'élevage, aux embarcations et au matériel flottant, aux investigations océanographiques, aux recherches scientifiques et technologiques.

§ 2.º La quote-parte de Réserve de Chang indiquée dans l'article précédent, ne pourra sous aucun prétexte être détournée vers d'autres fins, étant destinée exclusivament au territoire qui, dans les cas prévus dans cet article, adressera ses demandes à l'organe compétent de la Banque du Brésil par l'intermédiaire du Ministre de la Guerre.

OPERATION ARCHIPEL

(*) - PROJET DE LOI Nº 1.627/56

ORGANISATION ADMINISTRATIVE DEVELOPPEMENT PLANIFIÉ DU TERRITOIRE DE FERNANDO DE NORONHA



(*) PROJETO DE LOI Nº 1.627/56 - RÉORGANISE L'ADMINISTRATION DU TERRITOIRIE FÉDÉRAL DE FERNANDO DE NORONHA, FIXE LES BASES ET LES LIGNES PRINCIPALES DE SON PROGRAMME DE DÉVELOPPEMENT ET ENVISAGE DIVERSES AUTRES MESURES.

BASE AÉRO-NAVALE DE FERNANDO DE NORONHA

Art. 31 Le Gouvernement Fédéral, por l'intermediaire du Ministère de la Guerre, du Ministè de l'Aéronautique et du Ministère de la Marine ,prenda des mesures dans le but de provoquer l'étude immédiate et l' ouverture des travaux de construction et d'équipemente de la Base Aéro-Navale de Fernando de Noronha.

§ unique Le Décret qui sera expédié par le Présidente de la République établissant des mesures et les détails techniques de la construction de La Base Aéro-Navale de Fernando de Noronha, fixera le régime des relations et des rapports réciproques entre la Base Aéro-Navale dont il est question et l'Administration du Territoire.

Art. 32 Est inclus à l'annexe 4.15 du Budget Général de l'Union pour 1957 — Ministère de la Guerre — Dépense de Capital — Note 3.4.00 — Consignation 2.1.00 — Services en Régime Spécial de Financement — Sous-consignation 3.1.05 — Territoire Fédéral de Fernando de Noronha — la dotation de cinquante millions de cruzeiros (50.000.000,00 Crs) pour de coût des oeuvres, des entreprises et des services divers relatifs ao Programme de Développement du Territoire, en accord avec le plan que le Gouverneur du Territoire doit envoyer au Ministère de la Guerre dans un délai de cent vingt 1120)) jours.

§ unique Le Budget des Investissements du Territoire (Opération Archipel) consignera, annuellement, jusq'à 50% de son total pour les études les projets et l'ouvertude des travaux de construction de la Base Aéro-Navale de Fernando de Noronha.

Art. 33 Dans la mesure ou elle convient et sans porter préjudice à la présente Loi, la Législation en vigueur dans les autres Etats Fédéraux de l'Union s'applique au Territoire Fédéral de Fernando de Noronha, notamment les dispositions relatives à la compétence et aux attributions des Gouverneurs.

Art. 34 Le Ministère de la Guerre devra proposer l'encadrement de l'Opération Archipel dans le Système Général de l'Opération Municipe comme projection régionale décentralisée.

Art. 35 Le Président de la République est autorisé à expédier les Decrets Exécutifs nécesaires pour compléter et faire exécuter les mesures relatives au Programme de Développement du Territoire Fédéral de Fernando de Noronha. (Opération Archipel).

Art. 36 Est ouvert au Ministère de la Guerre le crédit spécial de deux millions de cruzeiros (2.000.000,00 Crs) — pour être affecté, dans l'éxercise courant, aux dépenses résultant de l'éxecution de la présente Loi.

§ unique Ce crédit sera automatiquement enregistré par le Tribunal des Comptes et distribué ao Trésor National.

Art. 37 Cette Loi entrera en viguer la datte de sa publication, toutes dispositions contraires étant abrogées.

Salle des Sessions, le 26 Juillet, 1956. — Député PONTES VIEIRA.

(Journal du Congrès National — 26-7-1956 — pages 6.120-6.123).

OPÉRATION ARCHIPEL

Reorganisation Administrative el Développement Planifie du Territoire de Fernando de Noronha.

ARAUJO CAVALCANTI

Le projet de Loi n.° 1.627-56 présenté par le Député PONTES VIEIRA ouvre des perspectives nouvelles et propose des mesures concretes pour l'utilisation du potentiel économique du Territoire de Fernando de Noronha. C'est l'Opération Archipel, projet destiné à une large répercussion du fait de son originalité, de son ampleur, et du sens pratique qui le caractérise. En effet, les mesures sugérées par la Parlamentaire de Pernambuco bien connu comprennent, parmi d'autres aspects également importants, des mesures concrètes sur la réorganisation administrative du Territoire; l'établissement d'un plan des Oeuvres des Entreprises et des Services — dont les buts préférentiels absorberont au cours de la première phase cinquante millions de cruzeiros (50.000.000,00 Crs) —; un système de conventions et d'accords destinés à provoquer et accélerer le développement planifié du Territoire; les mesures préliminaires relatives à la construction de la Base Aéro-Navale de Fernando de Noronha, sans compter diverses autres initiatives faisant partie d'un eusemble e d'Actes Complémentaires. Il faut détacher particulièrement un certain nombre de dispositions spéciales relatives à l'exploitation industrielle de la pêche océanique, à l'acquisition d'unne flotte de pêche par le Territoire, aux installations industrielles et frigorifiques exigées par la pêche en haut mer, à l'exploitation des gisements de phosphates de l'Ile Rata à la construction du barrage du Xaréu, des Ecluses Atalaia et Caieira ainsi que de cinq puits tubulaires pour l'alimentation du bétail, le reboisement, la "ceiture verte" et l'irrigation des cultures locales, à l'édification d'un Hôtel du Tourisme aux investigations océanographiques et à tout un ensemble de recherches scientifiques et technologiques.

Une Société d'Economie Mixte coordonnera et exécutera les projets à base d'autofinancement se rapportant à la pêche, aux phosphates, à la navigation, au commerce et au tourisme.

Une des caractéristiques principales du Projet de Loi 1.627, que le Député PONTES VIEIRA a appelé — Opération Archipel — est le principe d'autofinancement qui est à la base de la plupart des initiatives, des mesures des oeuvres. des entreprises et des services qui en font partie. L'Operation Archipel est, effectivemente constituée d'un groupe d'investissements sélectionnés soigneusement et rattchés directement à des projets créateurs de richesse. Mobilisant des ressources financières gouvernemen-

tales et privées, ainsi que l'assistancec technique pour leur utilisation efficace suivant un plan rigoreux et objectif l'Opération Archipel et de par sa nature, destinée à être reproduite. Elle représente, en réalité le premier pas vers les grandes réformes que nécessite l'Administration des Territoires Fédéreux de l'Union. En effet, mis à part l'unique exception de Amapá, tous les Territoires ont été jusqu'à maintenant, de véritables gouffres des crédits budgétaires au lieu d'être des sources de recette pour le Trésor Public Fédéral. Il suffit d'indiquer que la Proposition Budgétaire de l'Union pour 1957, déjà en discussion au Congrès National, a consigné pour les quatre Territoires placés sous la juridiction du Ministère Intérieur de la Justice et des Affaires Intérieures (Acre, Rondônia, Rio Branco et Amapá) la somme de soixante dix huit millions neuf cent soixante treize mille cruzeiros (718.973.000.00 cruzeiros).

La fait est que, de 1943 à la date présente (26-7-56) les dépenses effectuées par l'Union pour les nouveaux Territoires Fédéraux — y compris les Territoires disparus de Iguassú et Ponta Porã — atteignent un chiffre supérieur à 2,5 milliards de cruzeiros (deux milliards et demi, sans comprendre dans ce total les dépenses du vieil et stagnant Territoire d'Acre).

A ce point de vue l'Opération Archipel représente une transformation radicale et va créer un véritable choc sur l'Administration des Territoires Fédéraux, leur montrant la nécessité de l'implantation de nouvelles méthodes de gouvernement principalement en ce qui à trait à la sélection des ressources à des projets créateurs de richesse, à la collaboration avec les entreprises privées et au perfectionnement de l'administration territoriale. En effet, contrairement à ce qui se passe en ce moment rien n'empêche les Territoires Fédéraux de constituer un système national d'entreprises à base d'autofinancement. L'Opération Archipel est un excellent modèle que doivent examiner les autres Territoires parce qu'elle a été conçue comme une entreprise industrielle et en réation contre les obstacles de la bureaucratie; elle réunit toutes les conditions pour servir de point de départ à la difficile et cependant urgente tâche de réorganisation administrative et de développement planifié des Territoires Fédéraux.

D'autre part, le Député de Pernambuco a eu l'heureuse idée d'encadrer son Projet de Loi dans le Système Général des Projections Régionales et Locales de l'Opération Municipe ensemble de mesures législatives et d'iniciatives coordonnées en fonction des impératifs de la décentralisation administrative et de l'application synchronisée d'investissements rigoureusement sélectionnés (Projet de Loi n.º 4.614-54 du Sénateur JARBAS MARANHÃO).

Un des plus grands avantages résultant de cet encadrement dans le Système de l'Opération Municipe est constitué par la participation de l'initiative particulière et des capitaux privés. Et ainsi. se trouve accentué le caractère novateur, de l'Opération Archipel, qui ouvre de nouvelles perspectives au Territoire de Fernando de Noronha, Territoire discuté et original, qui, malgré sa surface géographique réduite, représente un point stra-

tégique d'une importance fondamentale pour la Fédération Brésilienne, sans par'er de ses possibilités pour la pêche, le tourisme, ou de sa valeur inappréciable comme centre d'investigations scientifiques de tous ordres: recherches relatives à l'océanographie en général flore, faune et courants marins, régime des vents, installations pilotes expérimentation et essais d'utilisation de l'énergie solaire, maritime, éolienne, etc.

L'Opération Archipel est une démonstration éclatante du fait que jamais le Gouvernement Fédéral n'a effectué une transaction plus avantageuse que celle de l'incorporation de ces îles océaniques au Patrimoine de l'Union Il a réalisé ainsi sa meilleure "affaire" en annexant à son domaine un patrimoine réelement inappréciable du fait de ses multiples possibilités. — ARAÚJO CAVALCANTI, Secrétaire Général de l'Institut Brésilien des Sciences Administratifes et Conseiller de l'Association Brésilienne des Municipes. Ex-membre du Conseil National de Recherces. Ex-Directeur du D.A.S.P. (Division du Budget et Service de Documentation).

I — PROJETO DE LEI N.º

II — Justificação

1. Sessão Legislativa de 19 de julho de 1956. Discurso em defesa dos interêsses de Pernambuco e do Arquipélago de Fernando de Noronha. Rejeição do voto Presidencial sôbre o Território de Fernando de Noronha; relembrando alguns aspectos do Arquipélago.

2. Sessão Legislativa de 26 de julho de 1956. Apresentação do Projeto de Lei n.º 1.627-56 dispondo sôbre a Reorganização Administrativa e o Desenvolvimento planificado de Fernando de Noronha (Operação Arquipélago). Uma solução cem por cento brasileira nos domínios do planejamento regional e da defesa nacional. Orientação revolucionária, conteúdo e características da Operação Arquipélago.

3. Janeiro de 1957; Ajuste Brasileiro-Norte-Americano sôbre Fernando de Noronha. A instalação, no Arquipélago, de um Pôsto de Observação e Contrôle de Projéteis Teleguiados. A nota do Govêrno Brasileiro entregue ao Embaixador Norte-Americano ELLIS BRIGGS. Decreto Executivo criando uma Comissão incumbida de centralizar e executar todos os estudos, planos e medidas decorrentes do Ajuste Brasileiro-Estados Unidos da América do Norte (Comissão integrada pelos Comandantes do IV Exército, do 3.º Distrito Naval e da 2.ª Zona Aérea).

4. 27 de abril a 5 de maio de 1957; pronunciamentos favoráveis do IV Congresso Nacional de Municípios sôbre a Operação Arquipélago. Indicações e Recomendações aprovadas pelos Prefeitos e Vereadores do Brasil reunidos no Congresso do Rio de Janeiro.

5. Repercussão do Projeto 1.627-56; traduzida para o francês a Operação Arquipélago. Congratulações ao Exmo. Sr. Embaixador BERNARD

HARDION à Mme. GABRIELLE MINEUR, dos Serviços Culturais da Embaixada; e ao Prof. ALEXIS MAURIN, autor da tradução.

6. Conclusões. Projeto de Lei (Dispõe sôbre as Obras, Empreendimentos e Serviços da Operação Arquipélago — Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha — autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, e dá outras providências).

III — Documentação anexa

Documento n.º 1 — Texto original da Operação Arquipélago — Projeto .627-56 — e respectiva justificação.

Documento n.º 2 — Texto francês da Operação Arquipélago — Tradução do Prof. ALEXIS MAURIN.

A Matemática no Direito de Propriedade da União

351.711:51

NELSON NASCIMENTO SANTOS

LAFAYETTE, o mestre dos mestres de direito, através da sua imortal obra "O Direito das Coisas", sustenta: "Em sentido genérico, direito de propriedade abrange todos os direitos que formam o nosso patrimônio, isto é, todos os direitos, que podem ser reduzidos a valor pecuniário". Por aí se vê que, nessa acepção, o direito de propriedade integra os direitos relativos aos bens corpóreos com aquêles que dizem respeito aos incorpóreos, os quais, avaliados, podem sempre ser expressos em função de valor pecuniário. Assim é que, se representarmos por "ve" e "vi" os respectivos valores da totalidade dos bens corpóreos e incorpóreos, que abrangem o patrimônio da pessoa, em $V = ve + vi$ teríamos a expressão algébrica do valor pecuniário dêsse patrimônio.

No sentido restrito, o direito de propriedade se confunde, porém, com o conjunto dos direitos reais. É nesse campo que ainda somos iluminados pelo brilho de cultura e inteligência fulgurantes, do grande LAFAYETTE, autor da melhor entre as melhores definições conhecidas sôbre domínio, assim expressa: "É o direito real que vincula e legalmente submete ao poder absoluto de nossa vontade a coisa corpórea, na substância, acidentes e acessórios".

Salvo as restrições legais advindas das modernas tendências do direito em favor da coletividade, impostas ao proprietário em benefício daquela, o domínio é *absoluto* e *exclusivo*. Daí, por ato de vontade do seu detentor, o desdobramento do direito de propriedade nos demais direitos elementares, que o integram, como se observa no artigo 524 do Código Civil, ao falar em *direito* de *usar, gozar* e *dispor* da coisa em favor do proprietário. Nêle o proprietário tem não só o direito de usar, de gozar e de dispor dos seus bens, como ainda o *de reavê-los* do poder de quem, injustamente, os possua.

Conclui-se do citado artigo que o direito real a que se refere (e o é porque diz respeito a bens no sentido de propriedade de modo direto, imediato e sob todos os aspectos), é decomponível em quatro direitos elementares, isto é, nos *direitos* de *usar*, de *gozar*, de *dispor* e de *reaver* a propriedade; e ainda mais que são direitos reais, de vez que se enquadram na definição segundo a qual direito real é "o que diz respeito à coisa direta e imediatamente, sob todos ou certos aspectos, e a segue em poder de quem quer que a detenha". Por êle, o proprietário enfeixa em suas mãos todos os direitos elementares acima referidos, sendo por isso detentor da "proprietas plena", o que se resume, pela

matemática, na operação simples $p = u + g + d + r$ onde, em valores, "p" representa o direito ao domínio pleno ou "proprietas plena"

u representa o direito de usar da propriedade
g representa o direito de gozar da propriedade
d representa o direito de dispor da propriedade
r representa o direito de reaver a propriedade

Esta última equação leva-nos à definição do domínio pleno ou de plena propriedade, que assim por ela se define: *domínio pleno* é aquêle que o proprietário detém quando reúne em seu poder todos os seus direitos elementares.

Assim, a integração dos direitos elementares representados pelos valores de "u", "g", "d" e "r" dão o valor de direito correspondente ao do *domínio pleno "p"*.

Esta definição se coaduna perfeitamente com o artigo 525 do Código Civil, que determina:

> Art. 525. É plena a propriedade, quando todos os direitos elementares se acham reunidos no do proprietário.

Acontece, porém, como no caso, da enfiteuse, que nem sempre convém ao proprietário, detentor do domínio pleno, exercer o direito à "proprietas plena" e assim, em razão do seu próprio poder absoluto e exclusivista sôbre sua propriedade, se propõe a limitar êsse direito em favor de outrem, mediante o contrato. É o que se conclui face aos artigos 678, 683, 685 e 686 do Código Civil, por onde se observa o desdobramento do *domínio pleno* do imóvel em dois outros, quais sejam o *direto* (retido pelo até então titular do domínio pleno) e o *útil*, que se consolida em favor do *foreiro* ou *enfiteuta* mediante as condições do contrato enfitêutico ou de aforamento, "in verbis":

> Art. 678. Dá-se a enfiteuse, aforamento ou emprazamento, quando por ato entre vivos ou de última vontade, o proprietário atribui a outrém o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa, que o adquire, e assim se constitui enfiteuta, ao senhorio direto, uma pensão, ou fôro, anual, certo e invariável.
>
> Art. 683. O enfiteuta ou foreiro não pode vender nem dar em pagamento o domínio útil, sem prévio aviso ao senhorio direto, para que êste exerça o direito de opção; e o senhorio direto tem trinta dias para declarar, por escrito, datado e assinado, que quer a preferência na alienação pelo mesmo preço e nas mesmas condições.
>
> Se dentro do prazo não responder ou não oferecer o preço da alienação, poderá o foreiro efetuá-la com quem entender.
>
> Art. 685. Se o enfiteuta não cumprir o disposto no artigo 683, poderá o senhorio direto usar, não obstante, do seu direito de preferência, havendo do adquirente o prédio pelo preço da aquisição.
>
> Art. 686. Sempre que se realizar a transferência de domínio útil por venda ou doação em pagamento, o senhorio direto, que não

usar da opção, terá direito a receber do alienante o laudêmio, que será de dois e meio por cento sôbre o preço da alienação, se outro não se tiver fixado no título do aforamento.

A análise dêstes artigos demonstra que :

a) o detentor do domínio pleno (ou do direito de propriedade) pode decompô-lo em dois outros, como já o dissemos atrás, que são: *o direto* (que continua com o proprietário, *o senhorio direto*) e o *útil* (que se transfere ao adquirente, o foreiro ou enfiteuta);

b) a detenção do domínio direto ou manutenção do vínculo de propriedade em favor do senhorio direto (de que não se desfez), aparecer pela percepção da pensão ou fôro anual, certo, perpétuo e invariável e pela percepção do laudêmio, por fôrça do contrato enfitêutico;

c) só com o consentimento do senhorio direto poderá o enfiteuta, detentor do domínio útil do imóvel, transferi-lo a terceiro, pois predomina, sôbre quaisquer outras, a preferência do senhorio direto de recompor em seu poder o primitivo *domínio pleno* pela aquisição do *domínio útil* ao enfiteuta na mesma base em que êste o adquiriu.

d) a sanção do domínio direto em favor do seu possuidor, além da cobrança anual do fôro, aparece também pela percepção do laudêmio, quando e sempre que, dentro do prazo legal, não se interesse pela aquisição do *domínio útil transferendo*, isto é, quando não exerça *o direito de opção*.

Em vista do exposto, pode-se equacionar o valor relativo ao *direito de propriedade* ou de *domínio pleno* como sendo igual à soma de duas parcelas de valores, em que uma é o valor do direito ao *domínio direto* e a outra aquela que diz respeito ao valor do direito ao *domínio útil*, isto é,

$$p = d + u \qquad (1)$$

onde "p", "d" e "u" os representam respectivamente.

Esta equação, muito usual na prática enfitêutica, tem três incógnitas, de modo que sua indeterminação só é levantada mediante o conhecimento de duas delas. Por isso, para que possamos estabelecer fórmulas, que as relacionem duas a duas para as soluções prático-legais, temos que buscá-las na legislação vigente sôbre Bens Imóveis da União, ou seja no decreto-lei 9.760, de 5-9-46 (*D. O.* de 6-9-46), que nos possibilita o conhecimento de mais três equações, relacionando o fôro e laudêmio com o domínio pleno e o domínio direto (valores dos respectivos direitos), através da equação (1).

Assim é que, com fundamento nos artigos 101, 102 § 1.º e 103 § 3.º do citado diploma legal, abaixo transcritos :

Art. 101. Os terrenos aforados pela União ficam sujeitos ao fôro de 0,6% (seis décimos por cento) do valor do respectivo domínio pleno.

Art. 102. Nas transmissões onerosas, a União terá direito de opção e, quando não o exercer, cobrará laudêmio de 5% (cinco por cento) sôbre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias.

Art. 103. § 3.º Na consolidação, pela União, do domínio pleno do terreno que haja considerado em aforamento, deduzir-se-á do valor do mesmo domínio a importância de 20 (vinte) foros e 1 (um) laudêmio, correspondente ao valor do domínio direto.

Podemos escrever as equações seguintes:

$$f = 0{,}006\ p \qquad (2)$$
$$L = 0{,}05\ p \qquad (3)$$
$$D = 20\ f + L \qquad (4)$$

Isto pôsto, para relacionarmos os valores dos direitos aos *domínios direto e pleno,* basta resolver a equação (4), tomando-se, no lugar do fôro e laudêmio, as respectivas expressões dos segundos membros das equações (2) e (3), o que nos conduz sucessivamente a

$$d = 20 \times 0{,}006\ p + 0{,}05\ p \text{ ou finalmente:}$$
$$d = 0{,}17\ p \qquad (5)$$

E para relacionarmos os valores dos direitos ao *domínio útil e pleno,* é suficiente levar na equação (1) a expressão do valor do direito ao domínio direto tirado desta última equação, o que, feito, teremos sucessivamente:

$$p = u + d = u + 0.17\ p$$
$$u = 0.83\ p \qquad (6)$$

Nesta altura, a interpretação em palavras, das equações (1), (5) e (6), ora deduzidas, nos leva a certas regras práticas de muita utilidade em avaliação. Antes, porém, de citá-las, convém ressaltar que, não obstante a equação (1) se refira a valores de direitos sôbre coisa corpórea, isto é, no caso, a imóveis, as demais foram equacionadas tendo em vista ùnicamente o terreno, abstraindo as benfeitorias. É que, no regime enfitêutico, os bens corpóreos, objeto do aforamento, são, de modo geral, terrenos. Estas regras são:

1.ª) *O valor do direito ao domínio pleno de um terreno é dado pela soma de duas parcelas em que uma diz respeito ao valor do direito ao domínio útil e a outra ao do domínio direto.*

2.ª) *Os valores dos direitos aos domínios útil e direto de um terreno são de respectivamente* 83% *e* 17% *daquele relativo ao domínio pleno.*

Com o fim de apresentarmos mais algumas regras práticas, prossigamos na análise, das equações até agora estampadas linhas atrás.

Assim é que da equação (1) podemos estabelecer:

$$d = p - u \qquad (7)$$
$$u = p - d \qquad (8)$$

que lhes são equivalentes, e com relação às (5) e (6), podemos formular:

$$p = \frac{100}{17}\ d \qquad (9)$$

$$p = \frac{100}{83}\ u \qquad (10)$$

de modo que, com palavras, podemos inferir mais as regras seguintes:

3.ª) *O valor do direito ao domínio direto de um terreno é dado pela diferença entre os valores dos direitos de domínios pleno e útil sôbre o mesmo.*

4.ª) *O valor do direito ao domínio útil sôbre um terreno é dado pela diferença entre os valores relativos dos direitos aos domínios pleno e direto, relativos ao mesmo.*

5.ª) *O valor do direito ao domínio pleno de um terreno é dado pela fração com dezessete avos* $(\frac{100}{17})$ *do valor do direito ao domínio direto sôbre o mesmo ou pela fração com oitenta e três avos* $(\frac{100}{83})$ *sôbre o valor do direito ao domínio útil relativo ao mesmo.*

E ainda podemos traduzir em palavras, no que diz respeito à equação (2), que

6.ª) *O valor do fôro ou pensão anual de um terreno é dado tomando-se seis milésimos* $(\frac{6}{1000})$ *do valor do direito ao domínio pleno do mesmo.*

Resta-nos analisar as equações (3) e (4). Fazendo-o, nota-se que a (4), conforme inteligência de dispositivo legal que lhe deu origem, ou seja o § 3.º do artigo 103 do decreto-lei n.º 9.760, de 6-9-46, retrotranscrito, se destina a terreno despojado de benfeitorias, isto é, interpretar valor do direito ao domínio direto sôbre apenas terreno, fazendo abstenção da benfeitoria. É que falando em *domínio pleno do terreno*, naquele parágrafo o legislador se refere ao valor de *domínio direto sôbre o mesmo*, abstraindo-se das benfeitorias, na consolidação do domínio pleno pela integração do útil com o direto (este já da União), como sói acontecer no caso de desapropriação de terreno aforado.

Isto pôsto, pode-se acrescentar que, em consonância com o artigo 102, § 1.º, do citado decreto-lei, a equação mais geral para cômputo do laudêmio tem por expressão

$$L = 0{,}05\ (p + b) \qquad (11)$$

onde, ao valor de domínio pleno "p" do terreno, se acrescenta o valor "b" pertinente à benfeitoria que suporta, podendo esta variar desde *0* (quando não o há) até um valor determinado qualquer, dado pela avaliação da mesma.

Até aqui já possuímos onze equações relacionando os diferentes valores dos direitos de domínio no direito de propriedade, de maneira que possamos solucionar quase todos os problemas práticos, que aparecem freqüentemente acêrca dos três domínios antes comentados, vinculando o proprietário à propriedade imóvel, através da percepção do fôro ou do laudêmio no âmbito do regime do emprazamento.

Trataremos depois, dos casos de *alienação* dos terrenos *aforados*, dos chamados *de interior* e bem assim dos simplesmente *ocupados*, à luz da interpretação matemática.

Analisaremos, por igual, o caso da remissão do fôro para, finalizando o estudo teórico do assunto em epígrafe, apresentá-lo do ponto de vista objetivo, ou melhor, sob forma de resumo, com as aplicações que ocorrem geralmente na vida prática e dizem respeito a tôdas as fórmulas procedentes dos diversos dispositivos legais relativos ao Direito de Propriedade da União.

Ressalte-se, porém, que o assunto aqui ventilado, é feito sob o aspecto executivo apenas, tendo em vista os casos pacíficos.

Não se teve em mira opinar por esta ou aquela solução, mas sim interpretar, à luz matemática, os dispositivos legais, que, sob o império dos mesmos, devam ser executados, discriminando os diversos valores de domínio no direito de propriedade da União, do ponto de vista técnico-legal.

A Enfiteuse no Supremo Tribunal

(Palestra do Prof. ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA)

A crítica judiciária, isto é, a análise serena de sentenças e acórdãos de quaisquer tribunais, não poderá, jamais, molestar os seus ilustres prolatores porque a toga lhes não assegura plene infabilidade na aplicação das leis ordinárias e dos textos constitucionais; não e não, e desapareceriam, certamente, dos Códigos de Direito Processual os diversos recursos nêles admitidos para confirmar ou modificar as decisões de tôdas as instâncias, se fôssem infalíveis. Se *"a instância é o curso legal da causa"* — conforme a definição de MORAES CARVALHO, muito gabada por JOÃO MONTEIRO — é claro que, enquanto não houver decisão irrecorrível, aos Advogados compete usar das medidas judiciais para alcançar o triunfo desejado. E os agravos, as apelações, os embargos, as revistas, o recurso extraordinário não são, seguramente, os meios de dissentir das deliberações dos sentenciadores, em lhes destruindo, com elegância, os fundamentos? E, nesses arrazoados, muitas vêzes veementes, mas polidos, não se depara uma completa desaprovação à fundamentação dos julgados, da qual se originou a interposição do recurso, cujo provimento se impetra, com a maior esperança? Vale recordar JOÃO MONTEIRO; "supor que todo juiz se irrita só porque lhe reformam as sentenças, e ao mesmo tempo concluir daí para a hipótese da reiteração no êrro, é abstrair das regras e condições que devem preceder à investidura nos ofícios, do poder judiciário, segundo as quais se apuram não só as aptidões intelectivas como as qualidades morais dos juízes, e é, outrossim, mas com flagrante incongruência, imaginar que o juiz, assim irritável, se sujeite deliberadamente a ver as suas sentenças reformadas, quando o simples bom senso está mostrando que, a primeira reforma, tratará êle de apurar os seus estudos para em seqüência ver suas opiniões confirmadas no tribunal superior. Esta é que é a lei fisiológica; não aquela que denota uma perversão do senso moral. Querer descobrir na doutrina dos recursos aqueal *aristocracia judiciária*, que apavorava LA ROCHEFOUEAULD e os convencionários de 1790, não passa de grosseira confusão de um fato histórico, passageiro como todos os que assinalam as primeiras épocas de reformas radicais, com a organização legal de um sistema definitivo". "O Advogado precisa da mais ampla liberdade de expressão para bem desempenhar o seu mandato. Os excessos de linguagem que, porventura, comete, na paixão do debate, lhe devem ser relevados. O Juiz deve ter a longaminidade necessária para ouvir com paciência as queixas, reclamações e réplicas que a parte oponha aos seus despachos e sentenças. Apontar os erros do julgador, profligar lhe os deslizes, os abusos, as injustiças em linguagem veemente, é direito

sagrado do pleiteante... O juiz é que tem de se ressentir da couraça e da insensibilidade profissional, necessária para não perder a calma e não cometer excessos".

São da autoria do Desembargador RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, os conceitos acima citados, desconhecidos de certo magistrado carioca, de quem, muito cortêsmente, se aproximou um causídico, para lhe solicitar um justo obséquio, obtendo a seguinte resposta, inajustável a sua garnacha:

"O Magistrado não faz favores!"

"Então, retrucou-lhe o patrono, cumpra o seu dever, pondo o "visto" numa apelação minha, que está, em sua casa, há mais de cinco meses"!

O julgador não esperava aquela atitude desassombrada. Chamou o defensor; e, na sessão imediata, trouxe os autos e votou em prol do dito patrocinador.

"Tratai bem os juízes, tende sempre em mente as contínuas injustiças com que êles são julgados, devido às paixões e aos interêsses contrariados pelas sentenças, e à leviandade e precipitação que presidem as apreciações dos interessados. Mas, quando verificardes, com segurança, com o espírito perfeitamente isento de todos os elementos subjetivos que perturbam a exata visão da realidade, que as suas decisões foram inspiradas pela amizade, pela gratidão, pela vingança, pelo ódio, pelo interêsse ou pela subserviência aos poderosos, zurzi-os desapiedadamente, sêde implacáveis, sêde cruéis, por amor à justiça" eis a advertência de PEDRO LESSA aos bacharelandos de 1906 da Faculdade de Direito de São Paulo na cerimônia da colação de grau.

Logo, os reparos a qualquer ato judiciário, mormente quando o seu censor não tinha nenhum interêsse, presente ou futuro, na maneira por que foi concluído, têm de ser acolhidas, sem prevenções, sem dicacidades — *"quandos, on court après l'esprit, on attrape la sottise"* — como se exprimiu MONTESQUIEU — mais como uma contribuição à perfeita elucidação da tese solucionada no acórdão desaprovado.

RUI BARBOSA comentou, na imprensa, a solução dada ao pedido de *"habeas-corpus"* em prol do Almirante EDUARDO WANDENKOLH — mostrando-lhe a improcedência; e mereceu um artigo do Conselheiro JOAQUIM DA COSTA BARRADAS no qual cuidou de justificar o seu voto; entretanto, em 1898, apoiado na argumentação, desenvolvida pelo Egrégio RUI BARBOSA, solicitava do Supremo Tribunal Federal uma ordem de *habeas-corpus* para parlamentares presos e desterrados por PRUDENTE DE MORAES como implicados nos lamentáveis acontecimentos de 5 de Novembro de 1897. Não sou advogado da Família Imperial. Não sou advogado de Irmandades religiosas, ou de particulares que possuam enfiteuses.

Sou um modesto jurista católico, que, pela sua formação religiosa, se acostumou a obedecer às leis, para que diminuídos ficassem os pleitos, causados pelas transgressões legais, fôssem públicos ou particulares os seus autores; e, destruído o império da lei, babelizam-se as sociedades, crescendo a delin-

qüência, enfraquecendo-se a judicatura e prevalecendo o gesto do leão da fábula: *"ego tollo primam, ert mea quia nominor resc"*.

Da obediência às leis, considerada obrigação indeclinável dos cidadãos, nasce o clima do sossêgo em que se melhoram as condições da vida Nacional.

Que a decisão recente do Colendo Tribunal é inconstitucional, não padece a menor dúvida; e, assim, com a ajuda divina, demonstrarei:

a) O Código Civil Brasileiro dispõe no seu art. 679: "O contrato de enfiteuse é perpétuo. A enfiteuse por tempo limitado considera-se arrendamento, e como tal se rege"; no seu art. 692: "A enfiteuse extingue-se — I — pela natural deterioração do prédio aforado, quando chegue a não valer o capital correspondente ao fôro e mais um quinto dêste; II — pelo comisso, deixando o foreiro de pagar as pensões devidas, por três anos consecutivos, caso em que o senhorio o indenizará das benfeitorias necessárias; III — falecendo o enfiteuta, sem herdeiros, salvo o direito dos credores; no seu artigo n.º 693 — "Todos os aforamentos, salvo acôrdo entre as partes, são resgatáveis trinta anos depois de constituídos, mediante pagamento de vinte pensões anuais pelo foreiro, que não poderá, no seu contrato, renunciar o direito ao resgate, nem contrariar as disposições imperativas dêste capítulo".

b) A Constituição brasileira, no parágrafo 16 do artigo 141, estabelece: E' garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriaçao por necessidade ou utilidade pública, ou por interêsse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito de a indenização ulterior", e no artigo 147 estatui: O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141 § 16 promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos"; no parágrafo terceiro do artigo 142 fixou de modo claro: "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada". Também a lei n.º 3.238, de 1.º de agosto de 1957, estabelece: Artigo 1.º — O artigo 6.º da Lei de Introdução ao Código Civil, (Decreto-lei n.º 4.657, de 4-9-1942) passa a ter a seguinte redação: Artigo 6.º: "A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. § 1.º — Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou; § 2.º — Consideram-se adquiridos, assim, os direitos que o seu titular, ou alguém por êle, possa exercer, como aquêles cujo começo de exercício tenha têrmo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem. § 3.º: Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso". E' inquestionável, por conseqüência, que tal decisão, desrespeitando o princípio da irretroatividade das leis, já admitido pela constituição, outorgada por DOM PEDRO I e jurada em 25 de março de 1824 — "nenhuma lei será estabelecida sem utilidade pública" — "a sua disposição não terá efeito retroativo" (§§ 2.º e 3.º do artigo 179) não poderá ser mantida, porquanto não se ajusta às disposições constitucionais, que devem encontrar na magistratura uma sentinela intimorata, sempre pronta a sacrificar-se pelo seu

inteiro acatamento, como aquela que não desertou de Pompéia quando sôbre ela despejou as suas lavas o Vesúvio. A nossa tradição jurídica sempre repeliu a retroatividade das leis, por isso que as garantias individuais não se manteriam, senão com a anuência dos dirigentes, dos legisladores e magistrados, desaparecendo, destarte, a segurança pessoal, em se implantando o totalitarismo que estrangula o Direito.

Se ao legislador é absolutamente defeso mandar à sanção presidencial, ou promulgar leis destoantes dos princípios constitucionais — e não posso deixar de a péquedo, desaprovar a opinião de RAFAEL BIELSA: "Puede el legislador no solamente crear nuevos derechos sino también desconecer derechos adquiridos o existentes, y dar a la ley efecto retroativo, no obstante el principal general de la irretroatividad de la ley, que el ha declarado (art. 3.º del Codigo Civil), fundando-se em consideraciones de orden publica, ante cujo principio nadie puede invocar derecho adquirido" (Derecho Administrativo — Vol. I, — p. 5.391); se, no entender de PIMENTA BUENO, "nem a liberdade nem a segurança teriam garantia alguma desde que as leis pudessem ter efeito retroativo", adiantando ainda que o "sagrado princípio da não retroatividade da lei deve ser respeitado ainda mesmo no caso de interpretação e essa é a norma dos governos constitucionais" (Direito Público Brasileiro — p. n.º 394 — 1857); se, na lição de RUI BARBOSA, "Dai a uma legislatura o poder de votar leis retroativas, e ninguém está seguro, porque exposto ao domínio dela ficará o passado inteiro de cada indivíduo. Óbvio é, pois, que só de tiranos será digno fazer leis retroativas, e só de escravos obedecer-lhes" (Anistia Inversa p. 97); é evidente que se não pode reconhecer, no Juiz de qualquer instância, a absoluta faculdade de sentenciar em franca divergência com os cristalinos textos legais vigorantes, em lhes dando uma exegese individual. Não e não, pois a ditadura das vertes judiciárias — "*la robe rouge*" — é, no meu fraco juízo, tão perigosa ao sossêgo dos homens e das mulheres, como a que se arrima nos sabres, pois, se esta se abordoa na violência, que absorve as liberdades, aquela é nutrida pelo sofisma; ademais, como lembrava JOÃO FRANCISCO LISBOA "muitos não saber tergiversar, nem sofismar a iniqüidade para atenuá-la hipòcritamente".

"O Direito, escreveu RIPPERT, não reclama senão uma coisa: a obediência às leis, as causas da obediência às leis", portanto, sem aludir à conveniência, ou à inconveniência da mantença da enfiteuse, que concorreu para o privamento das plagas brasileiras, bastando lembrar a opinião de OLIVEIRA MARTINS: "a primeira organização administrativa do Brasil foi feudalista-federativa", hei de me insurgir contra o que decidiu o Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n.º 21.590 — embargantes JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS BATISTA e s/m. Embargada Municipalidade de São Paulo — baseado em CLOVIS BEVILAQUA: "O direito de resgate não aproveita aos aforamentos já constituídos quando o Código Civil entrou em vigor, por se não ofender o direito dos senhorios, que contando com a perpetuidade estipularam cânones extremamente módicos". (Cód. Civ. Com. — vol. 3.º — p. 253 — edição de 1933).

Também EPITÁCIO PESSOA demonstrou: a) a inaplicabilidade do resgate às enfiteuses anteriores ao Código Civil, por se tratar de até perfeito e acabado,

constituindo direito definitivamente adquirido; *b*) que o acôrdo entre as partes, no artigo 693, se refere ao pago maior ou menor para o resgate e não ao próprio direito de resgate, que não pode ser renunciado".

Conheço algumas decisões em abono da minha atitude, assim — "os contratos de enfiteuse têm como elemento principal a perpetuidade" — in Rev. Sup. Trib. Fed., vol. 68, p. 362; "aos aforamentos constituídos antes da vigência do Código Civil não se aplica o artigo 693 que permite o resgate mediante o pagamento de vinte prestações", Rev. Dir. — Vol. 44, p. 312, "laudêmio deve ser cobrado sôbre o preço da alienação acordada entre o foreiro e o adquirente nos têrmos do artigo 686 do Código Civil e não na forma do Direito Executivo de 16 de novembro de 1946, que exorbitou ao declarar que o laudêmio deveria ser cobrado sôbre o valor do domínio pleno e benfeitorias nas transmissões onerosas" (Agravo de Petição decidido pela 5.ª Câmara — in "Diário da Justiça" de 3-9-1953); é descabida a exigência de laudêmio em cessão de promessa de venda; êste só é devido em alienação a título oneroso" (Apelação Cível n.º 19.683 julgada pela 3.ª Câmara Cível — in "Diário da Justiça" de 24-9-53).

"Cumpre considerar na enfiteuse o direito real e as relações obrigacionais que nascem do contrato respectivo. Quanto ao aspecto contratual da enfiteuse deve-se observar o que, em relação aos contratos em geral, estabelece a doutrina do direito transitório. De modo geral, afirmam os autores que os direitos pertencentes ao enfiteuta sôbre o imóvel enfitêutico se submetem ao princípio dominante em matéria de efeitos dos direitos reais, o que quer dizer que, como regra, os efeitos jurídicos de tais direitos são regulados pela lei vigente ao tempo em que foram postos em execução" (ESPÍNOLA e ESPÍNOLA FILHO — Direito Civil Brasileiro — Vol. II, p. 342). Ora, se a *enfiteuse é um direito amplo e extensíssimo*" — como se lê em LACERDA DE ALMEIDA (Direito das Coisas — pp. 414 e 413 da Edição de 1908); se é constituído tal direito, mediante uma escritura pública, na qual são discriminados os benefícios, que tocarão aos contratantes, bem como os seus deveres, não posso conceber que o poder judiciário, por provocação de qualquer dêles e em flagrante desrespeito ao Código Civil e à Constituição, nulificadas as condições contratuais, possa extinguir uma enfiteuse, perfeitamente concluída e com as suas conseqüências jurídicas em vigor. Onde a autonomia da vontade nos contratos? Onde a obrigatoriedade das cláusulas, articuladas, sem qualquer daqueles vícios, que imprestabilizam as convenções e por êles aceitas?

Sempre aprendi que um contrato, no qual foram observadas as formalidades essenciais à sua plena validade, tem de ser integralmente cumprido, importanto a violação de qualquer das suas cláusulas na responsabilidade inteira do violador; e, agora, o Pretório Excelso decidiu de maneira colistiva à Lei Magna e às disposições do Código Civil, em me cabendo invocar a opinião de CARLOS MAXIMILIANO: "Julga-se contra a letra da lei quando se deixa de aplicar um texto positivo; quando a sentença abandona a regra evidentemente apta a regra a hipótese em aprêço e invoca outra que não a disciplina, ou comete êrro flagrante, manifesto de interpretação; quando contraria a tese, o princípio, que a norma vigente exprime; ou faz invocação dessa propriada ou insincera de postulado peremptório; enfim, quando se orienta por um preceito

inaplicável à espécie vertente, em vez do claramente adequado" (*in* "Comentários à Constituição Brasileira" — Vol. II p. 368 — n.º 443).

Se aceitarmos a concepção do contrato, como pensava CLOVIS BEVILAQUA — "é o acôrdo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos" (Cód. Civ. Com. IV, 240); se aprovarmos o conceito de CARVALHO DE MENDONÇA (M.J.) — "é o ato jurídico por excelência, em virtude do qual os homens constituem, regulam ou dissolvem um vínculo jurídico, criando apenas relações pessoais (Obrigações, n.º 53); como, pois, permitir que, sem o consentimento expresso dos contratantes, um juizado se arrogue o direito de fazer delir as condições, que, livremente, foram demarcadas por êles?

Entendo ser a jurisprudência uniforme das Câmaras Judiciárias um dos elementos dos triunfos dos advogados, por isso que é nela que êles erguem a sua argumentação; mas, repilo não sòmente a line interpretação das leis, da qual dimana a balbúrdia forense, senão também a imitação dos passos do Juiz MAGNAUD, que trouxe como resultado o aumento da criminalidade em Paris.

Há, positivamente, uma sensível diferença entre as funções legislativas e judiciárias, de modo que o magistrado não pode arvorar-se em legislador nas demandas que lhe forem distribuídas; e não é para ser desprezada a advertência de JEAN CRUETS "o Juiz não tem o direito de tornar-se oficiosamente em direitos da consciência jurídica da nação; cabe-lhe, sòmente, ser o servidor imparcial da utilidade social apreciada de modo objetivo". Se reprovo, formalmente, a lamentável situação dos causídicos e juízes, nas nações bolchevizadas, onde tudo tem de ser realizado conforme as instruções dos energúmenos, que ocupam o Ministério da Justiça, hei de discordar, a céu aberto, de certa corrente, para a qual os julgadores devem ser investidos de amplos podêres na aplicação das leis, o que acarretaria uma inocultável insegurança individual, quando a obediência constante às leis tem de ser o apanágio dos sentenciadores.

A sentença não pode refletir um capricho individual, nem tampouco ter como alicerces doutrinas ofensivas à legislação pátria; e advogados e aplicadores das leis exercem o mesmo apostolado, porque o que êles pretendem é, por ordinário, o império da lei sôbre a arbitrariedade, a fim de que não fiquem suplantados pela audácia, pela fraude, pela prepotência, os preceitos basilares do Direito, que se gravam na nossa mente acadêmica, em nos acompanhando a vida inteira.

Socorro-me da exortação de Santo Agostinho, exatamente no dia em que a Igreja Católica o festeja como uma das suas notáveis personagens: "embora os homens julguem das leis temporais, quando as instituem, contudo, uma vez firmadas, devemos julgar não delas, mas por elas", e, não obstante o respeito em que me habituei a envolver a judicatura, não vacilo em divergir da sua orientação, no caso em aprêço, apesar da minha incompetência, atenuada pela sinceridade das minhas convicções.

Consultor Geral da República

Sôbre o pedido de efetivação no cargo de Promotor em que é interessado o Doutor RUI DE LIMA PESSOA, *com fundamento no artigo 90 da Lei n.º 1.341, de 30 de janeiro de 1950.*

PARECER

N.º de referência: 365-Z.

O 1.º substituto do Promotor Militar de 3.ª Categoria RUI DE LIMA PESSOA requer sua efetivação, no cargo de Promotor, com fundamento no art. 90 da Lei n.º 1.341 de 30 de janeiro de 1950, Lei Orgânica do Ministério Público da União, que dispõe:

Art. 90. Os atuais membros do Ministério Público da União interinos e substitutos, com mais de dois anos de exercício, que não estiverem amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e pelo artigo anterior, terão preferência na ordem de antiguidade, para o preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer nas categorias iniciais das respectivas carreiras, observadas as exigências legais.

Verifica-se do processo que, na data dêsse diploma legislativo, o requerente não tinha "dois anos de exercício" na função de substituto, não podendo adicionar, para completar os referidos dois anos, o tempo de serviço prestado ao Exército, como bem argumenta o Doutor Procurador Geral da Justiça Militar.

Acresce ainda que o citado art. 90 não dispensa, para a efetivação, "as exigências legais" entre as quais não se pode deixar de incluir o concurso exigido por expresso mandamento de ordem superior, de ordem constitucional, pelo art. 127 da Constituição.

O parecer da Consultoria Geral da República, de acôrdo com o Procurador Geral da Justiça Militar e Consultor Jurídico do Ministério da Guerra, é que não é de ser atendido o pedido de efetivação em aprêço.

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1958. — A. GONÇALVES DE OLIVEIRA, Consultor Geral da República.

"Aprovo. Em 21-2-58". (Rest. proc. M.G., em 26-2-58, por intermédio do Gab. Militar da Presidência da República).

(Publicado no *Diário Oficial* de 25-5-58 — p. 3.593 — Seção I).

Sôbre a aplicação da Lei número 2.752-56, relativo a dualidade de aposentadoria.

PARECER

N.º de referência: 401-Z.

I

Solicita o Excelentíssimo Senhor Presidente da República o parecer desta Consultoria Geral sôbre a aplicação da Lei n.º 2.752, de 10 de abril de 1956, sôbre a dualidade de aposentadoria por um único emprêgo ou função pública, a saber, se tal diploma legislativo beneficia os ferroviários, extranumerários autárquicos, amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou pela Lei n.º 2.284, de 9 de agôsto de 1954.

O assento legal da matéria é o art. 1.º e seu parágrafo do diploma mencionado, que dispõem:

> Art. 1.º E' permitida aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social com os proventos de disponibilidade, aposentadoria ou reforma (Decreto-lei n.º 2.004, de 7 de fevereiro de 1940, e Decreto-lei número 8.821, de 24 de janeiro de 1946), sem qualquer limite ou restrição.

Parágrafo único. As vantagens desta lei beneficiarão aos que não perderam a condição de servidor ou funcionário público ao ser instalado o regime autárquico.

Conforme tive ensejo de me manifestar, no Parecer n.º 73-Z, que merecera a aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Viação, com a expedição da Lei n.º 2.752, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o mais autorizado intérprete das leis federais e da Constituição, em nosso sistema político, firmou-se, definitivamente, no sentido de permitir-se a dupla aposentadoria pelo exercício de um único cargo, tratando-se de funcionário federal contribuinte de Caixa de Aposentadoria e Pensões, não devendo, nem podendo mesmo a Administração Pública interpretar diferentemente aquêle diploma legislativo (Parecer n.º 123-Z, *in Pareceres do Consultor Geral da República*, vol. I, 1956, p. 256).

A propósito é exata essa observação do Professor CAIO TÁCITO, ao proferir o Parecer n.º A-13, quando no exercício interino desta Consultoria Geral:

> "Com raras exceções, o nosso mais egrégio corpo Judiciário repudiava a dualidade de aposentadoria pelo exercício de um só cargo ou função (ver, entre outros rec. extr. n.º 26.957, ac. de 18-4-55; rec. mand. seg. 2.709, ac. de 12-1-55; rec. mand. seg. 2.698, ac. de 7-12-54).
>
> A partir da Lei n.º 2.752, inverteu-se, porém, a orientação do emérito tribunal, que, não sòmente no recurso extraordinário n.º 20.728, invocado no aludido Parecer n.º 73-Z, da Consultoria Geral, como em constante e uniforme jurisprudência passou a consagrar, *de lege constituta*, a compatibilidade de ambas as aposentadorias — a do Tesouro Nacional e a da Caixa — em função de uma única atividade profissional."

Podemos, pois, concluir que foi a Lei número 2.752, de 1956, que assegurou a dualidade de aposentadoria por um mesmo emprêgo, não cabendo, assim, revisão de processos dos que se aposentaram antes de sua vigência, sem obtê-la, certo que a aposentadoria se rege pela lei vigente à época de sua decretação, como de pacífica jurisprudência.

II

No que concerne à extensão da norma legal, verifica-se do art. 1.º transcrito da Lei n.º 2.752, que esta se aplica principalmente aos funcionários e servidores públicos da administração centralizada: "Art. 1.º E' permitida aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, a percepção cumulativa de aposentadoria. pensão ou quaisquer outros benefícios..."

Quanto aos autárquicos, são êstes amparados pelo parágrafo único do citado preceito:

> "Parágrafo único. As vantagens desta lei beneficiarão aos que não perderam a condição de servidor ou funcionário público ao ser instalado o regime autárquico".

Como se verifica no parágrafo acima transcrito, quanto aos autárquicos, são beneficiados os que não perderam a condição de servidor ou funcionário público federal, ao ser instalado o regime autárquico, a saber, os servidores titulados e os demais extranumerários que passaram a integrar os quadros da autarquia. A lei, aqui, tem em vista os ferroviários das autarquias — Estrada de Ferro Central do Brasil e Noroeste do Brasil, que eram servidores federais ao ser instalado o regime autárquico. A êsses extranumerários, o Govêrno da República reconheceu estarem amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao aprovar o Parecer n.º 279-R, do então Consultor Geral da República Professor HAROLDO TEIXEIRA VALADÃO (*Diário Oficial* de 22-7-50, p. 10.856), isto é, ficaram equiparados aos funcionários para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias nos têrmos daquele dispositivo de ordem constitucional.

A Consultoria Geral da República é, assim, de parecer que sòmente os ferroviários que não perderam a condição de servidor público, ao passar a estrada a ser um órgão autárquico é que estão favorecidos pela Lei n.º 2.752, ao permitir a dualidade de aposentadoria.

Recorde-se, por outro lado, que a Lei número 2.752, só se refere a "funcionários e servidores públicos civis e militares" e, no parágrafo único, é que beneficia os autárquicos, a saber, os que não perderam a condição de servidor público, ao ser instalado o regime autárquico.

E' que a êstes, se não houvesse a instalação da autarquia, continuariam como funcionários ou servidores públicos, condição que, sem dúvida, possuíam, de sorte que necessàriamente estariam compreendidos no art. 1.º *caput*.

Esta a razão da ressalva do parágrafo único do art. 1.º da Lei n.º 2.752, de 1956.

A dupla aposentadoria por único emprêgo é concessão excessiva, como tive ensejo de assinalar no citado Parecer n.º 73-Z, quando sugeri sua revogação. Mas, enquanto não revogada a Lei que a erigiu, deve a mesma ser aplicada aos antigos funcionários titulados das estradas de ferro, contribuintes de Caixa de Aposentadoria, bem assim aos que eram servidores das estradas, a saber, extranumerários que exerciam funções de caráter permanente, mais tarde amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os demais extranumerários autárquicos, amparados pela Lei n.º 2.284, de 1954, não têm direito a duas aposentadorias: terão suas aposentadorias estipendiadas exclusivamente pela Caixa, embora com os mesmos proventos do funcionário público (Lei n.º 1.162, de 22-7-50, art. 1.º combinado com o art. 1.º da Lei n.º 2.284, de 1954).

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1958. — A. GONÇALVES DE OLIVEIRA, Consultor Geral da República.

"Aprovo. Em 26 de abril de 1958". (Rest. proc. M.V.O.P., em 29 de abril de 1958).

(Publicado no *Diário Oficial* de 29-4-58, p. 9.950-51).

Provimento de funções e cargos isolados das autarquias.

PARECER

N.º de referência: 217-Z.

A questão jurídica, submetida à apreciação desta Consultoria Geral, diz respeito à interpretação do art. 1.º da Lei n.º 1.534, de 27 de março de 1952, em face da lei posterior, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Dispõe, com efeito, o art. 1.º dêsse diploma legal: "E' vedada a admissão, a qualquer título, de pessoal, sem prévio concurso público de provas ou de provas e títulos nos quadros de qualquer natureza das instituições de previdência social e entidades autárquicas, sob pena de nulidade de pleno direito do ato e responsabilidade do administrador que o praticar".

A exata interpretação dêsse dispositivo é que abrangia êle, na exigência do concurso, qualquer cargo, de carreira ou isolado, salvo os de confiança do Presidente e auxiliares de seu Gabinete, expressamente ressalvados, no parágrafo único do art. 1.º citado.

Com a publicação do Estatuto dos Funcionários, Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, como salienta o D.A.S.P., sugerindo o pronunciamento desta Consultoria, surge dúvida sôbre a derrogação do citado diploma legislativo, a saber, se a exigência do concurso diz respeito a todos os cargos ou se excetuam os cargos isolados.

Ao parecer desta Consultoria, o Estatuto dos Funcionários vem autorizar interpretação da Lei n.º 1.584, no sentido de que ela não abrange êstes últimos cargos, mas os de carreira, que, aliás, constituem cêrca de 90% dos cargos e funções daquelas instituições de previdência.

E' que, segundo expresso dispositivo legal, o regime jurídico do Estatuto é extensivo aos servidores das autarquias, no que couber (artigo 252, n.º II).

Como escreve OSCAR SARAIVA, a aplicação das normas estatutárias ao Ministério Público, ao Magistério e à carreira diplomática é subsidiária (art. 253), mas "nas autarquias não é *subsidiária*, mas *primacial*" (*A aplicação do Estatuto ao Pessoal Autárquico, Rev. de Dir. Administrativo*, vol. 35, página 7).

Outro não é o pronunciamento de CAIO TÁCITO, professor de Direito Administrativo e antigo Consultor Jurídico do DASP (*O Estatuto de 1952 e suas Inovações, Rev. de Dir. Administrativo*, vol. 34, p. 6).

Na verdade, aqui, o Estatuto, em seu contexto, inscreveu norma que despontava na legislação e na jurisprudência. Já o Decreto-lei n.º 5.527, de 28 de maio de 1943, dispunha que "as autarquias e órgãos paraestatais adotarão a classificação, nomenclatura e regime de salário de cargos e funções de extranumerários da União". E a lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950, determinara que os servidores dos órgãos autárquicos da União, que contribuem regularmente para os Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões, serão aposentados nas mesmas bases e condições em que se aposentarem os funcionários públicos da administração centralizada.

E o nosso mais alto Tribunal, em memorável decisão proferida no recurso extraordinário n.º 17.140, assentara pela voz o relator, Ministro NELSON HUNGRIA, "que se estendem aos funcionários das autarquias ou entidades paraestatais os princípios gerais do

Estatuto dos Funcionários Públicos, notadamente no que diz respeito à "relação jurídica de emprêgo", sua *formação*, curso, regime disciplinar, destituição, etc." (CONTREIRAS DE CARVALHO, *Estatuto dos Funcionários Públicos Interpretado*, vol. II, p. 245).

Na verdade, que dispõe o Estatuto dos Funcionários sôbre a formação da relação jurídica do emprêgo? Dispõe que "a primeira investidura em cargo de carreira e noutros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso" (art. 18), repetindo, aqui, o disposto no art. 186 da Constituição Federal.

Ora, compete ao Presidente da República prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais (Constituição, art. 87, número V).

Claro que não pode dispor a legislação ordinária que todos os cargos serão preenchidos, mediante concurso, porque, então, estaria restringindo o poder de nomear do Chefe do Poder Executivo, responsável pela eficiência dos serviços públicos, em nosso regime presidencialista. A lei ordinária pode dispor que determinados cargos, mesmo isolados, sejam preenchidos por concurso, mas, não pode generalizar, determinando que, por concurso, todos sejam preenchidos. Veja-se que a propósito dispõe a Constituição: "A primeira investidura em cargo de carreira e *em outros que a lei determinar* efetuar-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde" (artigo 186). E' necessário se designem, especìficamente, os "outros", os cargos isolados, que a regra, que deflui do preceito, é que os cargos ou funções não de carreira, mas isolados, são de livre provimento.

Ora, segundo o Estatuto dos Funcionários, aos extranumerários e pessoal autárquico aplica-se "o regime jurídico" do Estatuto (artigo 253), o qual, como se viu, repete no art. 18 a regra do art. 186 da nossa Carta Política, a saber, os cargos isolados, em princípio, são livremente preenchidos.

Desta sorte, bem avisado procedeu o Chefe do Govêrno, determinando se expedisse Circular no sentido de que os proventos de cargos e funções, não só de extranumerários, na administração centralizada, como do pessoal autárquico, seja feito, mediante prévia autorização presidencial.

As leis administrativas hão de ser interpretadas, com *"larghezza di criteri"* como aconselha STOLFI.

A essa luz, aplicando-se às autarquias o regime jurídico do Estatuto, sòmente os cargos ou funções isolados que a lei expressamente enumerar serão preenchidos mediante concurso, como os demais cargos de carreira.

Assim, ao parecer, deve ser interpretada e aplicada a Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952.

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1957. — A. GONÇALVES DE OLIVEIRA, Consultor Geral da República.

"Aprovo. 2-4-58". (Rest. proc. D.A.S.P., em 7-4-58).

(Publicado no *Diário Oficial* de 2-4-58, p. 6.972-73).

Consultor Jurídico do D.A.S.P.

Regime jurídico do pessoal das Estradas de Ferro Leopoldina e Santos a Jundiaí.

Data de admissão como elemento essencial para a conceituação do respectivo regime jurídico.

Revogação do Decreto-lei número 8.249, de 1945, por fôrça do art. 8.º da Lei n.º 2.193, de 1954.

Sôbre que servidores daquelas Estradas incidiu o disposto na Lei n.º 2.745, de 1956.

PARECER

I

A consulta tem por objetivo esclarecer:

a) a situação jurídica do pessoal das Estradas de Ferro Leopoldina e Santos a Jundiaí, admitidos antes de suas respectivas encampações e após êsses atos, bem como em face da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957;

b) se o Decreto-lei n.º 8.249, de 29 de novembro de 1945, foi ab-rogado pela Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, ou se houve apenas derrogação, restrita ao pessoal da Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, continuando em vigor aquêle diploma legal quanto ao pessoal das emprêsas pròpriamente ditas;

c) se ao pessoal que se achava sujeito à legislação sôbre extranumerários da União, na forma do Decreto-lei n.º 8.249, de 1945, deve ser paga indenização por dispensa, de acôrdo com a Lei n.º 1.890, de 13 de junho de 1953;

d) se idêntica indenização deve ser paga aos admitidos, em caráter precário, na Santos a Jundiaí;

e) se o aumento de vencimentos de que cogitou a Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956, alcançou todos os servidores dessas emprêsas.

2. A D.P. dêste Departamento deu longo parecer a respeito, concluindo, todavia, por solicitar minha audiência sôbre a matéria.

II

3. O art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.249, de 1945, tinha a seguinte redação:

> "Aos empregados das emprêsas incorporadas ao patrimônio da União ou por esta administradas, serão aplicadas as normas da legislação trabalhista, quando admitidos antes da incorporação ou administração, e as da legislação sôbre extranumerários da União, se nomeados posteriormente, com os mesmos direitos e vantagens, inclusive aquêles já consagrados sôbre Previdência Social".

4. Com a entrada em vigor da Lei número 2.193, de 1954, foi aquêle Decreto-lei expressamente revogado, não havendo como pretender, em face da disposição taxativa do art. 8.º do primeiro diploma legal citado, tenha ocorrido simples derrogação, que venha a alcançar apenas o pessoal da Superintendência daquelas emprêsas. Deu-se a *ab-rogação* iniludível e desenganada do Decreto-lei n.º 8.249, de 1945, que a partir da publicação da Lei n.º 2.193, de 1954, tornou-se legislação pretérita, sem fôrça atuante nas situações que se viessem a constituir após aquela data. Não teria sentido a interpretação que se acenou, quanto a se tratar de derrogação, só incidente sôbre o pessoal da Superintendência, sem alcance, por conseguinte, sôbre o das emprêsas. Deixaram os comandos jurídicos ínsitos no diploma revogado de viger para tôdas as hipóteses e situações que regulavam, eis que a revogação foi pura e simples, sem qualquer restrição, que havia de ser expressa para acarretar mera derrogação.

5. Se é certo, como me parece irretorquível, que a Lei n.º 2.193, de 1954, no seu

art. 8.º, ab-rogou o Decreto-lei n.º 8.249, de 1945, não menos exato é, todavia, que tôdas as situações constituídas anteriormente a essa revogação não foram alteradas, com exceção, apenas, da faculdade de opção prevista no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 1954, o que não interessa à controvérsia.

6. Dessas considerações se infere que o pessoal admitido nas emprêsas de que se trata até a data da publicação da Lei n.º 2.193, de 1954 (11 de março de 1954), se divide em dois grupos:

a) pessoal admitido anteriormente à encampação dessas emprêsas — regulado pela legislação trabalhista;

b) pessoal cujo ingresso foi posterior àquelas encampações — sujeito à legislação aplicável aos extranumerários da União.

7. Quanto às admissões que se seguiram à revogação do Decreto-lei n.º 8.249, de 1945, ou seja, às que se realizaram a partir de 11 de março de 1954, até a vigência da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957, tiveram por efeito trazer êsse pessoal para a incidência da Lei n.º 1.890, de 13 de junho de 1953, aplicando-se-lhe as normas da Consolidação das Leis do Trabalho ali mencionadas.

8. E' que, não sendo funcionários públicos, nem gozando de garantias especiais pois que não mais se encontrava em vigor o Decreto-lei n.º 8.249, de 1945, tratando-se de organizações industriais em forma de emprêsas administradas pela União, a hipótese estava expressamente contemplada no art. 1.º da citada Lei n.º 1.890, de 1953.

9. As admissões que se fizeram posteriormente à vigência da Lei n.º 3.115, que transformou aquelas Estradas juntamente com outras na atual Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, com personalidade jurídica de direito privado, deram o *status* de empregados sujeitos plenamente à legislação trabalhista, o que veio a atingir também as admissões referidas no item 7, igualando o regime jurídico dêstes ao daqueles.

70. Tem-se, em conseqüência, que os servidores dessas Estradas, na situação atual, podem ser assim classificados:

a) pessoal sujeito à legislação trabalhista admitido anteriormente à encampação daquelas emprêsas, na forma do Decreto-lei número 8.249, de 1945, e após a revogação dêste diploma legal, inclusive os que ingressaram depois da transformação operada pela Lei n.º 3.115, de 1957;

b) pessoal sujeito à legislação aplicável aos extranumerários da União — admitido depois da encampação daquelas emprêsas até a revogação do Decreto-lei n.º 8.249, de 1945.

11. Convém esclarecer que a essa última categoria de pessoal foram garantidos, na forma do art. 15, § 2.º da Lei n.º 3.115, de 1957, "todos os direitos, prerrogativas e vantagens da legislação em vigor", passando a "integrar, na jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, quadros e tabelas extintos, cujos cargos e funções, isolados, assim como as classes ou padrões iniciais, quando de carreira, serão suprimidos à medida que vagarem".

12. Com essas considerações estão respondidas as duas primeiras indagações formuladas na consulta (alínea *a* e *b* do item 1).

III

13. No que concerne à alínea c do item I, isto é, se ao pessoal sujeito à legislação aplicável aos extranumerários da União incide o disposto na Lei n.º 1.890, de 1953, para efeito de indenização por dispensa, parece-me evidente que não há como invocar os preceitos dêsse diploma legal, que só alcançam os que não são funcionários públicos ou não gozem de *garantias especiais*. Ora, os extranumerários da União têm mais garantias, razão por que não são destinatários da Lei n.º 1.890, de 13 de junho de 1953.

14. Embora à época da promulgação dessa lei ainda se não achassem equiparados aos funcionários efetivos, para todos os efeitos, satisfeitas determinadas condições, nos têrmos do art. 1.º da Lei n.º 2.284, de 9 de agôsto de 1954, tinham regulação própria, já se lhes aplicando, no que coubesse, o regime jurídico do Estatuto dos Funcionários, como se vê do art. 232, II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. Como admitir, pois, a incidência concomitante de duas legislações específicas, a do extranumerário e a trabalhista?

15. As disposições da Lei n.º 1.890, de 1953, só alcançaram, naquelas Estradas, o pessoal admitido após a revogação do Decreto-lei n.º 8.249, de 1945, como mais aci-

ma se esclareceu, até a entrada em vigor da Lei n.º 3.115, de 1957, quando passaram ao regime pleno da Consolidação das Leis do Trabalho.

IV

16. Relativamente à alínea *d* da consulta, não há, no processo, elementos para conceituar êsse pessoal, que só poderá ser incluído, entretanto, em uma das categorias indicadas no item 10, dependendo, por conseguinte, da data em que houve a admissão. Não há, assim, dificuldades na solução, só sendo devida indenização por dispensa se enquadrado na alínea *a* do referido item 10.

17. A circunstância de serem, como se alega, eventuais e temporários não constitui óbice à sua conceituação, pois tanto os há dessa natureza sujeitos à legislação do extranumerário, como os regulados pela trabalhista. Só a data da admissão é que esclarece a verdadeira conceituação dêsse pessoal.

V

18. Finalmente, quanto à derradeira indagação, entendo que o aumento concedido pela Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956, só alcançou o pessoal que, naquelas Estradas, se achava regulado pela legislação aplicável aos extranumerários da União. Aos demais sujeitos à legislação trabalhista, não teve incidência aquêle diploma legal.

19. Tal conclusão não significa, entretanto, que se não pudesse atribuir, por ato executivo especial, aumento de salários na mesma base, ou em bases julgadas mais convenientes, a exemplo do que ocorreu com o pessoal pago por conta de dotações globais, a que se refere o Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956. O que se afirma é que, por simples interpretação da Lei n.º 1.745, de 1956, não seria possível aumentar os salários dos empregados sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

20. Creio, assim, ter respondido a tôdas as indagações em que se desdobrou a consulta.

E' o meu parecer. S.M.J.

Rio de Janeiro, 11 de agôsto de 1958. — CLENÍCIO DA SILVA DUARTE, Consultor Jurídico.

Corretor de Fundos Públicos — não é cargo público no conceito do Estatuto dos Funcionários.

O tempo de serviço prestado naquela qualidade por atual funcionário público não é computado para nenhum efeito.

PARECER

I

Servidor público da União pretende seja computado como tempo de serviço público, para efeito de aposentadoria, o prestado como Corretor de Fundos Públicos da Bôlsa Oficial de Valores da praça de Santos.

2. Argumenta o interessado que a Bôlsa Oficial de Valores seria uma instituição autárquica, juntando artigo doutrinário publicado na Revista de Finanças Públicas, em que se defende essa tese, além de que a proibição de acumular aquela função com cargos públicos induziria à convicção de que se trata de serviço público.

3. Adianta mais que o art. 268 do Estatuto dos Funcionários de qualquer modo o ampararia, pois ali se determina o cômputo, para todos os efeitos, do tempo de serviço prestado em qualquer repartição pública, seja qual fôr a natureza da verba ou a forma do pagamento.

4. A D.P. dêste Departamento assim não entende, negando a natureza pública do serviço prestado, para salientar que, em se tratando de serviço estadual, a recusa do Estado em admití-lo como público impediria a União de concluir de modo diverso. Também considera aquela Divisão irrelevante o argumento de que o serviço seria público pelo simples fato de incidir o exercício das respectivas funções em acumulação com cargos públicos, pois o mesmo acontece em relação às sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado. Dada, todavia, a natureza da controvérsia, solicitou-se meu parecer sôbre a matéria.

II

5. As Bôlsas de Valores, embora concretizem a execução de um *munus publicum*, não são entidades de direito público, quer da administração direta, quer da indireta ou autárquica.

6. Destinadas às operações de títulos e valores, sofrem essas instituições a fiscalização estatal, dado o inegável interêsse público que advém de tais operações. Mas, ainda que sujeitas a êsse contrôle, não se enfileiram entre os órgãos da administração pública, constituindo-se, antes, em entidades privadas, sôbre as quais se exerce a atividade fiscalizadora do Estado.

7. Daí a nomeação dos Corretores pelo Presidente da República, o que, entretanto, não lhes dá características de funcionários públicos no sentido estatutário, não obstante assim se possam conceituar no Direito Constitucional e no Penal.

8. E' que, nessas duas esferas, a conceituação tem conteúdo de maior amplitude, não havendo discrepância a êsse respeito na *communis opinio*.

9. A forma de retribuição pecuniária dos serviços prestados por êsses profissionais, que não recebem do erário, tira-lhes, por completo, a caracterização de funcionários públicos, no âmbito do estatuto básico dêsses servidores.

10. Se é certo que as funções de Corretor de Fundos Públicos são criadas por lei, com denominação própria e número certo, faltalhes, no entanto, o pagamento pelos cofres públicos, uma das características essenciais dos cargos públicos, sem a qual não se atende ao conceito estatutário ínsito no art. 2.º da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

11. O tempo de serviço dêsses Corretores, como o de seus prepostos, não pode, assim, ser considerado para qualquer efeito que deva repercutir na vida funcional de servidor público que tenha exercido aquelas funções, não cabendo invocar o art. 268 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, citada), pois que ali há expressa referência a tempo de serviço prestado em *repartição pública*, o que não é o caso, como esclarecido.

12. Também o fato de incidirem as regras proibitivas de acumulação sôbre êsses Corretores não determina a inferência desejada, do momento em que igualmente repercutem sôbre os empregados de sociedades de economia mista, como bem mostrou a D.P., além de atuarem, sôbre os tabeliães, escrivães, leiloeiros públicos, etc., que não se conceituam como funcionários públicos, pela mesma razão da origem da retribuição pecuniária que lhes corresponde.

13. O conceito de cargo público, para o efeito da vedação de acumular, tem sentido amplo, como, com propriedade, mostrou o Professor HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO, quando no exercício do cargo de Consultor Geral da República (parecer n.º 27-R, de 17 de fevereiro de 1948, *in Pareceres do Consultor Geral da República*, 1949, vol. I, pp. 207 e segs.), nem sempre conciliável com a norma decorrente do Estatuto dos Funcionários (art. 2º., mencionado).

14. Em conclusão, não se me afigura computável, para qualquer efeito na vida funcional de servidor público, o tempo de serviço por êste prestado anteriormente como Corretor de Fundos Públicos, ou na qualidade de preposto dêste, nas Bôlsas Oficiais de Valores das várias praças existentes no país.

E' o meu darecer. S.M.J.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1958. — CLENÍCIO DA SILVA DUARTE, Consultor Jurídico.

Petrobrás. Isenção de impostos. Extensão à taxa de previdência social. Distinção entre taxas e impostos pròpriamente ditos. Conceito doutrinário e conceito legal. Interpretação restritiva. Utilidades alcançadas, na espécie, pelo favor legal.

PARECER

I

A Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, sociedade de economia mista, constituída pela Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, pleiteia, junto ao Ministério da Fazenda, o reconhecimento da isenção do pagamento da taxa de previdência social, nas importações que efetua.

2. Fundamenta a suplicante o seu pedido nos arts. 22 e 23 da Lei n.º 2.004, de 1953, e art. 1.º do Decreto n.º 37.804, de 26 de agôsto de 1955.

3. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional opinou contràriamente ao pedido, por entender que nem a Constituição, nem a Lei n.º 2.004, de 1953, nem o Decreto n.º 37.804, de 1955, concedem isenção da referida taxa

à Petrobrás. Sendo as isenções fiscais matéria de direito excepcional e, por êsse efeito, de interpretação restritíssima — acrescenta o Dr. Procurador Geral — não se presumem, mas devem ser claramente expressas, pois que não há isenções implícitas (fls. 15).

4. Sôbre o assunto também opinou o Doutor Consultor Geral da República, que assim concluiu o seu parecer:

> "Nestas condições, tratando-se de emprêsa governamental e tendo em vista a regulamentação dos referidos dispositivos legais que concederam isenção fiscal à Petrobrás, estou em que a emprêsa está isenta de pagamento da taxa de previdência social" (fls. 26).

5. O Ministério da Fazenda, após êsse pronunciamento, elaborou a Exposição de Motivos de fls. 28 a 30, em que se manifesta de acôrdo com o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, admitindo, todavia, a isenção do pagamento da referida taxa quanto aos maquinismos e outros materiais relacionados no art. 11, inciso 20, do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, importado pela requerente.

6. O processo foi encaminhado a êste Departamento, tendo-se sôbre êle pronunciado a D. O., que entendeu estar a suplicante isenta do pagamento da taxa de previdência social de que se trata, não só quanto aos maquinismos e outros materiais a que se refere o citado art. 11, inciso 20, do Decreto-lei número 300, de 1938, como em relação às importações destinadas às demais atividades. Dadas as divergências encontradas no processo e a natureza do assunto, solicitou essa Divisão o meu parecer a respeito.

II

7. A Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, que instituiu a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, dispôs, no seu art. 23 (*caput*):

> "A Sociedade gozará de isenção de direito de importação para consumo e de impostos adicionais em relação aos maquinismos seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações para os fins a que se destina".

8. Essa norma legal corresponde a uma reprodução ampliativa do disposto no artigo 11, inciso 20, do Decreto-lei n.º 300, de 1938, assim redigido:

> "Art. 11. Será concedida isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras:
>
> .....
>
> 20) aos maquinismos, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais importados pelas emprêsas, companhias ou firmas, que explorarem a indústria de extração do petróleo, do carvão mineral, fabricação de cimento e de vidro plano, observadas as condições estabelecidas no Capítulo VI".

9. O Decreto n.º 37.804, de 26 de agôsto de 1955, determina, por sua vez, no art. 1.º, n.º II:

> "Art. 1.º A isenção tributária concedida à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, pelos arts. 22 e 23 da Lei número 2.004, de 3 de outubro de 1953, e demais textos legais aplicáveis, compreende:
>
> .....
>
> II — os impostos ou direitos de importação e afins, inclusive adicionais, emolumentos consulares, bem como impôsto de consumo, com relação aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais de qualquer natureza, destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento e exploração e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destina".

10. Pretende a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que a expressão constante do art. 1.º, n.º II, do Decreto n.º 37.804, de 1955, transcrito no item anterior, — "e afins", posposta a "impostos ou direitos de importação", não abrange a taxa de previdência social, pois que não seria lícito afirmar que determinada taxa é afim de um impôsto.

11. Não me parece assim, na espécie. Usou o Executivo a expressão — "e afins", pretendendo, no meu entender, nela incluir a taxa de previdência social, por dois motivos: primeiro, porque constara do Orçamento da União a taxa de que se trata na rubrica "Impôsto de Importação e Afins"; segundo, porque essa isenção já fôra concedida à requerente, por fôrça do disposto no art. 11, inciso 20, do Decreto-lei n.º 300, de 1938, transcrito no item 8, onde se declara que a

isenção atingirá "direitos de importação para consumo e *demais taxas aduaneiras*".

12. E' certo que "a nomenclatura orçamentária não modifica a natureza dos institutos e tem apenas o objetivo de metodizar ou classificar os tributos", como assinala, com a proficiência que lhe é peculiar, o Dr. Procurador Geral da Fazenda Nacional. Mas a classificação orçamentária serviu de orientação ao Executivo que, ao empregar o adjetivo — "afins", pretendeu nêle incluir aquela taxa. Ainda que inexistisse êsse propósito, não poderia o Decreto n.º 37.804, de 1955, subtrair, por omissão, a isenção daquela taxa, já definitivamente assegurada à suplicante, *ex-vi* do art. 11, inciso 20, do Decreto-lei n.º 300, de 1938, como acima esclareci.

III

13. As divergências a respeito do assunto se acentuam, ao meu parecer, dada a imprecisão técnica do enquadramento dêsse tributo como taxa, quando é caracteristicamente um impôsto.

14. O conceito doutrinário de *taxa* faz depender a contribuição arrecadada de determinados indivíduos de uma contraprestação de serviços a êles fornecida pela Administração, ou de despesas especiais necessárias à sua realização (BILAC PINTO, *Estudos de Direito Público*, p. 158). Não se confunde com o *impôsto pròpriamente dito*, que é uma contribuição arrecadada sem fim remuneratório de serviço.

15. São elementos essenciais da taxa, segundo o excelente resumo de BILAC PINTO (op. cit., pp. 158 e 159): "1.º) O primeiro elemento essencial da taxa moderna é que uma soma de dinheiro é entregue por um indivíduo ao Estado *na ocasião de um serviço determinado* prestado a êsse indivíduo, de uma *vantagem especial* obtida de agentes públicos. O indivíduo paga, porém recebe *vantagem determinada;* há prestação e contraprestação. E' por isso que se diz às vêzes que as taxas são *impostos especiais*. 2.º) As taxas se *distinguem dos impostos pròpriamente ditos*, porque o impôsto não é contraprestação de uma prestação, *definida*, de uma vantagem especial para o indivíduo que a paga; é uma soma paga em razão do fato de que o indivíduo se prende ao Estado por certo vínculo (nacionalidade, domicílio, residência, etc.)". Também assim se manifesta ALIOMAR BALEEIRO (*Uma Introdução à Ciência das Finanças*, vol. I, p. 311): "O benefício especial objetivo, mensurável, é condição essencial para que o tributo seja conceituado como taxa".

16. Dentro dêsse conceito, que não sofre divergência doutrinária, não seria possível enquadrar a taxa de previdência social. Sôbre ela assim se manifestou o Ministro LAFAYETTE DE ANDRADA (voto proferido, como relator, na Apelação Cível n.º 8.463, *in Revista de Direito Administrativo*, p. 124): ..."é preciso não esquecer que a chamada "taxa de previdência social" é, nitidamente, um impôsto"".

17. Não é outra, a respeito, a opinião de FRANCISCO CAMPOS (*Pareceres*, p. 226):

> "Os 2% cobrados a título de contribuição para as Caixas de Aposentadorias e Pensões constituem, igualmente, impôsto pròpriamente dito. Não é o destino especial do tributo que o qualifica como impôsto ou como taxa. A atribuição de um destino especial ao produto de certos impostos é uma questão de método ou de técnica de administração financeira, nada influindo sôbre a natureza do tributo, para o fim de classificá-lo nesta ou naquela categoria das rendas públicas.
>
> Aos 2%, destinados às Caixas de Aposentadorias e Pensões, não corresponde, com efeito, nenhum serviço prestado diretamente pelo Estado ao contribuinte e de que êles representem a equivalência econômica, a indenização ou compensação. Eles se destinam, ao contrário, a beneficiar pessoas diversas dos contribuintes e, precisamente, como todos os impostos, a ocorrer a despesas com a realização de um dos fins do Estado, a assistência, hoje em dia pôsto em especial relêvo como constituindo uma das suas missões essenciais".

18. Se não há discrepância quanto ao conceito doutrinário, o mesmo não acontece, todavia, com o conceito legal. Dêsse modo estatui o § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei número 2.416, de 17 de julho de 1940:

> "§ 2.º A designação de impôsto fica reservada para os tributos destinados a atender indistintamente às necessidades de ordem geral da administração pública, a de taxa, para os exigidos como remuneração de serviços específicos prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição, ou ainda para as *contribuições destinadas ao custeio de atividades especiais do Estado ou do Município, provocadas*

por conveniência de caráter geral ou de determinados grupos de pessoas" (grifei).

19. Nas expressões grifadas, agasalhou-se a taxa de previdência social, que passou a gozar, assim, *ex-vi legis*, da conceituação dessa espécie de tributo, embora sem ratificação doutrinária.

IV

20. De qualquer modo, porém, a isenção dêsse tributo está assegurada à Petrobrás, cabendo, apenas, examinar a extensão do favor legal, abrangendo tão sòmente os maquinismos e outros materiais a que se referem o art. 11, inciso 20, do Decreto-lei número 300, de 1938, e art. 23 da Lei número 2.004, de 1953, ou se também às importações destinadas às demais atividades.

21. Não tendo havido isenção genérica, mas apenas quanto a determinadas utilidades importadas, pois que a referência contida no art. 22 da Lei n.º 2.004, de 1953, não alcança tributos que incidem sôbre importação, parece-me que essa isenção só atinge aquelas utilidades, já que não se admite, como é pacífico, interpretação extensiva em tema de isenção fiscal.

E' o meu parecer. S.M.J.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1956. CLENÍCIO DA SILVA DUARTE, Consultor Jurídico.

Supremo Tribunal Federal

RECURSO EXTRAORDINÁRIO
N.º 35.016 — PERNAMBUCO

Funcionário público — Equiparação de cargos — Nenhuma ofensa à lei federal — Recurso não conhecido.

Relator: O Sr. Ministro LAFAYETTE DE ANDRADA.

Recorrente: Estado de Pernambuco.

Recorrido: RENATO JOSÉ DA SILVA MOREIRA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos, de Recurso Extraordinário n.º 35.016, de Pernambuco, sendo recorrente — Estado de Pernambuco e recorrido — RENATO JOSÉ DA SILVA MOREIRA:

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em 2.ª Turma, unânimemente, não conhecer do recurso, de acôrdo com as notas taquigráficas nos autos.

Custas da lei.

Rio de Janeiro, 1.º de outubro de 1957. — ANTÔNIO C. LAFAYETTE DE ANDRADA, Presidente e Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro LAFAYETTE DE ANDRADA: Decidiu o Tribunal de Justiça de Pernambuco:

"Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível n.º 46.009, do Recife, apelantes o Juízo, o Estado de Pernambuco e RENATO JOSÉ DA SILVA MOREIRA e apelados as mesmas.

Acordam, por votação unânime os Juízes que compõem a 3.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, integrado neste o relatório de fls. 62, em dar provimento à apelação necessária e à do autor, sendo que parcialmente à primeira, e em julgar prejudicada a do Estado.

Custas, como de direito.

Assim decidem, pelos seguintes motivos:

O autor apelante provou, com as certidões de fls. 6 e 7, exercer, em carater efetivo, as funções do cargo isolado de pagador, padrão "H", do Instituto de Pesquisas Agronomicas. Da segunda dessas certidões se verifica existir, no quadro da Diretoria de Produção Vegetal, um cargo de Tesoureiro-Pagador. A êsse cargo, consoante o Orçamento em vigor, corresponde o padrão "Q". Um seu ocupante, NEMESSIO JOSÉ DE SANTANA, que, a princípio, tinha a categoria de Pagador, padrão "G", obteve, judicialmente, a equiparação desse cargo ao de Tesoureiro e Pagador, padrão "Q" (fls. 8-13). E' exatamente o que, com a apelação parcial, deseja o autor desta demanda.

O Dr. Juiz *a quo*, com valiosos fundamentos, concedeu a equiparação do cargo de Pagador do Instituto de Pesquisas Agronômicas, padrão "H" ao de Tesoureiro-Pagador da Diretoria de Produção Vegetal, padrão "Q". Até da prova testemunhal ressai a igualdade existente entre as funções dêsses dois cargos (fls. 39).

Mas o autor pleiteia, ainda, a classificação do seu cargo, a partir de 1.º de outubro de 1953, no padrão "T-1", em que, por via de mandado de segurança, foram padronizados diversos outros Tesoureiros Pagadores.

Efetivamente, como se vê da certidão de fls. 14-22, funcionários públicos estaduais, titulares dos cargos isolados de Tesoureiros da Diretoria da Despesa, Diretoria de Rendas da Capital, Imprensa Oficial, Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos e Departamento de Assistência Hospitalar, padrão "Q", alcançaram mandado de segurança para serem classificados no padrão "T-1", correspondente ao cargo de Tesoureiro da Administração do Pôrto do Recife e da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Ora, sendo, como é, o cargo de Pagador do Instituto de Pesquisas Agronômicas equi-

parado ao de Tesoureiro-Pagador, padrão "Q", da Diretoria de Produção Vegetal e tendo sido o de Tesoureiro de várias repartições, padrão "Q", equiparado ao de Tesoureiro da Secretaria da Assembléia Legislativa, padrão "T-1" não é lícito recusar idêntica equiparação ao autor, deixando-o em desigualdade de situação incompatível com a proibição do § 6.º do Art. 163 da Constituição Estadual.

O Estado de Pernambuco interpôs recurso extraordinário com apoio na permissão constitucional, letra "a".

Alega o recorrente:

"Em verdade, decidindo como decidiu, a 3.ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, que RENATO DA SILVA MOREIRA, Pagador da Universidade Rural de Pernambuco, classificado no padrão "H", tenha o seu padrão de vencimentos equiparado ao de Tesoureiro da Administração do Pôrto de Recife, padrão "T-1", o fêz em evidente contrariedade ao Art. 141, § 2.º, da Constituição Federal pelo qual "ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", bem como contrariando o Art. 18 da Carta Magna, pelo qual "Cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição" e o fêz porque, no respeitável acórdão recorrido, desprezou-se o Art. 163, § 6.º, da Constituição Estadual, bem como a lei estadual n.º 1.691, de 16 de outubro de 1953, Art. 3.º § 3.º, letras "a" e "c".

O recurso está arrazoado, e a Procuradoria Geral da República opinou:

"No presente recurso, interposto com fundamento no Art. 101, III, "a" da Constituição não se concretiza nenhuma violação frontal da Constituição ou das leis federais, de maneira a autorizar a reforma do julgado proferido pelo ilustre Tribunal recorrido.

As normas tidas como violadas foram atendidas na decisão recorrida, de acôrdo com o melhor entendimento que lhe quis dar a instância recorrida.

Incabível, por isso, se nos afigura o recurso.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1957. — THEMISTOCLES CAVALCANTI, Procurador da República.

Aprovado: CARLOS MEDEIROS SILVA, Procurador Geral da República.

E' o relatório.

VOTO

O acórdão deu interpretação às leis que aplicou, procurando fazer justiça e nisso não incorreu em ofensa a qualquer preceito federal.

Entendeu o acórdão que os cargos eram equiparados para efeitos dos vencimentos e assim concluído. Decisão soberana, sem dar margem ao recurso extraordinário, de que não conheço preliminarmente.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: À unanimidade, não se conheceu do recurso.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Ministros LAFAYETTE DE ANDRADA (Presidente e Relator), VILLAS BOAS, HAHNEMAN GUIMARÃES e RIBEIRO DA COSTA.

Ausente, justificadamente, o Exmo. Senhor Ministro AFRÂNIO COSTA, substituto do Excelentíssimo Sr. Ministro ROCHA LAGOA, que se encontra em exercício no Tribunal Superior Eleitoral. — HUGO MÓSCA, Vice-Diretor Interino.

(Publicado no *Diário da Justiça* de 7 de abril de 1958. — p. 1.451, apenso ao número 78).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 23.229 — DISTRITO FEDERAL

Aposentadoria: é regulada conforme a lei vigente ao tempo em que solicitada.

Relator: O Senhor Ministro AFRÂNIO ANTÔNIO DA COSTA.

Recorrente: JOAQUIM COELHO DO AMARAL.

Recorrida: União Federal.

ACÓRDÃO

Vistos, etc. Acordam os Juízes da 1.ª turma do Supremo Tribunal Federal, à unanimidade, não conhecer do recurso, conforme o relatório e notas taquigrafadas.

Custas pelo recorrente.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1954. — BARROS BARRETO, Presidente. — AFRÂNIO ANTÔNIO DA COSTA, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro AFRÂNIO ANTÔNIO DA COSTA — Adoto o de fls. 134, do eminente Ministro CÂNDIDO LOBO, relator do acórdão recorrido e que se acha nestes têrmos:

"Trata-se de — aposentadoria — dos fiscais do impôsto do Consumo quanto ao modo de fixá-la, isto é, se com os proventos determinados na lei que vigorava ao tempo do ato da aposentadoria ou se com os proventos existentes na lei que vigorava por ocasião em que o funcionário adquiriu o direito de se aposentar, ou seja, quando completou 30 anos de serviços.

"A sentença apelada entendeu que aquêles 30 anos foram atingidos.

"Na apelação, porém, o Ac. embargado entendeu o contrário pelos votos do Relator, CUNHA VASCONCELOS, o Revisor DJALMA DA CUNHA MELO, vencido ELMANO CRUZ, o que propiciou os presentes embargos por parte do autor que alega que o Ac. embargado entendeu existir o limite de 60 mil cruzeiros para os proventos da aposentadoria dos agentes fiscais do Impôsto de Consumo, mas que com êsse entendimento, êle feriu as leis 24.174, de 25 de abril de 1934, e 234 de 1956, por isso que a aposentadoria de embargante não poderia estar de forma alguma baseada na lei limitadora, uma vez que ao entrar em vigor, já estava o recorrente com mais de 35 anos de serviços, portanto, nas leis aplicáveis à sua inatividade são exatamente as de ns. 24.174 de 1934 e 284 de 1936, porquanto a lei nova não podia vir prejudicar direito adquirido do Embargante e assim insistiu êle que a lei posterior, fixando o limite nos 60 mil cruzeiros, não pode ser aplicada ao Embargante porque não o atinge, pois que quando ficou em condições de se aposentar não havia aquela limitação. Replica a União Federal, entretanto, de acôrdo com o Ac. embargado que a lei que comanda a aposentadoria é aquela que vigora por ocasião de sua decretação e quando o Requerente pediu sua aposentadoria e foi ela deferida e decretada, existia outra lei que fixava a remuneração no limite de 60 mil cruzeiros e portanto, não cabe o pedido feito na inicial de revisão no respectivo cálculo para ser melhorado o — *quantum* — da aposentadoria em que o Embargante se encontra. Eis a controversia: a aposentadoria do Autor-Embargante sofre ou não sofre aquela limitação?"

Vencido em 1.ª instância, o autor não teve êxito feliz em apelação e embargos em que a ação foi dada por improcedente. O voto do relator foi vencedor por êstes fundamentos:

"...*Data vênia* do voto vencido, fico com Ac. embargado pois que pensar de modo contrário seria não dar eficácia jurídica à lei vigente ao tempo em que a aposentadoria é requerida, o que não se coaduna com a regra geral da aplicação da lei vigente e constitucionalmente reconhecida como disciplinadora das relações jurídicas daquelas que estão incluídas em seus efeitos, ônus e vantagens, sem razão plausível para tanto.

"Além disto, Sr. Presidente, o art. 199, em seu § 6.º, do Estatuto dos Funcionários Públicos é positivo e claro ao estabelecer a regra de que o provento da aposentadoria não poderá ser superior ao vencimento ou remuneração da atividade, nem inferior a um têrço.

Assim, entendo que não é possível aplicar ao Autor os dispositivos de uma lei que estava revogada no momento em que êle pediu e obteve sua aposentadoria.

O direito adquirido na espécie, defendido pelo Embargante, não tem consistência porque desapareceu com o advento da nova lei modificadora da situação anterior e se êle houvesse requerido sua aposentadoria no regime da lei anterior e a nova lei surgisse após êsse requerimento, aí sim, a decretação não poderia atingí-lo pois que — requerimento — havia firmado um direito a fazer do Autor, mas, no caso a nova lei foi anterior a tal requerimento o que impõe sua inteira aplicação, ao meu ver."

O recurso extraordinário veio pelas letras A e D, dando por vulnerados o Decreto número 24.174 de 25 de abril de 1934, e artigo 141 § 1.º e 3.º da Constituição e ainda um aresto do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n.º 16.185 do Distrito Federal.

Admitido e arrazoado o recurso o Doutor Procurador Geral assim pelo seu não conhecimento (ler fls. 172).

VOTO PRELIMINAR

Não conheço do recurso. Pretende o recorrente que lhe devem ser contados 74 mil cruzeiros de percentagem anual ao invés de 60 mil que percebe na aposentadoria como fiscal de impôsto de consumo.

E funda o pedido em que ao tempo em que completou 30 anos era essa percentagem que lhe constituía a quota-parte variável dos vencimentos; sucedeu, porém, que em

1943, sobreveio o Decreto n.º 5.436, de 30 de abril que limitou as percentagens, quando êle contava 35 anos de serviço. Em dezembro requereu aposentadoria e reclama não aplicação do Decreto n.º 5.436, limitativo das percentagens.

Ora, o princípio dominante é que a aposentadoria é regulada pelo regime impôsto na lei vigente ao tempo.

Não importa que por extremado amor à função, êle não se houvesse aposentado, completou os 50 anos de serviço; não cabe investigar dos motivos por que assim procedeu. Aliás, o fator tempo de serviço não é o único a ser atendido, em casos tais.

Quanto ao Decreto-lei n.º 7.736, de 13 de julho de 1945, cuja interpretação não é a que pretende o recorrente, de qualquer modo não o favorece, porque surgiu quase dois anos depois da aposentadoria.

Em conseqüência não há lei contrariada e quanto ao aresto do Supremo Tribunal junto por certidão, não conheceu do recurso dos fiscais JOÃO CARVALHO FRANÇA e outro e nem mesmo a fundamentação contrasta com as afirmações do acórdão recorrido.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: *Deixaram de conhecer, por votação unânime.*

Deixou de comparecer o Exmo. Senhor Ministro LUÍS GALLOTTI, por se achar em exercício no Tribunal Superior Eleitoral, sendo substituído pelo Exmo. Sr. Ministro AFRÂNIO COSTA. — OTACÍLIO PINHEIRO, Subsecretário.

(Publicado no *Diário da Justiça* de 17 de março de 1958, páginas ns. 1.190-91 — apenso ao n.º 62).

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 1.205

Candidato aprovado em concurso para provimento de cargos isolados de Professor de Ensino Técnico (Curso Básico e Curso Técnico), padrão "O" do Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, Direito à nomeação. Situação anárquica resultante da sistemática inobservância das disposições legais relativas ao provimento dos cargos. Defesa baseada na inexistência de vagas, dada a admissão irregular dos interinos. Concessão da segurança.

Relator: Sr. Des. PAULO ALONSO.

Requerente: ABELARDO VILLABOIM.

Informante: Exmo. Sr. Prefeito do Distrito Federal.

ACÓRDÃO DA 5.ª CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de Mandado de Segurança n.º 1.205, sendo impetrante ABELARDO VILLABOIM, e informante Prefeitura do Distrito Federal: Acordam os Juízes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal por votação unânime conceder a segurança pedida a fim de que seja o impetrante nomeado Professor de Ensino Técnico (Curso Técnico) da Prefeitura do Distrito Federal, padrão "O", assegurados todos os direitos daí decorrentes, a partir da nomeação em conjunto dos candidatos também aprovados, e dos interinos. Custas na forma da lei.

O impetrante inscreveu-se no concurso aberto para provimento de cargos isolados de Professor de Ensino Técnico (Curso Básico e Curso Técnico), padrão "O" do Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, na cadeira de física, logrando aprovação em segundo lugar.

Alega que tem direito líquido e certo à nomeação, postergado por ato do Prefeito, que efetivou os interinos, tanto os que não se inscreveram no concurso, como os que foram no mesmo reprovados.

Realmente por decreto de 29 de março de 1956 foram nomeados os interinos, que vinham exercendo as funções, e que eram em número de 275, e ainda mais quarenta, pois as portarias vão de 768 a 1.083, no montante de 315.

O impetrante atém-se para convencer do seu direito a êsse fato, adiantando ainda que, se "de princípio, o número de cargos a serem providos por disciplina", foi fixado, cabendo um à física (art. 24 da Instrução Especial n.º 5), o artigo 22 dispôs: "Os candidatos serão nomeados na ordem de classificação, atendido o que dispõe a legislação em vigor, e de conformidade com as necessidades de professôres no Ensino Técnico, informadas pelo Secretário Geral de Educação e Cultura".

Mostra ainda que por fôrça do art. 2.º das mesmas Instruções, os interinos foram tidos como inscritos "ex-officio", sendo certo que

no edital figuram seis dêles, só na disciplina de física.

A defesa da autoridade, a que deu apoio a douta Procuradoria Geral, consistiu em afirmar que as nomeações dos interinos não afetaram o direito do impetrante. Êste, no segundo lugar, só poderia almejar a segunda vaga, e nada além fôra oferecido aos concorrentes. Anuladas as nomeações, estariam também desaparecidas as vagas restando aquela que constou inicialmente para que foi nomeado o candidato aprovado em primeiro lugar.

A compreensão do raciocínio do Prefeito é difícil, sem que se esclareça que o mesmo entende que a Lei n.º 840, de 28 de janeiro de 1956, ao declarar a efetivação dos atuais professôres que ocupam interinamente os cargos isolados de professor do ensino técnico (artigo 3.º), criou êsses cargos para os interinos, e que existiriam antes.

Ainda a explicação não basta, para a elucidação devendo acrescentar-se que daqueles 275 interinos (as nomeações dêles depois ascenderam a 315), sòmente 125 estavam em situação correta, isto é, ocupando cargos fixados em lei, e os restantes gozando das prerrogativas de nomeados para lugares inexistentes. Entre os 125 lugares só um era de física.

Dessa fôrma, o concurso tinha em mira preencher os cargos reais. Depois, com a demissão dos interinos, far-se-ia sentir a falta de professôres, e a Secretaria Geral de Educação e Cultura iria informando sôbre as necessidades, acarretando o aproveitamento dos classificados nos concursos.

Explica-se, em parte, a situação com a notícia de que alunos da Universidade do Distrito Federal, há tempo, em número de 96, conseguiram o reconhecimento de seu direito, e, para não serem demitidos interinos, no mesmo montante, fêz-se exclusivamente o aproveitamento. Haverá, assim, diversas situações para os interinos em exercícios de magistério.

Não conseguiu, entretanto, o Prefeito demonstrar que os interinos estivessem mesmo ocupando cargos inexistentes. Confessa-se em parecer da Procuradoria Geral da Prefeitura que nunca se observou a fixação dos cargos no magistério municipal. Se aos interinos não se reconhecia nenhum direito, como explicar que não fôssem demitidos, e, só pela reprovação ou ausência, no concurso, viesse tudo a ser normalizado? A presunção acertada está em aceitar a regularidade dos atos administrativos, principalmente no que concerne ao provimento dos cargos públicos. Os desmandos que o Prefeito confessa, ou a Procuradoria Judicial, através do advogado que a representa, se verdadeira, deveriam conduzir à responsabilidade administrativa e penal, pois, não se pode admitir que se façam nomeações para cargos não criados em lei.

Estranho, pois, que um estado de coisas tolerado através de sucessivas administrações, não tenha encontrado repulsa senão no momento em que haveria de servir para menosprezar o lídimo direito de professôres classificados em concurso. O lugar mais inadequado para a retificação de erros é o presente processo. Além do mais chegar-se-ia ao absurdo de proclamar a ilegalidade da situação funcional dos ex-interinos, sem que êstes sofressem o mínimo vexame. Nem se anuncia que, pelo menos, resolvesse a Prefeitura recuperar os proventos que lhes pagou, já que, com as nomeações, atribuiu-lhes uma posição definitiva.

O caso da legislação municipal, e especialmente o estado de fato do magistério do ensino técnico à data da abertura do concurso, não autoriza o acolhimento da tese propugnada pelo Prefeito. Antes, há de se concluir pela legitimidade das nomeações dos interinos, importando o ato do Prefeito na criação do cargo, se inexistia fixação legal, ou esta tão remota ficara que, ante as exigências subseqüentes do ensino, à falta de concurso normal deixara de regir o assunto, disciplinado já por outras normas implícita ou explicitamente decretadas.

Quando essas circunstâncias não bastassem para justificar a conclusão contrária à defesa, uma única motivação bastaria para que fôsse encarada como real a existência dos cargos ocupados pelos interinos: o tratamento que receberam através da Lei n.º 840, de 1956, já citada. Essa lei nasceu da conveniência reconhecida pelo legislativo municipal e pelo Senado da República, e também pelo Executivo Municipal, que lhe deu a mais ampla execução (os interinos eram 275 e as nomeações orçam por 315) de não deixar ao desamparo os professôres interinos, no seu art. 3.º: "Ficam efetivados os atuais professôres que ocupam interinamente os cargos isolados de professor do ensino técnico (curso técnico e básico)". Ora, não só galvanizou a posição dêsses professôres, como lhes conferiu estabilidade. O dispositivo em questão oferece, sem dúvida, a inteligência que lhe deu o Prefeito, entendendo que os cargos estavam criados para serem nêles providos os seus ocupantes, mas além disso a definir a antiga situação dêstes como de interinos em cargos isolados de professor. Irregular, ou não, a an-

tiga situação, e há de se propender para a segunda hipótese justamente pelo benefício que receberam, injustificável na primeira, o dispositivo legal, de caráter legislativo veio reconhecer positivamente a existência dos cargos. Implicitamente ficou prevista a série de nomeações dos candidatos aprovados no concurso em andamento, já com alguns resultados finais apurados, nos cargos antigos.

Dentro dessa ordem de considerações é claro que o impetrante, segundo colocado no concurso da sua disciplina, em que se inscreveram seis interinos, já tendo um dêstes se aproveitado, aliás por ter obtido o primeiro lugar, tem direito líquido e certo à nomeação que pleiteia, pelo menos numa das cinco vagas dos interinos, cuja demissão se impunha, mas que foram beneficiados por uma lei especial em outros cargos.

Outros argumentos do impetrante no sentido de mostrar que outras vagas ter-se-iam que computar, não só porque o Secretário Geral de Educação e Cultura já manifestara a conveniência de admissão de mais professôres, ou porque professôres de matemática estão sendo mandados para reger as cadeiras de física, tornam-se despiciendos comparados com o que resulta da iniludível inclusão de interinos no edital de concurso, e do seu aproveitamento nas novas vagas criadas. Faça-se comunicação para que seja cumprido.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1957. — MÁRIO GUIMARÃES FERNANDES PINHEIRO, Presidente. — PAULO ALONSO, Relator. — HUGO AULER.

Ciente, em 6-5-57 — CANDIDO DE OLIVEIRA NETO.

Registrado em 23 de maio de 1957.

(Publicado no *Diário da Justiça* de 13-3-58 — á página n.º 1.110-11, apenso ao n.º 59).

Tribunal Regional do Trabalho

RECURSO ORDINÁRIO N.º TRT 1.220-57

A equiparação salarial incide sôbre a existência de funções idênticas, não sendo possível deferi-la em relação a atividades diversas em carreiras desiguais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso ordinário de n.º 1.220-57, sendo recorrentes JOÃO BATISTA DOS SANTOS LIMA e outros e recorrida a Estrada de Ferro Leopoldina, Patrimônio Nacional;

Acordam os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso. Custas, *ex lege*.

Os reclamantes pediram a equiparação de salários, indicando paradigmas empregados das mais diversas atividades. São êles *agentes de estação* e desejam receber salários iguais *a conferentes, auxiliares de conferentes e ajudantes de caminhão*.

Sem nenhum êxito, valem-se do presente recurso ordinário, que, evidentemente, não há de ser provido.

E' exato que os paradigmas indicados exercem funções diversas e que são melhormente remunerados. Isso, pois, não assegura nenhum direito aos reclamantes, e nem implicaria diversidade de tratamento, dado a que a situação jurídica dos empregados da recorrida está disciplinada em estatuto próprio. Por êsse estatuto, sòmente é assegurada *melhoria* salarial (e na espécie se discute sôbre equiparação) quando o empregado de categoria inferior esteja vencendo salário maior ou igual ao de outro de categoria superior, dentro da mesma carreira (Regulamento do Pessoal, art. 108).

Só isso basta para a evidência da desrazão dos recorrentes, dado a que os reclamantes pertencem a categoria e carreira inteiramente distintas das ocupadas pelos equiparandos, de modo que, sem a infringência do regulamento, nem poderá ser enfrentada a questão.

Mas, não só por isso. A equiparação salarial é instituto que exige cautela para sua aplicação. A lei mesma (Consolidação; artigo 461) estabelece, dentre outros requisitos, o do atendimento de condições técnicas e de produtividade. O empregado que deseja equiparar-se a outro deve demonstrar encontrar-se na mesma posição jurídica, ser eficiente em técnica e em produção, isto é, deve exercer *trabalho de igual valor* ao que executa o equiparando.

Na espécie, os recorrentes almejam melhoria salarial fora dos quadros legais e estatutários, invocando os suprimentos da eqüidade. Evidentemente, aos tribunais de trabalho falece competência para se imiscuir na administração das emprêsas, a ponto de ditar-lhes normas que impliquem, direta ou indiretamente, na revogação de seus regulamentos e estatutos, a menos que atritem com os preceitos legais, o que não acontece na hipótese questionada.

A improcedência do pedido foi bem decidida em primeira instância e o improvimento do recurso é medida da melhor justiça.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1957. — AMARO BARRETO DA SILVA, Presidente. — CÉSAR PIRES CHAVES, Relator.

Ciente: MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO, Procurador Adjunto Substituto.

(Publicado no *Diário da Justiça* de 17-1-58 — páginas n.º 190-91 — apenso ao n.º 14).

PROCESSO TRT. 40 EP-58

O direito adquirido do servidor estadual, hoje juiz do trabalho, em ver contado o seu tempo de serviço em dôbro, ou em condição de concorrência, não pode ser oposto à União, e a esta obrigar, o que é contra texto expresso da lei federal, ex-vi do art. 81 do Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso administrativo, de número TRT. 40 EP-58, sendo recorrente o Juiz

HUGO FERREIRA DA CUNHA e recorrido o Vice-Presidente dêste Tribunal;

Acordam os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, vencido o Relator, que o provia integralmente, dar provimento, em parte, ao recurso, para admitir seja contado, para todos os efeitos, o tempo de serviço, estadual, com exclusão do período simultâneo prestado à Ordem dos Advogados.

O ilustre recorrente, antes de juiz-substituto, foi funcionário estadual, contando 14 anos, 6 meses e 21 dias de serviço efetivo, ao qual para efeito da gratificação prevista no art. 146 do Estatuto dos Funcionários Civis da União, quer ver acrescido o período entre 31-3-1949 a 31-3-1957, isto é, exatamente 8 anos, prestados à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Conselheiro mas computados *simultâneamente* de acôrdo com a Lei 753, de 29-12-43, e Decreto-lei estadual n.º 344, de 28-10-1944, tudo perfeitamente esclarecido após a juntada da certidão de fôlhas 31.

E' em tôrno dessa pretensão que divergem o despacho recorrido, da lavra erudita do Juiz CELSO LANNA (fls. 8 a 10), deixando de computar o tempo estadual do recorrente, quer cumulativamente, quer isoladamente, e o de admissão do recurso (fls. 18 a 19), êste do eminente Juiz-Presidente AMARO BARRETO DA SILVA, que situou a controvérsia apenas no plano do sôbre-adicional estatutário, exclusive quanto ao adicional da magistratura e assentos funcionais do Suplicante nos quais incorre, no entender da digna autoridade, irregularidade alguma a demandar correções.

Tôda questão está, pois, em saber se o tempo de serviço local, mandando computar simultâneamente, deve ser considerado no *ambito federal* (inclusive, é lógico, para o adicional específico devido a magistrado), à vista da expressa disposição contida no art. 81 da Lei 1.711, de 28-10-1952, *in verbis*:

"E' vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente em dois ou mais cargos ou funções da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquias e sociedades de economia mista".

Inegável que o invocado preceito, nada obstante a exceção aberta pelo art. 185 da Constituição, bem reverencia o princípio de direito administrativo, proibitivo da contagem de tempo de serviço prestado *concorrentemente* nos cargos acumulados.

A proibição não é de hoje. Já o Estatuto caduco todo calcado na orientação constitucional do Estado Novo, do mesmo modo, expungia a contagem do tempo de serviço concorrente e simultâneo, nas mesmas condições ora pretendidas.

Tem-se, até, entendido que as normas do Estatuto Federal, em princípio, devem ser observadas a fim de que o serviço prestado a entidades locais não possa ser colocado em plano superior ou considerado de mais valia que o federal. Caso contrário, remata o Consultor Jurídico do D.A.S.P. em parecer transcrito com o despacho recorrido, a vida funcional dos servidores da União ficaria sujeita a variações decorrentes da atividade legislativa dos 20 Estados, do Distrito Federal e de milhares de Municípios.

A despeito, objeta-se tratar-se de direito adquirido. Tal só se entende, todavia, em relação ao tempo estadual. A prerrogativa assegurada ao ilustre Recorrente em ver contado o tempo questionado em dôbro, ou em condições de concorrência, não poderá, contudo, ser *oposta à União, e a esta obrigar*, mas, tão sòmente ao Estado a que serviu, sob as recomendações e assentos legais ali considerados. O Estado só *legisla* para seus funcionários. *Igualiter*, a União. Mas, nem por isso, estaria sendo posta em dúvida a constitucionalidade da lei do Estado porque *em jôgo pretensão no âmbito federal, a cuja disciplina ora se submete o suplicante.*

Afirma-se que o C. Tribunal de Justiça do Distrito Federal não suscitou dúvidas em aceitar o tempo de serviço do eminente Juiz ANTÔNIO PAULO SOARES DE PINHO, tal como veio contado na forma do Estatuto Estadual e da já citada Lei 753.

Não foi trazido, contudo, o fundamento da resolução indicada. De qualquer modo, como se viu, a contagem de tempo de serviço concorrente para qualquer efeito, é *expressamente* proibida pela Lei n.º 1.711, de 1952. Nenhuma outra lei existe, de igual prestígio e autoridade, de caráter geral ou especial, revogando o preceito estatutário consubstanciado no art. 81. O próprio Código de Organização Judiciária não contém nenhum dispositivo que, expressamente, permita essa acumulação. Silenciando, no particular, decerto que seria impertinente qualquer interpretação que resultasse do cotejo de seus preceitos com o do Estatuto do Funcionalismo da União.

Diz-se, por último, que o Estatuto não se aplica aos magistrados, sem dúvida sujeitos a regime diverso. A verdade é que o adicional pedido tem fundamento preciso no art. 146 daquele diploma. Odiosa, por isso mesmo, a

interpretação que, por motivo de vantagens, distinguisse entre juízes e funcionários, com restrição daqueles para quem justamente se legislou em caráter especial.

Nessas condições, não atingindo o ilustre Suplicante tempo que lhe assegure condição ao adicional pleiteado, não cabe, nesta oportunidade, dizer do seu direito *em tese*. O recurso é provido no sentido de computar-se, para os efeitos legais (e, pois, também no que diz respeito ao sôbre-adicional da magistratura), o tempo de serviço estadual, com exclusão do período simultâneo prestado à Ordem dos Advogados.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1958. — AMARO BARRETO DA SILVA, Presidente. — CESAR PIRES CHAVES, Relator designado.

Ciente. — ÁLVARO LINS JÚNIOR, Procurador Adjunto Substituto.

(Publicado no *Diário Oficial* de 25-2-58 — p. 3.593 — Seção I).

PROCESSO TRT. N.º 44-EP-57

— E' de aplicar-se a pena de demissão ao funcionário que, injustificadamente, abandona o cargo, ausentando-se do país sem autorização de seus superiores, e tão logo caduca a permissão de o fazer, por motivo de férias regulamentares (Lei número 1.711, art. 207, al. II).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de inquérito administrativo, de número 44-57, a que responde o auxiliar Judiciário NEYDE ALVES FERREIRA; Acordam os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, por maioria, em aplicar à acusada a pena de demissão, por abandono do cargo. *Sem custas.* A indiciada, à vista do requerimento de fls. 2 do apenso, obteve permissão para gozar férias, do período de 2 a 31 de dezembro de 1956, no exterior, indicando o enderêço da Av. Division del Norte 832, 32, no México. Entretanto, as provas testemunhal e documental positivaram, plenamente, que sòmente viajara para aquêle país em data posterior a 31 de dezembro, depois de concluídas as mesmas férias. O expediente de fls. 17 é taxativo. E dêle se vê que a acusada avionou pela Pan American, a 4 de janeiro de 1957, com destino a Port of Spain, sem o menor aviso a seus superiores hierárquicos. Desde então, não mais trabalhou, e nenhuma providência tomou no sentido do reingresso de suas atividades. Obrigada a se desdizer, pois primeiramente afirmara ter se ausentado para o México durante o período daquelas férias (fls. 7), a acusada levanta a suposição de encontrar-se doente, sofrendo de *hepatite a virus*, para isso oferecendo a documentação de fôlhas 26, 27 e 28, da qual se constata ter o dr. CARBALLIDO CANSECO, em 30 de maio de 1957, diagnosticado a sua permanência no México, por motivo de tratamento de saúde, por mais três meses a contar de 11 de abril anterior. Impressiona, de logo, que, portadora de males tão prolongados, não tivesse tido o elementar cuidado de comunicar-se com seus superiores, por intermédio de parentes aqui domiciliados. No caso, porém, só interessa o procedimento funcional da acusada que se ausentou do local de sua repartição quando vencida a autorização de o fazer. Se o seu afastamento tivesse ocorrido dentro dos limites da permissão, isto é, durante o gôzo de suas férias regulamentares, então seria de indagar-se da comprovação de doença superveniente e da impossibilidade do reingresso mediante a existência de motivo justificado. Mas nem isso ocorreu, uma vez que o exame médico verificado no curso do inquérito não chegou a qualquer definição que justifique, ou não, o diagnóstico de moléstia atestada pelo clínico do país estrangeiro (fls. 34). A prova da enfermidade pelo longo período de sua duração, sòmente poderia ser acolhida pelo laudo de junta médica, e cumpria à acusada. E ainda que se empreste todo crédito aos documentos questionados, nada a exime da infração a dever legal, sob ausentar-se do país sem a menor comunicação a seus chefes, ciente da caducidade de permissão, e tudo fazendo com o manifesto propósito de ocultar sua ausência. A acusada *incidiu em falta* quando viajou para o estrangeiro, ao invés de retornar às suas atividades, tão logo vencidas as férias. *Reincidiu em infração a dever legal*, porque assim agira sem aviso a seus superiores hierárquicos. E o mais grave é que na própria petição de fls. 7, ela mesma afirma encontrar-se no México para onde teria ido em gôzo de férias regulamentares e com autorização do digno Presidente dêste Tribunal, o que não é exato. *Abandonou o cargo*, porque dêle ausente, sem causa justificada, por período superior a trinta dias (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, art. 207, al. II) — Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1958. — AMARO BARRETO DA SILVA, Presidente. — PIRES CHAVES, Relator designado. — Ciente: DJALMA CUNHA MELLO FILHO, Procurador Adjunto Interino. — Confere com o original — Em 7 de fevereiro de 1958. — VALNICE B. ASSUMPÇÃO.

(Publicado no *Diário Oficial* de 21-2-58, p. 791).

Tribunal de Justiça do Distrito Federal

APELAÇÃO CÍVEL N.º 39.463

A prova da requisição de funcionário, a fim de ter exercício em outro setor da administração pública, deve ser feita de modo inequívoco.

A exoneração de funcionário extranumerário, antes da vigência da atual Constituição, independia de prévio inquérito administrativo.

Relator: O Sr. Des. NELSON RIBEIRO ALVES.

1.º Apelante: Juízo da 4.ª Vara da Fazenda Pública.

2.º Apelante: Prefeitura do Distrito Federal.

Apelado: GALIMBERTI CARNEIRO NOBRE DE LACERDA.

ACÓRDÃO DA 1.ª CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação cível n.º 39.643, sendo apelante — o Juízo da 4.ª Vara da Fazenda Pública e a Prefeitura do Distrito Federal e apelado — GALLIMBERTI CARNEIRO NOBRE DE LACERDA, acordam os Juízes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por votação unânime, dar provimento aos recursos, a fim de julgar improcedente a ação, pagas as custas na forma da lei.

O apelado foi admitido aos serviços da Municipalidade, entrando em exercício a partir de 1 de novembro de 1940, como auxiliar de escritório extranumerário e com vencimentos mensais de seiscentos cruzeiros, ocorrendo a recondução para o exercício de 1941, bem como para o de 1942, passando em tal oportunidade, para o cargo de Oficial Administrativo extranumerário, além de tal recondução também se verificar em 1943, mas, em 1944, foi excluído, por abandono de função, da relação de extranumerários da Secretaria Geral de Finanças de acôrdo com a autorização do Prefeito, em fevereiro do dito ano (fôlhas 38 e verso).

Alegou o apelado, no entanto, que, em virtude de requisição da extinta Coordenação de Mobilização Econômica, passou a exercer as suas funções naquele órgão a partir de junho de 1943, consoante o ofício número 175, motivo pelo qual não poderia ser demitido por abandono de serviço, salientando que continuou a exercer o seu mister, em comissão, como serventuário do Serviço de Alimentação da Previdência Social, o que se verificou até o dia 20 de abril de 1949, data da respectiva dispensa, mas ao se apresentar à Secretaria Geral de Finanças, segundo alegou, teve notícia de sua dispensa, procurando conseguir o seu aproveitamento por via amigável, vindo a requerer, expressamente, em fevereiro de 1953, porém teve a sua pretensão indeferida, sob o fundamento de ter incorrido em prescrição.

Inconformado com a deliberação do Senhor Prefeito, o apelado intentou a presente ação ordinária, visando a sua reintegração em cargo equivalente, o que foi acolhido pela sentença de primeira instância, existindo o recurso de ofício e a apelação voluntária da Prefeitura do Distrito Federal.

A matéria prescricional, articulada em defesa, foi repelida na sentença recorrida, deixando a apelante de se referir, expressamente, ao assunto no recurso intentado.

Acontece, no entanto, que a dispensa do apelado não foi ilegal, pois não se comprovou a entrega ao Senhor Prefeito do ofício de requisição, o que seria imprescindível, procurando-se obviar o detalhe com o depoimento de duas testemunhas (fôlhas 85 e 86), o que se mostrou por demais precário, por isso que deveria, aguardar em princípio, o despacho permissivo da requisição, embora se pudesse articular com o poderio concentrado, na oportunidade, em mãos do Coordenador, acrescendo que se dito ofício, efetivamente, tivesse sido entregue, o assunto não poderia deixar de ser anotado nos assentamentos do funcionário, caso em que a dispensa seria, inquestionàvelmente, irregular.

Nem se argumente com a inexistência de inquérito administrativo, pois os extranumerários, no período da dispensa, eram reconduzidos anualmente, não se devendo esquecer que o respectivo inquérito só era exigível para os ocupantes de cargo de provimento efetivo (artigo 177 dos estatutos), motivo pelo qual a exoneração do extranumerário ficava a critério do próprio Govêrno (art. 93, § 1.º, letra "b", dos estatutos), dado que ainda não vigia a Constituição de 1946, que assegurou direito aos extranumerários.

Rio, 17 de dezembro de 1956. — ROMÃO CÔRTES DE LACERDA, Presidente. — NELSON RIBEIRO ALVES, Relator. — JOSÉ MURTA RIBEIRO.

(Publicado no *Diário da Justiça* de 6-3-58 — páginas ns. 996-7 — apenso ao n.º 53).

APELAÇÃO CÍVEL N.º 39.709

Assiste direito ao candidato que passou em concurso devidamente homologado a ser aproveitado no prazo da lei. O despacho administrativo que autoriza o aproveitamento é irrevogável, não se justificando sua modificação em virtude de reforma ou de ato para o qual não concorreu o beneficiário da decisão administrativa.

Relator: Sr. Des. DARCY ROQUETE VAZ.

Apelante: ANTÔNIA DO NASCIMENTO SIMÕES — J. Gratuita.

Apelada: Prefeitura do Distrito Federal.

ACÓRDÃO DA TERCEIRA CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível n.º 39.709, em que são partes as acima indicadas,

Acordam os Juízes da 3.ª Câmara Cível em dar provimento à apelação para reformar a decisão apelada, mandando seja a apelante aproveitada na primeira vaga que se der ou fôr criada de inspetor de alunos da Prefeitura do Distrito Federal, por unanimidade.

A apelante propôs ação ordinária contra a Prefeitura para o fim de ser transferida para a carreira de inspetor de alunos, além do beneficiamento com as promoções, abonos e reajustamentos conseqüente e oriundos de sua inclusão na carreira em questão e respectivas diferenças de vencimentos que, porventura, lhe couberem.

Alegou, na inicial, que foi admitida ao serviço da apelada em 1937, tendo mais tarde sido admitida para o Quadro Permanente e incluída na carreira de Servente, na classe "F", ex vi do § 1.º do art. 1.º da Lei número 548, de 4 de dezembro de 1950.

Em virtude de seu estado de saúde, requereu a sua transferência para o cargo de inspetor de alunos ,submetendo-se, para tanto a concurso no qual foi aprovada, tendo, por despacho do Prefeito publicado no *Diário Oficial* de 28 de fevereiro de 1952 (Doc. 7) sido atendido o seu requerimento em que pedia fôsse aproveitada no referido cargo.

Como tardasse tal providência, dirigiu novo requerimento ao Prefeito que o indeferiu, sob a alegação de que pelo novo Estatuto do Funcionário, a carreira de inspetor passou a ter início na letra "G", não podendo, por isso, a apelante ter sua pretensão atendida, por isso que era letra "F".

Inconformada ingressou em Juízo, tendo, afinal, o Dr. Juiz "a quo", pela sentença de fls. 65-67, julgado improcedente a ação, sob o principal fundamento de que, a apelante, falece direito, eis que pretende ser transferida para cargo de padrão diferente.

Apelou desta sentença ANTÔNIA DO NASCIMENTO SIMÕES (fls. 69), contra-arrazoando a Prefeitura às fls. 73.

E' fora de dúvida que a apelante prestou prova ou concurso para poder pretender sua transferência para o cargo de inspetor de alunos, e que seu concurso ou prova, com o mesmo valor foi homologado pelo Prefeito de então, que subordinou seu aproveitamento a existência de vaga. Nenhuma outra condição ficou então, estabelecida, com o que ficou assegurado a ela o aproveitamento, solução que ficou claramente definida, e, em verdade lhe assegurou direito inquestionável. Nada importa que condições novas às quais ela foi estranha, viessem modificar os vencimentos do cargo de inspetor de ensino, para o qual se habilitara, e que conseguira em prova a que se submeteu e que obteve homologação do Prefeito que à vista disto, a mandara aproveitar. A ocorrência posterior, decorrente da reforma dos Estatutos dos Funcionários Municipais, e que fixara no padrão "G" o início da carreira de inspetor de alunos, em nada lhe tiraria o direito assegurado.

O cargo, em verdade, não foi extinto. Continua com as mesmas funções específicas para as quais foi a apelante julgada apta. O que se modificou foi a remuneração, pois em tanto importa a designação da letra G no lugar da letra F. O serviço, o desempenho é

rigorosamente o mesmo. A apelante foi julgada apta para o cargo de inspetor de ensino, à época, com os vencimentos a que faz jus a letra "F". Posteriormente dito cargo teve seu vencimento mínimo aumentado para o da letra G. Nem por isso se modificou a função nem a denominação, sequer, passou a ser outra. Havia já um ato administrativo irrevogável. O motivo apresentado pela Prefeitura para modificá-lo não convence. Além de ferir direito da apelante, pela própria Prefeitura já admitido, deixou de aplicar o princípio de eqüidade, pois que, caso idêntico ao da apelante, teve tratamento diferente, conforme se verifica dos autos (fls. 58).

Nenhuma culpa, de resto, cabe à apelante, se o seu processo tardou em ser despachado, visto como a tremenda burocracia da máquina administrativa é um óbice para qualquer que não tenha a beneditina paciência dos santos, ou recursos para uma longa espera.

As razões apresentadas pela Prefeitura para justificar o não aproveitamento da apelante, e às quais se apegou a sentença recorrida, se limitam ao argumento ora examinado. Havia, entretanto, anteriormente à elevação da remuneração da clase inicial da carreira de inspetor de alunos, uma situação jurídica que beneficiava a apelante, antiga funcionária, adoecida no serviço público, e cuja saúde, por indicação médica, só é compatível com a carreira em questão, para a qual se habilitou em prova que transpôs, devidamente homologada pelo Prefeito, que ordenou o seu aproveitamento na primeira oportunidade. Nem na primeira, nem na última, pois que à revelia sua, a melhor remuneração estabelecida para o início da carreira, foi argumento para que se desconhecesse o seu direito, anteriormente assegurado.

E' preciso repor a situação jurídica preestabelecida da maneira clara, que uma incidência de lei posterior não a revogou nem especìficamente, nem por via decorrência lógica, inutiiizou ou tornou inválida em seu aspecto de legitimidade inconteste.

Custas *ex-lege*.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1957. — OSCAR TENÓRIO, Presidente. — DARCY ROQUETE VAZ, Relator. — CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS.

(Publicado no *Diário da Justiça* de 13 de março de 1958 — páginas ns. 1.121-22, apenso ao n.º 59).

AGRAVO DE PETIÇÃO N.º 7.952

Executivo fiscal. O Banco do Brasil S.A. não está imune dos ônus tributários atribuídos pela Constituição aos Estados, Municípios e Distrito Federal para se sustentarem. Embora sociedade de economia mista, está sujeita às normas legais de âmbito mercantil, entidade de direito privado, aproximando-se, é exato, pela sua finalidade econômica e financeira, da administração pública. Não é cessionária de serviços públicos, desempenha alguns em virtude de contratos, ou por delegação da União. — Nestes de caráter essencialmtnte de serviço público, está isento.

— A União é majoritária, por isso sua administração é inspirada pelo Presidente da República, mas suas deliberações são tomadas em assembléias de acionistas, na forma de direito privado.

Relator: Sr. Des. OMAR DUTRA.

Agravante: Banco do Brasil S.A.

Agravada: Prefeitura do Distrito Federal.

corrida, custas na forma da lei.

ACÓRDÃO DA 2.ª CÂMARA CÍVEL

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de agravo de petição n.º 7.952, sendo agravante o Banco do Brasil S.A. e agravada Prefeitura do Distrito Federal:

Acordam os Juízes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal por unanimidade de votos negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida, custas na forma da lei.

A Prefeitura do Distrito Federal move ação executiva contra o Banco do Brasil, para cobrar impôsto predial, taxas e multas a que foram lançados os imóveis.

O Banco se defende alegando gozar de imunidade tributária, por exercer serviço público, por delegação.

A decisão recorrida não lhe reconheceu imunidade e nem isenção dos tributos atribuídos aos Estados, Municípios, aos quais se equipara o Distrito Federal.

Esta Segunda Câmara Cível, já nos agravos ns. 4.201 e 6.357, dos quais fomos relator, resolveu no mesmo sentido, não considerando o Banco do Brasil isento do tributo predial e taxas municipais.

O Banco do Brasil não está isento dos ônus tributários atribuídos pela Constituição, aos Estados, Municípios e o Distrito Federal, que a êles se equipara, para se sustentarem. Embora sociedade de economia mista, da qual participa o Estado, está sujeita às normas legais de cunho mercantil, entidade de direito privado, aproxima-se, é exato, pela sua finalidade econômica e financeira, da administração. Mas, descaracteriza da finalidade pública para as vias de interêsse capitalista imediato, próprio da órbita privada. Não é concessionário de serviço público, desempenha alguns em virtude de contrato ou por delegação. Não se pode todavia, negar-se que superintende alguns de caráter, essencialmente, de administração, quanto a êsses está isento.

O próprio agravante, Banco do Brasil, já propôs contra a Prefeitura do Distrito Federal, ação, a fim de ser declarado dêle se achar isento do pagamento do impôsto predial e demais taxas, não obteve ganho de causa, inclusive no Supremo Tribunal Federal, o que levou a propor rescisória ainda pendente de decisão. De modo que, enquanto não lhe fôr reconhecida a isenção, está obrigado a pagar os tributos municipais do Distrito Federal. Há, portanto, coisa julgada não o isentando de tributo.

Os serviços públicos alegados pelo agravante, não constituem serviços parte integrante da organização administrativa da qual se destaque, personificando por ato do Estado, é, porém, de uma atividade que opera por meio de um organismo privado em colaboração com a administração pública. E' uma sociedade mista, que age em seu próprio nome e no próprio interêsse, e não em nome do Estado, como ocorre com os funcionário públicos, com as autarquias e os paraestatais. Não é concessionário de serviço público que, para gozar de isenção, precisa ser expresso em lei.

O que leva à confusão é que há, atualmente, assuntos de relevância a cargo do agravado, alguns desempenhados em virtude de contratos, outros por delegações, por isso mesmo, por ser a União acionista majoritário, sua diretoria é de caráter de confiança do Presidente da República, que inspira sua escolha.

Mas, todos os assuntos são deliberados em assembléias de acionistas, embora com a parcela de direito público, não deixa de ser uma sociedade de direito privado.

Vale transcrever a declaração de voto do eminente Ministro ARTHUR MARINHO, quando honrava esta Câmara, no agravo n.º 4.201, já referido: "A mera questão de Soc. de economia mista não esgotaria o assunto, nem também, o de sua simples personificação característica, que podem equipará-las a pessoas jurídicas de direito público, o que entretanto, no problema concreto, não vem ao caso. E o parágrafo do art. 31 da Constituição vigente, que é similar a dispositivo em Constituição anterior a substância do que antes existe, nada obstando quando "A União instituir em lei especial". O cerne do problema está em distinguir o que o Banco faz como entidade bancária particular, de que faz como delegado do poder administrativo oficial; no último caso, usa de imunidade tributária; no outro, não. Nem a União isentaria (já não se trata de imunidade, mas, só de isenção), mesmo por lei, do que não fôsse seu; não legislaria nem contraria, isoladamente, tirando do Estado membro e Municípios (e D. F.) o que a Constituição lhes ortorgou para se sustentarem".

Há um acórdão do Supremo Tribunal Federal — *in* D. J. de 14-11-55, p. 3.998, em que se encontra êste trecho do voto do eminente Ministro OROZIMBO NONATO: "Trata-se de saber se o Banco do Brasil, dada a sua condição de órgão de serviço público, proclamada em lei, tem ou não isenção de impostos. Na discussão dessa *"vexata quaestio"* distinguia se se trata de serviço público delegado pelo Govêrno Federal, a tributação de impôsto pelos Estados membros, não podia atingir; se se tratasse de atividade bancária comum, deixaria de prevalecer a imunidade fiscal. E' o Banco do Brasil, de par com a sua atividade de órgão da política financeira, é também estabelecimento que se entrega a negócios bancários comuns, caso em que a isenção, d. v., não depara fundamento no direito. Na dúvida, a solução é pela tributabilidade, cabendo ao Banco provar que se trata de atividade estatal delegada. Ao meu ver, no caso, a tributação é devida porque se trata de impôsto predial e na sede do Banco êle opera assim como delegado do Govêrno, como na condição de Banco comum, têrmos em que, fiel aos meus votos anteriores, e conhecendo do recurso pela letra "d", dou-lhe provimento.

Aí estão os dois acórdãos desta Câmara amparados por tão boas escoras, que dá o convencimento do acêrto do decidido.

A decisão recorrida lança fundamento certos e jurídicos que com os acima expendidos, merece inteira confirmação, como de fato se Confirmou.

Distrito Federal, 17 de dezembro de 1956. — Dr. HOMERO PINHO, Presidente. — ARMINDO — Orç. 250.401 — 14 cc.

OMAR DUTRA, Relator. — VICENTE DE FARIA COELHO.

Registrado em 25 de janeiro de 1957.

(Publicado no *Diário da Justiça* de 13 de março de 1958 — páginas ns. 1.089-90, apenso ao n.º 59).

Indice de Autores

A

ARAGÃO, JOÃO GUILHERME de — Características do govêrno do Império (II) — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3. — p. 185.

Govêrno e administração — Ano XXI — v. 81 — n.º 1. — p. 5.

ARAÚJO, MARIA AMÉLIA MARTINS de (tradutora) — Necessidade de aplicar um sistema orgânico à ordenação dos arquivos administrativos, de JAVIER LASSO DE LA VEGA — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 44.

AZEVEDO, LYGIA — (tradutora) — Ensaio de análise da influência dos grupos de interêsse, de JEAN MEYNAUD — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 5.

A função de inspeção de finanças na organização do contrôle administrativo interno da Bélgica, de G. Dernouchamps — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 261.

B

BANDEIRA DE MELLO, MANOEL CAETANO — O centenário da origem das espécies (1859-1959) — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 130.

BRILLOUIN, LEON — Ciência e informação tradução de LYGIA NAZARETH FERNANDES) — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 254.

BRITNELL, G. E. — Os países subdesenvolvidos na economia mundial (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 130.

BROGLIE, LOUIS de — Sentido filosófico e alcance prático da Cibernética (tradução de LYGIA NAZARETH FERNANDES) — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 233.

C

CARDOSO, MARY (tradutora) — Aspectos políticos da tributação, de E. PENDLETON HERRING — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 144.

O crescimento das áreas metropolitanas e a descentralização, de LÉO F. SHNORE — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 5.

A função de pessoal na administração pública, de WILLIAM W. PARSON — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 40.

Os países subdesenvolvidos na economia mundial, de G. E. BRITNELL — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 130.

COBLANS, HERBERT — Novos métodos e técnicas de difusão de conhecimento (tradução de MARIA AMÉLIA PÔRTO MIGUEIS) — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 55.

COELHO, JURANDIR — As despesas de caráter secreto ou reservadas — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 270.

As subvenções orçamentárias — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 51.

COSTA, VASCO RIBEIRO — Brasília, marco para a conquista do Oeste — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 201.

D

DELORENZO NETO, ANTÔNIO — A aplicação de verbas relativas à saúde pública nas leis orgânicas de municípios — Ano XXI v. 79 — n.º 3 — p. 274.

O Congresso Internacional de Municipalidades de Haia — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 73.

A contribuição da Espanha aos estudos municipais — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 110.

DERNOUCHAMPS, G. — A função de inspeção de finanças na organização do contrôle administrativo interno da Bélgica (tradução de LYGIA AZEVEDO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 261.

DUPRAT, AUGUSTO LUIZ — O problema da favela — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 168.

E

EBLING, FRANCISCO KRUEL — Integração dos transportes ferroviários suburbanos no sistema geral de viação do Distrito Federal — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 83.

F

FALCÃO, AMILCAR DE ARAÚJO — O impôsto de transmissão inter-vivos e as contruções em terreno alheio — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 286.

FERNANDES, LYGIA NAZARETH — (tradutora) — Ciência e informação, de LÉON BRILLOUIN — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 254.

Problemas da documentação, de JEAN-CLAUDE GARDIM — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 146.

Sentido filosófico e alcance prático da Cibernética, de LOUIS DE BROGLIE — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 233.

FERREIRA, PINTO — O Regime representativo — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 265.

FISCHLOWITZ, ESTANISLAU — Bem-estar rural perante os podêres públicos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 218.

Reforma dos órgãos ministeriais do trabalho e bem-estar social — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 127.

G

GARDIM, JEAN-CLAUDE — Problemas da documentação (tradução de LYGIA NAZARETH FERNANDES) — Ano XXI — — v. 80 — n.º 2 — p. 146.

H

HERRING, E. PENDLETON — Aspectos políticos da tributação (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 144.

HUGUENEY, CARLINDO — O Tribunal de Contas e seu funcionamento — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 165.

L

LASSO DE LA VEGA, JAVIER — Necessidade de aplicar um sistema orgânico à ordenação dos arquivos administrativos (tradução de MARIA AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 44.

LIMA FILHO, FERREIRA — Desenvolvimento planificado no município de Timbaúba — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 66.

LOPES, LUIZ SIMÕES — O Instituto Internacional de Ciências Administrativas — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 251.

LOPES, THOMAZ DE VILANOVA MONTEIRO — A execução forçada do ato administrativo unilateral — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 278.

LYRA FILHO, JOÃO— Da descentralização funcional do Tribunal de Contas — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 13.

M

MAGALHÃES, CELSO — A contabilidade e a administração — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 101.

Plano de pagamento — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 160.

MAIA, ARNALDO AUGUSTO — O problema do estágio probatório — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 6.

MEYNAUD, JEAN — Ensaio de análise da influência dos grupos de interêsse (tradução de LYGIA AZEVEDO) — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 5.

MIGUEIS, MARIA AMÉLIA PÔRTO — (tradutora) — Novos métodos e técnicas de difusão de conhecimento, de HERBERT COBLANS — Ano XXI — v. 78 — números 1, 2 e 3 — p. 55.

N

NASCIMENTO SILVA, G. E. — As qualidades diplomáticas e as condições de ingresso na carreira — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 20.

P

PARSON, WILLIAM W. — A função de pessoal na administração pública (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 40.

PAUPÉRIO, A. MACHADO — O govêrno municipal na monarquia — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 61.

PESSANHA, STELLA DE SOUZA — Preparação de servidores para o serviço público brasileiro — a Escola de Serviço Público — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 193.

PIMENTA, JOAQUIM — Autonomia de vontade e dirigismo contratual — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 131.

A propriedade, sua origem e evolver na sociologia, na história do direito e sob o poder do estado — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 169.

PINHEIRO, EDWALD S. — Despesas sem crédito ou além do crédito — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 247.

PITÃO, MÁRIO CESAR DE MORAES — Recurso administrativo e mandado de segurança — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 178.

S

SANTOS, WALDIR DOS — Preparação de servidores para o serviço público brasileiro — a Escola de Serviço Público — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 193.

SHNORE, LÉO F. — O crescimento das áreas metropolitanas e a descentralização (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 5.

SILVA, CORSINDIO MONTEIRO DA — Aspectos do abandono de cargo — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 160.

O Juiz em face do atual regime de acumulação de cargos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 225.

SILVA, LEOPOLDO P. DA — O município e a questão agrária — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 190.

SILVA, SEBASTIÃO DE SANT'ANA E — O deficit orçamentário e a política financeira — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 119.

T

TOVAR, JAIR — Rios que banham mais de um estado — Ano XXI — v. 79 — n.º 3— p. 278.

V

VIDO, MARIA — O Centro de Documentação Científica de Lisboa — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 210.

O Instituto de Cultura Hispânica de Madrid — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 316.

VIVACQUA, ATILIO — Irrigação e solos agrícolas — Anteprojeto de lei do Senado n.º 11, de 1956 — apreciação técnicas — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 24.

W

WARHLICH, BEATRIZ MARQUES DE SOUZA — Processos de informação administrativa — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 75. — ns. 2 e 3 — p. 201.

Índice de Assuntos

A

Acumulação de Cargos — Acumulação de cargos de magistério da Universidade de Minas Gerais — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 294.

A administração não é obrigada a efetuar nomeação interina para atender ao interêsse do funcionário — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 83.

Prazo de prescrição administrativa — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 241.

Professor da Escola de Belas Artes e da Escola de Engenharia da Universidade de Recife — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 80.

SILVA, CORSINDIO MONTEIRO DA — O juiz em face do atual regime de acumulação de cargos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 225.

Administração de Pessoal — MAGALHÃES, CELSO DE — Plano de pagamento — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 160.

MAIA, ARNALDO AUGUSTO — O problema do estágio probatório — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 6.

PARSON, WILLIAM W. — A função de pessoal na administração pública (tradução de MARY CARDOSO — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 40.

PESSANHA, STELLA DE SOUZA — Preparação de servidores para o serviço público brasileiro — A Escola de Serviço Público — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 193.

SANTOS, WALDIR DOS — Preparação de servidores para o serviço brasileiro — A Escola de Serviço Público — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 193.

Administração Específica — Irrigação e solos agrícolas — Anteprojeto de lei do Senado n.º 11 de 1956, de autoria do Senador ATÍLIO VIVACQUA — Apreciações técnicas — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 24.

Administração Financeira — DERNOUCHAMPS, G. — A função de inspeção de finanças na organização do contrôle administrativo interno na Bélgica (tradução de LYGIA AZEVEDO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 261.

MAGALHÃES, CELSO DE — A contabilidade e a administração — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 101.

SILVA, SEBASTIÃO DE SANT'ANA — O deficit orçamentário e a política financeira — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 119.

Administração Municipal — DELORENZO NETO, ANTÔNIO — A aplicação de verbas relativas à saúde pública nas leis orgânicas de municípios — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 274.

DELORENZO NETO, ANTÔNIO — O Congresso Internacional de Municipalidades de Haia — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 73.

DELORENZO NETO, ANTÔNIO — A contribuição da Espanha aos estudos municipais — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 110.

Elementos para o planejamento territorial dos dos municípios: o que é plano diretor — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 85.

LIMA FILHO, FERREIRA — Desenvolvimento planificado do município de Timbaúba — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 66.

PAUPERIO, A. MACHADO — O govêrno municipal na monarquia — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 61.

SILVA, LEOPOLDO P. DA — O município e a questão agrária — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 190.

Administração Orçamentária — COELHO, JURANDIR — As subvenções orçamentárias Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 51.

Administração Pública — Incorporação de navios pertencentes à Frota Nacional de Petroleiros à Marinha de Guerra na qua-

lidade de navios auxiliares — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 281.
LOPES, LUIZ SIMÕES — O Instituto Internacional de Ciências Administrativas — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 251.

Agente Fiscal do Impôsto de Consumo — direito à percentagem — Não é lícita a ilimitação de percentagem — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 299.

Aposentadoria — Aposentadoria a pedido. Retração do interessado, antes da sua consumação. — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 100.

Aposentadoria de funcionários. Ato legal, não valendo entrar o Judiciário no exame do merecimento do respectivo decreto — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 111.

Aposentadoria com as vantagens do cargo em comissão de funcionário com mais de 35 anos de serviço — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 239.

Interpretação do art. 179 do Estatuto dos Funcionários — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 101.

Acumulação de Proventos — Proibida quando se tratar de unidade de emprêgo — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 243.

Áreas Subdesenvolvidas — BRITNELL, G. E. — Os países subdesenvolvidos na economia mundial (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 130.

Arquivos — LASSO DE LA VEGA, JAVIER — Necessidade de aplicar um sistema orgânico à ordenação dos arquivos administrativos (tradução de MARIA AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 44.

Assistência Social — DUPRAT, AUGUSTO LUIZ — O problema da favela — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 168.

Assistência Social Rural — FISCHLOWITZ, ESTANISLAU — Bem-estar rural perante os podêres públicos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 218.

Ato Administrativo — Extensão dos efeitos de decisão judiciária por ato administrativo. Só excepcionalmente pode ocorrer — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 211.

LOPES, THOMAZ DE VILANOVA MONTEIRO — A execução forçada do ato administrativo unilateral — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 278.

Anulação — Ato administrativo que legitima a investidura de função pública e gera direitos adquiridos de ordem patrimonial, não pode ser anulado pelo poder que o praticou — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 290.

Autarquias. Imunidade Tributária — Art. 15 § 5.º da Constituição não se refere às autarquias — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 306.

B

Benefícios. Acumulação de — O Decreto-lei n.º 8.821 de 1946 revigorou disposição que permitiu acumular benefício de instituição de previdência social com os proventos de aposentadoria da Fazenda Pública — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 251.

Brasil. História Administrativa — ARAGÃO, JOÃO GUILHERME DE — Características do govêrno do Império — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 185.

Brasília — COSTA, VASCO RIBEIRO DA — Brasília — Marco para a conquista do oeste — Notas — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 201.

C

Caixa Beneficente da Polícia Militar — Anteprojeto de Regulamento — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 208.

Cargo Público, abandono de — Abandono de cargo. Prescrição da punibilidade administrativa coincidente com a ação penal — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 98.

SILVA, CORSINDIO MONTEIRO DA — Aspectos do abandono de cargo — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 160.

Catedrático, concurso para — Mandado de segurança fundado em nulidade do mesmo — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 213.

Universidade do Brasil. Concurso para catedrático — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 302.

Catedrático, nomeação de — Nomeação de candidato a cátedra de ensino superior

classificado em 2.º lugar, em virtude da aposentadoria do candidato classificado em 1.º lugar — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 94.

Centro de Documentação Científica de Lisboa — VIDO, MARIA — O Centro de Documentação Científica de Lisboa — Notas — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 210.

Cibernética — BROGLIE, LOUIS DE — Sentido filosófico e alcance prático da Cibernética (tradução de LYGIA NAZARETH FERNANDES) — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 233.

Ciência Política — ARAGÃO, JOÃO GUILHERME DE — Govêrno e Administração — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 5.

MEYNAUD, JEAN — Ensaio de análise da influência dos grupos de interêsse (tradução de LYGIA AZEVEDO) — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 5.

Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional — Natureza jurídica de funções de direção (Diretor Executivo e Diretores Assistentes) — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 85.

Comissão do Impôsto Sindical — Regulamento baixado com o Decreto n.º 40.401 de 1956. Revogação de normas regulamentares anteriores — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 84.

Conflito Administrativo — Autoridade administrativa federal e Juiz dos feitos de fazenda pública de comarca — Acórdãos — Ano XXI — n.º 80 — v. 3 — p. 295.

Constituição Federal — Interpretação do artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 96.

Crime contra a União Federal — Processo penal. Competência para revisão é do Tribunal de Justiça Estadual — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 90.

D

Decretos, correção de — Correção de decretos de demissão e posterior reintegração de funcionários, na parte referente à letra de vencimentos — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 182.

Demissão — Demissão ilegal. Reintegração. Inocorrência do conflito jurisprudencial — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — nº 3 — p. 301.

Demissão, decretos de — Correção de decretos de demissão e posterior reintegração de funcionários, na parte referente à letra de vencimentos — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — p. 182.

Demografia — SCHNORE, LÉO F. — O crescimento das áreas metropolitanas e a descentralização (tradução de MARY CARDOSO — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 5.

Depósitos Bancários, transferência de — saldo dos depósitos e juros relativos às taxas dos Fundos de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 91.

Descentralização — LYRA FILHO, JOÃO — Da descentralização funcional no Tribunal de Contas — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 13.

SCHNORE, LÉO F. — O crescimento das áreas metropolitanas e a descentralização (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 5.

Diplomata, carreira de — Ingresso na carreira diplomática por sentença judicial — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p.

NASCIMENTO SILVA, G. E. — As qualidades diplomáticas e as condições de ingresso na carreira — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 20.

Direito Civil — PIMENTA, JOAQUIM — Autonomia de vontade e dirigismo contratual — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 131.

A propriedade, sua origem e evolver na sociologia, na história do direito e sob o poder do Estado — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 169.

Documentação — COBLANS, HERBERT — Novos métodos e técnicas de difusão de conhecimentos (tradução de MARIA AMÉLIA PÔRTO MIGUEIS) — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 55.

GARDIM, JEAN CLAUDE — Problemas da documentação (tradução de LYGIA NAZARETH FERNANDES) — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 146.

Documentação Administrativa — WAHRLICH, BEATRIZ MARQUES DE SOUZA — Pro-

cessos de informação administrativa — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 75.

Processos de informação administrativa — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 201.

E

Economia — BRITNELL, G. E. — Os países subdesenvolvidos na economia mundial (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 130.

MEYNAUD, JEAN — Ensaio de análise da influência dos grupos de interêsse (tradução de LYGIA AZEVEDO) — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 5.

Emprêsas Incorporadas — aproveitamento de pessoal — Direito de serem transferidos para o Serviço Público Federal — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 204.

Aproveitamento de pessoal — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 298.

Estatuto dos Funcionários — regime jurídico — Militar investido em função pública está sujeito, enquanto nessa situação, ao regime jurídico do Estatuto — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 100.

Estrada de Ferro Leopoldina — situação jurídica — Acórdãos — Ano XXI — n.º 1 — p. 109.

Estradas de Ferro — Encampação da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 78.

Evolução — BANDEIRA DE MELLO, MANOEL CAETANO — O centenário da origem das espécies (1859-1959) — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 130.

Extranumerário — Lei 2.284 de 1954. Dentre as vantagens que assegura aos extranumerários mensalistas, não se inclui a de serem equiparados, em vencimentos, aos servidores do quadro permanente — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 95.

Equiparação de — Não se equipara o extranumerário àquele que é designado para o exercício de função ainda não correspondente ao cargo individualmente criado — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 108.

F

Fomento Animal — Prazo de vigência de acôrdo entre o Govêrno Federal e o do Rio Grande do Sul — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 203.

Funcionário — acesso de carreira — Não constitui ofensa ao direito de funcionário a supressão de cargos a que teria direito por acesso — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 292.

aumento de vencimentos — sem apoio de lei, por simples extensão de decreto judiciário, é vedado o aumento de vencimentos — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 307.

demissão de — Demissão ilegal. Reintegração. Inocorrência do conflito jurisprudencial — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 301.

direitos e vantagens — Interpretação do art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 96.

Lei 200. Aplicação restrita aos funcionários por ela expressamente beneficiados — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 102.

equiparação de — Equiparação de operários do Arsenal de Marinha aos da Imprensa Nacional — Acórdãos — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 163.

estágio probatório — MAIA, ARNALDO AUGUSTO — O problema do estágio probatório — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 6.

missão oficial no estrangeiro — Missão oficial no estrangeiro e recebimento de salários — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 295.

penalidade administrativa, cancelamento de — Cancelamento de penalidades administrativas. Interpretação da lei n.º 2.839 de 1956 — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 99.

Funcionário da Prefeitura do Distrito Federal — qüinqüênios — Lei Municipal n.º 665 — extensão e aplicação — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 313.

Funcionário de Autarquia — Status funcional de servidores do I.A.P.I. admitidos após as resoluções 214 e 220, de 1946 e antes da vigência do Decreto número 27.644 de 1949 — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 97.

Funcionário Emprêsa Encampada — Inexistência de paridade de funções — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 309.

Funcionário Estrada de Ferro Leopoldina — vantagens — Empregados da Estrada de Ferro Leopoldina beneficiam-se das vantagens concedidas na Lei n.º 2.745 de 1956 — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 116.

Funcionário Interino Aposentado por Doença — Funcionários interinos aposentados por doença, julgados aptos para a atividade — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 299.

estabilidade — Estabilidade de Inspetores do Trabalho interinos habilitados em concurso — Pareceres — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 139.

Função Eletiva, temporariedade de — Obrigação dos estados de adotar a temporariedade das funções eletivas — Acórdãos — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 148.

Função Permanente — Conceito legal — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 287.

Fundação Brasil Central — Proposta de transformação em órgão da administração direta — Pareceres — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 142.

Fundação da Casa Popular — Natureza jurídica — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 285.

G

Gratificação — Trabalho de natureza especial, com risco de vida e saúde — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 81.

Gratificação Adicional — Gratificação adicional por tempo de serviço, a que faz jus servidor inativo — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 113.

Gratificação de Magistério — Cálculo da gratificação de magistério a professôres catedráticos e outros didatas — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 93.

Impôsto de Consumo — Sôbre mercadorias destinadas ao uso do próprio consumidor — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 297.

Impôsto de Indústria e Profissões — Argüição de inconstitucionalidade da Lei 746 de 1952 — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 257.

Impôsto de Localização e Indústria e Profissões — Deve ser calculado em função do valor locativo — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 304.

Impôsto de Renda — Impôsto de renda. Juros de apólices. Dissídio sôbre sua incidência — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 184.

Impôsto de Renda — isenção — Isenção de impôsto de renda para as emprêsas incorporadas ao patrimônio nacional — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 137.

Impôsto do Sêlo, fiscalização do — Conflito de atribuições entre fiscais do Ministério da Fazenda e Inspetores de Seguro — Pareceres — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 136.

Impôsto de Transmissão Inter-vivos — FALCÃO, AMILCAR DE ARAÚJO — O impôsto de transmissão inter-vivos e as contruções em terreno alheio — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 286.

Inconstitucionalidade — A Câmara isolada tem competência para declarar inconstitucional uma lei — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 260.

Indenização à Fazenda Nacional — Ilegalidade de desconto indiscriminado através de rateio entre funcionários que teriam lidado com valores extraviados — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 288.

Informação — BRILLOUIN, LÉON — Ciência e informação (tradução de LYGIA NAZARETH FERNANDES) — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 254.

Instituto Brasileiro do Café — Conselho Administrativo, composição do — Não conhecimento, por parte do I.B.C., à cooperativa Central dos Lavradores, do direito de registrar candidatos ao Conselho Administrativo — Acórdãos — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 146.

Instituto de Cultura Hispânica de Madri — O Instituto de Cultura Hispânica de Madri — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 316.

Instituto Nacional de Imigração e Colonização — Abono a contratados — Servidores contratados do I.N.I.C. Pedido de pa-

gamento dos abonos concedidos aos funcionários — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 300.

Irrigação — VIVACQUA, ATÍLIO — Anteprojeto de lei do Senado n.º 11, de 1956 — Apreciações técnicas — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 24.

J

Jornalista — Não é permitido ao fisco criar-lhe restrições não previstas em lei — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 2 e 3 — p. 244.

Juros de Mora — Pretensão dos Institutos de Previdência que não podem cobrar juros de mora ou multa à União — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 282.

Justiça do Trabalho, competência da — Apreciação de causas em que sejam partes autarquias que confiram a seus empregados garantias análogas às dos funcionários públicos — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 305.

Competência dos órgãos da Justiça do Trabalho para julgar litígios entre o Lóide Brasileiro e seus empregados — Acórdãos — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 165.

Dissídios entre autarquias da União e seus servidores que não gozam de regime próprio de proteção ao trabalho — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 226.

Incompetência da Justiça do Trabalho para julgar os dissídios em que seja parte o Lóide Brasileiro — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 312.

Trabalhadores de obras das Prefeituras Municipais não estão sujeitos à Justiça do Trabalho — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 253.

M

Mandado de Segurança — PITÃO, MÁRIO CESAR DE MORAES — Recurso administrativo e mandado de segurança — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 178.

Mandato Eletivo, exercício de — A lei proíbe o exercício do mandato eletivo com o exercício da função pública. Não proíbe, entretanto, a nomeação para a função pública — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 91.

Mandato Legislativo — Cômputo do tempo para efeito de antiguidade — Acórdãos Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 105.

Multa, quota parte de — Direito à quota parte de multa a que se julgam com direito funcionários do Impôsto de Renda — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 192.

O

Orçamento — despesa — COELHO, JURANDIR — As despesas de caráter secreto ou reservadas — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 270.

PINHEIRO, EDWALD S. — Despesas sem crédito e além do crédito — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 247.

P

Parlamentos — FERREIRA, PINTO — O regime representativo — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 265.

Pensão — Interpretação do art. 256 do Estatuto dos Funcionários — Acórdãos — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 149.

Poder Judiciário, competência do — Não compete ao Judiciário reparar nas injustiças, senão as legalidades dos outros podêres — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 250.

Prescrição — Prescrição de ação que visava a restauração de direito. Lei 5.622 de 1928. Decreto n.º 18.588 de 1928. — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 246.

Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército — Natureza jurídica — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 210.

Processo Administrativo — A apresentação do documentos em que um dos acusados isenta o outro de qualquer responsabilidade não constitui documento definitivo — Pareceres — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 143.

Procurador de Autarquia, férias de — Procuradores das autarquias. Período de férias anuais a que têm direito — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 297.

Professor, remuneração de — Incompetência do M.E.C. para fixar critérios de re-

muneração — Acórdãos — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 168.

Professor da P.D.F. — Direito aos qüinqüênios — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 100.

Os professôres de curso primário da P.D.F., ativos e inativos, não têm direito ao padrão *O* de vencimentos — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 118.

Provimento em caráter efetivo, de cargos de Professor da P.D.F. — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 225.

vencimento — Professôres do curso secundário da P.D.F. Aumento de vencimentos no fim de cada qüinqüênio de efetivo exercício — Acórdãos — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 161.

Promoção — A antiguidade para promoção é determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe. O exercício do cargo é contado a partir da posse — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 197.

Pedido de promoção ao pôsto imediato; arquivamento. Não emanou do Chefe do Poder Executivo o ato contra o qual se impetra a segurança. Incompetência do Supremo Tribunal Federal — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 191.

Promoção decretada após a aposentadoria do servidor — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 98.

Provento, reajustamento de — Lei Municipal n.º 761 — aplicação — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 313.

revisão de — O art. 193 da Constituição Federal estabelece a revisão dos proventos dos inativos dentro do princípio fundamental de igualdade, considerando os títulos idênticos e situação jurídica idêntica — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 186.

Q

Quota de Previdência — Improcedência da isenção pleiteada pela Cia. Vale do Rio Doce — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 206.

R

Recurso Administrativo — PITÃO, MÁRIO CÉSAR DE MORAES — Recurso administrativo e mandado de segurança — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 178.

Reforma Administrativa — FISCHLOWITZ, ESTANISLAU — Reforma dos órgãos ministeriais do trabalho e bem-estar social — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 127.

Reforma Administrativa — Necessidade da reforma administrativa, face à mudança da capital federal — Editorial — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 3.

Reintegração — Delegado de polícia. Demissão. Reintegração em cargo correspondente — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 104.

De funcionário interino fazendo jus à estabilidade — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 240.

Reintegração de funcionário. Execução do julgado na parte referente à diferença de vencimentos e honorários — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 188.

Sem a ocorrência das condições legais, não é possível transformar em reintegração a readmissão de funcionário municipal — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 117.

Responsabilidade — Responsabilidade da Rêde Ferroviária S.A. por obrigações das estradas de Ferro que lhe foram incorporadas — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 236.

Rios — TOVAR, JAIR — Rios que banham mais de um Estado — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 278.

S

São Paulo (Estado). Constituição — Facilitação da união dos cônjuges funcionários. Fim social da lei — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 107.

Saúde, Ministério da — Organização do Ministério da Saúde — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 114.

Subvenção — Subvenção às associações rurais e à Sociedade Nacional de Agricultura — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 237.

Subvenção concedida pela lei n.º 2.656 de 1955, modificada pela de n.º 3.083 de 1956 — Pareceres — Ano XXI — v. 78 — ns. 1, 2 e 3 — p. 144.

T

Taxa Portuária — Competência do Ministro da Viação — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 232.

Taxa de Previdência — Cota de previdência e taxa adicional cobradas nas contas de luz, gás e telefone — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 92.

Tempo de Serviço — Contagem de tempo em comissão prestado em sociedade de economia mista — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 3 — p. 281.

Terreno, alienação de — Proibição da alienação de terrenos de propriedade da União, por parte de Prefeitura Municipal — Pareceres — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 94.

Transferência de Magistrado — Art. 94 n.º II da Constituição. Decisão pelo Tribunal de Justiça — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 215.

Transportes — EBLING, FRANCISCO KRUEL — Integração dos transportes ferroviários suburbanos no sistema geral de viação do Distrito Federal — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 83.

Ônus da responsabilidade do transporte — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 222.

Tribunal de Contas — HUGUENEY, CARLINDO — O Tribunal de Contas e seu funcionamento — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 165.

LYRA FILHO, JOÃO — Da descentralização funcional do Tribunal de Contas Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 13.

Tributação — HERRING, E. PENDLETON — Aspectos políticos da tributação (tradução de MARY CARDOSO) — Ano XXI — v. 79 — n.º 2 — p. 144.

U

Universidade do Rio Grande do Sul — Federalização da Universidade do Rio Grande do Sul — Pareceres — Ano XXI — v. 79 — n.º 3 — p. 294.

V

Vencimento — Equiparação de vencimentos. Art. 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Trata-se de norma política administrativa — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 97.

Inconstitucionalidade da Lei n.º 1.151 da Paraíba, porque não existem ou não foram criados os meios para fazer face aos encargos estabelecidos — Acórdãos — Ano XXI — v. 79 — n.º 1 — p. 87.

Magistério municipal; reajustamento de vencimentos com a aposentadoria — Acórdãos — Ano XXI — v. 80 — n.º 1 — p. 103.

A redutibilidade precisa ser expressa em lei — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — ns. 2 e 3 — p. 260.

Reposição das diferenças de vencimentos percebidas por oficiais administrativos e escriturários do Ministério da Marinha — Pareceres — Ano XXI — v. 80 — n.º 2 — p. 181.

paridade de — Os estados, autarquias e municípios não podem atribuir a seus servidores proventos maiores que os fixados em igualdade de condições aos servidores da União — Acórdãos — Ano XXI — v. 81 — n.º 1 — p. 103.

Biblioteca do D.A.S.P. em janeiro de 1959. — CAETANA MYRIAM PARENTE CAVALCANTE, Bibliotecária Auxiliar classe F.

COLABORAM NESTE NÚMERO

VICENTE FERRER CORREIA LIMA — Ex-Assistente de Seleção do D.A.S.P.; Assistente de Administração do Ministério da Agricultura. Atualmente à disposição da NOVACAP.

TOMAS VILANOVA MONTEIRO LOPES — Técnico de Administração do D.A.S.P.; ex-Diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento e do Serviço de Documentação do D.A.S.P.; Professor dos Cursos de Administração do mesmo Departamento. Atualmente prestando colaboração à Casa da Moeda.

BENEDITO SILVA — Técnico de Administração do D.A.S.P.; Atualmente dirigindo a Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas.

JOÃO LUIZ NEY — Assistente de Administração do D.A.S.P.; Professor de português e redação oficial dos cursos de Administração do D.A.S.P.; Professor de português, por concurso, do ensino técnico da P.D.F.. Autor do livro "Prontuário da Redação Oficial" e obras didáticas.

ADA MARIA COARACY — Bibliotecária; Chefe da Seção de Referência da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

ARAUJO CAVALCANTI — Técnico de Administração do D.A.S.P.; ex-Membro do Conselho Nacional de Pesquisas; ex-diretor da Divisão de Organização e Orçamento do D.A.S.P.; ex-diretor do Serviço de Documentação do D.A.S.P.; Membro do Conselho Consultivo do Banco do Nordeste; do Conselho de Administração do IBAM e do Conselho Deliberativo da ABM; Chefe da Assessoria Técnica do V Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros; Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas; Membro da CRIFA. Recentemente indicado para fazer os Cursos da Escola Superior de Guerra (Ano letivo de 1959). participou de vários Congressos Internacionais, inclusive como Delegado do Brasil, nos Estados Unidos, na Europa e no Oriente Médio.

ALFREDO BALTAZAR DA SILVEIRA — Bacharel em Direito pela antiga Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro; Adjunto de Promotor Público e Curador de Órfãos (interinamente)) no Rio. Catedrático de História, do Instituto de Educação, durante 39 anos. Colaborador de diversos jornais e revistas técnicas; Autor de várias obras, destacando-se; Direito de Asilo, Homologação de Sentenças Estrangeiras, Segrêdo Profissional, Contra a Regulamentação do Jôgo, Direitos da Mulher e Imunidades Parlamentares. Escreveu também várias biografias de personalidades brasileiras.